IMIGRAÇÃO EM LEOPOLDINA : HISTÓRIA DA COLÔNIA AGRÍCOLA DA CONSTANÇA

José Luiz Machado Rodrigues

e

Nilza Cantoni

Leopoldina, MG

2010

SUMÁRIO

AOS NOSSOS LEITORES E AO EDITOR DO GLN

Iniciamos a descrição de nosso trabalho recordando que em novembro de 1998 publicamos o texto “Fazenda Boa Sorte e Colônia Constança” num dos jornais da cidade de Leopoldina, que na época era responsabilidade do editor do atual GLN-Leopoldinense. Ali, pela primeira vez após alguns anos de pesquisas, escrevemos sobre os velhos italianos que, ajudados pelos filhos e netos, transformaram terras muitas vezes exauridas em campo produtivo. Terras de baixa produtividade que se transformaram em verdadeiras comunidades de pequenos sitiantes, em dois grandes bairros rurais, Boa Sorte e Constança, com suas chácaras, casas, escolas, campos de futebol, raias de malha, clubes e bares. Tudo construído pela vontade férrea e o trabalho duro e constante dessa gente que nunca ficou a esperar benesses.

A partir daquele texto surgiu a ideia de comemorar os “90 Anos da Colônia Constança”, o que gerou uma série de cerca de trinta colunas publicadas durante mais de dois anos naquele outro jornal da cidade, graças ao apoio do mesmo editor.

Avivamos as lembranças que guardávamos da Constança e Boa Sorte, contamos um pouco da história que havíamos reunido sobre a imigração e a constituição da Colônia e publicamos a genealogia de várias famílias que habitaram aquele núcleo acolhedor de muitos dos estrangeiros que vieram para Leopoldina. Muitas foram as nossas observações feitas em torno do ciclo imigratório durante todo o tempo.

Centrados na Colônia Constança criada em 1910, que como outras em Minas Gerais tinha por objetivo desenvolver a produção agrícola, mostramos boa parte do ocorrido após a chegada dos imigrantes que vieram para Leopoldina a partir de 1880.

Em dezembro de 2006, com a devida permissão do editor do Leopoldinense, reiniciamos a série de colunas que visava aprofundar o conhecimento do tema, propor a comemoração do Centenário da Colônia Agrícola

da Constança e lembrar os 130 anos da chegada dos primeiros italianos que vieram para o município.

Durante mais de três anos nós abordamos a imigração sobre os mais diversos ângulos e procuramos mostrar que a produção das lavouras, pomares, terreiros, moinhos, engenhos de cana e olarias da Colônia foi importante para o progresso da cidade. Abordamos esta produção que fez movimentar muita riqueza pelas estradas de chão batido da Colônia e pelos trilhos da E. F. Leopoldina. Falamos do grande legado deixado pelo imigrante na mistura de raças que nos proporcionou e nos exemplos de trabalho e dedicação deixados por eles. Reafirmamos a nossa crença de que foi esse imigrante que nos permitiu, sem grandes traumas, fechar o ciclo do coronelismo e iniciar o de um desenvolvimento mais igualitário, onde a riqueza deixou de estar apenas nas mãos de uns poucos e abastados fazendeiros para se espalhar pelos diversos sobrenomes italianos que hoje se destacam no comércio, na indústria, na prestação de serviços, na agropecuária e nas demais atividades produtivas desta nossa Leopoldina.

Buscávamos contribuir com o resgate desta parte da história de Leopoldina, desconhecida até mesmo de quem dela fazia parte. Mas acreditamos que toda a divulgação do nosso trabalho contou com a indispensável colaboração do editor do jornal e dos leitores das nossas colunas. Eles foram grandes aliados com os quais contamos durante todo o tempo. E é por este motivo que, ao encerrarmos nosso projeto, queremos manifestar publicamente o nosso agradecimento ao Luiz Otávio Meneghite e aos ilustres leitores do seu Jornal pela paciência em nos "suportar" durante tanto tempo.

INTRODUÇÃO

Toda pesquisa é planejada a partir de um tema que desperta o interesse. No nosso caso, trata-se da memória coletiva a respeito das profundas alterações que permearam a entrada da sociedade leopoldinense no século XX. Como memória coletiva entendemos aquilo que "ficou do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado", conforme ensinou Pierre Nora[I].

A memória coletiva dá oportunidade ao sujeito de desenvolver o processo de formação da identidade. Para melhor compreender onde se forma esta memória, partimos da conceitução de Pierre Nora para os "lugares da memória". Podem ser lugares materiais, funcionais ou simbólicos. Como lugares materiais teríamos, por exemplo, os monumentos nos quais a memória social se alimenta através dos sentidos. Funcionais são as celebrações. Já os simbólicos são aqueles lugares onde a memória coletiva se expressa, em geral reclamando um comportamento, uma providência ou uma decisão.

Segundo o autor, os lugares da memória respondem à necessidade de reconstituição de sujeito, sendo formados através de ligação do passado com o presente, num misto de memória e história. O passado é o outro tempo, do qual aparentemente estamos desligados no presente. Entretanto, é nele que vamos encontrar os elementos constitutivos de nossa identidade. Nas palavras de Nora, são os "restos" do passado que podemos alcançar.

Não há memória sem história e o ser humano tem necessidade de identificar uma origem, um nascimento, algo que lhe permita situar-se na sociedade. Entretanto, a história tradicional não favorecia o movimento do sujeito para encontrar-se, uma vez que se dedicava especialmente aos grandes personagens do passado. Pierre Nora esclarece que não há memória espontânea, sendo necessário

---

[I] NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.Revista **Projeto História**. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993, pp. 07-28.

criar arquivos, festejar aniversários e organizar celebrações, para que todos possamos ter um "lugar de memória", ou seja, um lugar onde nos encontraremos com o passado. Mas a construção destes lugares depende de escolhas.

Nosso estímulo veio também de Jacques Le Goff[II] quando declara que a historiografia nasceu em função do surgimento de uma nova visão sobre o passado que demanda revisões para recuperar perdas e falhas na memória. Para este autor, existem pelo menos duas histórias: a da memória coletiva e a dos historiadores. A primeira relaciona-se com o vivido e está povoada de mitos, necessitando da segunda na medida em que que os historiadores busquem corrigir esta "história tradicional falseada", esclarecendo a memória e retificando os desvios.

Ciro Flamarion Cardoso[III] recorda que os historiadores frequentemente se dedicam a desmistificar as memórias coletivas dominantes, oficiais e construídas pelo poder, que permitem facilmente a identificação das escolhas de quem as produziu. No nosso caso, não se trata exatamente de desmontar uma história oficial, mas de resgatar a memória de uma fatia da sociedade leopoldinense que ainda não foi registrada. Nós trabalhamos com o "silêncio" da história oficial, ou seja, com a falta de referências sobre a imigração em Leopoldina. Nossa responsabilidade, portanto, é levantar o véu de um passado próximo em busca de conhecê-lo. Neste movimento, vamos montando um "lugar de memória" que queremos colocar à disposição de todos, baseados no alerta de Le Goff

> A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

O teórico francês ressalta que todos devem lutar pela democratização da memória social, como fez Triulzi, na África, convidando à pesquisa da memória do

---

[II] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 28-29, 471 e 525

[III] CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005

homem comum. Segundo Le Goff, em obra publicada em 1977 Triulzi argumentou que o conhecimento não oficial, não institucionalizado, não se cristaliza como tradição. No entanto, é a tradição que representa a consciência coletiva de grupos inteiros em oposição ao conhecimento privatizado e monopolizado por interesses constituídos.

A memória é um instrumento de poder na medida em que passam a fazer parte da tradição de uma sociedade apenas os eventos selecionados pelo produtor dos documentos e monumentos. Neste aspecto é preciso caminhar um pouco mais sob a orientação de Le Goff, quando nos ensina que

> O que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores.

Para ficar num exemplo muito próximo a nós, como forças do desenvolvimento temporal poderíamos incluir aquelas que escolheram os nomes dos logradouros públicos de uma cidade ou as que decidiram quais seriam as celebrações oficiais num município. Tais forças foram construtoras de um dos lugares de memória citados no início deste texto. Pelo lado dos historiadores, citaríamos o “silêncio” que produziram sobre a Colônia Agrícola da Constança. Esta ausência é também um lugar: o de falta de memória.

Mas nenhum ser humano é capaz de atender a todas as necessidades. Vivemos numa sociedade composta de múltiplos sujeitos, cada um com habilidades específicas. No nosso caso, somos aprendizes de uma especialidade que tem uma característica assim definida por Lucien Febvre, citado por Le Goff[IV]:

> A habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores [...] tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem.

[IV] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.530

Na mesma direção, Marc Bloch[V] alerta que seria ilusório imaginar a existência de um tipo especial de fonte para cada problema de pesquisa e acrescenta que as fontes não surgem por efeitos miraculosos. Pelo contrário, sua existência ou ausência depende de causas humanas. Como se verá no capítulo Fontes e Métodos, buscamos referências numa grande variedade de documentos que nos permitiram construir este texto que passa a constituir um lugar da memória da Imigração em Leopoldina e da Colônia Agrícola da Constança.

Voltando a Le Goff, documentos são também monumentos, na medida em que funcionam como um inconsciente cultural. O monumento é uma roupagem, um suporte onde a memória coletiva se sustenta, ou, um lugar de memória como definiu Pierre Nora. Mas nem todos os monumentos estão disponíveis nas praças públicas ou são apresentados em eventos oficiais.

Entre estes monumentos, de utilização bastante recente são os registros paroquiais nos quais nos baseamos para o estudo apresentando no capítulo seguinte: A Imigração em Leopoldina vista através dos Assentos Paroquiais de Matrimônio. É ainda de Le Goff[VI] a lembrança de que, só a partir dos anos de 1960, tomou forma uma verdadeira revolução documental causada por importante mudança de paradigma. Os grandes nomes deixaram de estimular o interesse pela história, transferido que foi para toda a coletividade. Na esteira, os historiadores foram buscar os livros de assentamentos religiosos porque abrangem as "massas dormentes" que entraram para a história.

O próximo capítulo – Os Italianos, apresenta os resultados de estudos sobre a imigração em Leopoldina e que embasou o aprofundamento necessário à consecução do objetivo do projeto, qual seja, o de resgatar a memória da Colônia Agrícola da Constança.

A seguir apresentamos o conjunto dos textos que formam a história deste

---

[V] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício do Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001

[VI] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.531

núcleo que modificou a produção agrícola em Leopoldina. Já não era mais viável concentrar-se na monocultura do café que ocupara grandes extensões territoriais do município na segunda metade do século anterior. Nasce ali, desde o protótipo que foi a Colônia Santo Antônio, uma nova forma de investir, produzir, gerar riquezas, consumir e estabelecer uma nova ordem social.

A última parte deste trabalho é uma homenagem direta a cada uma das famílias que conseguimos identificar. Reúne uma série de esboços genealógicos, incompletos pela própria natureza de que se revestem. É a nossa homenagem, a partir da nominação de tantos homens e mulheres que remodelaram a sociedade na qual nascemos e aprendemos a respeitá-los.

2. FONTES E MÉTODOS

O movimento de escolher as fontes com que se vai trabalhar está diretamente vinculado aos fundamentos teóricos que presidem o estudo. O próprio ato de esboçar um projeto de pesquisa obedece a critérios previamente assumidos pelo autor. Assim é que, se um estudioso acredita ser possível reconstruir a verdade, tendo-a como única já a partir do uso do artigo definido, suas escolhas tenderão a privilegiar aquilo que o senso comum denomina como fontes primárias ou documentais. Em muitos casos, observa-se que por fontes primárias são elencados registros tidos como documentos inquestionáveis.

Para melhor esclarecimento da posição assumida nesta pesquisa, lembramos que o passado pode ser observado através de monumentos e documentos que, para Le Goff [VII], são dois tipos de memória. As estátuas e construções são dois exemplos de monumentos mais comumentes lembrados. Já os atos escritos, algumas vezes são citados como documentos. Entretanto, ensina o teórico francês, os documentos emitidos no passado são também monumentos, na medida em que foram conscientemente produzidos para registrar um fato. O ato escrito resulta de escolhas de seu produtor, baseadas em suas práticas sociais e concepções de sua época. Para os efeitos aqui pretendidos é necessário esclarecer que são citados documentos com o sentido de monumento, ou seja, herança do passado, e menos frequentemente numa referência ao que é produzido pelo próprio pesquisador.

Durante o processo de pesquisa, o estudioso separa as fontes e as organiza de determinada forma, executando o que Michel de Certeau[VIII] denominou como "produção de documentos". Assim é que, de modo geral, são produzidos inúmeros documentos que baseiam a escrita. Muitas vezes estes documentos

---

[VII] LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas: Unicamp, 2003. p. 526

[VIII] CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p.81

produzidos pelo pesquisador são referidos como instrumentos de pesquisa, terminologia que acarreta a necessidade de outro esclarecimento. Um Mapa de Habitantes produzido no século XIX é um instrumento de pesquisa, um documento-monumento. Mas este mesmo Mapa de Habitantes pode ser utilizado pelo pesquisador para construir uma série determinada, como uma tabela de idades dos moradores de determinado lugar num dado momento. Neste caso, trata-se de construir um documento de pesquisa, ou seja, organizar os dados de forma adequada ao uso que se fará.

O que parece escapar ao senso comum, além da percepção da existência dos documentos-monumentos e dos documentos produzidos pelo pesquisador, é que ambos refletem apenas uma das verdades possíveis. Recorde-se que Roland Barthes, citado por Munslow[IX], enfatizou que o historiador traduz as fontes em uma interpretação histórica, ou seja, a história escrita não pode ser tomada como "a verdade", uma vez que representa tão somente a posição de seu autor. Da mesma forma, o documento-monumento não pode ser visto como "a verdade", por refletir o que era socialmente aceito ou determinado no momento em que foi redigido.

Isto posto, é preciso definir o que seja fonte primária. Esta é uma terminologia utilizada popularmente para definir o que tecnicamente recebe a denominação de fonte original. Originais são todas as informações conscientemente registradas por um autor em determinado suporte, seja uma carta pessoal ou um registro de nascimento, em oposição às chamadas fontes secundárias - não originais, que se referem à reprodução daquela informação primeira. E é aqui que o estudioso deve estabelecer uma gradação para as informações, preferencialmente definindo maior credibilidade para as fontes originais. Na prática de uma pesquisa como a que deu origem a este escrito, um registro de nascimento é fonte original (primária) e a transcrição de seus dados em um processo de casamento constitui uma fonte não original (secundária). Por outro lado, o registro de nascimento num

---

[IX] MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. p. 84

assento de batismo poderá ser tido como fonte original enquanto o registro civil deste mesmo nascimento entrará na conta de fonte não original em um bom número de casos.

Esta diferença é estabelecida a partir de mais ampla fundamentação teórica e foi intensamente utilizada na composição das fichas individuais dos personagens pesquisados. Diferentemente do que é eventualmente citado, o Registro Civil de Pessoas Naturais não foi implantado pelo Regime Republicano. Trata-se de instituição universal, que tem por objetivo registrar fatos da vida de um cidadão. No Brasil[X], ficou a cargo exclusivo da Igreja Católica até 1850, sendo realizado segundo o estabelecido pelo Concílio Tridentino (1545-1563) e as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia (1707). A Lei nr. 586, de 06 de setembro de 1850, estabeleceu regras para o Registro Civil que foram regulamentadas pelo Decreto nr. 798 de 18 de janeiro de 1852, ficando a cargo dos então chamados Cartórios de Notas a sua aplicação, não invalidando, porém, o Registro Religioso. Na prática, os livros paroquiais continuaram em pleno vigor, já que representavam o Cartório de Notas nas localidades em que estes últimos não existiam isoladamente. E para atender à população não católica, a Lei nr. 1144 e o Regulamento nr. 3069 de 17 de abril de 1863 definiram as regras para o registro de casamento leigo entre os acatólicos.

Para a Província de Minas, destaque-se a Lei Mineira nr. 46, de 18 de março de 1836[XI], que fixou normas para o registro de nascimentos, casamentos e óbitos, sendo modificada na década de 1860[XII] com determinações sobre as formas de aplicação da legislação nacional mencionada no parágrafo anterior.

A 7 de março de 1888 foi assinado o Decreto nr. 9886, que continha o

---

[X] A legislação foi consultada no Arquivo Público Mineiro, em Veiga (1998) e em páginas da rede mundial de computadores do Senado Federal, Câmara dos Deputados e Assembléia Legislativa de Minas Gerais.

[XI] VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras 1665-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998

[XII] Termo inscrito no primeiro livro do Cartório de Notas de Santa Bárbara do Monte Verde, aberto em 1862.

Regulamento de Registro Civil, tendo sido marcado o início do Serviço para 1 de janeiro de 1889 através do Decreto nr. 10044 de 22 de setembro de 1888. Vale destacar que a legislação anterior a março de 1888 mantinha a validade dos atos de registro de nascimento, casamento e óbitos realizados perante uma autoridade religiosa, apesar de já não serem de responsabilidade exclusiva da Igreja Católica. Com o Decreto nr. 9886, ficou determinado que não seria mais suficiente apenas o registro eclesiástico, tornando-se obrigatório o registro civil propriamente dito.

No caso de Leopoldina, os cartórios de registro civil começaram a funcionar em fevereiro de 1889, na sede municipal e nos distritos então existentes. Em Piacatuba pode-se verificar, no primeiro livro de casamentos, diversos atos registrados a partir de informações transmitidas pelo padre da época. Numa provável demonstração da falta de habilidade para aplicar os dispositivos legais, há casamentos informados pelo padre que não constam nos livros da paróquia a seu cargo. Informações orais dão conta de que o escrivão eclesiástico foi dispensado na data em que o Cartório Civil começou a funcionar. Somente alguns meses depois voltam à regularidade os assentos paroquiais de casamentos. Portanto, é lícito supor que o mesmo tenha ocorrido em outras paróquias, o que tornaria os livros de assentos religiosos do ano de 1889 pouco confiáveis e, ao mesmo tempo, os registros civis seriam as fontes originais para aquele momento.

Ao final do ano de 1889, foi proclamada a República no Brasil e romperam-se os vínculos com a Igreja Católica. Mas somente o Decreto nr. 181 de 1890 determinou que o Casamento Civil seria o único reconhecido a partir de então.

Para a Província de Minas, a Lei Mineira nr. 181, de 24 de janeiro de 1890, e as instruções do Decreto nr. 233, de 27 de fevereiro do mesmo ano, estabeleceram as novas regras para o Casamento Civil. O Relatório da Presidência da Província de 1889 faz referência à legislação de 1888, informando que desde então os registros de nascimento e óbito estavam a cargo dos Juizes de Paz e não mais das autoridades religiosas.

Identificamos, porém, inúmeros impedimentos para que a Lei fosse

cumprida. Entre os mais citados na literatura disponível, com destaque para Maria Beatriz Nizza da Silva[XIII] e Mary del Priore[XIV], incluímos as dificuldades econômicas. A oficialização do registro de nascimento, casamento ou óbito estava fora de cogitação por parte da população de menos recursos financeiros. Se a Igreja cobrava taxas inviáveis para os mais pobres, com os Cartórios não foi diferente. Alguns depoimentos colhidos nesta pesquisa mencionam comparação de custos que induzia os pais a optarem somente pelo batismo dos filhos e campanhas eventuais de Juizes de Paz, ocasião em que as famílias apenas procuravam casamento e registro civis. Obtivemos um indício destes fatos no distrito de Tebas, onde encontramos registros de casamento civil e nascimento relativos a componentes de famílias profundamente religiosas que, no entanto, não constam nos livros paroquiais. Ainda sobre este aspecto, descendentes de imigrantes italianos mencionaram a incompreensão de seus antepassados quanto ao duplo regime brasileiro, já que estavam habituados a realizar apenas o ato religioso e a autoridade comunal encarregava-se do competente registro civil.

Debalde os esforços dos legisladores, somente na década de 1930 houve um avanço considerável na prática do registro civil de nascimento. O Decreto nr. 19710, de 18 de fevereiro de 1931, liberou de multa os registros em atraso. Por esta época, a pressão social tornara-se significativamente maior, impondo de fato a necessidade do registro civil de nascimento para a prática dos demais atos da vida do cidadão. Até então, são facilmente encontráveis declarações de testemunhas apensas a processos de inventário e de casamento. A partir daí, estas declarações são quase que totalmente substituídas pelo registro civil retroativo. Na década de 1940 foram localizados diversos registros de pessoas nascidas nos primeiros anos do século XX.

[XIII] SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____,. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2008

[XIV] PRIORE, Mary del. **História do Amor no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2006

Para finalizar a análise deste tema, resta-nos abordar os registros de óbito. Tendo sido menos investigados nesta pesquisa, podemos comentar apenas as ocorrências identificadas em Leopoldina. Para o período anterior a 1888, não foram encontrados livros em número suficiente nas paróquias do município, nem tampouco nas administrações dos cemitérios. Desta forma, não foi possível sequer levantar indícios consistentes. A partir de agosto de 1888, foi possível uma comparação entre livros paroquiais com os de sepultamento e os do Cartório de Registro Civil. Raros são os casos de óbitos assinalados concomitantemente nas três fontes. Comparando o volume das anotações, os livros do Cemitério de Leopoldina apresentam maior número de registros, seguido dos livros do Cartório de Registro Civil, ficando os livros paroquiais com o menor número de atos. Para os primeiros anos novecentos, não foram encontrados livros paroquiais. Entre 1901 e 1920, os sepultamentos apresentam um total cerca de 5% superior ao encontrado no índice do Cartório de Registro Civil. Considerando depoimentos dos entrevistados, dando conta de que os óbitos eram comunicados ao cartório da própria localidade onde ocorria o sepultamento, e verificando falta de correspondência entre os sepultamentos e os registros civis encontrados na sede municipal e distritos, seria necessário um novo projeto dedicado exclusivamente ao tema para que pudéssemos extrair alguma conclusão.

Isto posto, é impossível classificar irreversivelmente as fontes utilizadas nesta pesquisa. Por ser necessário determinar uma gradação entre as fontes, estabelecemos alguns critérios a partir do conhecimento que obtivemos sobre o processo de produção de cada tipo de registro.

Para os nascimentos anteriores a 1931, os assentos de batismo foram considerados como fontes originais. Como não originais ou secundárias: as transcrições de dados nos processos de casamento; registros civis em atraso; idades informadas em inventários, registros de óbito ou sepultamento; e, idades constantes nos registros de hospedaria e nas listas de passageiros.

Para as uniões matrimoniais, os assentos paroquiais de casamento foram

classificados como fontes originais para os eventos realizados até 1930, à exceção do ano de 1889, quando os registros civis foram classificados sob o mesmo tipo. Os registros civis de casamentos do período entre 1890 e 1930 são fontes não originais para os propósitos deste trabalho. Entretanto, ocupam nível superior na escala de importância com que foram utilizados, já que também classificamos como originais os processos de levantamento de tutela do arquivo judiciário; proclamas publicados em periódicos; notícias sobre enlace em colunas sociais; e, convites para a cerimônia.

Para os óbitos, como fontes originais foram considerados os registros de sepultamento nos livros dos cemitérios consultados e, em segundo nível, os registros obtidos junto aos Cartório de Registro Civil e os processos de inventário. Contabilizamos todas as demais informações a respeito de falecimentos, inclusive menção ao falecimento dos pais de noivos ou de crianças batizadas, na categoria de fontes não originais.

Assim como as fontes já citadas, os registros de transmissão de propriedade entraram na categoria de fonte original ou secundária, dependendo do uso a que se destinou. Numa ou noutra classificação, estes registros também foram classificados por níveis, uma vez que presidiu este trabalho a concepção de que todo registro é produto de um momento e do conjunto de práticas sociais então vigentes. Assim é que, a assinatura de um contrato de financiamento de lote na Colônia Agrícola da Constança ocupa o mesmo nível de uma Escritura de Compra e Venda de Imóveis e do registro de posse constante dos Relatórios da mencionada instituição agrícola.

No decorrer da elaboração do texto final, muitas outras fontes são citadas. O método de utilização de cada uma vinculou-se a uma base teórica oferecida pelos pensadores consultados. Que, em última análise, permitiram aprender sobre a produção dos documentos-monumentos e subsidiaram o estabelecimento dos

critérios de classificação. Segundo Foucault[XV],

> A história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo; ela o organiza, recorta, disbribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações.

E assim, buscando fundamentos que orientassem cada passo do processo, utilizamos todos os meios possíveis para resgatar esta parte da história de Leopoldina.

Importante destacar a contribuição obtida junto aos entrevistados. Sob este aspecto, planejamos os encontros seguindo a orientação de March Bloch [XVI] a respeito do contato de um pesquisador com as fontes. Segundo Bloch, “textos ou documentos [...] não falam senão quando sabemos interrogá-los”. Para nós, as fontes orais foram objeto de análise equivalente à realizada em documentos originais ou secundários. Da mesma forma que interrogamos um relatório de administrador em busca de esclarecimento sobre um determinado aspecto do funcionamento da Colônia, assim o fizemos diante das pessoas com quem conversamos e daquelas com quem mantivemos contato epistolar. Conforme ensina Bloch, toda investigação tem uma direção, representada pelo problema que deu origem à pesquisa. Evidentemente que nós passamos pela fase mencionada por este teórico, quando o pesquisador é envolvido por afirmações ou dúvidas oriundas da tradição, do senso comum e dos preconceitos. Para controlar tais influências, elaboramos sempre um roteiro para as entrevistas, tendo o cuidado de manter a flexibilidade necessária para agregar no caminho, como disse Bloch, “uma multiplicidade de novos tópicos e [...] todas as surpresas”. Ao longo do tempo, foi se tornando cada vez mais fácil interpretar as falas de nossos colaboradores dentro do

---

[XV] FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p.7

[XVI] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 79-80, 102-104

corpo teórico no qual nos baseamos. Na troca de correspondência foi ainda mais simples redirecionar as questões, apesar deste veículo ser mais facilmente contaminável. Com o sentido de controlar uma primeira contaminação, escolhemos fazer a abordagem inicial de forma direta, como se fora um questionário.

O itinerário, ensina Marc Bloch, não necessariamente é seguido passo a passo. O que não significa que possamos dele prescindir ou correríamos o risco de vagar ao acaso, sem objetividade alguma. No nosso caso, ter em mente um roteiro bem estruturado nos permitiu transitar entre os depoimentos espontâneos e os provocados pelas questões planejadas. No decorrer do estudo já estávamos convictos de que não existe um único tipo de fonte para dar conta de cada problema de pesquisa. Sempre levando em consideração que as testemunhas podem enganar-se de boa-fé porque, com raras exceções, só vemos ou ouvimos bem o que esperamos de fato perceber.

Toda a nossa busca foi centrada no modelo indicado por Jacques Le Goff[XVII] quando cita a obra de Philippe Joutard que reencontrou

> no seio de uma comunidade histórica, através dos documentos escritos do passado, e depois através dos testemunos orais do presente, como ela viveu e vive o seu passado, como constituiu a sua memória coletiva e como esta memória lhe permite fazer face a acontecimentos muito diferentes daqueles que fundam a sua memória, numa mesma linha, e encontrar ainda hoje a sua identidade.

A memória coletiva, vale reiterar, domina todos os momentos da vida humana, sendo parte integrante da identidade individual e coletiva, que a sociedade contemporânea busca compreender.

2.1 METODOLOGIA DE PESQUISA GENEALÓGICA

O modelo de realização desta pesquisa utilizou vários métodos, com

---

[XVII] GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.469

destaque para a pesquisa do tipo genealógico. Apesar de críticas mais ou menos ácidas que lhe devotam alguns estudiosos, a pesquisa genealógica demonstrou ser de grande utilidade para resgatar a memória da Imigração em Leopoldina e da Colônia Agrícola da Constança. De modo geral, as críticas se baseiam na baixa credibilidade para o método, quando remete a um universo romântico de busca pela nobreza de sangue. Quando se trata de descendente de imigrantes italianos, não raras vezes são citados os processos para requerer o reconhecimento de cidadania. Mas o método genealógico tem amplitude muito maior.

Segundo Rivers[XVIII], o sistema de matrimônios num grupo social pode ser deduzido da análise de ocorrências tais como a endogamia. Da mesma forma, analisar a genealogia de um grupo representativo permite estudar as leis que regulamentam a descendência e a transmissão de propriedade. "É possível pesquisar a história de um determinado pedaço de terra, talvez desde os tempos em que foi pela primeira vez cultivado, com suas divisões nos vários momentos", esclarece. Em outro momento, Rivers declara que "as genealogias incluem enorme quantidade de informações valiosas para um estudo exato de vários problemas".

Este teórico da antropologia aborda o método como instrumento importante para o estudo do que ele chama de "populações de cultura primitiva", ou seja, sociedade ágrafas, sem registros escritos. São mencionadas diversas vantagens, das práticas sobre a transmissão de nomes à regulação da vida social. Verificamos que uma adaptação ao objetivo do estudo, utilizando-o como um dos instrumentos de busca e na testagem de informações orais, seria de grande utilidade. Enquanto antropólogos que estudam sociedades ágrafas precisam basear-se exclusivamente em informações orais, aqui o caminho teve outra direção.

Adicionalmente, buscamos sustentação em Beattie[XIX] ao declarar que

> quando os antropólogos sociais lidam com relações de parentesco,

---

[XVIII] RIVERS, W. H. R. O Método Genealógico na Pesquisa Antropológica. In: OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A Antropologia de Rivers**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p.51-69

[XIX] BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980. p.115, 117

> na realidade eles estão tratando de relações de um tipo muito diferente, isto é, de relações sociais, que podem ser relações de autoridade e subordinação, de troca econômica, de cooperação doméstica, de ritual ou cerimonial.

Este pioneiro nos estudos da Antropologia Social ensina que o parentesco

> é mais comumente utilizado por dois objetivos importantes e relacionados. Primeiro, ele fornece um modo de transmitir *status* e propriedade de uma geração a outra e, segundo, em algumas sociedades ele serve para estabelecer e manter grupos sociais efetivos.

Pouco sabíamos a respeito das famílias dos imigrantes. Mas a partir de nomes recolhidos em diversas fontes, buscamos outras referências que nos permitissem montar os vários grupos. A análise dos registros de nascimentos, batismos e casamentos permitiu identificar os lugares de moradia, as relações de compadrio, a fertilidade dos casais etc. E comprovou ou desfez hipóteses sobre os arranjos matrimoniais mencionados pelos entrevistados.

Percebemos que algumas pessoas apresentaram informações baseadas não exatamente naquilo que conheciam de seus antepassados, mas em memória coletiva alimentada em generalizações produzidas por historiadores tradicionais. São os documentos/monumentos e as pessoas não percebem, como disse Le Goff[XX], que

> O documento não é inócuo. É, antes de mais nada, o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais contiuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio.

Conforme alertou Rivers, a memória dos descendentes raramente mencionou os que morreram jovens ou solteiros. Mas para além de estudos puramente demográficos, o conjunto de genealogias dos imigrantes que viveram em Leopoldina comprovou que o sistema permite conhecer uma quantidade expressiva de informações importantes para resgatar a memória daquele grupo social.

Diferentemente do uso mais frequente, qual seja, a busca dos ancestrais

---

[XX] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.538

de determinada pessoa, neste trabalho a genealogia foi utilizada para conhecer os descendentes dos pioneiros. Para tornar possível a sua aplicação, inicialmente foram construídas árvores de costado, ou seja, foram montados os quadros de ancestrais para chegar ao genearca[XXI].

Este trabalho foi bastante facilitado por serem as técnicas já conhecidas desde uma pesquisa anterior sobre as famílias pioneiras do Feijão Cru. E diferentemente do que fazem os antropólogos que estudam comunidades sem registros escritos, para cumprir o objetivo deste trabalho a árvore de costado não poderia ser composta apenas por informações orais. Antes, e pelo contrário, cada lançamento deveria ser baseado numa fonte original.

A tabela de ascendência é realizada do presente para o passado e obedece a normas do Sistema Ahnentafel que, segundo Chamberlin[XXII], dispõe sobre a forma de numeração das gerações. Foi criado por Stéphane Kekule von Stradonitz, um alemão do século XIX que divulgou e aperfeiçoou o denominado Método Sosa-Stradonitz. Segundo Acha[XXIII], Jerónimo Sosa, um erudito espanhol autor de Noticia Histórica de la Gran Casa de los Marqueses de Villafranca publicado em 1676, estabeleceu uma forma de numerar os antepassados que se tornou um método científico para construção das árvores de costados. Seguindo estas normas, parte-se de um personagem que recebe o número 1 e seu ancestral masculino imediato será o número 2, sendo sua mãe o número 3 da tabela. Portanto, o pai de um personagem da genealogia em estudo será encontrado multiplicando-se seu número por 2. Somando-se 1 a este número, o resultado corresponderá à mãe. A tabela pode ser demonstrada da seguinte forma:

[XXI] Do grego geneárches: o progenitor ou fundador de uma família, segundo os dicionaristas Aurélio e Houaiss. Para este trabalho, o genearca representa o patriarca de uma família imigrada.

[XXII] CHAMBERLIN, David C. **The Conceptual Approach to Genealogy**. Madison-USA: Heritage Quest, 1998

[XXIII] ACHA , Jaime de Salazar y. **Manual de Genealogía Española**. Madri: Hidalguia, 2006. p. 206

						8 – pai de 4
				4 – pai de 2		
						9 – mãe de 4
		2 – pai de 1				
						10 – mãe de 5
				5 – mãe de 2		
						11 – pai de 5
1 – pessoa inicial						
						12 – pai de 6
				6 – pai de 3		
						13 – mãe de 6
		3 – mãe de 1				
						14 – pai de 7
				7 - mãe de 3		
						15 – mãe de 7

Atualmente este trabalho pode ser composto com muito mais facilidade através do uso de programas de computador. Entretanto, o lançamento no *software* é geralmente posterior à coleta dos dados, especialmente quando se parte de entrevistas. Anotar informações orais tendo em mente o Sistema Ahnentafel, além de gerar um resultado mais claro permite calcular rapidamente a provável época de nascimento de cada geração. Ao serem tomados os depoimentos, o entrevistador tem, assim, oportunidade de refazer perguntas quando lhe parecer que houve inversão de gerações ou que uma data informada é incompatível com a relação de parentesco mencionada.

Após a checagem das informações colhidas, preferencialmente à vista de fontes originais, a deposição dos dados no programa permite facilmente avaliar a similaridade de sobrenomes e estabelecer estratégia para novas buscas. Ao fim do levantamento, geralmente são identificados vínculos parentais antes insuspeitos. Portanto, o uso da metodologia de pesquisa genealógica, através de um programa

específico de computador, permite fazer simultaneamente a árvore de costado e a genealogia descendente do genearca. Além disto, é possível criar fichas individuais com todo tipo de dado encontrado sobre cada personagem, de uma data de nascimento a uma compra de imóvel, passando por citação em notícias de jornais e cartas enviadas ou recebidas, além, evidentemente, da completa citação da fonte de cada lançamento.

Um outro aspecto previsto no método refere-se ao estabelecimento do genearca na Posição Zero, conforme definido no Congresso Internacional de Genealogia realizado em Bruxelas, na Bélgica, em 1958. Isto significa levar todas as referências ao topo da árvore, o que demandou uma outra adaptação feita para este trabalho. Considerando que o objetivo era conhecer a descendência de muitos personagens, criamos um vínculo funcional entre todos os genearcas, considerando por Marco Zero a presença em território do município de Leopoldina.

Faz-se mister mais uma palavra sobre o uso do método de pesquisa genealógica neste estudo. Conforme foi informado, o lançamento de um dado deve ser baseado em fonte original. Nem sempre foi possível obter documentos no país de origem. Sendo assim, as listas de passageiros e os registros nos livros de Hospedaria foram considerados como documentos-monumentos para composição das famílias. Identificamos muitos grupos compostos por irmãos e agregados, cuja condição não foi adequadamente lançada em tais registros. Sempre que surgiram dúvidas sobre a relação de parentesco, e na falta de outra fonte para análise, lançamos a hipótese e sua respectiva fonte.

2.2 O TEMPO E O ESPAÇO

Definimos que o espaço a ser estudado seria a área territorial do município de Leopoldina ao final dos anos oitocentos, ou seja, seriam incluídos os então distritos que no decorrer do século XX alcançaram autonomia administrativa. A decisão de abranger Recreio e Bom Jesus do Rio Pardo (hoje Argirita) está

vinculada ao recorte temporal escolhido.

Conforme ensina Michel de Certeau [XXIV], “uma exclusão é sempre necessária ao estabelecimento de um rigor”. Quando se prepara um projeto de pesquisa, é necessário delinear o espaço e o tempo onde a questão se coloca, para tornar viável o estudo. Considerando ser o problema originário da pesquisa referente à Imigração em Leopoldina, imperioso foi estabelecer, de início, o que entendíamos por esta designação.

Foi através da análise de assentos paroquiais do último quartel do século XIX até 1930 que nasceu a ideia de pesquisar o tema. Portanto, seriam estudadas as ocorrências existentes neste período. Ao realizarmos o levantamento bibliográfico e prepararmos a listagem das fontes disponíveis, percebemos que a região transferida para o município de Palma em 1890 só raramente constava dos documentos preservados. Desta forma, realizamos a primeira exclusão. Mais tarde, foi feito um ajuste no recorte temporal para o período de 1880 a 1930, dentro do território que atualmente abrange os municípios de Leopoldina, Argirita e Recreio. Portanto, só em situações muito específicas foram feitas buscas nos demais municípios vizinhos, geralmente para esclarecer dúvidas em torno de imigrantes que chegaram a Leopoldina depois de residirem em algum deles.

2.3 DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

Em entrevista concedida a Francesco Maiello , publicada sob o título Intervista Sulla Storia em 1982, Jacques Le Goff [XXV] manifesta uma opinião interessante. Segundo ele,

> Até há não muito tempo o historiador universitário julgava praticamente indigno, se não mesmo imoral, divulgar as suas ideias, particularmente através da televisão. Esta era considerada uma

---

[XXIV] CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense: 2006. p. 47

[XXV] LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa: Edições 70: 1986. p. 17

> prática embrutecedora.

A declaração veio logo após ter dito que

> a história não poderá manter uma qualquer função no âmbito da ciência e da sociedade se os historiadores não souberem por-se em dia no que se refere aos novos meios de comunicação de massa.

Na formulação do projeto, previmos a divulgação dos resultados nos meios de comunicação disponíveis. Embora não tenha sido afastada a possibilidade de futuramente ser publicado um livro, a escolha imediata foi pela transformação das informações em textos a serem publicados num jornal da cidade, mantendo coluna num periódico de Leopoldina entre 1999 e 2001. Entretanto, por considerar importante a colaboração de descendentes, optamos pela criação de um espaço na rede mundial de computadores[XXVI], através do qual seria mais imediata a troca de informações com o público. Ao iniciarmos a coluna no jornal, os mesmos textos foram também publicados na *internet*, mantendo a linguagem coloquial. Na segunda etapa da divulgação, iniciada em 2006, além da retomada da coluna no jornal, e da continuidade da publicação no site, abrimos um outro espaço na rede[XXVII]. Na última etapa prevista no cronograma, entre abril de 2008 e abril de 2010, iniciamos participações em programas da Rádio Jornal, de Leopoldina.

Umberto Eco[XXVIII] declara que escrever uma tese "é um exercício de comunicação que presume a existência de um público". No caso desta pesquisa, o público a que se destina é composto prioritariamente dos moradores de Leopoldina, descendentes ou não dos imigrantes. O resgate da memória da Imigração em Leopoldina, e por consequência da história da Colônia Agrícola da Constança, prevê disseminar o conhecimento construído e abrir oportunidade para que novos estudos se realizem.

XXVI O site <www.cantoni.pro.br>, existente desde 1997, tem uma seção específica para a Colônia Agrícola da Constança e a Imigração em Leopoldina.

XXVII Em abril de 2007 foi inaugurado um blog no endereço <http://coloniaconstansa.blogspot.com/>

[XXVIII] ECO, Umberto. **Como se faz uma tese.** São Paulo: Perspectiva, 2005. p.15

3. A IMIGRAÇÃO ITALIANA VISTA ATRAVÉS DOS ASSENTOS PAROQUIAIS DE MATRIMÔNIO[XXIX]

De modo geral é nos trabalhos de Demografia Histórica e Sociologia que se encontram usos mais intensos dos livros de assentos paroquiais como fonte de pesquisa. Ambas as ciências buscam neles o suporte para analisar e reconstruir uma determinada estrutura populacional e suas práticas sociais, comparando-os com outras fontes disponíveis. Muito embora Gilberto Freyre, no prefácio à primeira edição de Casa Grande & Senzala na década de 1930, tenha destacado o valor dos livros de batismo, casamentos e óbitos entre as fontes para estudos sobre a família no Brasil colonial, foi somente a partir dos anos sessenta que os estudiosos passaram a lhes dedicar maior atenção. Acrescente-se, aliás, que Freyre os tinha incluído ao lado de fontes como inventários, testamentos, autos de processos matrimoniais, documentos parlamentares, atas em geral, estudos e teses médicas e uma série de outros documentos que se encontram em arquivos eclesiásticos, civis e particulares. O autor pernambucano, ao listar as fontes que utilizou em seu trabalho, incluiu os estudos de genealogia de Pedro Taques, provavelmente o primeiro autor brasileiro a dar um caráter científico à pesquisa genealógica.

Tanto na pesquisa em Demografia Histórica quanto em Sociologia, é necessário recolher uma extensa gama de dados relativos às relações sociais humanas, já que contemplam todos os seres humanos ao longo do recorte temporal escolhido, sem limitações de classes, credos ou ideias. Sendo assim, um estudo sobre dada sociedade não poderia ficar restrito aos livros paroquiais por não abrangerem senão os profitentes da religião oficial. Por outro lado, os registros paroquiais desvendam uma série de características senão de toda a sociedade, mas de boa parte dela. E se o período de observação for anterior a 1931, poucas fontes serão tão informativas quanto aquelas que se encontram nos arquivos eclesiásticos.

[XXIX] Este capítulo é uma revisão de texto homônimo publicado em 1999

Isto porque, embora o registro civil tenha sido implantado ainda ao tempo do Império[xxx], seus custos mostravam-se superiores aos praticados pela igreja. Esta situação só se modificou com o Decreto nr. 19.710, de 18.02.1931, que liberou de multa os registros em atraso. Sendo assim, qualquer estudo sobre a formação da família no Brasil, deve considerar os livros paroquiais como fonte privilegiada para os matrimônios oficiais até a década de 1930.

Entretanto, este estudo não se propõe a estudar a família, quer seja pelo conceito amplo que interessa aos sociólogos, analisando noções de parentesco e compadrio, nem tampouco pelo sentido restrito que se volta para a família nuclear, formada pelos progenitores e seus filhos. É, antes de tudo, um recorte sobre observações realizadas ao longo do levantamento de dados nos livros paroquiais de Leopoldina, relativos ao período de 1861 a 1930, especialmente da Igreja Matriz da sede municipal. Segundo Maria Beatriz Nizza da Silva (1984, p.85), “contrair esponsais significava, no Brasil colonial, [...] seguir um rito, um cerimonial, com data marcada como um casamento, assistido também por testemunhas”. Em busca de tais indícios, e da forma como apareciam no final do século XIX, foi realizada uma coleta de informações nos livros paroquiais de matrimônios disponíveis no Arquivo Eclesiástico de Leopoldina. Para além do objetivo proposto, deste trabalho ressaltou um outro aspecto que diz respeito à representatividade dos imigrantes na composição da sociedade leopoldinense, no período de transição que vai do fim do Império à consolidação da República.

Quantos teriam sido estes imigrantes? Esta é a questão que se pretende responder, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre o período em que foi fundada a Colônia Agrícola da Constança.

[xxx] O Decreto nr. 9886, de 7 de março de 1888, da Presidência da Província de Minas Gerais, regulamentou o registro civil de nascimento, casamento e óbito. Já o Decreto nr. 233, de 27 de fevereiro de 1889, alterou as normas para o registro de casamentos, mantendo as demais disposições.

3.1 FATOS NORTEADORES

Para além da coleta mecânica de dados, os livros paroquiais permitem perceber que “os sistemas de nupcialidade não eram idênticos”, como ressalta Mary del Priore (2006, p.63). Abordando o período colonial, a autora informa que havia diferenças entre os casamentos de livres e de escravos, sendo que aqueles podiam escolher livremente o momento da união, embora observando o “tempo proibido”, ou seja, períodos de penitência nos quais a Igreja desaconselhava festividades. Ainda assim, apenas nas áreas mais afastadas dos centros populosos o número de casamentos entre pessoas livres era reduzido drasticamente no Advento, na Semana Santa e na Quaresma. Já para os escravos, havia uma outra imposição: durante o período de semeadura ou de colheita eles não recebiam permissão de seus senhores para realizarem os rituais religiosos.

Embora se refiram ao período colonial, não é difícil observar que as diferenças permaneciam, um pouco suavizadas, no final do Império. E talvez acrescidas de um outro problema relatado por Nizza da Silva (1984, p. 115) em relação à permissão de casamentos entre mancípios. Trata-se, neste caso, das “provisões” exigidas pela igreja para a realização do matrimônio. Lembra a autora que as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, que regiam no Brasil as normas exaradas pelo Concílio Tridentino, não esclarecem quais documentos eram enfeixados no conceito de provisões, sendo possível supor que fossem exigidas certidões de batismo, atestado de residência e certidão de óbito do primeiro cônjuge para o contraente viúvo. O processo de casamento, portanto, envolvia o dispêndio de somas consideráveis nos casos em que os nubentes tivessem nascido em outro local. É ainda de Nizza da Silva a informação de que somente no início do século XIX os bispos da Capitania de São Paulo passaram a permitir dispensa das provisões para o casamento de escravos.

Por oportuno destaca-se que este complicador para os casamentos de

escravos fazia-se presente também para os imigrantes. Para estes, o processo poderia estender-se por longo tempo diante da necessidade do imigrante provar ser batizado e solteiro. A alternativa era a apresentação de fianças e cauções que não estavam ao alcance da população mais pobre.

Um pesquisador que se debruce sobre as massas, e não sobre as elites, precisa verificar a incidência destas e de outras práticas para diminuir o risco de contaminação de uma pesquisa. Uma interpretação parcial pode resultar em conclusões superficiais que não condizem com a realidade e que, infelizmente, estão presentes em antigas obras de referência para a nossa história.

No caso da população escrava de Leopoldina, corre-se o risco de continuar repetindo que o 13 de maio veio libertá-los quando, na realidade, a Lei Áurea parece ter encontrado um número bem pequeno de cativos no município. Dos livros paroquiais de matrimônio o que se observa é que, provavelmente, nos primeiros meses de 1888 houve mudança de postura por parte do Bispado do Rio de Janeiro, ao qual a Paróquia estava subordinada na época. Assim é que um número elevado de casamentos realizados naquele primeiro semestre parece indicar a oficialização da dispensa de provisões para casamentos entre libertos. Destaque-se, ainda, que o último livro de casamentos de escravos só foi utilizado até a folha 67 verso, para evento realizado no dia 30 de julho de 1887. Sendo assim, parece confirmar-se informação já obtida em literatura, dando conta de que a libertação em Leopoldina ocorreu de forma paulatina no decorrer dos anos anteriores a 1888.

Tornou-se necessário estender as observações sobre o casamento entre escravos para justificar a escolha do recorte temporal de análise dos livros paroquiais de matrimônios, conforme se verá no próximo capítulo.

3.2 ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES

O levantamento dos dados foi realizado nos livros de matrimônios da Paróquia de São Sebastião da Leopoldina do período de 1861 a 1930. O estado de conservação é diferente entre as várias unidades do acervo, tendo em vista que nem todos são livros originais. Entre outros riscos, o encapamento com material plástico, inadequado à conservação, poderá antecipar o fim da vida útil do material.

O mais antigo, identificado como “de escravos”, é original e foi dividido em duas seções, sendo a primeira destinada aos casamentos e a segunda aos batismos realizados entre 1861 e 1877. A parte destinada aos batismos, da página 100 a 200 verso, recebeu assentos até a página 147 verso, sendo o último datado de 06.08.1871. A seguir observa-se falta de algumas páginas e surgem dois assentos de fevereiro de 1872 e um de setembro de 1872. Considerando que a chamada Lei do Ventre Livre foi promulgada a 28 de setembro de 1871, é lícito supor que seja esta a razão para a interrupção dos registros, provavelmente incluindo a retirada de páginas contendo assentos posteriores à data da Lei. Quanto aos assentos de 1872, será necessária uma busca mais detalhada para verificar os motivos para o descumprimento, ressaltando-se apenas o fato de que o último refere-se a um escravo de 36 anos e, portanto, fora do alcance do mencionado instrumento legal.

A primeira parte deste livro, constituída das 100 primeiras folhas, não contém apenas casamentos entre mancípios. Em parte deles é citado o proprietário de apenas um dos cônjuges, indicando tratar-se de união mista. Ressalte-se, a propósito, que não foram poucos os artifícios utilizados pelos senhores de escravos, ao longo do tempo, para impedir uniões do gênero. Em uma outra obra, a já citada Nizza da Silva (1998, p.182) dedica grande parte de um capítulo para abordar tais impedimentos ao tempo colonial. Quando se tratava de união com uma índia administrada, ou seja, pertencente a uma tribo aldeada com recursos do governo central, o senhor do escravo argumentava que era a índia quem deveria abandonar

o aldeamento e vir residir em sua propriedade, numa clara alusão à possibilidade de torná-la legalmente sua escrava. Quando um dos nubentes era liberto, a mesma tentativa poderia ocorrer por parte do proprietário da outra parte mas, durante o Império, o mais habitual era que a parte livre estivesse buscando meios para comprar a liberdade do parceiro e, neste caso, era comum que o preço arbitrado fosse diferenciado para impedir a consecução do objetivo. O terceiro tipo de casamento misto reunia uma escrava e um homem livre branco. Estes três tipos podem ser deduzidos das anotações dos párocos nos assentos paroquiais analisados. Mas a autora citada aborda um quarto tipo que não foi possível detectar nos livros paroquiais de Leopoldina. Trata-se do matrimônio celebrado entre homem escravo e mulher branca livre. Ressalte-se, porém, que neste livro destinado a assentos de escravos constam alguns matrimônios entre pessoas livres. Permanece em aberto a possibilidade de ser, então, a confirmação final de que o observado por Nizza da Silva para o tempo colonial permanecia como prática, ao final do Império, em terras do município de Leopoldina.

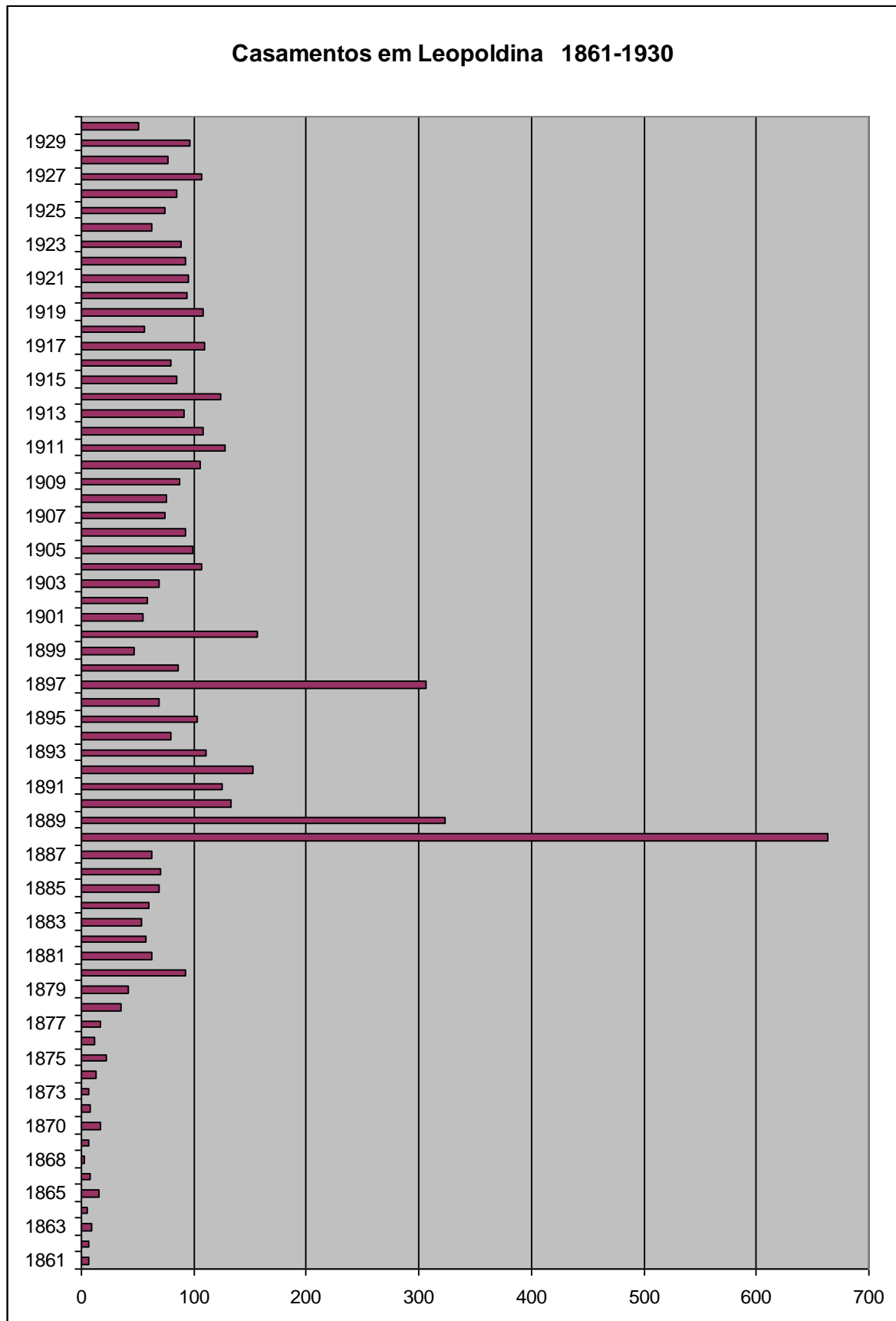
O segundo livro de casamentos analisado é tido pela administração do Arquivo Eclesiástico como sendo o de número 1. Inicia-se em maio de 1877, contém 396 páginas utilizadas, sendo o último assento datado de outubro de 1889. É o livro original e encontra-se melhor conservado do que o primeiro. Contém algumas indicações de origem dos nubentes mas não foi possível incluí-lo no recorte temporal por apresentar inconsistência de datas, sugerindo ter havido transcrição desordenada de muitos assentos. Ressalte-se, a propósito, que os padres costumavam anotar os eventos em pedaços de papel para depois lavrarem o registro no livro próprio. A "incúria dos párocos", destacada em quase todos os estudos que se debruçaram sobre os livros paroquiais, pode ter sido a causa da desordem em que se encontra este livro, incluindo o registro de datas incompatíveis com outros documentos do próprio emissor, encontráveis em outras fontes que não os livros de assentos de matrimônios.

Apesar de não utilizado no cômputo geral deste estudo, o segundo livro

traz uma informação importante para os estudos populacionais de Leopoldina. Como foi dito na introdução, no Brasil colonial as pessoas livres o eram também para escolher a data do casamento e os escravos ficavam sujeitos ao ciclo da produção agrícola. Além disso, as necessárias provisões dificultavam o casamento religioso entre a população que não dispunha de recursos para cobrir os custos do processo, sendo necessário solicitar dispensa ao Bispado. O primeiro livro de matrimônios de Leopoldina demonstra que os casamentos entre mancípios realizavam-se ao longo do ano, não deixando margem para afirmar que os períodos de semeadura e colheita influíssem na escolha da data para casar-se. Por outro lado, permite entrever sinais de mudanças ocorridas na década anterior ao 13 de maio de 1888.

A primeira observação refere-se à presença de casamentos, no ano de 1880, entre homem liberto e mulher livre ou entre dois libertos. Se outros registros deste tipo constam do primeiro livro, oficialmente destinado aos escravos, o motivo da inclusão de alguns destes assentos no segundo livro levanta dúvidas, principalmente por não terem obedecido estritamente à ordem cronológica. Esta ocorrência vai se tornando mais frequente nos anos seguintes até que, no ano de 1888, confirma-se o que já foi dito sobre a libertação paulatina dos escravos. Seria necessário encontrar os processos de matrimônio da Paróquia de São Sebastião para estudar uma hipótese que ressalta deste segundo livro: a de que os libertos teriam ficado esperando que o Bispado do Rio de Janeiro autorizasse a dispensa de provisões para estes casamentos. Como destaque desta possibilidade, a partir da página 200 aparecem registros diferentes do padrão adotado pelo padre, reunindo uma série de noivos num único assento, sem indicação dos pais, do local de batismo e residência, e com data anterior ao 13 de maio. Uma análise grafotécnica deste livro indica uma outra característica: o autor dos assentos deve ter demorado vários dias para o lançamento, sendo perceptível a diferença de pressão do punho sobre a pena no interior de vários registros.

No somatório geral dos assentos de matrimônio, o ano de 1888 aparece também fora do padrão quantitativo para os anos imediatamente anteriores e

posteriores, como se pode ver no quadro a seguir.

E foram justamente os assentos de 1888 que determinaram a exclusão deste segundo livro de casamentos da análise percentual de imigrantes na população de Leopoldina segundo os livros de registro de matrimônios. Algumas vezes são intermediados por lançamentos relativos a imigrantes sem, no entanto, esta informação ter sido registrada.

O terceiro livro de casamentos da Paróquia, que recebe o número 2 no Arquivo, abrange o período que vai de outubro de 1889 a junho de 1898. Contém 200 folhas, tendo sido utilizado até à página 196 verso e é um dos melhores para a análise proposta. É original e a partir de maio de 1890 os assentos apresentam-se bem preenchidos, contendo as informações de praxe que permitem atingir os objetivos deste estudo.

O livro de número 3, que na sequência cronológica dos assentos é o quarto, contém 400 páginas, tendo tido o Termo de Abertura assinado pelo Cônego José Ribeiro Leitão no dia 27 de dezembro de 1958. Entretanto, contém transcrição realizada pelo Padre Aristides de Araújo Porto no ano de 1928, relativa aos eventos do período de 1898 a 1908. Por esta divergência de datas conclui-se que a organização do Arquivo Eclesiástico da Paróquia de São Sebastião de Leopoldina aconteceu na década de 1950, afastando-se sobremaneira da realidade da época dos eventos. Entre as consequências observáveis, registre-se que podem ter sido perdidas muitas folhas avulsas onde os padres habitualmente anotavam os dados para posterior transcrição em livro próprio. Supõe-se que o Padre Aristides, além do desgaste físico que a transcrição demandou, tenha passado por intensa dificuldade de leitura dos assentos originais. Foram encontrados alguns dos papéis do vigário da época dos eventos - o Padre Fiorentini, e comparando-se o conteúdo com o transcrito pelo Padre Aristides tornam-se claras as modificações em datas e nomes de pais, padrinhos e noivos.

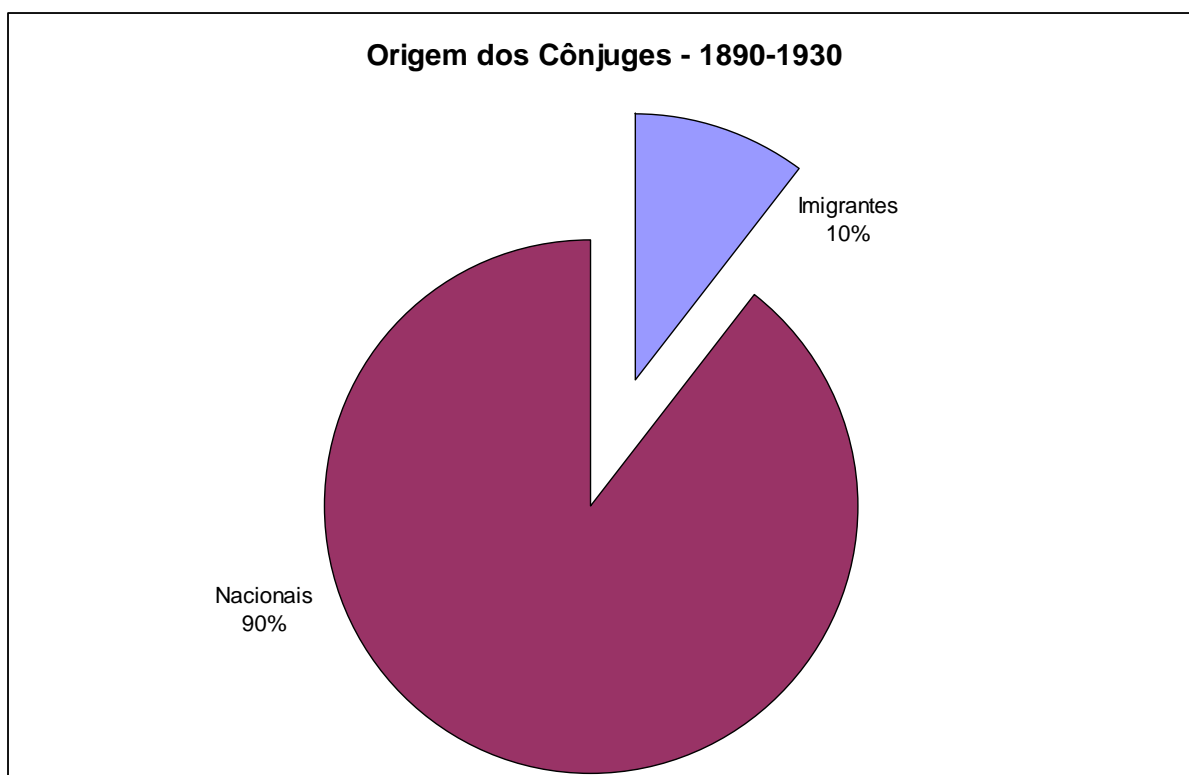
Seguindo o ordenamento do Arquivo Eclesiástico, toma-se o livro de número 4, também com 400 páginas mas com o último assento aposto na página 379. Assim como o anterior é uma transcrição realizada pelo Padre Aristides em

1928 dos assentos relativos aos anos de 1916 a 1923. Além de desordenado na sequência de livros e no conteúdo, contém divergências significativas em relação a outros documentos da mesma paróquia emitidos pelo Padre Fiorentini.

O próximo volume é o que recebeu o número 5, com o mesmo número de páginas e conteúdo transcrito pelo mesmo padre, relativo a eventos realizados entre 1908 e 1916. Para a análise necessária a este estudo, fez-se mister corrigir a ordem dos eventos contidos nos livros de números 3, 4 e 5. Este movimento trouxe uma série de dificuldades para a análise, já que foram encontrados casamentos lançados em mais de um dos volumes, alguns com datas totalmente diferentes e até mesmo com troca entre nomes de noivos e pais.

O último volume analisado recebe o número 6, é original do período 1924 a 1930, e contém 109 páginas preenchidas. Assim como os 3 anteriores, é menos informativo do que os livros de números 1 e 2. Um dos aspectos que se destacam na comparação entre eles é relativo à grafia de nomes e sobrenomes. Enquanto os assentos dos livros originais mantiveram nomes e sobrenomes escritos à moda da época, as transcrições do Padre Aristides apresentam o que se convencionou chamar de abrasileiramento, ou seja, adaptação para a língua portuguesa. Reflete, portanto, a influência de uma época em que se temia a influência estrangeira e delimitava-se o sentimento nacionalista através dos rigores da língua padrão.

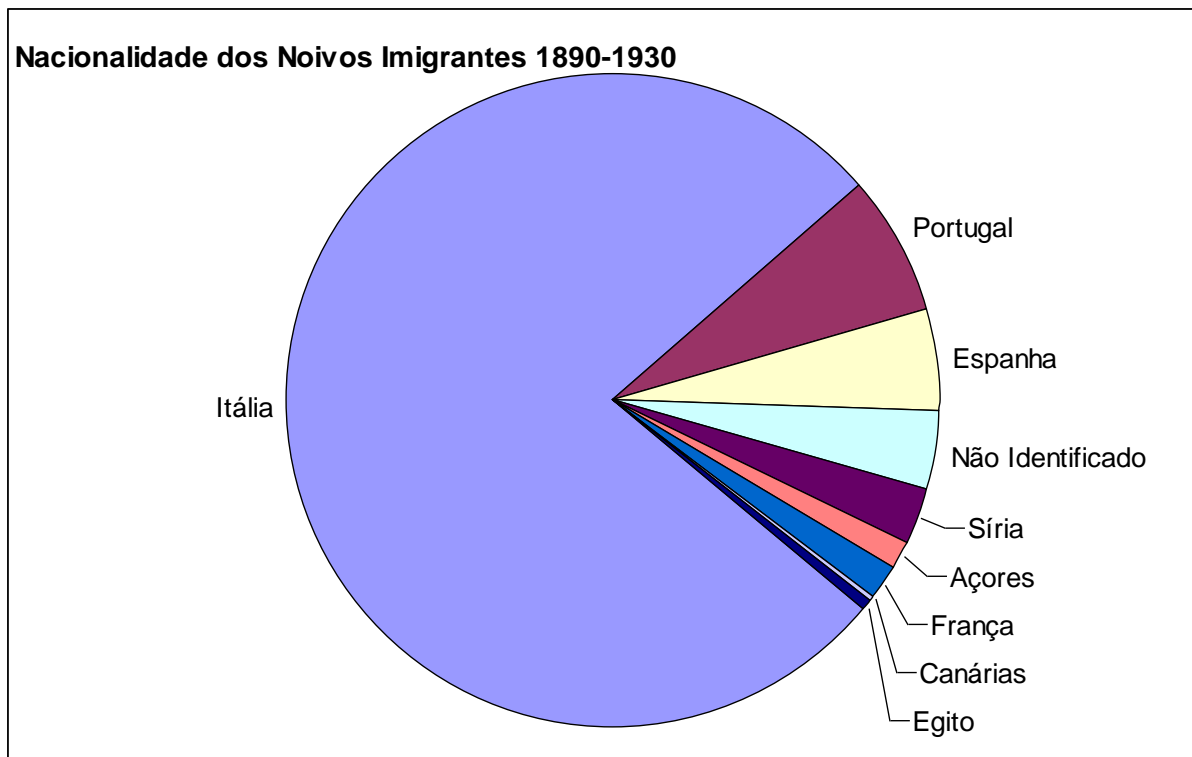
3.3 CONCLUSÃO

Do levantamento e análise comparativa foram excluídos os dados que apresentam divergências significativas, especialmente no que tange ao desvio padrão para a quantidade de eventos anuais. Decidiu-se, portanto, pelo recorte temporal que vai de maio de 1890 a dezembro de 1930 para abordar a representatividade da população imigrante em Leopoldina, segundo os assentos paroquiais de casamentos, se expressa no gráfico seguinte o resultado obtido.

Acrescente-se que o grande fluxo de imigração para Leopoldina ocorreu entre 1888 e 1898, sendo que os casamentos entre os estrangeiros chegados em 1888 começaram partir de 1890, já que poucos eram os jovens solteiros, com idade para contrair matrimônio, que passaram ao Brasil com suas famílias. Desta forma, a data inicial reúne o momento em que as informações estão mais bem dispostas nos livros de assentos e o início efetivo de casamentos entre eles.

Quanto à data final, foi definida com base na constatação de que após 1930 os casamentos já envolviam a segunda geração de descendentes e o objetivo era registrar a mesclagem na população de Leopoldina entre os naturais de outros países e seus filhos.

A destacar, ainda, a dificuldade de identificação dos naturais de Portugal e Espanha, cuja origem nem sempre aparece nos registros transcritos pelo Padre Aristides. Considerando que esta ausência pode ter acontecido também com imigrantes árabes, cujos nomes foram mais intensamente aportuguesados, sugere-se um certo cuidado no sentido de considerar estas conclusões tão somente como a visão da população de Leopoldina com base nos registros paroquiais de casamentos

da Paróquia de São Sebastião de Leopoldina.

Segundo as fontes analisadas para este estudo, os 10% de noivos imigrantes estavam divididos entre as nacionalidades especificadas no gráfico a seguir.

Ou seja, 9% eram italianos e as demais nacionalidades, juntas, estavam representadas por 1% das pessoas que se casaram em Leopoldina entre 1890 e 1930.

4. OS ITALIANOS

Pesquisar é buscar resposta para uma questão que surge no contato com um tema. De modo geral o processo tem início quando, ao procurar conhecimento sobre um assunto, o leitor se sente atraído por um aspecto não abordado pelas obras disponíveis. No caso de pesquisas historiográficas relativas ao resgate da memória de uma cidade, isto se torna mais claro porque o pesquisador resolve fazer a busca por não ter encontrado uma fonte suficiente para esclarecê-lo. Entretanto, nem sempre se percebe que o trabalho já começou. E a falta de um esboço pode acarretar uma desistência, já que não é possível prosseguir num trabalho de pesquisa sem haver clareza do problema, do objetivo, da justificativa e da metodologia que será utilizada.

Em outros momentos já foi declarado que o interesse pela imigração em Leopoldina surgiu no decorrer de estudo sobre as famílias que ali viveram no primeiro século de sua existência. Ao realizar um levantamento nos livros paroquiais, observou-se grande número de sobrenomes não portugueses entre os pais das crianças batizadas, os noivos e os padrinhos dos eventos ocorridos na paróquia entre 1872 e 1930. Quando encerrado aquele estudo, um outro foi iniciado e resultou no texto A Imigração em Leopoldina vista através dos Assentos Paroquiais de Matrimônio[XXXI], no qual ficou demonstrado que 10% dos noivos do período de 1890 a 1930 eram imigrantes, sendo 9% italianos e os demais, naturais de Portugal, Espanha, Síria, Açores, França, Ilhas Canárias, Egito e uma parte sem definição do país de origem.

Deste estudo nasceu a questão: quem eram estes imigrantes italianos?

[XXXI] Este estudo foi publicado pela primeira vez alguns anos depois de concluído, em 1999. Em 2009 foi revisto e republicado em <http://www.cantoni.pro.br/colonia/LivrosMatrimonios.pdf>

4.1 PENSANDO A PESQUISA

A justificativa para realizar a busca foi facilmente delineada. Embora o senso comum reconheça que o centro urbano é habitado por grande número de descendentes de italianos, são desconhecidas iniciativas de valorização desta comunidade. A exceção é a representação que ocorre anualmente na Feira da Paz, evento em que os clubes de serviço promovem atividades festivas de congraçamento. Procurou-se por um representante da comunidade, sem sucesso. Órgãos representativos também não existiam. E as pessoas consultadas demonstraram nada saber sobre a chegada dos primeiros italianos e a trajetória daquelas famílias.

Ensina Michel de Certeau (2006, p. 77) que "a articulação da história com um lugar é a condição de uma análise da sociedade". Os motivos que levam os pensadores a analisar uma sociedade são múltiplos. Mas para quem já se dedicava há tantos anos a buscar conhecimento sobre Leopoldina, uma certeza já se fixara. Sabia-se que a ordenação de informações resultaria em benefício para os moradores, na medida em que conhecer a própria origem dá ao ser humano a oportunidade de reconhecer-se no tempo e no espaço, realimentando sua própria identidade e abrindo um novo olhar para o mundo. Sendo assim, pretendeu-se analisar aquela sociedade a partir de um de seus elementos constitutivos: os imigrantes. O objetivo era oferecer aos conterrâneos uma informação cultural até então pouco discutida, qual seja o reconhecimento da presença dos descendentes de italianos em todas as atividades locais.

Ao ser esboçado o projeto, foi feito um levantamento das fontes passíveis de serem analisadas. Decidiu-se que os dados obtidos no levantamento dos livros paroquiais seriam comparados com os registros de entrada de estrangeiros; processos de registro dos que viviam no município por ocasião do Decreto 3010 de

1938[XXXII]; livros de sepultamento; pagamento de impostos e tributos municipais; escrituras de compra e venda de imóveis; e notícias em periódicos locais.

Todo pesquisador sabe que é fundamental estabelecer um recorte temporal para tornar viável o empreendimento. Sabe, também, que é necessário estabelecer adequadamente o seu objeto de pesquisa. No caso em pauta, era aconselhável restringir o número de pessoas a serem estudadas. Entretanto, levantou-se a hipótese de variações em torno da lista de nomes identificados nos livros paroquiais. Desta forma, ficou estabelecido que seriam acrescentados os nomes que surgissem nos demais documentos disponíveis e que a citação em mais de uma fonte seria tomada como base para o reconhecimento do imigrante como residente em Leopoldina. Determinou-se que o período de análise corresponderia à segunda fase da história de Leopoldina, ou seja, entre 1880 e 1930.

4.2 PROCESSO DE BUSCA

Segundo o teórico francês Jacques Le Goff (1996), do passado é possível recuperar duas formas de memória: os monumentos e os documentos. Monumento é o que pode evocar o passado e permitir a recordação do vivido, como estátuas, construções e atos escritos. Assim como os monumentos entendidos nesta acepção, os documentos históricos são também monumentos, produzidos conscientemente para deixar registrado um momento, uma passagem ou uma forma de ordenamento social. O documento escrito é resultado da escolha de quem o produziu, baseado nas concepções vigentes ao seu tempo.

Acrescente-se o ensinamento de Michel de Certeau (2006, p.81) a respeito da produção de documentos pelo pesquisador. Ao iniciar um trabalho, é necessário separar o material e reordená-lo na forma adequada ao estudo que se pretende.

[XXXII] Este Decreto, promulgado por Getúlio Vargas, determinava que todo imigrante residente em território nacional deveria preencher um requerimento a ser encaminhando para controle pelo Departamento de Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras. Os que foram preservados encontram-se no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Este movimento é designado como produção de documentos de pesquisa. Portanto, numa pesquisa historiográfica podem ser utilizados documentos históricos (monumentos) para se produzir documentos de pesquisa. O estudioso, segundo Michel de Certeau, não aceita simplesmente os dados, mas combina-os para constituir as fontes sobre as quais atuará.

Sobre este aspecto, recorde-se ainda que Ginsburg (1990) chama a atenção para o fato de que se deve dar prioridade à fonte original, procurando o que é peculiar e importante para reconstruir um acontecimento do passado de acordo com os objetivos do estudo que se realiza.

Tendo por base estas orientações, foram listados os nomes constantes das fontes encontradas, inicialmente relativos a um espaço de tempo mais amplo do que o recorte temporal especificado. Os livros paroquiais consultados foram os de batismo de 1852 a 1930 e os de casamentos de 1872 a 1930. Esta coleta permitiu estabelecer o período provável de entrada dos imigrantes entre 1875 a 1910, o qual determinou as buscas nas listas de passageiros e nos livros das hospedarias. Entretanto, só foi possível localizar registros de hospedarias entre 1888 e 1901. Quanto aos livros de sepultamento, só foram encontrados os do cemitério da sede municipal a partir de 1889. Por não terem sido localizados os livros relativos aos distritos, seria necessária uma busca pessoal em cada cemitério, correndo-se o risco de inúmeras falhas por não terem sido preservadas todas as lápides. Optou-se, então, por registrar apenas os óbitos localizados nas fontes textuais disponíveis. Da mesma forma, não houve sucesso na tentativa de levantamento intensivo dos registros de compra e venda de imóveis. O Cartório de Registro de Imóveis de Leopoldina permitiu, uma única vez, que se consultasse um arquivo com fichas descritivas. Outras informações do gênero foram obtidas em certidões gentilmente fornecidas por familiares, em processos de inventário, nos Relatórios da Colônia Agrícola da Constança e em notícias de jornais.

Uma outra fase do levantamento foi realizada no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro. Ali foram encontrados alguns processos de registro dos estrangeiros que

viviam em território nacional após 1940. Além disso, contou-se com a prestimosa colaboração do saudoso Luiz Raphael, que mantinha no Espaço dos Anjos um bom número de cópias de documentos deste gênero.

4.3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

É reconhecida a impossibilidade de se retratar fielmente o passado, uma vez que, por mais que se controle a análise dos documentos, ela é sempre orientada pelo presente, ou seja, pela interpretação que o pesquisador é capaz de fazer dos vestígios que consegue recuperar. Destaque-se, a propósito, que Bloch (2001, p.73) chama a atenção para as características da observação, já que "o conhecimento de todos os fatos humanos no passado deve ser um conhecimento através de vestígios". E indica a contribuição das testemunhas como fonte subsidiária para que o pesquisador volte no tempo se fazendo acompanhar de materiais fornecidos por gerações passadas. Entretanto, alerta, "o conhecimento do passado é uma coisa em progresso, que incessantemente se transforma e aperfeiçoa" (BLOCH, 2001, p. 75).

Assim é que, através de pistas fornecidas pelos colaboradores, foi possível fazer uma comparação entre as citações encontradas nas fontes. Inclusive, e isto é de enorme importância, entrevistas indicaram caminhos para se identificar transformações sofridas por grande número de sobrenomes italianos. Nunca será excessivo mencionar dois exemplos clássicos. Num deles, um italiano aparece no registro de estrangeiros como Severino Terceira, nome que dificilmente será original. O outro caso é o de Sancio Maiello que se transformou em Francisco Ismael.

Não foram poucos os casos em que um mesmo personagem apareceu com diversas formas de nomes. Somente após inúmeras comparações foi possível reuni-los sob um único sobrenome. Provavelmente muitos mais ainda o serão, quando outros estudiosos complementarem o estudo que ora se conclui.

Num destes casos, entre os batismos dos filhos encontramos as seguintes variações para o nome do pai: João, Jovão e Jovane. A mãe apareceu como Maria

Amalia, Amalia, Adelia e Maria Adelia. Em nosso banco de dados tínhamos o casal Giovanni-Amabile. Considerando que os oito batismos indicaram que as crianças nasceram a um intervalo médio de 17 meses, e que a primeira criança nasceu 11 meses após o casamento dos pais, montamos o grupo familiar após verificar que os padrinhos das crianças incluíam sempre um dos avós.

Ao fazer uma revisão no livro de sepultamentos do cemitério de Leopoldina, percebemos que uma das crianças aparecia como filha de "Jordão". Decidimos refazer outras buscas e consultas a familiares, tendo descoberto que existiu um Giordano na família. Este personagem passou ao Brasil antes dos pais, foi para o estado de São Paulo e só veio para Leopoldina muitos anos depois, já casado e com filhos. Além disso, faleceu em outro estado para onde seus filhos tinham migrado na década de 1920. Mais algumas consultas e aquele grupo familiar foi acrescido de mais 6 pessoas: Giordano, a esposa que também se chamava Amabile e 3 filhos homônimos dos primos nascidos em Leopoldina.

O segundo exemplo é relativos aos irmãos Antonio Sante, Antonio Agostino e Agostino Sante. Os três casaram-se com mulheres de nome Maria e tiveram filhos a intervalos que permitiria localizá-los num mesmo núcleo familiar.

O terceiro caso é dos irmãos Giovanni, Giovanni Battista e Battista Fortunato, cujas esposas se chamavam Ana, Maria e Mariana. Nos assentos paroquiais estes irmãos aparecem ora como João, João Batista ou apenas Batista e as esposas aparecem como Ana Maria ou Maria.

Da mesma forma, muitos nomes foram excluídos da listagem final por terem sido localizados em apenas uma das fontes consultadas. Em alguns casos foi possível descobrir que, embora o casamento tenha sido realizado na Paróquia de São Sebastião, os noivos não residiam em Leopoldina. Também muitos nomes constantes nos registros de hospedaria como tendo sido contratados por fazendeiros do município, na realidade desembarcaram em uma de suas estações ferroviárias mas foram trabalhar em municípios vizinhos, como Palma, Cataguases e Muriaé. No sentido inverso, imigrantes contratados para trabalhar em outros municípios fixaram

residência em Leopoldina poucos meses depois. Entre estes, além dos acima citados há os que foram inicialmente para Ubá, Astolfo Dutra e São João Nepomuceno. Importante destacar, ainda, que Recreio e Argirita eram distritos de Leopoldina no período analisado.

Portanto, é preciso esclarecer que o resultado encontrado não pode ser considerado como definitivo, mas tão somente um esboço que prescinde de maior aprofundamento. Talvez o leitor se pergunte se, a partir da afirmação de que muito ainda há por fazer, não seria mais conveniente adiar a publicação ora encetada. Neste caso, sugere-se um argumento em contrário, no sentido de considerar que, após 15 anos de pesquisas, não foi possível atingir plenamente o objetivo proposto, ou seja, responder adequadamente à questão que motivou o estudo. Se depois de todo este tempo não foi possível identificar todos os imigrantes que aqui viveram entre 1880 e 1930, abandonar o material já reunido seria desistir de comunicar aos moradores de Leopoldina o conhecimento adquirido até então. Esta é, portanto, uma conclusão provisória que se espera seja utilizada pelos próximos pesquisadores.

Números são sempre perguntados por alguns leitores. Ao longo destes anos chegamos a alguns deles. O primeiro refere-se aos personagens nascidos na Itália que, segundo as fontes consultadas, somaram 1.867 (um mil, oitocentos e sessenta e sete) pessoas. Ao finalizar o estudo, obtivemos uma lista de 597 (quinhentos e noventa e sete) sobrenomes de imigrantes italianos em Leopoldina.

Reiteramos que estes dois números sofreram modificações entre a data em que o levantamento foi concluído - maio de 2003, e a finalização do trabalho em junho de 2009. Conforme já foi dito, nomes foram excluídos ou acrescentados por diversas razões. As exclusões ocorreram por variações no nome de um mesmo imigrante, por descobrir posteriormente que o personagem não residiu no município ou por só ter sido mencionado em uma única fonte. Os acréscimos ao total inicial foram, basicamente, consequência de correção de falhas não observadas na primeira análise.

Do universo final de sobrenomes, 406 (quatrocentos e seis) pertencem a

imigrantes sobre os quais reunimos um maior número de informações. Em sua maioria são de famílias que ainda vivem em Leopoldina, muito embora nem todas o preservem na forma original. Além do que, habitualmente o italiano não transmitia ao descendente o sobrenome materno.

Este texto se encerra com os sobrenomes identificados e que representam o esforço para resgatar um pouco da memória de tantos imigrantes italianos que habitaram o município de Leopoldina.

Abolis	Artuzo	Bellan	Borella
Agus	Bagetti	Benetti	Bovolin
Albertoni	Balbi	Bergamasso	Brandi
Amadio	Balbini	Berlandi	Brando
Ambri	Baldan	Bernardi	Breschiliaro
Ambrosi	Baldasi	Bertini	Bresolino
Andreata	Baldini	Bertoldi	Bronzato
Andreoni	Baldiseroto	Bertulli	Bruni
Andreschi	Baldo	Bertuzi	Bugghaletti
Anselmo	Baqueca	Bestton	Bullado
Antinarelli	Barbaglio	Betti	Buschetti
Antonelli	Barboni	Bighelli	Cadeddu
Antonin	Barra	Bigleiro	Cagliari
Anzolin	Bartoli	Bisciaio	Caiana
Apolinari	Basto	Bogonhe	Calloni
Apova	Battisaco	Boller	Caloi
Apprata	Beatrici	Bolzoni	Calza
Arleo	Beccari	Bonini	Calzavara
Aroche	Bedin	Bordin	Campagna

Campana
Cancelliero
Canova
Capetto
Cappai
Cappi
Capusce
Carboni
Carmelim
Carminasi
Carminatti
Carrara
Carraro
Casadio
Casalboni
Casella
Cassagni
Castagna
Castillago
Cataldi
Catrini
Cavallieri
Cazzarini
Cearia
Ceoldo
Cereja
Cesarini
Chiafromi
Chiappetta
Chiata
Chinelatta
Chintina
Ciovonelli
Cobucci
Codo
Colle
Columbarini
Contena
Conti
Corali
Corradi
Corradin
Cosenza
Cosini
Costa
Costantini
Crema
Cucco
Dal Canton
Dalassim
Dalecci
Dalla Benelta
Danuchi
Darglia
De Angelis
De Vitto
Deios
Donato
Dorigo
Duana
Eboli
Ermini
Estopazzale
Fabiani
Faccin
Faccina
Fachini
Falabella
Falavigna
Fannci
Fanni
Farinazzo
Fazolato
Fazzolo
Federici
Fermadi
Ferrari
Ferreti
Ferri
Fichetta
Filipoli
Filoti
Finamori
Finense
Finotti
Fioghetti
Fiorato
Fofano
Fois
Fontanella
Formacciari
Formenton
Fovorini
Franchi
Franzone
Fucci
Fuim
Galasso
Gallito
Gallo

Gambarini
Gambato
Gasparini
Gattis
Gazoni
Gazziero
Gentilini
Geraldi
Geraldini
Gessa
Gesualdi
Ghidini
Giacomelle
Giamacci
Gigli
Gismondi
Giudici
Giuliani
Gobbi
Gorbi
Gottardo
Grace
Graci
Grandi
Griffoni

Grilloni
Gripp
Gronda
Gruppi
Guarda
Guardi
Guelfi
Guerra
Guersoni
Guidotti
Iborazzati
Iennaco
La Rosa
Lai
Lamarca
Lami
Lammoglia
Lazzarin
Lazzaroni
Leoli
Lingordo
Locatelli
Locci
Loffi
Longo

Lorenzetto
Lorenzi
Lucchi
Lupatini
Macchina
Maciello
Magnanini
Maiello
Maimeri
Malacchini
Mamedi
Mancastroppa
Mantuani
Manza
Maragna
Marangoni
Marassi
Marcatto
Marchesini
Marchetti
Marda
Marinato
Mariotti
Marsola
Martinelli

Marzilio
Marzocchi
Matola
Matuzzi
Mauro
Mazzini
Meccariello
Melido
Meloni
Melugno
Menegazzi
Meneghelli
Meneghetti
Mercadante
Mescoli
Meurra
Miani
Minelli
Minicucci
Misalulli
Mona
Monducci
Montagna
Montovani
Montracci

Morciri
Morelli
Moroni
Morotti
Nacav
Naia
Nani
Netorella
Nicolini
Nocori
Pacara
Pachiega
Padovan
Paganini
Pagano
Paggi
Panza
Pasianot
Passi
Pavanelli
Pazzaglia
Pedrini
Pedroni
Pegassa
Pelludi

Perdonelli
Perigolo
Pesarini
Petrolla
Pezza
Piatonzi
Picci
Piccoli
Pierotti
Pighi
Pinzoni
Piovesan
Pittano
Pivoto
Piza
Porcenti
Porcu
Pradal
Prete
Previata
Principole
Properdi
Rafaelli
Raimondi
Ramalli

Ramanzi
Ramiro
Rancan
Ranieri
Rapponi
Ravellini
Reggiane
Richardelli
Righetto
Righi
Rinaldi
Rizochi
Rizzo
Roqueta
Rossi
Sabino
Saggioro
Sallai
Saloto
Samori
Sampieri
Sangalli
Sangiorgio
Santi
Sardi

Scantabulo
Scarelli
Schettini
Sedas
Sellani
Simionato
Sparanno
Spigapollo
Spoladore
Steapucio
Stefani
Stefanini
Stora
Taidei
Tambasco
Tartaglia
Tazzari
Tedes
Testa
Tichili
Toccafondo
Todaro
Togni
Tonelli
Tosa

Traidona
Trimichetta
Tripoli
Trombini
Valente
Vargiolo
Varoti
Vavassovi
Vechi
Venturi
Verona
Veronese
Vigarò
Vigeti
Viola
Vitoi
Zaccaroni
Zachini
Zaffani
Zamagna
Zamboni
Zamime
Zanetti
Zaninello
Zannon
Zecchini
Zenobi
Ziller
Zini
Zotti

5. A COLÔNIA AGRÍCOLA DA CONSTANÇA

O jornal O Leopoldinense, de 1881, noticiou a chegada de imigrantes espanhóis que o Dr. Domiciano Ferreira Monteiro de Castro fizera embarcar da Corte para a Fazenda do Socorro, de propriedade do seu irmão o Tenente Vicente Ferreira Monteiro de Barros. O Relatório da Presidência da Província de 1882 registra a fala que Teófilo Otoni dirigiu à Assembléia Provincial de Minas Gerias, no dia 1 de agosto daquele ano, na qual abordou o tema Colonização. Os deputados foram informados de que, conforme previa o artigo 6º da Lei nr. 2819 de outubro de 1881, a empresa John Pitty & Cia tinha sido contratada para introduzir 12.000 colonos nas lavouras da Província de Minas Gerais e que no final daquele ano o serviço já tivera sido iniciado. Entre os contratantes citados no mencionado relatório, confirma-se a notícia do jornal O Leopoldinense. Estes eram, ao início desta pesquisa, os registros mais remotos sobre a chegada de imigrantes em Leopoldina.

Ao iniciar os estudos, descobrimos outras referências ainda mais antigas. Embora durante o Império houvesse um controle que praticamente impedia a entrada de estrangeiros no país, já no início do povoamento do Feijão Cru havia não portugueses residentes em nosso território. O exemplo mais comumente citado é o de Antoine Urbain Levasseur, que em 1838 respondeu ao censo populacional informando ser francês, solteiro, com 30 anos de idade. Mas até o final da década de 1870, as eventuais referências a estrangeiros em Leopoldina são raras. O panorama se modifica a partir das negociações empreendidas pelo governo provincial, com vistas a substituir a mão de obra escrava nas fazendas. Com os primeiros incentivos, empresas foram constituídas com o fim precípuo de contratar imigrantes europeus.

E os imigrantes começaram a chegar, alguns viajando por conta própria e se instalando na área urbana. Destacamos, por exemplo, o casamento de Giovanni Tambasco, realizado no dia 10 de maio de 1879. No assento paroquial informa-se que era natural da Itália. Sabe-se que Giovanni era irmão de Antonio Tambasco, que

em abril de 1880 nomeou um procurador para realizar cobrança de dívidas de seus credores, em Leopoldina e no Rio de Janeiro. Por este documento soubemos que Antonio residia em Conceição da Boa Vista, então distrito de Leopoldina. A próxima referência encontrada é de novembro de 1880, quando Nicola Pagano, italiano, contraiu matrimônio com a conterrânea Maria Giovanna Apprata.

Mas o grande fluxo ocorreu entre 1888 e 1896, quando Leopoldina recebeu grande parte dos imigrantes agricultores que mais tarde residiriam na Colônia Agrícola da Constança, criada pelo Decreto Estadual nº 280, de 12.04.1910, como fruto de parte de um acordo anterior, firmado pelo governo com as Empresas Ferroviárias, onde se previa o apoio à criação de núcleos produtivos nas proximidades das Estradas de Ferro. Importante ressaltar que os habitantes do município não estavam infensos ao movimento, como demonstra esta nota do jornal O Leopoldinense, edição número 7, de 31 de janeiro de 1891, página 1

> E o Exmo. Barão d'Ipanema foi pelos habitantes d'esta Cidade e Districto, pedido que seja esta Cidade ou immediações escolhida para a collocação de um nucleo colonial dos que a Companhia Leopoldina contratou com o Governo.

Respaldando o Decreto de criação do núcleo colonial em Leopoldina, existia a Lei nº 438, de 1906, que autorizava o governo do Estado a criar colônias para o assentamento de imigrantes, concedendo a cada colono um lote que a Lei nº 2027, de 08.06.1907, definiu como sendo de três hectares de terras. Três meses depois foi promulgada a Lei nr. 467, de 14 de setembro de 1907, restabelecendo o serviço de imigração suspenso em 1903.

Na mensagem de 15 de junho de 1908[i], o Presidente do Estado João Pinheiro da Silva informou que o serviço de colonização estava sendo modificado com vistas a

> conseguir que os colonos, adoptando os modernos processos de cultura, demonstrassem, de novo, a excellencia desses methodos,

---

[i] Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais, 1898. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em 23 mar 1999

> não mais officialmente, em mãos da administracção, mas empregados directamente pelo particular, devendo, do proprio trabalho, tirar a subsistencia e a amortização dos debitos contrahidos.

João Pinheiro acrescenta que a experiência começou na antiga colonia do Barreiro, já então denominada Vargem Grande, na qual o governo preparou vinte e cinco lotes irrigados e em um ano as famílias já haviam começado a amortizar a dívida, além de terem adquirido animais e máquinas agrícolas. Em virtude do sucesso alcançado, o presidente indicava a ampliação do sistema para outras colônias já existentes e fundação de novos núcleos. Lembramos que a Vargem Grande foi criada pelo Decreto nr. 2029, de 17 de junho de 1907, inaugurando a nova fase de colonização em Minas Gerais, sob a direção da Diretoria de Agricultura criada no dia 8 de junho do mesmo ano[ii].

Prosseguindo a análise de mensagens dos presidentes do estado, em 1909 temos a de Wenceslau Braz Pereira Gomes, na qual declara que

> a Companhia Leopoldina entrou para os cofres do Estado com a quantia de dois mil contos para o desenvolvimento da colonização na zona da matta [...] Já foram adquiridos [...] em Leopoldina 333 alqueires.

Como se vê, na primeira menção a Leopoldina, informa-se que a companhia ferroviária subvencionou a compra de terras para fundação de núcleos coloniais, cumprindo o contrato firmado a 22 de fevereiro de 1908, citado na mensagem de João Pinheiro de 1908. Na mensagem seguinte, de 14 de junho de 1910, Wenceslau Braz assinala que em Leopoldina tinham sido adquiridas as fazendas Constança, Sobradinho e Onça, além de sitios anexos que, embora não identificados na mensagem presidencial, eram “situações” que haviam pertencido às fazendas da Onça e Feijão Cru, conforme demonstram transmissões de propriedades em nome dos herdeiros das duas últimas. A este respeito, o Relatório do Ministro da Agricultura de 1911 esclarece que o governo federal passaria a

---

[ii] Mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais, Julio Bueno Brandão em 15.06.1913. p. 34

beneficiar as Colônias Constança, Santa Maria, Barão de Aiuruoca e Vargem Grande com verba do orçamento de seu ministério.

A fazenda Boa Sorte, com 122 alqueires, foi adquirida em 02.03.1909, segundo o Annuario Historico Chorographico de Minas Gerais[III] daquele ano. Em julho de 1911 o Governo incorporou as terras da Fazenda Modelo D. Antonia Augusta e, no ano seguinte, a fazenda Santo Antonio do Onça. Segundo mensagem do Presidente do Estado de Minas Gerais de 15 de junho de 1911, a aquisição desta última, pertencente à Câmara Municipal de Leopoldina, foi necessária para aumentar a área disponível e permitir acomodar maior número de colonos. Aliás, Norma de Góes Monteiro[IV] declara que

> a partir do momento em que o governo demonstrava interesse em adquirir terras, seus preços se elevavam assustadoramente. Os proprietários queriam descontar na transação os proveitos que não souberam tirar de seu cultivo.
>
> [...] nas Zonas da Mata e do Sul, onde o governo, por não possuir terras disponíveis, foi obrigado a adquiri-las pelo preço do interesse político.

Na mensagem do Presidente Julio Bueno Brandão, em 15 de junho de 1912, informa-se a respeito de uma nova aquisição para ampliar o núcleo colonial de Leopoldina, assim identificada:

> por 12:000$000 ao Sr. Fernando Sellani, a fazenda Palmeiras, com a área de 25 alqueires geometricos, 10.000 pés de café novos e produzindo – arrozaes, cannaviaes, milharaes, boa casa de residencia, paiol, tulha, moinho, engenho de canna e seis casas na lavoura para colonos.

É do mesmo período o início das tratativas para anexar à Colônia Constança uma fazenda-modelo ou aprendizado agrícola, conforme previam os Decretos nr. 3356 e 3390 de novembro de 1911, o primeiro dando origem ao

---

[III] Annuario Historico-Chorographico de Minas Gerais - Chronologia Mineira. Belo Horizonte: s.n., 1909.

[IV] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 156 e 163

Regulamento Geral do Ensino Agrícola. Segundo o modelo indicado, a escola seria subvencionada pelo estado e deveria acolher os filhos de agricultores que nela teriam educação formal e prática, gratuita.

Em Leopoldina existiu o Aprendizado Agrícola e a Fazenda do Aprendizado, instituições implantadas e mantidas por verbas públicas. Na citada mensagem de 1914, o presidente Delfim Moreira informou que em Leopoldina funcionava um dos 3 aprendizados agrícolas, cada um recebendo mensalmente do estado o valor de 300$000. Em 1915, em virtude de cortes no orçamento, o Aprendizado Agrícola de Leopoldina não recebeu a subvenção, voltando à normalidade no ano seguinte. De 1919 a 1922 o valor anual recebido pelo Aprendizado Agrícola foi de 5:000$000. No dia 14 de junho de 1923[V] o Presidente do Estado, Raul Soares de Moura, declarou que a subvenção para o Aprendizado Agricola de Leopoldina e para o Colégio Agrícola do Serro foi de 3:600$000, ressaltando o objetivo destas escolas como sendo o ensino elementar de agricultura.

Importante observar que a orientação para implantação e manutenção de cursos práticos foi mencionada em diversas mensagens do Ministério da Agricultura na época. Em 1911, por exemplo, um dos anexos à fala do Ministro Pedro de Toledo[VI] tratava dos cursos ambulantes, que substituiriam os cursos regulares em estabelecimentos de ensino agrícola. Considerava-se que nem sempre o homem do campo podia frequentar as escolas regulares e por este motivo tinha sido criada a função pública de “professor ambulante”. Acrescenta o relator que tais mestres não se limitavam ao ensinamentos práticos mas atuavam como propagandistas, entre os lavradores, “da creação de syndicatos e cooperativas, com o fim de unil-os pelo interesse de defender a producção e facilitar-lhes a vida”.

Entre 1910 e 1912 tinham sido organizados mapas das regiões em que deveriam operar os professores ambulantes, definindo as zonas onde deveriam

---

[V] Relatório da Presidência da Província de Minas Gerais, 1923. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em 23 mar 1999

[VI] Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, 1911-1912 vol. 1 Anexo VI

trabalhar. Para Leopoldina foi designado o professor Arthur da Cunha Barros, tido pelo ministro como de reconhecida competência e capacidade técnica.

No relatório seguinte[VII], Pedro de Toledo informou que em Leopoldina funcionava um dos quatro Cursos Ambulantes existentes em Minas Gerais. A cargo do professor Arthur da Cunha Barros, era especializado em "Agricultura Geral e Laticínios", sendo mantido pela União. Em sua justificativa, disse o ministro:

> Attendendo à grande producçào de lacticinios da zona, a attenção do professor se tem voltado para essa especialidade, organizando um serviço permanente de inspecção aos diversos estabelecimentos industriaes desse e dos municipios circumvizinhos, que, já modernamente apparelhados, possuem bem montadas leiterias, nas quaes se transformam diariamente 30.000 litros de leite em diversos productos de facil vendagem.
>
> O gado da região é abundante e muito melhorado pelo cruzamento de raças puras importadas, havendo nove banheiros para expurgo do gado no municipio de [...] de Leopoldina.
>
> O curso de lacticinios é ministrado em palestras nas fabricas montando-se e desmontando-se apparelhos, manipulando-se queijos e manteiga e tratando-se da conservação do leite para exportação, explicações que se extendem aos centros productores dos arredores.

Não nos foi possível confirmar a presença deste professor entre os lavradores da Colônia Agrícola da Constança, embora um descendente tenha informado que seu avô fora ajudante do "professor da leiteria". Ocorre que a história oficial de Leopoldina registra estabelecimento do gênero como sendo particular, bem como o seria a cooperativa. Donde não se sabe se a informação do entrevistado referia-se à Cooperativa de Produtores de Leite de Leopoldina, empresa particular, ou à "sede do um curso ambulante de lacticinios em Leopoldina, no Estado de Minas Geraes", instituição pública mencionada pelo Ministro da Agricultura.

De todo modo, o ministro Queiroz Vieira[VIII] declarou, em 1913, que o professor Arthur da Cunha Barros continuava em Leopoldina, sendo auxiliado pelo

---

[VII] Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, Relatório do Ministro da Agricultura Pedro de Toledo, 1912-1913 vol. 1 pag. 32-38

[VIII] Relatório do Ministro da Agricultura Manoel Edwiges de Queiroz Vieira, 1913 pag 21

Mestre de Industrias Rurais Eugenio de Alvarenga Paixão e pelo Instrutor Agrícola Octaviano Costa. E acrescentou que no ano de 1914 funcionariam 12 cursos no Brasil e que além dos 12 professores o Ministério empregava 5 Mestres de Indústrias Rurais e contratava 13 Instrutores Agrícolas. Observa-se, assim, que Leopoldina inscrevia-se entre os mais importantes núcleos para o desenvolvimento da agricultura, sediando uma região que se estendia até Cantagalo e Barra Mansa, no estado do Rio, além de Cataguases e Palma.

Destacamos ainda uma informação do ministro Queiroz Vieira, dando conta de que na Leiteria Leopoldinense foram feitas várias experiências de fabrico de queijo e manteiga, obtendo-se resultados muito satisfatórios. Esta referência parece corroborar o informe de nosso entrevistado a respeito de uma "leiteria" pública, onde filhos de colonos atuavam como ajudantes.

Posteriormente, a mensagem do Presidente Arthur da Silva Bernardes, em 14 de junho de 1922, reitera que os aprendizados agrícolas recebiam verba pública para educar os filhos de pequenos lavradores, formando-os para o exercício da prática agrícola de acordo com as modernas técnicas então conhecidas. No período de 1922 a 1927 o repasse do estado variou entre 3:300$000 e 5:000$000 anuais para o "Aprendizado Agricola annexo ao Gymnasio Leopoldinense".

Em todas as mensagens anuais do chefe do executivo estadual, observamos um vínculo constante entre os núcleos coloniais e as escolas agrícolas. Entretanto, não conseguimos encontrar referências a algum filho de colono agricultor que tenha frequentado esta escola de Leopoldina. Acreditamos, inclusive, que a mensagem presidencial de Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, de 1 de agosto de 1929[IX], referia-se a uma instituição que deveria atender, também, aos imigrantes:

> Em Leopoldina, o campo de sementes, creado pelo decreto n. 8.875, de 13 de novembro de 1928, foi transformado em campo especial de citricultura, para o cultivo intenso de laranja, destinada a grande surto na Zona da Matta, já pela qualidade das terras e clima apropriados, já pela proximidade do centro exportador. O novo campo virá

IX Mensagem do Presidente do Estado, 1929, p. 133

> multiplicar a distribuição de mudas dessa fructa, que annualmente tem sido superior a 100.000

Entretanto, na mensagem do ano seguinte, o presidente informa que funcionam no estado 4 campos de sementes mas Leopoldina não está incluída.

Da mesma forma, em relação à informação colhida na mensagem de Raul Soares acima citada, a respeito do ensino ambulante agropecuário, não identificamos os mestres na Colônia, havendo apenas informação oral a respeito de Climério Soares Godinho ter exercido este cargo público antes de assumir a direção da Constança em 1911. O sistema consistia na contratação de empregados para visitar fazendas e núcleos agrícolas, levando máquinas e equipamentos com o objetivo de divulgar e ensinar processos de cultura e criação, além de assistência veterinária e extinção de infecções na lavoura. Esta função, referida nas mensagens presidenciais desde os primeiros anos novecentos, contava, em 1919, com 185 mestres e no ano de 1921 já empregava 358 funcionários.

5.1 RESGATAR O PASSADO PARA ENTENDER O PRESENTE

Alberto Cabassi, cônsul da Itália no Rio Grande do Sul, em discurso de abertura de um Seminário de Estudos Históricos sobre Italianidade[X], lembrou que estudar o passado é buscar raízes mais fortes que pavimentem o caminho em direção ao futuro. Frederico Sotero Toledo[XI] acrescenta que o resgate do passado, da memória coletiva, das tradições e valores cultivados pelo homem, nos permite saber o que somos e reconhecer de onde viemos. E é corrente entre os índios peruanos que um povo que não sabe de onde veio jamais saberá para onde ir.

Tentamos trilhar caminhos semelhantes aos indicados por estes pensadores, para estudar a história da Colônia Agrícola da Constança. Não poucas

---

[X] Seminário realizado em 2006, conforme Revista Insieme Novembro 2006

[XI] TOLEDO, Francisco Sodero. Outros Caminhos: Vale do Paraíba do regional ao internacional, do global ao local. São Paulo: Salesiana, 2001

vezes nos deparamos com histórias de membros de uma mesma família que se separaram por longos meses porque o pai foi trabalhar numa colina ao norte ou num vinhedo ao sul de sua *comune*[XII], na Itália. Já no Brasil, o mesmo procedimento foi observado em diversas famílias que, instaladas inicialmente em Leopoldina, viam seus parentes se dispersarem em busca de melhores oportunidades de trabalho. Nem sempre retornaram, como faziam seus antepassados. Com isso, as gerações atuais nem sempre sabem da existência de parentes relativamente próximos, vivendo em outras localidades.

Em seminário realizado pela Unesco em Paris, no mês de julho de 1967[XIII], foi abordada a necessidade de conhecer o passado por seu valor estrutural na formação do modo de pensar de cada povo. Parece-nos que o conjunto de valores dos jovens de Leopoldina deste início do século XXI não inclui reflexões sobre o desenvolvimento da cidade em que nasceram, provavelmente porque não lhes foi dada oportunidade de conhecer a história de Leopoldina. Esta é uma das razões pelas quais nos propusemos a resgatar este passado. Analisando as evidências em várias fontes, fomos recuperando a memória de um núcleo colonial que representou um marco na vida do município de Leopoldina. O hábito dos pequenos lavradores do Veneto de partirem para trabalhar em outras regiões, e até mesmo fora do país, devia-se à falta de emprego numa Itália que se adaptava à nova ordem econômica e obrigava seus filhos a buscar trabalho nas empresas agrícolas que surgiam. Um século depois, este hábito continua presente em grande número de famílias leopoldinenses, cujos membros não conseguem ocupação na cidade.

A iniciativa do Arquivo Histórico do Espírito Santo, que não só facilita a consulta a seus documentos, à distância, como incentiva o resgate das ligações familiares dos *oriundi*, parece-nos um modelo a ser seguido em Leopoldina, para

---

[XII] DEVOTO, Giacomo e OLI, Gian Carlo. **Il Dizionario della Lingua Italiana.** Firenze: Le Monnier, 2000. Comune é uma circunscrição administrativa que representa um território básico, tendo uma administração local com alguns poderes sobre a população.

[XIII] Deste encontro foi lançado um documento, distribuído sob o código SHC/CS/90/7, contendo orientações para a construção de currículos escolares.

que outros interessados possam desenvolver seus próprios projetos de resgate da memória cultural. Segundo March Bloch [XIV], é necessário que as sociedades organizem racionalmente o conhecimento sobre si mesmas, tendo em mente os dois responsáveis pelo esquecimento e pela ignorância: “a negligência, que extravia os documentos; e [...] a paixão pelo sigilo [...] que os esconde ou destrói”.

Além do mais, temos grande admiração pela declaração de Le Goff[XV] a respeito do único nacionalismo admissível como sendo o que clarifica para os homens o funcionamento da sociedade na qual está inserido. Estimular os leopoldinenses a conhecerem a sua história é, não nos cansamos de repetir, o objetivo maior de nossos estudos.

Para conhecer a estrutura e o funcionamento da Colônia Agrícola da Constança, após as primeiras leituras que nos permitiram identificar as fontes possíveis, esboçamos um projeto, tendo em vista da declaração de John Beattie:

> Precisamos escolher certos aspectos do que queremos estudar, pois não podemos compreender todos os seus aspectos de uma só vez.[XVI]

Além deste inglês, pioneiro da Antropologia Social, outros cientistas guiaram o planejamento do trabalho, considerando que ninguém pode "analisar um material de mente aberta, sendo obrigado a possuir algumas preocupações teóricas"[XVII].

No início, quando buscávamos entender o que representou a Colônia para o município, entre outras leituras buscamos os conceitos da Antropologia Social para aprendermos um pouco sobre a criação da instituição. Assim, com Beattie vimos que

> a existência de uma certa instituição e o fato de contribuir para fins socialmente significativos é devida a uma série de causas: intenção

---

[XIV] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 85

[XV] LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História.** Lisboa: Edições 70, 1986. p. 53

[XVI] BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social.** São Paulo: Nacional, 1980. p. 43

[XVII] BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social.** São Paulo: Nacional, 1980. p. 51

> consciente de seus membros, consequência de um comportamento dirigido, difusão proveniente de outro lugar, ou combinação de alguns ou de todos estes fatores.[XVIII]

Nossa pesquisa demonstrou que a Colônia surgiu da combinação de diversos fatores, não sendo possível eleger um deles como proeminente. A proibição do tráfico de escravos estimulara a busca de soluções porque a produção dependia de número de trabalhadores não disponíveis no território nacional. Os imigrantes começaram a chegar, ainda que timidamente, durante a vigência do regime escravocrata. Sabe-se de fazendas que mantiveram escravos e trabalhadores livres, desde muito cedo. Portanto, é lícito supor que a intenção de aumentar a produção sofria restrições pela falta de braços.

Especialmente na segunda metade do século XIX, as propriedades agrícolas foram administradas segundo um tipo de comportamento dirigido, embora disso nem sempre tenham se dado conta. Aos poucos, surgiram os sistemas de parceria e colonato, por exemplo. A experiência do Senador Vergueiro, em São Paulo, deve ser considerada na conta da difusão externa mencionada por Beattie. E assim, agregando experiências diversas, surgiram as primeiras colônias destinadas a imigrantes estrangeiros. Que foram sendo aperfeiçoadas por conta de numerosos fatores.

Ainda que o objetivo possa ser considerado único, ou seja, o desenvolvimento da agricultura, o mesmo não se pode dizer das causas que determinaram a criação das colônias. Uma instituição, como vimos, não provém de causa isolada. Ela surge como resultado de diversos fatores que perpassam a vida do grupo social na qual é criada.

Mas conforme alertou Beattie, é impossível estudar todos os aspectos a um só tempo. As causas da criação da Colônia Agrícola da Constança foram apenas ligeiramente abordadas em nossos estudos. Nosso foco foi a vida dos colonos que nela se instalaram.

[XVIII] BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social.** São Paulo: Nacional, 1980. p. 67

Através dos relatórios anuais encaminhados pelo Administrador da Colônia para a Secretaria Estadual de Agricultura, observamos que inicialmente foram demarcados 60 lotes. No ano seguinte contavam-se 65 e, em 1911, o número aumentou para 68. Entretanto, nos relatórios de 1918 e 1919 o total de lotes indicado era ainda maior, sem que tenha sido explicado de que forma se deu a ampliação. Comparando com informações obtidas em outras fontes, concluímos que pode ter havido divisão de algumas unidades maiores após a celebração dos primeiros contratos de financiamento. Foi possível identificar os compradores de 64 lotes, vários deles vendidos mais de uma vez.

Esses lotes, devidamente cercados e com uma casa de morada coberta de telhas, foram vendidos principalmente aos imigrantes que ali passaram a cultivar toda sorte de produtos, a maioria deles para serem vendidos na cidade ou na "venda de secos e molhados" do Sr. Augusto Timbiras, que ficava na entrada do Bairro Boa Sorte e que se transformou num verdadeiro entreposto comercial para uma vasta região.

Quando se fala na Colônia Agrícola da Constança a referência imediata são os italianos que constituíram o núcleo mais ativo e permanente da colônia. De tal importância que fez a cidade contar, em 1911, com um Agente Consular Italiano, o Sr. Angelo Maciello, representante de Sua Majestade Vittorio Emanuelle III, Rei da Itália na época. Considerando, porém, a presença de outras nacionalidades, sentimos ainda mais premência em buscar fundamentação teórica em diversas áreas, especialmente na Sociologia e na Antropologia que, segundo Le Goff[XIX], estão profundamente vinculadas à História que se escreve atualmente e que se denomina como História Social, preocupando-se com o ser humano que, além de ter ideias, vive biológica e materialmente, ou seja, se alimenta, se veste e atua na sociedade. E quando pensávamos sobre a Filosofia da História, nos deparamos com um texto de

---

[XIX] LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História.** Lisboa: Edições 70, 1986. p.48-49, 65

Jean-Didier Wolfromm[XX] cujo título é uma referência à coleção objeto do comentário. Diz o autor:

> Uma das novidades da historiografia actual é a de nos mostrar como viviam os homens no dia-a-dia. Os desconhecidos, aqueles de quem nunca se fala, que não são célebres.

Com isto sentimos estar diante de alguma coisa que ainda não soubéramos expressar. Este era o ponto: conhecer homens e mulheres comuns que viveram na nossa cidade e que provavelmente muito teriam a nos contar. A distância no tempo impedia um contato mas não o inviabilizava integralmente, na medida em que pudéssemos escovar o passado, como sugeriu Walter Benjamin. Acrescente-se que, segundo Wolfromm,

> todos nós temos nostalgias históricas. Exilados por acaso no século XX, viajantes sem bagagens sobre o mapa do tempo, gostamos de olhar para trás para saber de que era feito o passado.

Nascidos numa pequena cidade do interior, mesmo que a tenhamos deixado ao final da adolescência, dela não nos esquecemos. Em Leopoldina estão as nossas raízes, a nossa força e o alimento primevo. Quando este pensador declara que as perguntas mais comuns revelam mais sobre uma época do que as guerras e os feitos dos homens ilustres, sentimo-nos apoiados por mão segura em nossa caminhada. Se o autor generaliza sobre a curiosidade que todos temos sobre o passado, dizendo-a infinita, só podemos tomar suas palavras e dizer que também sentimos que “ao abrir o correio do passado [...] nós dobramos, triplicamos a nossa vida”.

Até há pouco tempo, estudávamos história como um dado fixo, determinado, irretocável. Os que não se sentiam atraídos por conhecer aquele passado, argumentavam não ter interesse em conhecer datas, feitos heróicos e acontecimentos de uma época que não lhes diria respeito. Muitos declaravam que

---

[XX] WOLFROMM, Jean-Didier. Quarenta Anos de Vida Quotidiana. In: LE GOFF et all. **A Nova História.** Lisboa: Edições 70, 1984. p. 65-68

apenas decoravam o que foi pedido para as provas do colégio.

Felizmente, hoje vigora uma outra maneira de olhar para este passado. Busca-se não mais a superfície de cada momento histórico, alimentando uma certa melancolia pelos "tempos que não voltam mais". Agora procuramos compreender de que material foi construído este passado, se as vigas da construção eram de madeira ou ferro, como foram cozidos os tijolos ou como nasceu o formato de uma telha moldada na perna de um artífice. Atualmente, muitos declaram que é preciso compreender o passado para melhor viver o presente e construir solidamente o futuro.

Walter Benjamin[XXI] ensina que "a memória não é um instrumento para a exploração do passado; é, antes, o meio". Podemos aplicar instrumentos para escavar este meio - a memória. E descobriremos que o nosso hoje conserva objetos daquele passado que sequer conhecíamos.

Os psicanalistas vão pelo mesmo caminho quando nos sugerem escavar o nosso passado para descobrir momentos mal resolvidos que nos perseguem até hoje, sem que disso tenhamos clareza. Revolvendo-os, temos a possibilidade de concluí-los e prosseguir na construção de nossas vidas.

Voltando a Benjamin, numa de suas famosas Teses[XXII] ele considera este movimento como uma escovação da história a contrapelo. Quando passamos o pente no sentido inverso dos pelos da história, podemos nos apropriar de reminiscências que reconfiguram o nosso passado. Daí advindo uma nova visão, uma nova imagem de um presente que nasceu naqueles tempos mais ou menos longínquos.

Dentro desta linha encontram-se os inúmeros questionamentos sobre o que seja a verdade. Existe Uma Verdade, assim em maiúsculas, única,

---

[XXI] BENJAMIN, Walter. Escavando e Recordando. In: **Rua de Mão Única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense: 1995. p. 239

[XXII] BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política.**7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 225

inquestionável? Ou o que decoramos para a prova era apenas a visão de quem fixou uma imagem com o objetivo de transformá-la em verdade?

Qual é a "sua" verdade sobre as colônias agrícolas criadas no alvorecer dos novecentos? Para você, elas foram celeiro de mão de obra para os latifúndios? Foram berço de novas relações de trabalho? Os colonos foram escravos de cor de pele diferente dos anteriores? Foram artífices de uma nova ordem social?

Nós acreditamos que o passado não é um objeto isolado, fixo, imutável. Cada momento do vivido pode ser aproveitado como argamassa do porvir. Escovar a contrapelo a história da Colônia Agrícola da Constança nos permite vislumbrar os alicerces de uma construção social na Leopoldina que recebemos das mãos de milhares de homens e mulheres que nos antecederam. E assim como cada um representou seu papel, no exercício de reconhecê-los nós nos preparamos para nossa própria atuação, sedimentando o futuro que queremos ter. Sem nos esquecermos de que, como ensina Marc Bloch[XXIII],

> O historiador não estuda o presente com a esperança de nele descobrir a exata reprodução do passado. Busca, nele, simplesmente os meios de melhor compreender, de melhor senti-lo.

Quem se dedica à pesquisa histórica trabalha com um tipo de pensamento circular que Marx definiu como uma viagem do presente ao passado, voltando ao presente com possibilidade de melhor analisá-lo. Já Lefebvre e Bloch ampliaram esta concepção, sugerindo o duplo movimento de compreender o presente pelo passado e este pelo presente porque, se ignorando o vivido é impossível compreender o contemporâneo, também não é possível compreender o passado se nada se sabe do presente.

Escolhemos resgatar a memória da Colônia Agrícola Constança através do estudo dos homens e mulheres que habitaram aquele espaço porque, conforme ensina Bloch,

---

[XXIII] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 109

> Por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem [os artefatos ou as máquinas], por trás dos escritos aparentemente mais insípidos e das instituições aparentemente mais desligadas daqueles que as criaram, são os homens que a história quer capturar. Quem não conseguir isso será apenas, no máximo, um serviçal da erudição.[XXIV]

Ou, ainda, seguindo Michel de Certeau[XXV] para quem o historiador "quer restaurar um esquecimento e encontrar os homens através dos traços que eles deixaram".

Acreditamos que não seria possível conhecer o impacto da Colônia para o município de Leopoldina se não buscássemos compreender o modo de vida daqueles trabalhadores que implantaram as transformações. Antes da chegada em massa dos imigrantes, a vida transcorria dentro de parâmetros estabelecidos há muito tempo. Os proprietários de terra mandavam derrubar a mata, plantar, colher e vender. Com o capital arrecadado, investiam em compra de novos escravos para melhor explorar uma faixa de terra ainda virgem. Buscavam acumular um montante mais significativo que permitisse ampliar a lavoura e garantir-lhes o status. Além das picadas na mata, mandavam abrir ou recuperar caminhos para o trânsito da produção e também para que sua família pudesse se deslocar. Seja para as festas religiosas no centro urbano, seja para as sonhadas viagens à corte, a vida dos fazendeiros girava em torno de garantir a produção e os meios de locomoção que sustentavam um insipiente convívio social.

O comércio mais significativo - venda da produção agrícola - era direcionado para os grandes centros, gerando necessidades que passavam pela compra ou criação de animais de carga até o investimento na estrada de ferro, já no último quartel do século XIX. Já o comércio local era explorado por prepostos dos próprios fazendeiros, em estabelecimentos denominados por "venda", geralmente localizados no entroncamento dos múltiplos caminhos que cortavam as

---

[XXIV] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 54

[XXV] CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense: 2006. p. 46

propriedades.

O poder decisório estava nas mãos dos grandes fazendeiros. Embora a literatura romântica se refira a propriedades de grande extensão, os registros indicam poucas fazendas ultrapassando os 400 hectares e um grande número de sítios, entre 10 e 50 alqueires mineiros. Os pequenos proprietários ficavam sujeitos, na maioria das vezes, ao sistema de plantio e comercialização definido pelos grandes.

Chegam os imigrantes colonos e o ritmo é modificado. Não parece ter havido uma ruptura significativa e imediata. Mas os trabalhadores livres nas fazendas já não se contentavam em esperar o beneplácito do contratantes para ascender economicamente. Aos poucos foram negociando novas relações de trabalho, incluindo a parceria. Do pedaço de terra que o fazendeiro destinava a cada colono, começaram a nascer os pequenos roçados, as pequenas produções de gêneros variados. Há relatos de colono que vendia milho para a cozinha da fazenda. E de outro que fabricava móveis para vender na propriedade vizinha. Já não era, portanto, o escravo da fazenda que produzia o sapato, a roupa ou a cama para o "sinhozinho". Instaurou-se uma era de mais liberdade para produzir, vender, acumular capitais e progredir, abrindo a sociedade para a chegada de novos atores. Poucos espaços permaneceram restritos ao uso dos privilegiados descendentes dos fazendeiros.

A Colônia Agrícola da Constança é, pois, consequência de um novo modo de vida. Que foi construído por homens e mulheres, artífices da nova sociedade que se estabeleceu em Leopoldina.

5.2 EVOLUÇÃO DO NOSSO TRABALHO

Frequentemente usamos o termo pesquisa quando abordamos uma de suas fases: a coleta de dados. Uma atitude muito comum entre nós, leigos ou

amadores[XXVI]. Sabemos, porém, que esta é apenas uma etapa do processo que habitualmente antecede à análise que, por sua vez, permite a composição do texto da pesquisa em si.

A propósito, ao declarar que a história tem "a sorte ou a infelicidade de poder ser feita convenientemente pelos amadores", Le Goff [XXVII] ressalta que os não profissionais são necessários para ampliar a possibilidade de vulgarização da história, ocupando um espaço nem sempre assumido pelos historiadores profissionais. Denomina então, como semiprofissionais aos que se dedicam por prazer à pesquisa histórica, por contribuírem pela disseminação deste conhecimento que é um ramo fundamental do saber.

Para nos adequarmos à classificação sugerida por este mestre francês, procuramos nos aproximar dele e de outros teóricos através de leituras intensivas, com vistas a produzir um bom trabalho de resgate da memória da imigração em Leopoldina. Aprendemos que uma pesquisa nem sempre obedece rigorosamente às etapas planejadas porque diversos fatores podem sugerir a retomada de um passo anterior e mesmo uma readequação do cronograma estabelecido.

Este é mais ou menos o retrato do que foi nosso trabalho de resgate da memória da Colônia Agrícola da Constança através das famílias que dela fizeram parte. Decidimos que utilizaríamos base de dados coletados antes do início do projeto e o resultado de nossos estudos seria paulatinamente publicado num jornal de Leopoldina e em página na internet.

Desde o início sabíamos que não contemplaríamos a totalidade dos lotes, uma vez que seria difícil encontrar fontes que mencionassem a todos eles. Apostamos, então, na colaboração de nossos leitores que, tínhamos certeza, nos permitiriam descobrir novas pistas e realizar um trabalho mais abrangente. Foi justamente o que aconteceu.

[XXVI] Segundo os dicionaristas Aurélio e Houaiss, amador é um adjetivo que identifica aquele que, por gosto e não por profissão, exerce qualquer ofício ou arte.

[XXVII] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 50-51

Para conhecer a história daquela boa gente que veio da Europa para "fazer a América" nas terras leopoldinenses, encontramos as dificuldades comuns a qualquer pesquisa da espécie. No início, houve uma certa dificuldade para abordar os moradores de Leopoldina que demonstravam naturais desconfianças quanto aos nossos propósitos. Com o passar do tempo os entrevistados, na maioria descendentes dos imigrantes, começaram a compreender as razões do nosso interesse pelo assunto. Através de coluna publicada em um jornal de Leopoldina na época dos 90 anos da Colônia Agrícola da Constança, as pessoas foram conhecendo a história da imigração e passaram a compreender melhor o nosso trabalho e o quanto é apaixonante escrever sobre o tema.

Após cinco anos de pesquisas, fizemos um balanço do que até então fora encontrado e tivemos grande satisfação em comprovar o crescente número de colaboradores e interessados. Pessoas da Colônia, da cidade e de lugares distantes, muitos comentando a descoberta de parentes através dos nossos textos ou falando da felicidade de poder reatar laços de família que foram perdidos quando seus parentes foram buscar novos meios de vida em outros lugares, por lá permanecendo e criando suas proles. Alguns, contando a alegria de pais e avós ao lerem sobre os hábitos e costumes de seus antepassados, da emoção deles ao reviverem a história das viagens realizadas por seus parentes até chegarem à Colônia Agrícola da Constança.

Assim surgiu a ideia de conclamar os moradores a promoverem um evento comemorativo do centenário da Colônia, em 2010. A cidade de Leopoldina deve muito à imigração. A transição ocorrida entre o final do século XIX e o início do século XX, desencadeada pela mudança entre o modo de produção baseado na mão de obra escrava e o trabalhador dito livre, refletiu-se evidentemente no modo de vida de todos os cidadãos. Em Leopoldina, a entrada de um novo elemento de composição da sociedade, proveniente da Europa, acrescentou novos matizes à cultura local. Confirmando o que ensinam os antropólogos, uma cultura sofre profundas e imediatas modificações por assimilação de hábitos e costumes trazidos

pelos imigrantes. De modo geral estas alterações não são percebidas no momento em que ocorrem. Só mais tarde, ao olhar para o passado, podemos percebê-las com alguma clareza. É isto que temos observado: novas formas de geração de riqueza nasceram das mãos dos colonos que, trabalhando pelo desenvolvimento da nossa cidade enriqueceram a nossa cultura, o nosso modo de viver.

Em momento de reflexão, nós nos perguntamos: o que pretendíamos com a “mania” de escrever sobre a imigração e especialmente sobre a Colônia Agrícola da Constança? Existiria algo que justificasse o gasto do tempo e do espaço ocupado no jornal para publicação de extratos de nossos estudos?

Como o periódico ainda não dispunha de meios para coleta de dados que forneçam subsídios para esta análise, principalmente sobre a aceitação e o interesse dos leitores, recorremos então às estatísticas do site, valendo-nos do fato de que as colunas, após serem publicadas no jornal, foram disponibilizadas na grande rede.

Por tais números constatou-se que os textos na internet receberam, em média, 125 visitas diárias no ano de 2008. Ou seja, mais de uma centena de pessoas mundo afora leu, diariamente, alguma coisa sobre a Colônia Agrícola da Constança.

Este número levantou algumas curiosidades. A primeira delas é que, dentre os textos mais visitados, destacou-se o que abordou a localização da Colônia, recebendo média de 54 visitas/dia, num claro indício de que esse contingente deve ser majoritariamente formado por leitores que se interessam pelo assunto mas são estranhos à Colônia. Dois outros aspectos interessantes são observados na estatística: aproximadamente 50% dos leitores internautas leram ou pesquisaram mais de uma das colunas; um pouco menos de 10% dos visitantes se dispôs a comentar o que foi lido ou solicitou mais informações através de mensagens aos autores.

Estes números e percentuais são positivos do nosso ponto de vista. Acreditamos que demonstram, claramente, que há interessados em conhecer a saga dos imigrantes, motivo suficiente para continuar com o trabalho. Mas um outro

motivo de semelhante importância reforça esse entendimento. É o fato de tratar-se de um resgate histórico bastante específico, se considerado a sua abrangência, e que mesmo assim desperta em vários leitores o desejo de saber um pouco mais sobre uma Colônia que era desconhecida até mesmo por outros estudiosos da imigração para Minas Gerais.

Walter Benjamin sugeriu que o historiador deveria interromper a história que se conta, com conhecimento de causa, para nela inscrever os "silêncios" encontrados. Por silêncios entenda-se o que tenha sido desconsiderado pela história tradicional/oficial. Não nos sentimos à altura do título de historiadores. Somos apenas dois apaixonados pela nossa Leopoldina, que pesquisamos sua história e temos a ousadia de escrever sobre os "silêncios" que descobrimos.

A propósito, segundo Michel Foucault[XXVIII]

> A história, em sua forma tradicional, se dispunha a "memorizar" os monumentos do passado, transformá-los em documentos [...] em nossos dias, a história é o que transforma os documentos em monumentos.

Escolhemos uma via que se contrapõe à história tradicional, concentrada em acontecimentos ditos importantes, relegando ao esquecimento o que classificava como desnecessário perpetuar. Entendemos por inviável tal posição, na medida em que os historiadores do passado determinaram o que seria importante a partir de uma visão particular de mundo que não é mais aceitável. Nossa escolha fundamenta-se, entre outras, nas palavras de Fernand Braudel[XXIX] para quem não existe "indivíduo encerrado em si mesmo [...] todas as aventuras individuais se fundem numa realidade mais complexa, a social". Optamos pela reação contra "a história arbitrariamente reduzida ao papel dos heróis quinta-essenciados" porque realmente acreditamos que a história modula o destino dos homens.

Na medida em que pudermos dar voz aos que foram desconsiderados pela

---

[XXVIII] FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber.** 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997. p.8

[XXIX] BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História.** 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992. p.23

história tradicional, estaremos contribuindo para um novo lugar de memória, onde os leopoldinenses poderão haurir outros componentes de sua formação identitária. Não basta mencionar os silêncios da história tradicional, declarou Le Goff[XXX], é preciso questionar os documentos, interrogar-se sobre as lacunas e preencher os espaços em branco da história. Este professor francês ensinou que a sociedade precisa "alimentar sua procura de identidade [...] e as solicitações da midia fizeram entrar a produção histórica no movimento da sociedade de consumo".

Nossos estudos sobre a presença de estrangeiros em Leopoldina envolveram informações sobre diversos municípios vizinhos, com vistas a conhecer o ambiente em que os fatos ocorreram. Para este aspecto, estabelecemos como ponto de partida a década de 1870, por representar o início das modificações estruturais importantes no processo de urbanização da região, desencadeadas com a abertura da Estrada de Ferro Leopoldina. Para mostrar a situação da região nessa época, elaboramos com o quadro a seguir, com dados de 1872[XXXI] de algumas localidades que receberam imigrantes no final do século XIX.

LOCALIDADE	HABITANTES	Nº DE FAZENDAS		LOCALIDADE	HABITANTES	Nº DE FAZENDAS
ALÉM PARAÍBA	4407	327		LARANJAL	4049	563
ANGUSTURA	5007	561		LEOPOLDINA	7935	503
ARGIRITA	3915	385		MAR DE ESPANHA	12905	1085
AVENTUREIRO	4412	593		MIRAI	5014	811
BOA FAMÍLIA	2829	436		MURIAÉ	3744	450
CACHOEIRA ALEGRE	4039	470		PALMA	2755	660
CATAGUASES	5956	611		PIACATUBA	5098	477
CONCEIÇÃO DA BOA VISTA	5630	425		PIRAPETINGA	4296	517
GUARARÁ	6197	793		TARUAÇU	4369	500

O impulso desenvolvimentista promovido pela estrada de ferro pode ser analisado a partir das primeiras estações ferroviárias que foram: Porto Novo (Além

---

[XXX] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 109, 145

[XXXI] Recenseamento do Brasil em 1872. Segunda Parte: Província de Minas Gerais. Publicação do Serviço Nacional de Estatística.

Paraíba), Pântano (depois Antônio Carlos e atual Fernando Lobo), Volta Grande, São Luiz (Trimonte) e Providência, em 1874; São Martinho, em 1875; Santa Isabel (Abaíba), Recreio e Campo Limpo (Ribeiro Junqueira), em 1876; Vista Alegre, Leopoldina e Cataguases, em 1877; São Joaquim (Angaturama), Aliança (Cisneiros) e Palma, em 1883; Banco Verde, em 1884; e, Morro Alto, em 1885. Foi a partir daí que chegaram, nessas comunidades urbanas, os serviços de água encanada, esgoto e energia elétrica.

Concluímos que, ao lado da estrada de ferro, o café teve grande importância no desenvolvimento da região. Entretanto, permitimo-nos discordar da afirmação mais ou menos geral de que, nesse período, foi unicamente a exploração de cafezais que sustentou o progresso desta parte da mata mineira.

Esta afirmativa é uma simplificação perigosa, uma vez que o café não foi a única riqueza do lugar. Até porque, segundo a memória documental nem todas as propriedades dedicavam-se exclusivamente aos cafezais quando os imigrantes aqui chegaram. Muitas fazendas contavam com extensos plantéis de gado bovino.

Nosso questionamento se refere a algumas interpretações apressadas, dando conta de que todos os braços e todo o capital disponível destinava-se exclusivamente a plantar ou manter os cafezais. Isto porque, se assim o fosse, ao final do tempo da imigração não contaríamos com os dados do seguinte quadro.

LOCALIDADES	PROPRIEDADES RURAIS (*)		FAZENDAS DE CAFÉ		CABEÇAS DE GADO
ALÉM PARAÍBA	423		330		36521
CATAGUASES	1439		1083		43252
GUARARÁ	468		412		15925
LEOPOLDINA	889		435		49546
MAR DE ESPANHA	857		611		44925
MURIAÉ	1261		1068		28794
PALMA	366		269		15505

(*) Propriedades com renda anual superior a 500$000.

Insurgimos-nos, então, contra a idéia de que nossa região produzia apenas café, o que nos obrigaria a crer numa "hipotética" brusca mudança para a produção leiteira. E o fazemos porque depoimentos dos descendentes nos mostram que havia outros tipos de produção nas fazendas onde trabalharam os imigrantes e que exatamente essa diversidade de funções foi a grande responsável pela inserção desses estrangeiros na sociedade local. Foi o grande número de atividades ligadas à agricultura, à pecuária e às demais práticas humanas que facilitou a inserção dos profissionais imigrantes e modificou totalmente o "retrato da região".

Quer nos parecer que, para entendermos o que ocorreu com a economia e com a sociedade da nossa região no início do século XX, precisamos analisar a grande mudança ocorrida no modo de produção das nossas fazendas.

Porque para nós, o problema deve ser analisado pela ótica marxista de organização sócio-econômica, por onde se vê que o desenvolvimento decorre da forma como as forças produtivas são empregadas nas relações de produção. Isto é, para compreendermos os fatos sociais e políticos dependemos da análise do modo de produção de riquezas daquela sociedade. Ou, conforme ensina Marc Bloch[XXXII], “nunca se explica plenamente um fenômeno histórico fora do estudo de seu momento”. Fugir da ignorância do passado, acrescenta Bloch, é romper com um limite que nos impede de comprender o presente e, por consequência, a ação do homem no presente.

Sabemos que a escravidão desenvolveu-se em solo brasileiro em função da estrutura econômica e social do regime colonialista. A atividade agrícola tinha por objetivo suprir a necessidade de alimentos da população local e a formação de estoques a serem comercializados na metrópole, o que no caso específico de Leopoldina era feito através do entreposto comercial localizado na Corte.

Lembremos, por outro lado, que a mentalidade escravocrata do período

---

[XXXII] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.60

imperial desvalorizava o trabalho manual, herança sócio-cultural de épocas imemoriais. E que, por conta disso, a elite dominante não atuava diretamente. Os donos das terras apenas supervisionavam seus feitores, eximindo-se e a seus filhos e parentes de qualquer atividade que pudesse denegrir sua posição social.

Por seu lado, dentro deste panorama o mercado consumidor era bastante fechado. Os bens de consumo necessários à manutenção das propriedades, bem como de seus habitantes, eram adquiridos de fontes restritas. Uns poucos comerciantes, de conformidade com os fazendeiros, concentravam o poder de negociar bens de natureza variada, adquirindo-os diretamente do produtor rural – um fazendeiro de grande lastro, ou nos entrepostos do Rio de Janeiro. Com esta prática, ao consumidor não era dado o direito de buscar outros fornecedores, quer pela imposição velada dos detentores do poder político, quer pela dificuldade de locomoção. Comprava-se e consumia-se o que o "coronel permitia".

A grande mudança veio, então, com a chegada do imigrante.

Embora não tenhamos uma fonte segura de dados para o período, baseando-nos na contagem populacional de 1872[XXXIII] temos que 40% dos habitantes de Leopoldina naquele ano pertencia à classe dos escravos. Dezoito anos depois o município abrigava pelo menos 8,5% de moradores de origem estrangeira (imigrantes)[XXXIV]. E já no início do século seguinte este número crescia de forma significativa.

Fácil se torna concluir que o impacto desta nova força de trabalho modificou profundamente a economia do município. No início, através do sistema de colonato implantado nas fazendas que ainda fazia com que a circulação de mercadorias continuasse sob o poder dos mesmos comerciantes do período escravista. Mas não tardou muito e vieram as primeiras mudanças de postura,

---

[XXXIII] Recenseamento do Brasil em 1872. Segunda Parte: Província de Minas Geraes. Publicação do Serviço Nacional de Estatística.

[XXXIV] Recenseamento do Brasil em 1890. População recenseada no Estato de Minas Geraes. Publicação do Serviço Nacional de Estatística.

forçadas pela demanda do imigrante que chegara com outros valores e outra socialização.

A partir de então, verificamos que não era mais somente o feitor que se dirigia ao ponto de venda, utilizado há muito tempo, em busca dos suprimentos que mantivessem em funcionamento a fazenda. Agora com trabalhadores remunerados, os fazendeiros não podiam mais determinar a aquisição de certos produtos de fornecedores previamente acordados.

O imigrante passou a decidir onde e quando comprar. E em sua ânsia de *fare l'America*, impunha todo tipo de sacrifício para sua família, tendo por catecismo a necessidade de poupar sempre, todos os dias, em todos os momentos da vida. E se o preço cobrado ou as condições do negócio lhe pareciam inadequadas, era o imigrante que decretava o fim do consumo daquele produto, o que obrigava o comerciante e rever seus conceitos.

Outra mudança que trouxe grande contribuição para a rápida mudança do panorama foi o sistema de contratação. Em entrevistas com descendentes dos primeiros imigrantes, descobrimos que a renda contratada com o fazendeiro independia de eventos da natureza. Assim, uma quebra de safra não afetava o ganho da família colona. Por outro lado, os trabalhadores realizavam um sem número de tarefas extras, sempre remuneradas à parte. Soubemos de casos em que o chefe da família imigrante alugava sua própria força de trabalho para atividades extraordinárias como a derrubada da mata, o fabrico de móveis ou a construção de casas. Enquanto isso, a esposa e os filhos cuidavam da manutenção das tantas "ruas de café" pelas quais assumira compromisso com o proprietário da fazenda.

Além disto, ao ser contratado o colono passava a ter direito a um pedaço de terra onde podia plantar os víveres de que necessitasse. E soubemos do exemplo de uma família italiana que conseguiu tão grande produção de milho em seu "quintal" que, no ano seguinte, vendeu fubá para a própria cozinha da fazenda que continuava responsável pela alimentação dos trabalhadores diaristas.

Para nós, foram estas atitudes, estas novas formas de encarar o trabalho e

esta ferrenha vontade de vencer do imigrante que fizeram modificar substancialmente a economia do município. Mudanças com reflexos evidentes, principalmente, no modo de produção e nas relações de trabalho e consumo que resultaram, nos anos seguintes, em profunda alteração na vida sócio-econômica de Leopoldina e, acreditamos, de todas as cidades que receberam grande número de trabalhadores livres naqueles últimos anos do século XIX.

Olhar para o passado nos ajuda a compreender suas conseqüências que, em última análise, configuram o contexto em que nós vivemos na atualidade. No caso de Leopoldina, analisar sua gente nos permite conhecer aspectos talvez insuspeitos da nossa história. Ao reunir informações sobre a presença dos imigrantes em Leopoldina, aos poucos fomos compreendendo que havia um divisor de águas na história econômica do município e que este marco passava pelos colonos italianos. Donde levantamos uma hipótese: o pólo irradiador de convivência, gerando interações entre *oriundi* e nacionais, teria sido o caminho mais tarde conhecido como Estrada de Tebas.

No final do século XIX alguns italianos já não trabalhavam em propriedades particulares, mas numa colônia organizada pela Câmara Municipal de Leopoldina[xxxv]. Para este núcleo colonial, denominado Santo Antônio, dirigimos nossos esforços no sentido de compreender como se deu a mudança de atividade dos imigrantes. Se no início eram colonos lavradores, logo passaram a atuar como pequenos artesãos e comerciantes de verduras, legumes e frutas. A conseqüência desta modificação no sistema de produção parece ter se refletido na cidade, abrindo novos mercados de trabalho e oportunidades para o estabelecimento de uma relação de emprego e renda que influenciou diretamente a economia local.

Quando buscamos literatura sobre os últimos decênios do século XIX, observamos que a atividade econômica baseava-se num sistema bastante simples

---

[xxxv] Os livros contábeis da Câmara Municipal de Leopoldina, relativos ao último decênio do século XIX, registram pagamentos de víveres e objetos adquiridos de imigrantes da Colônia Santo Antônio.

de trocas. As fazendas produziam insumos que eram comercializados nos grandes centros e ali eram adquiridos os demais produtos necessários à vida nos núcleos mais afastados. O funcionamento do ciclo comercial completava-se com um pequeno entreposto existente em todo arraial e em vias de ligação entre as fazendas e o núcleo povoado: eram as "vendas", destinadas a negociar gêneros da terra, secos e molhados com os moradores locais. Os proprietários destes pontos comerciais geralmente eram vinculados aos grandes fazendeiros que lhes permitiam adquirir pequena parte da produção local para oferecer aos moradores que necessitassem daqueles produtos, além de formar seus estoques também com bens adquiridos nos grandes centros.

Assim é que, em autores que estudaram o século XIX, é comum encontrarmos referências às viagens de compras que levavam os fazendeiros mais abastados até a Corte – o Rio de Janeiro, onde vendiam a produção agrícola e adquiriam produtos para consumo de suas famílias e para serem comercializados nos "armazéns" das pequenas cidades. Norma Góes Monteiro[XXXVI] declarou que, no estado de Minas, duas regiões absorveram mais fortemente as práticas de estados vizinhos: o sul do estado voltado às práticas das lavouras paulistas e a Zona da Mata, vinculada economicamente ao Rio de Janeiro.

Esclareça-se que o sistema gerou também a figura do "comissário", pessoa encarregada de realizar os negócios de interesse dos fazendeiros que não podiam ou não queriam se deslocar até a Corte. Em Leopoldina, observamos que estes comissários eram, quase sempre, agregados das famílias de maior poder econômico, tanto quanto o eram os proprietários das "vendas".

Estes pontos de comércio, que durante muitos anos mantiveram a denominação de "venda de secos e molhados", estão na origem de grande parte do comércio de cidades como Leopoldina, bem como neles se localizam as primeiras

---

[XXXVI] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 49

mudanças de atividade econômica do período imediatamente posterior à libertação dos escravos.

Para o funcionamento dos antigos estabelecimentos comerciais, eram necessários alguns funcionários tais como o “moleque de recados”, o “entregador de compras”, o balconista ou caixeiro e uma pessoa que se ocupasse do recebimento e pagamentos na ausência do proprietário. O ciclo da atividade completava-se, eventualmente, com outras categorias profissionais. E se num primeiro momento era todo exercido pela esposa e filhos daquele agregado, aquele personagem que teve permissão do fazendeiro para estabelecer-se com uma casa comercial, na última década dos anos oitocentos já vamos encontrar os filhos dos imigrantes ocupando alguns destes postos.

Por esta razão, interessa-nos estudar o percurso que tirou o imigrante da lavoura e o trouxe para o núcleo urbano, bem como resgatar os elementos facilitadores para sua fixação na cidade. Para este trabalho contribuíram, em grande parte, as entrevistas concedidas por descendentes dos imigrantes. E aqui cabe uma digressão.

Não são poucas as obras publicadas sobre o desenvolvimento urbano dos grandes centros brasileiros. Para não tornar cansativa nossa exposição, delas retiramos apenas um elemento diretamente ligado ao nosso tema: o crescimento das periferias, promovido pela migração interna conhecida como êxodo rural. Por diversas razões, inclusive econômicas, a família que deixa a área rural vai residir em áreas no entorno do núcleo do povoado. Dali passa a atender às necessidades dos moradores locais, exercendo atividades tão variadas quanto a construção de pequenos artefatos em madeira, o plantio e venda de frutas e verduras, atividades da construção civil etc. Assim o confirmam os descendentes que temos entrevistado. Muitos deles informam que, quando seus pais ou avós deixaram as fazendas, estabeleceram-se na periferia da cidade de Leopoldina e toda a família passou a exercer alguma atividade remunerada. Um dos casos relata que, nos primeiros anos do século XX, seus avós transformaram a cozinha de uma casa em uma padaria, no

início da Rua Manoel Lobato. Ali, enquanto os adultos cuidavam da massa e do forno, os menores ficavam encarregados do balcão, além da horta e de levar as verduras e legumes para vender nas portas das casas das proximidades.

Ao compararmos informações de diversas fontes, observamos a junção de vários fatores que promoveram, no caso de Leopoldina, o crescimento de áreas como o bairro Ventania ou Quinta Residência, que surgiu às margens do antigo leito da Rio-Bahia, desenvolveu-se com a instalação da Residência do DER-MG e transformou-se num bairro bastante populoso.

Mas antes mesmo da abertura da antiga rodovia, ali já estavam residindo diversas famílias de imigrantes. Para melhor explicar nossa hipótese de ocupação daquela área da cidade, precisamos voltar um pouco no tempo.

Duas antigas fazendas existiam nas proximidades do que hoje é o bairro Ventania: Palmeiras e Santo Antônio do Onça. Nesta última a Câmara Municipal de Leopoldina tinha instalado um núcleo colonial na última década do século XIX.

Lembremo-nos que o governo provincial, através de vários normativos legais, incentivava a formação de colônias agrícolas que absorvessem a mão de obra imigrante, como forma de ampliar e melhorar a produção agrícola do estado. Na então Colônia Santo Antônio trabalharam diversos imigrantes que, posteriormente, foram engajados nos serviços de formação da Colônia Agrícola da Constança. Ao que parece, muitos daqueles imigrantes não conseguiram o financiamento do estado para adquirirem lotes na Colônia fundada em 1910. Em consequência, alguns deles foram viver como agregados nos lotes, enquanto outros migraram para a periferia do núcleo urbano e se fixaram principalmente no local do atual bairro Ventania.

Esclareça-se, para finalizar, que a ocupação inicial deste bairro deu-se no percurso que serviu de base para a Estrada com destino a Tebas que, pelas fontes consultadas, vinha sendo desenhada desde 1881, embora Mário de Freitas [XXXVII]

[XXXVII] FREITAS, Mário de. **Leopoldina do Meu Tempo.** Belo Horizonte: Página, 1985.

afirme que em 1926 veio para Leopoldina com o objetivo de trabalhar nas obras da estrada que, partindo da atual Rua Joaquim Guedes Machado, ligaria a cidade de Leopoldina ao distrito de Tebas.

5.3 ANTES DOS COLONOS AGRICULTORES

Nem todos os imigrantes que passaram ao Brasil no século XIX eram agricultores. Entretanto, quase todos foram contratados para substituir a mão de obra escrava.

Um bom exemplo para ilustrar nossas afirmações pode ser tirado da Colônia Imperial de Petrópolis, formada em 1845 com imigrantes alemães, cujo objetivo era construir obras públicas. Quando as principais obras da cidade estavam concluídas, muitos daqueles imigrantes foram para outras construções que os trouxeram para a província mineira. Como foi o caso de muitos daqueles que trabalharam na abertura da Estrada de Rodagem União Indústria e na Estrada de Ferro Dom Pedro II.

Em nossas pesquisas encontramos, vivendo em Mar de Espanha no início da década de 1870[XXXVIII], alemães que inicialmente trabalharam em Petrópolis[XXXIX] e que, em meados da mesma década aparecem em documentos de Leopoldina. Sabemos que em Mar de Espanha eles trabalhavam nas obras da Estrada de Ferro Pedro II. É justo indagar, então, sobre a ocupação que passaram a ter em Leopoldina. Por qual motivo vieram para cá?

Na falta de documentos comprobatórios, uma das hipóteses é a de que tenham sido contratados para os trabalhos de abertura da Estrada de Ferro

---

[XXXVIII] Livros de Casamentos e Batismos em Mar de Espanha, 1817-1886. Arquivo Paroquial.

[XXXIX] Os colonos alemães foram identificados nos livros de Registro de Prazo de Terras, arquivo da Companhia Imobiliária de Petrópolis; nos livros de Casamentos da Igreja Evangélica Alemã do Rio de Janeiro; Livros de Batismos, Confirmação, Casamento e óbitos da Igreja Evangélica de Confissão Luterana, Petrópolis, RJ; Livros de Batismos e Casamentos do arquivo da Cúria Diocesana de Petrópolis, RJ.

Leopoldina, cuja primeira concessão para construção do trecho Porto Novo - Leopoldina é de 1871[XL], embora somente após a concessão de 1872 é que realmente tiveram início os trabalhos.

É sabido que uma das condições impostas pelo capital inglês, que assumira a companhia construtora da ferrovia, era a não utilização de mão de obra escrava. Donde concluímos que a chegada dos imigrantes alemães esteja vinculada à abertura do ramal da Leopoldina que ligaria a Estrada de Ferro Dom Pedro II às cidades de Leopoldina e Cataguases.

Pesquisando as fontes possíveis, encontramos em Leopoldina os Brandt, Delvaux, Dietz, Jacob, Kaiser, Schneider e Siess entre os sobrenomes de origem alemã, cuja primeira referência no Brasil fora a cidade de Petrópolis. Já no início da década seguinte, os anos de 1880, vamos encontrar sobrenomes italianos entre as famílias que viviam em Leopoldina, ao lado de imigrantes com origem nas ilhas atlânticas portuguesas. Portanto, antes do grande fluxo de imigração de trabalhadores agrícolas, documentos já se referiam aos Abelha, Amarante, Apprata, Botelho Falcão, Cimbron, Funchal, Gandara, Marchetti, Pagano e Zuim. Considerando que em 1881 temos a indicação mais remota sobre a contratação de colonos agricultores, acreditamos que algumas destas famílias estavam entre aquelas que, segundo o Relatório da Presidência da Província, vieram trabalhar nas fazendas leopoldinenses.

Um outro aspecto a ser observado é a formação de núcleos para instalação dos imigrantes. Embora pouco se fale a respeito, ainda em 1909 existia um assentamento da Leopoldina Railway Company Limited[XLI], localizado em nossa cidade, onde residiam 08 famílias alemãs com 38 pessoas; 01 família austríaca com 07 pessoas; 01 família portuguesa com duas pessoas e 01 família brasileira com 9 pessoas. Provavelmente seria o mesmo assentamento no qual, na década de

---

[XL] Lei Mineira nº 1826, de 10 de outubro de 1871.

[XLI] Relatório da companhia, disponível no Centro de Documentação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, rua General Canabarro nr. 706, Rio de Janeiro, RJ.

1870[XLII], viviam 8 alemães, 6 espanhóis e 26 italianos.

Lembremo-nos, ainda, que em 1884 foi criado no território de Leopoldina uma associação denominada Club da Lavoura [XLIII], que reunia cerca de 70 proprietários de terras e tinha como um de seus objetivos a organização da contratação de mão de obra livre para substituir o trabalho escravo.

Imigração e Colonização do Brasil tem sido tema de vários estudos, incluindo o trabalho de José Fernando Domingues Carneiro[XLIV], médico e professor, contendo "duas aulas": a primeira é um resumo da história da imigração no Brasil e a segunda relata o êxito da colonização europeia no sul do país. O autor divide a história da imigração em 3 períodos: 1808 a 1886; 1887 a 1930 e 1931 em diante. Caracteriza o primeiro como o da coexistência com o trabalho escravo, o segundo como aquele em que o imigrante veio substituir a mão de obra cativa e no terceiro, segundo esclarece, já não havia mais necessidade de braços para a lavoura. Carneiro faz críticas às Theses sobre Colonização no Brasil, do conselheiro João Cardoso de Menezes e Souza, publicação de 1875, procurando demonstrar "o homem medíocre que era o conselheiro"[XLV]. E afirma que as causas para a pequena entrada de imigrantes no país, no primeiro período, foram a existência da escravidão, o clima e a febre amarela.

É leitura interessante para conhecer as diferentes visões que o assunto imigração despertou nos mais diferentes pensadores. E em tempos de patrulhamento contra a destruição do planeta, torna-se curioso ler que os métodos de abertura das lavouras de café, com derrubada de mata e queimadas, foi a alternativa encontrada para domar a terra. O autor informa que a riqueza do solo foi

---

[XLII] Recenseamento do Brasil em 1872. Segunda Parte: Província de Minas Geraes. Publicação do Serviço Nacional de Estatística.

[XLIII] Ata de fundação do Club da Lavoura, 1884, Arquivo da Câmara Municipal de Leopoldina.

[XLIV] CARNEIRO, José Fernando Domingues. **Imigração e Colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

[XLV] CARNEIRO, José Fernando Domingues. **Imigração e Colonização no Brasil.** Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950. p.13

um obstáculo à aplicação de processos aperfeiçoados na agricultura. Segundo ele, a cana de açúcar plantada em solo rico gerava plantas com muito caldo e pouco açúcar. Para o café, significava obter bela vegetação e maus frutos. Seria esta a razão para que o Senador Vergueiro mandasse derrubar a mata e aproveitar a terra durante alguns anos em outras culturas, deixando posteriormente que crescessem capoeiras para só depois receberem as primeiras mudas de café.

Ao mencionar o assunto, Fernando Carneiro cita Sérgio Buarque de Holanda[XLVI]:

> A agricultura do tipo europeu era sobretudo impraticável nos lugares incultos e remotos, para onde, na míngua de outros, se encaminhariam cada vez mais os imigrantes, na ilusão de que a uberdade do solo compensava as contrariedades da distância.

5.4 AS COLÔNIAS EM MINAS GERAIS

A organização de colônias agrícolas em Minas Gerais foi determinada pela necessidade de se oferecer atrativos que fixassem os imigrantes no estado. O caminho encontrado pelos nossos dirigentes foi, então, criar e incentivar a criação de núcleos agrícolas em terras devolutas e no entorno das estradas que se abriam, inclusive a ferrovia.

Como parte dessa política ocorreu a criação da Colônia Agrícola da Constança, que tinha por objetivo o desenvolvimento da agricultura do município, aproveitando o braço imigrante e as facilidades para o escoamento da produção através dos trilhos da Estrada de Ferro da Leopoldina.

Por outro lado é importante reafirmar que desde a década de 1880 havia uma intensa movimentação política no sentido de facilitar a entrada de estrangeiros, de modo a atender a falta de braços para a lavoura. Assim, quando da criação da Colônia, Leopoldina contava com um bom número de imigrantes espalhados por

---

[XLVI] HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Precácio de Memórias de um Colono no Brasil, de Tomaz Davatz, livro publicado em 1941.

diversas fazendas, algumas em decadência, o que levou o povoamento inicial da Constança a ser constituído principalmente por imigrantes chegados antes da sua criação, ocorrida em 12.04.1910, pelo Decreto Estadual nº 2801.

É interessante observar que esses imigrantes, como proprietários de pequenas glebas de terra, de algum lote na Colônia Agrícola da Constança ou em outro lugar por onde foram surgindo as pequenas propriedades e verdadeiras comunidades (Palmeiras, Macuco, Piacatuba e outras), passaram a fazer parte da própria dinâmica da economia do município.

Um fato que não deve ser esquecido, por ser de justiça, é que muitas dessas propriedades eram verdadeiros “retalhos de terras esgotadas” vendidos pelos fazendeiros que viam nessa prática uma forma de o imigrante ver realizado o sonho de se tornar sitiante e, ao mesmo tempo, a fazenda garantir uma reserva de mão de obra nas suas proximidades. Apesar de não serem exatamente lotes de boa qualidade, estas terras se tornaram produtivas unicamente pela formidável capacidade de trabalho do imigrante e pela grande prole da maioria deles.

Necessário destacar dois fatos relativos aos imigrantes que se instalaram em Leopoldina e que não podem ser esquecidos. O primeiro deles, o de que é evidente que a produção das lavouras, pomares, terreiros, moinhos, engenhos de cana e olarias da Colônia foi importante para o progresso da cidade. Esta produção fez movimentar muita riqueza pelas estradas de chão batido da Colônia e pelos trilhos da Estrada de Ferro da Leopoldina. O segundo, que talvez mereça um destaque ainda maior, a ser proclamado com muita ênfase, é a nossa crença em que a grande contribuição da Colônia e dos imigrantes para Leopoldina não está somente no aspecto econômico. Está muito mais na mistura de etnias e nos belos exemplos de trabalho e dedicação deixados por esses imigrantes. Trabalho e dedicação, inclusive, que nos permitiram sem grandes traumas, por exemplo, fecharmos o ciclo do coronelismo e iniciarmos o de um desenvolvimento mais igualitário. Um novo ciclo onde a riqueza deixou de estar apenas nas mãos de uns poucos e abastados fazendeiros para se espalhar pelos diversos sobrenomes

italianos que hoje se destacam no comércio, na indústria, na prestação de serviços, na agro-pecuária e nas demais atividades produtivas desta nossa Leopoldina.

A propósito, recuperamos um trecho da mensagem do Presidente Bias Fortes[XLVII], em 1895, sobre a situação da lavoura em Minas Gerais.

> A lavoura, como que vendo no alto preço do café a realização de seus desejos e esperanças, tem-se dedicado quase que exclusivamente a este genero de cultura, sem se occupar da de cereaes, nem mesmo como accessorio.
>
> Dahi resulta, em parte, o exaggerado preço dos generos alimenticios em quasi todos os municipios, porque, si é certo que nem todos se dão ao plantio do café, entregando-se à cultura de cereaes, não é menos certo que há todos os annos um verdadeiro exodo de trabalhadores que, em busca de salarios mais remuneradores, procuram a zona cafeeira, abandonando aquella onde se cultivam de preferencia os cereais, resultando nesta a carencia consideravel de braços.
>
> O remedio que parece mais prompto e efficaz para este mal é a introducção dos systemas de cultura intensiva por parte de nossos Agricultores; só esta, e não a extensiva, que, em regra geral, exige grande numero de braços, poderá ir determinando o augmento de producção de generos alimenticios, até que a introducção de immigrantes em numero sufficiente torne possivel a cultura extensiva, sem o desequilibrio que hoje se vae dando nas producções.
>
> Neste Estado só há a grande e pequena lavoura, limitando-se aquella ao plantio do café e da canna de assucar, e esta ao de cereaes. A esta cultura dedicam-se em geral os lavradores de menores recursos, de modo que a producção é muito pequena, e mais que insufficiente para as necessidades da população, que vê-se obrigada a recorrer aos mercados extrangeiros para obter os principaes generos de consumo.

Como se pode observar, havia uma preocupação dos dirigentes em ampliar a produção de gêneros de subsistência, tendo sido este um fator a direcionar o projeto de implantação das colônias agrícolas em Minas Gerais.

O quadro a seguir lista os núcleos coloniais instalados em Minas Gerais no

---

[XLVII] Mensagem do Presidente Chrispim Jacques Bias Fortes, 21.01.1895 Pag. 18-19

período de 1893/1930[XLVIII] e informações obtidas nos Relatórios da Presidência da Província de Minas Gerais[XLIX] e na Coleção de Leis e Decretos de Minas Gerais.

Nome do Núcleo	Fundação	Local	Emancipação
Francisco Sales	1893	Pouso Alegre	nov. 1918[L]
Carlos Prates	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Américo Werneck	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Afonso Pena	1899	Suburb. Capital	30.5.1914[LI]
Bias Fortes	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Adalberto Ferraz	1899	Suburb. Capital	1919(?)
Nova Baden	1900	Lambari	nov. 1918[LII]
Vargem Grande	1907	Suburb. Capital	15.12.1923[LIII]
Itajubá	1907	Itajubá	Extinto em 1917
João Pinheiro (fed.)	1908	Sete Lagoas	12.01.1916[LIV]
Constança	10.4.1910	Leopoldina	03.03.1921[LV]
Santa Maria	20.4.1910	Astolfo Dutra	
Barão de Ayuruoca	1910	Mar de Espanha	03.03.1921[LVI]
Inconfidentes (fed.)	1910	Ouro Fino	
Major Vieira	01.07.1911[LVII]	Cataguases	20.07.1923[LVIII]
Rio Doce	1911	Ponte Nova	03.03.1921[LIX]
Wenceslau Braz	1912	Sete Lagoas	10.09.1923[LX]
Pedro Toledo	1912	Carangola	16.06.1924[LXI]
Guidoval	1913	São D. do Prata	13.01.1928[LXII]
Joaquim Delfino	1914	Cristina	20.07.1923[LXIII]
Vaz de Melo	1915	Viçosa	adm. Estado
Álvaro da Silveira	1920	Pitangui	
David Campista	1921	Bom Despacho	

[XLVIII] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 189

[XLIX] Relatórios da Presidência da Província / Governo do Estado de Minas Gerais 1837-1930. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em 23 mar 1999.

[L] Mensagem do Presidente do Estado, 1919, p. 80

[LI] Decreto nr. 4194 de 30.05.1914

[LII] Mensagem do Presidente do Estado, 1919, p. 80

[LIII] Decreto nr. 6430 de 15.12.1923

[LIV] Decreto nr. 11.874 de 12.01.1916

[LV] Decreto nr. 5597 de 03.03.1921

[LVI] Decreto nr. 5598 de03.03.1921

[LVII] Decreto nr. 3207 de 01.07.1911

[LVIII] Decreto nr. 6614 de 20.07.1923

[LIX] Decreto nr. 5596 de 03.03.1921

[LX] Decreto nr. 6631 de 10.09.1923

[LXI] Decreto nr. 6624 de 16.06.1924

[LXII] Decreto nr. 8145 de 13.01.1928

[LXIII] Decreto nr. 6613 de 20.07.1923

Júlio Bueno Brandão	1921	Peçanha	extinto
Francisco Sá	1921	Teófilo Otoni	adm. Estado
Padre José Bento	1923	Pouso Alegre	
Brucutu	1924	Santa Bárbara	
Raul Soares	1926	Pará de Minas	
Mucuri	1927	Teófilo Otoni	

Em 1911, um ano após sua fundação, a Constança ocupava a 7ª posição em número de habitantes, superando 4 núcleos mais antigos. Em 1912 já era a 2ª, tendo à frente a Rodrigo Silva, de Barbacena, criada antes de 1893 e emancipada em novembro de 1918. No ano seguinte a Santa Maria, de Astolfo Dutra, alcançou a segunda posição, ficando a Constança em 3º lugar no número de habitantes e na produtividade. Nos anos subsequentes a Rodrigo Silva manteve-se como a de maior número de habitantes mas sua produção foi caindo, cedendo a posição para a Constança e a Santa Maria alternadamente. A partir de 1915 a Constança manteve-se como a segunda maior colônia do estado em número de habitantes.

Ao serem emancipadas, as colônias agrícolas sofriam pequena mudança administrativa, especialmente no que se refere ao fornecimento de equipamentos e sementes. Mas de acordo com a mensagem do presidente Fernando de Mello Vianna em 14 de julho de 1926[LXIV], "apesar de emancipadas e com vida autonoma, permaneciam subordinadas ás leis geraes do Estado e do paiz". Mais adiante Mello Vianna informa o valor arrecadado nos núcleos, proveniente do pagamento de prestações de lotes, taxas de beneficiamento de produtos agrícolas, aluguéis de máquinas e animais para tração.

As despesas de manutenção da estrutura foram mantidas até a extinção de cada colônia, não tendo havido um prazo previamente determinado para que fossem dispensados os funcionários administrativos e vendido o lote reservado pelo estado para moradia do administrador e funcionamento do serviço burocrático. Em diversas mensagens presidenciais, foram mencionadas despesas de manutenção das casas-sede, limpeza de córregos, reparo de pontes e outros serviços nas estradas internas

---

[LXIV] Mensagem do Presidente do Estado, 1926. p. 368

dos núcleos por longo tempo após a emancipação. Acreditamos que tais serviços fossem realizados pelos próprios colonos, representando uma renda adicional para além do cultivo da terra. Analisando as falas anuais do dirigente estadual até 1930, é possível supor que a extinção só ocorria após todos os lotes terem sido quitados e emitidos todos os títulos definitivos de posse.

5.5 AS HOSPEDARIAS

Alguns dos imigrantes que se instalaram em Leopoldina não vieram diretamente do país de origem. Um bom número esteve em outros núcleos de colonização, da mesma forma que colonos leopoldinenses foram tentar a vida noutras localidades, num deslocamento que terminou por provocar a formação de grupos de um mesmo sobrenome em terras distantes. Mas a regra geral era passarem por uma hospedaria e de lá saírem contratados por fazendeiros ou, estimulados por alguma razão especial, partirem para um endereço certo.

De acordo com documentos relativos à Divisão de Terras e Colonização[LXV], em 1888 estava sendo construída a Hospedaria Provincial em Juiz de Fora, posteriormente denominada Hospedaria Horta Barbosa. Segundo Norma de Góes Monteiro [LXVI] , a Hospedaria foi inaugurada em maio de 1889 e praticamente abandonada seis meses depois, com a mudança no sistema de governo.

Antes da existência da hospedaria de Juiz de Fora, os imigrantes eram acolhidos no Rio de Janeiro, num sistema que não obedeceu a um único modelo. De modo geral, muitos descendentes se referem à Ilha das Flores como local em que obrigatoriamente ficaram seus antepassados. Pelo que pudemos apurar, nem todos passaram por ali.

Em 1898, o serviço de imigração e colonização estava a cargo das

---

[LXV] Coleções da Secretaria de Agricultura disponíveis no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte.

[LXVI] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p.102-103

províncias, ficando por conta da União apenas o recebimento e hospedagem dos espontâneos, que eram em número relativamente pequeno. O Relatório da Ministério da Agricultura[LXVII] deste ano apresenta um histórico das duas principais hospedarias que funcionaram por conta da União no período do maior fluxo de imigrantes ao país.

A propriedade da Ilha das Flores fora adquirida em 1882 e no ano seguinte procedeu-se à instalação de alojamentos compostos de domitórios coletivos, salas para enfermaria e consultório médico, escritórios, quartos para os empregados e sala de arrecadação. Segundo o relatório do Ministro da Agricultura de 1883[LXVIII], a Hospedaria da Ilha das Flores começou a receber imigrantes no dia 1 de maio daquele ano, num total de 7.402 indivíduos, sendo que 987 foram encaminhados para Minas Gerais. Em 1884 foram realizadas obras de melhoramento, com destaque para o depósito de bagagens, servido por uma linha de trilhos e ponte com guindaste. Nos anos de 1885 e 1886 foram feitas algumas obras, especialmente de reparo em instalações deterioradas pelo uso. Em 1888, com o crescente movimento imigratório, houve necessidade de aumentar os alojamentos, tornando-os capazes de comportar até 2.000 pessoas. Ao mesmo tempo, a União indicava a necessidade das províncias cuidarem da manutenção de suas hospedarias, de modo a que os imigrantes fossem encaminhados por linha férrea tão logo liberados da Agência Nacional dos Portos, ou seja, do Serviço de Imigração.

Uma análise comparativa entre os livros de matrícula na Hospedaria da Ilha das Flores e os registros na Hospedaria de Juiz de Fora, demonstra que entre junho de 1888 e maio de 1889, os nossos imigrantes não passaram pela Ilha das Flores. Em 1890, com a Hospedaria de Juiz de Fora desativada, a hospedaria fluminense passara por novas obras, como a construção de dois novos alojamentos

---

[LXVII] Relatório do ano de 1898 apresentado ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1899 pelo Ministro da Agricultura Severino dos Santos Vieira. Disponível no Arquivo Nacional, Rio de Janeiro, RJ

[LXVIII] Relatório apresentado pelo Ministro Affonso Augusto Moreira Penna à Assembleia Geral, 1883. p.216

e um novo refeitório. No ano seguinte ocorreram problemas no porto de Santos, tendo o movimento sido distribuído entre Rio e Vitória.

Em 1893[LXIX], os imigrantes destinados a Minas Gerais que chegaram entre agosto e novembro foram encaminhados diretamente para a Hospedaria Horta Barbosa. Em dezembro daquele ano, informa o Ministro da Agricultura, uma epidemia desenvolveu-se no Vale do Paraíba, determinando a suspensão do tráfego na Estrada de Ferro Central e por este motivo, a pedido do governo de Minas, os imigrantes que se destinavam à Horta Barbosa foram recolhidos na Ilha das Flores entre 11 e 25 de dezembro de 1893. Logo depois, 630 deles foram encaminhados para a Hospedaria do Pinheiro por conta de uma epidemia que se alastrou pela congênere mineira, causando recusa dos fazendeiros em contratar colonos que poderiam infectar-se na instituição de Juiz de Fora.

No final de 1894, o encaminhamento dos imigrantes contratados pela província de Minas Gerais teria voltado a funcionar como no período anterior, ou seja, do porto eram encaminhandos para a estação ferroviária, sendo embarcados no trem que os levaria para Juiz de Fora. Provavelmente esta regularização foi um reflexo do Decreto nr. 752, de 3 de agosto de 1894, que reestruturou a Hospedaria Horta Barbosa. Entretanto, o ministro Antonio Olinto dos Santos Pires[LXX] declarou que no ano de 1895 a Hospedaria do Pinheiro recebeu imigrantes provenientes da hospedaria de Juiz de Fora, em função de epidemia que ali se desenvolveu.

Segundo o Relatório do Ministro da Agricultura, em 1893 já não ocorreram obras específicas para o serviço de acolhimento dos imigrantes na Ilha das Flores que, no ano seguinte foi ocupada pelas forças militares, por conta da Revolta da Armada. Ressalte-se que, segundo o Decreto nr. 644, de 9 de setembro de 1893, o governo mineiro havia firmado convênio com o do Espírito Santo para que os

---

[LXIX] Mensagem apresentada ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1895 pelo Ministro da Agricultura Antonio Olyntho dos Santos Pires. p. 56

[LXX] Mensagem apresentada ao Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no ano de 1896 pelo Ministro da Agricultura Antonio Olyntho dos Santos Pires. p. 77

imigrantes que chegassem naquele período, com viagem subvencionada por Minas Gerais, fossem recebidas na Hospedaria da capital daquele estado.

Em junho de 1894 a Hospedaria da Ilha das Flores voltou a servir à Inspetoria de Terras, órgão que até dezembro de 1896 foi encarregado do acolhimento dos imigrantes, sendo então extinto e seus serviços transferidos para a Diretoria Geral da Indústria. Entretanto, segundo determinou o Decreto nr. 612, de 6 de março de 1893, foi criado no Rio de Janeiro um ponto de desembarque dos passageiros destinados a Minas Gerais. Pelo que foi possível apurar, esta agência fiscal esteve localizada no próprio porto do Rio, não sendo necessário hospedar os imigrantes na Ilha das Flores.

Ainda assim, e considerando a possibilidade de variações nos procedimentos, lembramos que um normativo federal, o Decreto nr. 696, de 23 de agosto de 1890[LXXI], declarou "de utilidade pública a desapropriação da Fazenda do Pinheiro, na Estação da Estrada de Ferro Central do Brasil", que passou a servir ao Ministério da Agricultura, Commercio e Obras Públicas como hospedaria de imigrantes a partir de 28 de março de 1891. A Hospedaria do Pinheiro ali funcionou até julho de 1897, sendo extinta pelo decreto n. 2598, de 31 de agosto de 1897.

Em 1897[LXXII], ao desativar a Hospedaria do Pinheiro, o Ministerio da Agricultura emitiu o aviso número 115, datado de 29 de outubro, determinando que a partir de então as instalações seriam transferidas para o Ministério da Guerra, razão pela qual os moradores, arrendatários, e meeiros que ali se estabeleceram a partir de janeiro de 1895 seriam indenizados ao preço de "2 reaes por metro quadrado de terras" que ocupavam. A declaração do Ministro acrescenta:

> É pensamento do Governo utilizar-se da autorisação concedida por lei n. 490, de 16 de dezembro de 1897, para vender ou arrendar a parte do mesmo immovel que não for reservada para serviços publicos; necesitando, porém, o Ministerio da Guerra, para os

---

[LXXI] Base da Legislação Federal consultada em novembro de 2001, disponível em <https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/>

[LXXII] Mensagem do Ministo da Agricultura Severino dos Santos Vieira, 1898. p.75

> grandes exercicios, para remonta do exercito e mesmo criação de gado com destino às forças alli aquartelladas, de toda a fazenda, com excepção apenas da parte situada sobre o rio Parahyba e a linha da Estrada de Ferro Central do Brazil, onde se acha estabelecido um pequeno arraial, aguarda este Ministerio o resultado do tombamento respectivo, a que se mandou proceder pelo da Guerra, para resolver então como for mais conveniente.

No Relatório apresentado pelo Ministro Antonio Francisco de Paula Souza em 1893[LXXIII] ao Vice Presidente da República, informa-se que a Hospedaria do Pinheiro foi inaugurada no dia 1 de março de 1891, localizada à margem da Estrada de Ferro Central do Brazil, na antiga fazenda do Pinheiro, com o objetivo de receber os imigrantes doentes que não deveriam ficar junto com os demais na Hospedaria da Ilha das Flores. Entretanto, os números apresentados no relatório ministerial para o ano de 1892 demonstram que para ali não eram transferidos apenas os doentes.

Por oportuno, informamos que esta Hospedaria do Pinheiro foi fundada em terras da antiga fazenda São José do Pinheiro, construída em 1851 por José Gonçalves de Moraes, futuro Barão de Piraí. Após seu falecimento, foi transferida para o genro José Joaquim de Souza Breves, que não deixou descendentes. Depois de ter sido ocupada pelo Serviço de Imigração (1891-1897) e pelo Ministério da Guerra (1897-1898), foi transformada numa Escola Zootécnica que deu origem à Escola de Agronomia e Veterinária de Pinheiro e desde 1985 é o Colégio Agrícola Nilo Peçanha, da Universidade Federal Fluminense. Em 1995 o território onde se encontra foi alçado a município com o nome de Pinheiral, estado do Rio de Janeiro.

A Hospedaria do Pinheiro pode estar na origem de informações de nossos entrevistados, dando conta de que antepassados compraram lotes ao lado da hospedaria, na margem do rio Paraíba do Sul. Como foi dito, para a ocupação pelo Ministério da Guerra foi necessário indenizar os agricultores instalados no terreno desde 1895. É possível, portanto, que alguns imigrantes tenham deixado a hospedaria e se fixado nas suas imediações, conforme consta no histórico da

---

[LXXIII] Mensagem do Ministro da Indústria, Viação e Obras Públicas, 1893. p. 30-

Prefeitura Municipal de Pinheiral.

Um outro aspecto a considerar é o fato da estação do Pinheiro, inaugurada em 1871 no município de Barra do Piraí, ser importante tronco, como declara Helio Suêvo Rodriguez[LXXIV],

> Barra do Piraí era, a bem dizer, um verdadeiro prolongamento dos subúrbios do Rio de Janeiro, servindo às localidades compreendidas no trecho de Japeri a Barra, à época, com trens diários, além das paradas alternativas dos grandes trens do interior. Podia-se, ainda, sem exageros de retórica, qualificar a estação de Barra do Piraí como o coração da Central.

Além dos núcleos acima mencionados, imigrantes que se dirigiam para a zona da mata mineira eram encaminhados para a hospedaria de Ubá ou para a Jacareacanga, em Leopoldina. Não localizamos documentos referentes à hospedaria leopoldinense. Apenas sabemos que Bias Fortes[LXXV], em mensagem de julho de 1896, declarou:

> Inutil seria todo nosso esforço em bem do desenvolvimento da corrente immigratoria, si o recebimento de immigrantes no Estado não fosse feito com todo o cuidado e com a maior somma de conforto para elles. Convicto disso, o governo tem procurado fazer cercar de todo o agasalho e conforto o immigrante recem-chegado. Para esse fim, mandou executar diversas obras na hospedaria de Juiz de Fora, de modo a dotar este edificio de todos os melhoramentos indispensaveis á commodidade do immigrante e ao serviço de hyginene da hospedaria. Providenciou tambem para que sejam estabelecidas diversas hospedarias nos centros das mais importantes zonas agricolas, o que facilitará a localisação e a distribuição dos immigrantes.

O Presidente do Estado informou, então, que estava em construção uma hospedaria na nova capital – Belo Horizonte, e tinham sido iniciados os trabalhos para instalação de duas outras: uma em Leopoldina, na Estação de Vista Alegre, e outra na Estrada Sapucahy, em Soledade, hoje município de Pouso Alegre.

[LXXIV] RODRIGUEZ, Helio Suêvo. A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004. p. 40

[LXXV] Mensagem do Presidente Chrispim Jacques Bias Fortes, 15.07.1896. p. 31

Em 1898[LXXVI] foi feito um aporte financeiro pela presidência do Estado para conclusão do processo de extinção da Jacareacanga, nome dado à Hospedaria de Imigrantes em Leopoldina. No ano seguinte foram extintas as hospedarias de Soledade e de Leopoldina. Desta forma, suspeitaríamos que a Jacareacanga tivesse funcionado por um período muito curto.

É possível, entretanto, que a hospedaria de Leopoldina existisse desde a época da construção da Estrada de Ferro, na década de 1870. Através da Lei nr. 32, de 18 de julho de 1892, foi permitido às Câmaras Municipais que cuidassem de introdução de trabalhadores, inclusive imigrantes. Por esta época funcionava a Colônia Santo Antonio, instalada pela Câmara Municipal na Fazenda da Onça, de sua propriedade. Reunindo diversas informações e comparando-as com depoimentos de descendentes de imigrantes, observa-se que pode ter existido um prédio, à margem do ramal que ligava a estação de Vista Alegre à do centro da cidade de Leopoldina, destinado a acolher inicialmente os trabalhadores da ferrovia. Descendente de um imigrante alemão informou que seus antepassados trabalhavam na construção da Estrada de Ferro Pedro II e se transferiram para Leopoldina, trabalhando nas obras daquele ramal. Acrescentou que a família residiu inicialmente nas proximidades da Estação de Vista Alegre até que a Câmara de Leopoldina promoveu a venda de lotes na Fazenda da Onça.

Outra indicação para a Hospedaria Jacareacanga vem de entrevista com descendente de imigrante italiano que trabalhou na Fazenda Paraíso. Neste caso, a informação é de que ficaram numa hospedaria perto da Estação de Vista Alegre, até chegar a bagagem e então serem transferidos para a fazenda de destino. Esta declaração encontra respaldo em correspondência pertencente à coleção de documentos da Fazenda Paraíso.

A existência da hospedaria em Ubá foi indicada em alguns processos de registro de estrangeiros, na década de 1940, nos quais os imigrantes declararam ter

---

[LXXVI] Mensagens dos presidentes do Estado de 1888 e 1899.

passado por tal instituição. Além disso, no início do funcionamento da Hospedaria Horta Barbosa, em 1888, Relatório da Presidência da Província informa que para ali foram transferidos os imigrantes que se encontravam na Hospedaria de Ubá.

Seriam necessários outros estudos para que pudéssemos mapear com mais clareza o percurso de nossos imigrantes entre o porto e Leopoldina. Para o ano de 1888, temos indicações um tanto precisas que, entretanto, não devem ser generalizadas para todo o período.

Em novembro de 1888 a Câmara Municipal de Leopoldina enviou emissário à Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, para contratar colonos. Segundo descendentes de alguns italianos, seus antepassados foram instalados provisoriamente na Fazenda da Onça, para aguardar que os fazendeiros fossem até lá convidar quem os quisesse servir. Como fizeram, por exemplo, emissários da Fazenda Paraíso.

A propósito, segundo o Decreto nr. 626[LXXVII], de 31 de maio de 1893, o então Presidente do Estado de Minas criou cinco distritos de imigração, assim discriminados:

1º distrito – sede em Juiz de Fora;

2º distrito – sede na Leopoldina;

3º distrito – sede na paróquia da Saúde;

4º distrito – sede na Varginha;

5º distrito – sede em Uberaba.

Para cada distrito foi nomeado um Fiscal, funcionário público que se encarregava dos trâmites necessários ao encaminhamento dos colonos ao destino. Já o Decreto nr. 806, de 22 de janeiro de 1895, reduziu os distritos fiscais para quatro, com sedes em Juiz de Fora, Leopoldina, Lavras e Uberaba.

O Fiscal do Distrito noticiava o movimento na Hospedaria Horta Barbosa,

---

[LXXVII] VEIGA, José Pedro Xavier da. Efemérides Mineiras 1665-1897. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998. p. 525

como demonstra notícia do jornal O Mediador, edição número 24 de 04.03.1896, página 2:

> Communica-nos o sr. Dr. Fiscal de immigração:
>
> No dia 7 de Março p.p. devem chegar a hospedaria de Juiz de Fora 184 familias de immigrantes italianos que partirão de Genova no vapor “Italia” no dia 10 deste.
>
> O sr. Dr. Fiscal está em Juiz de Fora onde attenderá aos interessados em contractar serviços com esses immigrantes.

Ainda no Mediador, edição número 40 de 16.08.1896, página 1, encontramos outra notícia:

> Communica-nos o sr. dr. Fiscal da Immigração que no dia 19 do corrente são esperados 680 immigrantes italianos e 230 hespanhoes.”

Mais tarde, já no jornal Gazeta de Leopoldina, edição número 52 de 08.04.1898, página 1, encontramos a seguinte informação:

> Pediram famílias de colonos italianos os seguintes srs. Fazendeiros:

Antonio C. B. Faria	20
Antonio Freitas	10
Antonio Vilela	05
Junqueira & Irmão	10
Joaquim Ferraz	05
Antonio M. R. Junqueira	10
José Wenceslao	15
Lobato & Irmão	05
Francisco C. S. Monteiro	02
Custodio Monteiro	05
Antonio R. Monteiro	01
Marcos de Rezende	02
José Ribeiro Junqueira	30
Francisco Botelho	10
Total:	130

Observamos que, apesar do jornal informar que os fazendeiros pediram “famílias” de colonos, o número corresponde a indivíduos e não a grupos contratados. Sob este aspecto, reiteramos que os filhos e esposas de imigrantes eram computados como mão de obra disponível pelo contratante.

Conforme já foi dito, a Hospedaria Horta Barbosa esteve em pleno

funcionamento entre o segundo semestre de 1888 e junho de 1889, quando teve as atividades suspensas por conta das más condições denunciadas à presidência da província. Segundo os livros preservados, somente em 1892 voltou a funcionar normalmente.

Esta situação se comprova por carta[LXXVIII] de Costa Mano & Cia, do Rio de Janeiro, datada de 28 de agosto de 1889 e enviada para a Fazenda Paraíso, informando que o emissário Frederico Dausckivardt contratara diversos colonos no Porto do Rio. Pelo que se depreende, os imigrantes haviam seguido viagem com destino à Estação de Vista Alegre e a bagagem não tinha seguido junto porque “o vapor chegou às 3 horas” e não foi possível contratar “a catraia para fazer seguir para o trapiche da Gamboa, onde será despachada amanhã”.

O número de imigrantes que chegou a Leopoldina a partir de 1900, vindo diretamente da Europa, é bem pequeno. No resumo feito por Norma de Góes Monteiro[LXXIX] com a entrada de imigrantes na Hospedaria Horta Barbosa, consta que em 1904 ali se encontravam apenas retirantes vindos do Rio Grande do Norte, da Paraíba e de Pernambuco. Segundo mensagem do presidente Francisco Antonio de Sales[LXXX], em virtude da paralisação do serviço de imigração a partir de 1897, os funcionários da Hospedaria Horta Barbosa foram dispensados através de decretos assinados a 10 de outubro de 1902 e 23 de janeiro de 1903. Como não localizamos livros daquela instituição após 1901, tentamos localizar os nossos imigrantes tardios nos livros disponíveis no Arquivo Nacional, no Rio, mas não tivemos sucesso. Apenas confirmamos a informação de Norma de Góes Monteiro para a existência de funcionário público do estado de Minas que atuava, na hospedaria da Ilha das Flores, selecionando candidatos às colônias mineiras.

Reiteramos que nossos estudos demonstraram a falta de regularidade no

---

[LXXVIII] Documento da Coleção Kenneth Light, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, RJ. Tombo 1954/97

[LXXIX] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p.111

[LXXX] Mensagem do Presidente do Estado de Minas, 1903. p.34-35

trajeto seguido pelos imigrantes radicados em Leopoldina. Além de muitos terem ido para outras localidades mineiras ao chegarem ao Brasil, os pontos de acolhimento funcionaram irregularmente durante o período, gerando situações diversificadas.

5.6 POR QUE IMIGRANTES ITALIANOS ?

Assunto recorrente em nossos estudos, frequentemente somos consultados sobre as razões que estimularam tantos italianos e um bom número de outros europeus a migrarem para "um mundo novo chamado Brasil".

A necessidade de buscar os braços imigrantes surgiu, no Brasil, a partir do fortalecimento da ideia de libertação dos escravos. Naquele momento, os fazendeiros sentiram que a libertação de todos os escravos viria pelo mesmo caminho que deu liberdade aos maiores de 60 anos e decretou a Lei do Ventre Livre. Sendo a mão de obra, então escrava, fundamental para a colheita do café e para os demais trabalhos nas fazendas, prioritário se tornou encontrar uma alternativa para a sua substituição.

A alternativa incentivada e até financiada pelo governo brasileiro foi a imigração. Abriram-se as portas para os imigrantes e propagou-se esta abertura por toda a Europa. A propaganda, feita de forma intensa na Itália, dizia da existência aqui no Brasil de terras férteis e baratas, o que fez crescer o fluxo de italianos para cá. Assim, *"fare l'america"* (fazer a América) como se dizia, aqui no Brasil, virou o sonho de muitos italianos.

A Itália, por sua vez, atravessava um período de grandes dificuldades e, segundo consta, a miséria assolava algumas regiões rurais do norte do país, agravada pelas intempéries e pela chegada do capitalismo no meio rural, responsável pela concentração das terras nas mãos de grandes proprietários. Diante dessa realidade, o incentivo à migração de parte da sua população se apresentava, então, como uma alternativa que servia aos interesses daquele país.

Mas nem todos os imigrantes europeus, inclusive alguns italianos, se

adaptaram ao clima da nossa região e ao regime de trabalho imposto pelos fazendeiros. Nem todos suportaram o isolamento e as condições da nossa lavoura.

Na verdade, alguns logo conseguiram o repatriamento, embora dentre estes estejam uns tantos que tempos depois retornaram ao Brasil para uma nova tentativa. Outros, em bom número, desistiram de viver em Leopoldina, mas quando chegaram à Hospedaria que os acolhia no percurso de volta ao Porto, optaram por assinar contrato com fazendeiro de outra região, desistindo da viagem de volta.

De qualquer forma, para os que se fixaram em Leopoldina restou serem atores de uma longa história, muito cara a todos eles e aos seus descendentes. Uma história que, orgulhosamente, tem seu início pautado no espírito reinante na época da viagem de vinda e muito bem definido na despedida deles da Itália: “Nós, italianos trabalhadores, alegres partimos para o Brasil e vós que ficais ó donos da Itália, trabalhai empunhando a enxada se quereis comer!”[LXXXI]

Os inquéritos do Ministério da Agricultura italiano[LXXXII], do final dos oitocentos, tem sido uma boa fonte de consulta para conhecer um pouco sobre as condições em que viviam os imigrantes que chegaram a Leopoldina no final daquele século. Numa tentativa de classificar a situação descrita nos relatórios a que tivemos acesso, observamos:

- Cereais, seda e lã estavam sofrendo concorrência dos preços baixos dos produtos importados;
- aumento de impostos;
- irrigação dificultada pelo alto custo da água;
- aumento do preço da mão de obra que se tornava escassa por causa da emigração;
- oferta de terrenos públicos para os *contadini* se tornarem pequenos proprietários;

[LXXXI] IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1972

[LXXXII] Encontramos algumas Inchieste publicadas em antigos jornais italianos, disponíveis na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro.

- crédito agrícola dificultado pela usura.

Interessante notar que, considerados como causas da crise agrícola na Itália, estes fatores são mencionados em literatura como argumentos para as solicitações dos grandes proprietários no sentido de diminuir impostos. Mas os mesmos autores informam que a crise atingia mais fortemente os pequenos proprietários ou arrendatários e que por isto o trabalho dos lavradores contratados era pago com "salários de fome".

A falta de acesso à documentação das antigas fazendas de Leopoldina constituiu, para nós, um respeitável complicador para o estudo mais detalhado sobre a vida dos primeiros imigrantes que chegaram a Leopoldina. Mais, ainda, quando se sabe que, da documentação dessa época, muito pouco foi preservado pelos arquivos das instituições e repartições da região, o que leva os estudiosos a buscarem formas alternativas para suas pesquisas.

Para superar parte dessa dificuldade nos valemos de colaboradores. Foi através destas conversas que vislumbramos, por exemplo, alguns aspectos que orientaram a vida senão de todos, mas de grande parte dos que viveram por aqui e que mudaram o curso da história de Leopoldina.

Conseguimos descobrir, por exemplo, que para os imigrantes, principalmente os italianos, ter terra era sinônimo de liberdade. Razão pela qual muitos levavam uma vida difícil e modesta, trabalhavam muito, controlavam suas economias e até abriam mão de pequenas coisas em prol de juntar dinheiro para a realização do sonho maior que era o de adquirir um pedaço de terra. E, via de regra, quando já haviam adquirido o primeiro lote o sonho se expandia no sentido de conquistar outros, preferencialmente nas proximidades, para acolher os descendentes e demais agregados.

Motivo, inclusive, para muitos deles, num espaço de tempo relativamente curto, terem se transformado de simples colonos em lavradores independentes, passando a formar a nova classe de pequenos e médios proprietários até então praticamente desconhecida na cidade. Imigrantes que chegaram como simples força

de trabalho para a lavoura que perdera o braço escravo tornaram-se meeiros e, logo em seguida, prósperos sitiantes. Principalmente a partir da aquisição de lote na Colônia Agrícola da Constança, foco das nossas pesquisas na última década, um dos locais onde ocorreu uma concentração maior dessa transformação de empregado em sitiante.

Mas um outro aspecto da vida do imigrante italiano, não esclarecido em nossas pesquisas mas que gostaríamos de registrar, prende-se ao seu sentimento de nacionalidade. Segundo João Fábio Bertonha[LXXXIII], o sentimento de nacionalidade italiana estava em início de construção quando se deu o grande movimento de travessia do Atlântico. Isto porque a Itália, recém-unificada, vinha de longos séculos de fragmentação política e cultural que não permitiam às classes populares a percepção de algo que unisse genoveses, venezianos, romanos e sicilianos sob um mesmo arco cultural. Esta fragmentação cultural, segundo o autor, está na origem, entre outras conseqüências, das diferenças lingüísticas que resultaram em italianos julgarem-se austríacos ou alemães, embora todos fossem provenientes de território abaixo do “passo de Brener”, marco geográfico que separa a Itália dos países alpinos.

Um outro ponto que merece registro é a religiosidade da imigrante italiano. E mais uma vez recorremos ao mesmo autor que ressalta, na obra citada, que a incapacidade do protestantismo em se estabelecer no território italiano aumentou ainda mais a força do catolicismo no *ser italiano*. Lembra Bertonha que a cúpula da Igreja Católica, inclusive, preferia que os imigrantes viessem para a América do Sul porque aqui encontrariam solo fértil para a prática de sua fé religiosa. Mas cabe aqui uma observação: em Leopoldina só se lembraram de alocar um padre italiano quando a paróquia foi transferida para o Bispado de Mariana, em 1896.

Ernesto Comucci[LXXXIV] analisou o efeito da nostalgia na saúde mental do

---

[LXXXIII] BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos.** 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

[LXXXIV] COMUCCI, Ernesto. **Della emigrazione e del pauperismo, della riforma agraria e tributaria**. Milano: Sansepolcro, 1885

emigrante que, sentindo-se solitário em terra estrangeira, via o sonho de prosperidade se diluir na dura realidade. Se para alguns isto resultou em profunda mágoa da terra natal, por considerarem-se expulsos, em outros casos o desequilíbrio mental foi muito grave, extraindo-o completamente do convívio social. Há relatos, pelo interior do Brasil, de inadaptação de "nostálgicos" mesmo quando vivendo próximo a outros italianos.

Sabe-se que os camponeses que emigraram no final do século XIX não eram propriamente italianos como entendemos hoje. Nos primeiros tempos após a unificação, só uma pequena parcela da população - a elite, estendeu o sentimento de nacionalidade para além do território do estado a que pertenceu até então. Os demais continuaram se sentido calabreses, lombardos ou sicilianos muito mais do que italianos. Antigos jornais mencionam um político que teria declarado que a "Italia foi construída e agora precisamos construir os italianos". Ainda seguindo opiniões populares, do Piemonte teria sido irradiada a "italianização" que não atingiu os camponeses porque logo emigraram. Donde os nossos imigrantes não se reconheciam como parte de uma comunidade nativa quando instalados em colônias onde viviam naturais de outras regiões da sua terra natal.

Um de nossos entrevistados nos fez uma espécie de desabafo sobre a tristeza de seus avós por conviverem com pessoas de hábitos culturais diferentes, embora todos provenientes do "mezzogiorno". Para o informante, o desequilíbrio mental de um parente próximo seria "hereditário" e acrescentou que seus tios também sentiam profunda saudade do "paese" onde nasceram.

Temos procurado mostrar os feitos dos imigrantes italianos em terras leopoldinenses, abordando o grande contingente deles que constitui, numericamente, o maior movimento de naturais de um mesmo país que por aqui se instalou. Mencionamos a índole trabalhadora dessa gente, no desejo e luta da maioria por adquirir um pedaço de terra e a perfeita adaptação à nova pátria, mesmo que no início tenham tido uma vida difícil. Citamos a verdadeira transformação que sofreram, ao passarem rapidamente da condição de simples força de trabalho para a

lavoura que perdera o braço escravo, tornando-se meeiros e, logo em seguida, prósperos sitiantes, profissionais autônomos e empresários. Mencionamos, também, as mudanças ocorridas na vida social e econômica da cidade após a chegada desse enorme contingente de incansáveis trabalhadores italianos.

Ë por conta disso que chamou nossa atenção um comentário sobre estudo publicado em Harvard, nos Estados Unidos, relativamente à imigração vista pelo lado do país de origem, intitulado “A imigração italiana mudou o mundo, mas também mudou a Itália”. Segundo o boletim Oriundi[LXXXV], esta é a

> conclusão a que chega o livro Emigrant Nation - The Making of Italy Abroad, publicado pela editora da Universidade Harvard, uma das instituições universitárias mais prestigiadas dos EUA e do mundo. De autoria de Mark Choate, professor de História da Brigham Young University, trata-se de um trabalho de fôlego em que é analisada a relação entre os imigrantes italianos, suas novas comunidades e o seu país de origem.

No mesmo artigo informa-se que

> um dos aspectos analisados diz respeito à preservação da identidade italiana por parte dos imigrantes, seja por meio de escolas, de grupos, de câmaras de comércio e de entidades como a Sociedade Dante Alighieri.

O autor destaca alguns fatos interessantes e é categórico ao afirmar que

> mesmo sendo um pioneiro na perspectiva da criação de uma nação global, o imigrante italiano mantinha sua fidelidade ao país. E não apenas sob o ponto de vista afetivo-cultural. Remessas dos imigrantes ajudaram a manter o saldo da balança comercial do país e contribuíram para o primeiro boom industrial, nos primeiros anos do século passado. Um total de 300 mil reservistas imigrantes regressou para lutar pelo país na Grande Guerra, em uma ostensiva exibição de patriotismo.

Mark Choate analisa essa situação também no contexto político e como o Estado passou gradativamente a encarar a imigração, especialmente sob o clima de nacionalismo. E afirma que

---

[LXXXV] **Oriundi.** Boletim eletrônico semanal disponível em < http://oriundi.net/> Acesso 10 abr 2009

> no fundo, a expectativa do imigrante era conseguir recursos suficientes para retornar, comprar um pedaço de terra e refazer a vida na terra de origem. Mas ao fim e ao cabo, para a imensa maioria, essa esperança permaneceu como não cumprida.

Como se vê, a importância da imigração italiana transcende os limites de um trabalho de amadores, do interior de Minas Gerais, que se dispuseram a resgatar um pouco da história da Colônia Agrícola da Constança. Ultrapassa em muito os parcos limites impostos, por razões diversas, ao grupo de imigrantes que se instalou em Leopoldina e, a partir daqui, ajudou a mudar o mundo e, também, a mudar a Itália. Acreditamos que quem ajudou a mudar o Brasil e a Itália, não pode deixar de ser reverenciado pelos seus e por todos os que se beneficiaram do seu trabalho.

Insistimos sobre a importância do estudo da imigração em Leopoldina pelo que os imigrantes representaram para a cidade. E seguidas vezes repetimos que elevar a Colônia ao seu lugar de destaque seria salutar, também, porque poderia abrir horizontes para descendentes.

Segundo a Revista Eletrônica Oriundi[LXXXVI], a imigração pelo lado italiano - a emigração – tem sido tratada de maneira bastante clara e objetiva, mostrando o interesse e a preocupação da Itália com o tema. Diz o articulista:

> Difundir e preservar a memória da emigração italiana enquanto acontecimento histórico de alta relevância para o país, inserindo o tema no conteúdo ofertado na grade curricular das escolas na Itália, é o que propõe o projeto de lei apresentado pelo deputado Fabio Porta (PD), que representa na Câmara dos Deputados os italianos residentes no exterior, na circunscrição América do Sul.
>
> Segundo o projeto, que se insere no quadro de formação intercultural e tem caráter multidisciplinar, ficará a cargo do Ministério da Instrução, da Pesquisa e da Universidade (MIUR) transmitir às instituições de ensino italianas as linhas gerais do projeto, respeitando as especificidades territoriais, a fim de que a programação faça parte da oferta formativa definida para cada ano escolástico.
>
> O projeto prevê que a partir do período 2009-2010, o tema emigração italiana seja inserido no programa ordinário formativo. O aprendizado

---

[LXXXVI] **Oriundi.** Boletim eletrônico semanal disponível em < http://oriundi.net/> Acesso 28 fev 2009

> de diversos aspectos da história da emigração, bem como dos fenômenos da nova modalidade que se desenvolve no país, deverá ser incluído no quadro das problemáticas inerentes à migração como traço significativo da época contemporânea.
>
> O envolvimento direto das famílias dos estudantes nas atividades curriculares relativas ao tema é um dos pontos salientados no artigo que trata sobre o modo de implementação da proposta. A intenção é determinar a recuperação da memória dos eventos migratórios e favorecer a compreensão objetiva dos fenômenos de imigração que nos últimos anos vêm se desenvolvendo no país.
>
> No sentido de incentivar as escolas a alcançar resultados eficazes nas atividades de pesquisa e de formação, o projeto de lei cria o prêmio nacional “Migranti come noi”, reservado às classes e instituições que se destacarem no ensino e na pesquisa sobre emigração italiana.

Na justificativa do projeto, que posteriormente seria encaminhado à Comissão de Educação da Câmara, Fabio Porta salienta que a emigração, a partir da segunda metade do século XIX até a atualidade, tem sido um fator de profundas mudanças da sociedade italiana e a experiência mais intensa e difusa internacionalmente que os italianos têm conhecido. Argumenta o deputado que

> a presença de centenas de jovens provenientes de diversas partes do mundo na conferência dos jovens italianos e de origem italiana, desenvolvida em dezembro de 2008, em Roma, permitiu verificar diretamente a intensidade e os valores desta disponibilidade para a recuperação das longínquas raízes e para uma renovada fase de interlocução.

Fabio Porta também destaca a importância, para um país como a Itália, projetado numa dimensão internacional em razão de seu sistema econômico-social e da sua oferta cultural, de contar com uma presença consolidada de comunidades de origem italiana em algumas das áreas mais importantes do mundo. E conclui:

> Uma constelação que, se mantida proficuamente em rede, poderá ser de apoio e impulso para a competitividade do nosso sistema no âmbito global, sobretudo na fase de estagnação e de dificuldades que estamos atravessando.

No Rio Grande do Sul são freqüentes as atividades para lembrar os italianos que povoaram muitas cidades gaúchas. No Espírito Santo também

acontecem, com menos intensidade.

A vinda em massa de italianos para o Brasil tem seu marco inicial em 1874, quando o vapor La Sofia aportou em Vitória trazendo 391 italianos para trabalhar no Espírito Santo [LXXXVII], conforme declara Renzo Grosselli em obra que trata da imigração para terras capixabas e fornece algumas informações interessantes para entendermos o início do período conhecido como a Grande Imigração.

Pois bem. No dia 12 de março de 2009, em Veneza, ao apresentar o programa da Festa do Povo Veneto, o presidente da Junta Regional, Franco Manzato, fez algumas declarações que merecem nossa reflexão. Disse ele que ser vêneto não é uma questão de nascimento ou de etnia, mas um modo de ser e de se comportar. E acrescentou que a cultura popular é importante porque diferente. Esta diferença exprime a liberdade deste povo, que se dá a conhecer por suas práticas culturais.

Segundo o programa da festa, o objetivo é favorecer o conhecimento da história do Veneto, valorizar o original patrimônio linguístico, descortinar os valores culturais, hábitos e costumes, através da perspectiva apresentada em suas danças, músicas e artes em geral.

Para 2009 algumas escolas elementares (início da escolarização) programaram a atividade “Disegna el Leon Veneto”. Ou seja, as crianças se dedicam a desenhar o Leão, símbolo da região veneta, uma oportunidade para sentir-se parte de uma região que tem uma cultura e uma história em comum, incluindo um dialeto próprio que é também compartilhado por cerca de 60% dos que emigraram para outros países.

Sempre que lemos notícias do Veneto, lembramo-nos da presença significativa de italianos lá nascidos e que vieram para Leopoldina. A região é dividida em sete províncias: Belluno, Padova, Rovigo, Treviso, Venezia, Verona e

---

[LXXXVII] GROSSELI, Renzo. **Colônias Imperiais na Terra do Café.** Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2008

Vicenza. Provavelmente muitos leopoldinenses já leram ou ouviram estes nomes em conversas com seus familiares. Pois todas as províncias se preparam para a festa que pretende valorizar a identidade de seus habitantes, conforme declarou um de seus administradores. Segundo Manzato, a noção de pertencimento não é uma limitação em tempos de globalização, mas um elemento de qualificação. Ele ressalta, ainda, que não basta recordar, mas ter consciência de que fixar os nossos valores representa um fator e um motor de desenvolvimento para as atuais e futuras gerações.

Acreditamos que este é um desafio interessante. Aqui no Brasil, muitos administradores públicos promovem, em seus municípios, eventos populares com a contratação de “celebridades”. Quando perguntados sobre a promoção de festas populares ao estilo das que antigamente chamávamos de folclóricas, argumentam que o povo só está interessado no que vem de fora, no que é imposto pela tela da tv. E nós perguntamos: será? Ou será que desconhecem as múltiplas práticas culturais do próprio lugar onde vivem?

Importante ressaltar que Le Goff [LXXXVIII] define o calendário como “um instrumento do poder religioso ou laico [que permite] o controle dos homens nas suas atividades econômico-sociais”. Como objeto cultural, o calendário dos eventos festivos de uma cidade demonstra as escolhas realizadas pelo poder instituído para modular a memória coletiva. Claro que a vinda das ditas “celebridades” não deve ser descartada. É ocasião para conhecer mais de perto aquela imagem aparentemente tão distante. Mas deveríamos, com o mesmo empenho, promover a cultura local.

Se no Veneto é realizado um Concurso para as crianças desenharem o símbolo da região, o Leão, o que nos impede de envolver as nossas crianças em atividades que as levem a pesquisar e conhecer a Colônia Agrícola da Constança?

Em inúmeras cidades brasileiras existe um “Circolo Italiano”, dedicado a diferentes atividades de apoio e valorização dos descendentes de imigrantes. Já em

---

[LXXXVIII] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p.477

Leopoldina... Por que não temos um representante ou um Circolo para promover a cultura italiana? Quando veremos os descendentes participando ativamente da Festa da Paz, com exposição de fotografias, danças e músicas que aprenderam com seus avós? Por que estamos restritos a eventuais encontros gastronômicos onde as massas são o carro chefe?

Constantino Ianni[LXXXIX] despertou a lembrança de uma experiência pela qual passamos há poucos anos. Participando de um evento que contava com patrocínio de entidades italianas, observamos que algumas pessoas manifestavam um certo desprezo pelas manifestações culturais que tantos brasileiros admiram. Num dos momentos, ouvimos que a Tarantella não representa a cultura italiana, mas tão somente a população mais pobre e que é de gosto duvidoso. Ouvimos também que os brasileiros não conhecem a verdadeira cultura italiana porque ficam presos às antigas óperas. Não cabia intervir mas ficou um gosto amargo.

Se muitos de nós, brasileiros, gostamos da Tarantella e das óperas italianas, pode ser porque nos fazem pensar numa parte importante da nossa identidade, já que os hábitos daqueles imigrantes estão presentes em muitas de nossas famílias. E não acreditamos ser possível fazer distinção entre cultura que seja verdadeira ou não. Se existem práticas, são sempre verdadeiras. Podemos gostar ou não, claro. Mas jamais diminuir-lhes o valor. Se o cinema italiano da década de 1960 não é mais tão cultuado, nem por isto deve ser desmerecido. Teve o seu momento, arrebanhou multidões e cumpriu o papel de disseminar a produção do país. E acreditamos que o povo brasileiro está aberto para novas manifestações que retratem a Itália e outros países da atualidade. Podendo gostar ou não, assimilar ou não, escolher é permanência na pessoa humana. Ou, filosoficamente pensando, a única permanência é a eterna mudança. Lembrando que, segundo Rivers[XC]

> é com a estrutura social que devemos começar a tentativa de

---

[LXXXIX] IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1972. p. 234

[XC] RIVERS, A Análise Etnológica da Cultura. In: OLIVEIRA, Roberro Cardoso de. **A Antropologia de Rivers**. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. p. 111

> analisar a cultura e de verificar até onde a comunidade da cultura se deve à mistura de povos, até onde se deve à transmissão através do simples contato ou de colonização transitória.

Para estudar os hábitos culturais de um grupo, é importante lembrar, com Laraia[XCI], que

> não existe a possibilidade de um indivíduo dominar todos os aspectos de sua cultura. [e que] deve existir um mínimo de participação do indivíduo na pauta de conhecimento da cultura a fim de permitir a sua articulação com os demais membros da sociedade.

O mesmo autor baseia-se em Alfred Kroeber, um americano com ascendência alemã que se tornou uma das figuras mais importantes da Antropologia na primeira metade do século XX, para nos ensinar que o homem, pela necessidade de adaptar-se à cultura de seu meio social, depende “muito mais do aprendizado do que [de] agir através de atitudes geneticamente determinadas”. Portanto, os leopoldinenses foram socializados num meio impregnado pelas práticas culturais dos colonos italianos e, sendo assim, independente de descenderem daqueles imigrantes, aprenderam a conviver e usufruir daquelas práticas.

Importante reiterar que buscamos fundamentação em diversas áreas, especialmente na Antropologia porque, segundo Le Goff[XCII], a prática historiográfica atual deve considerar a história das técnicas, da cultura material e o próprio conceito de cultura, temas caros aos antropólogos. Este pensador ensina que a chamada “história das diferenças” foi o atrativo inicial a aproximar historiadores e antropólogos. No nosso estudo, sentimos que ficaríamos restritos à composição de um texto bastante impreciso se não lançássemos mão da interdisciplinaridade. Como ficou expresso no capítulo destinado à metodologia, construímos um modelo de pesquisa para buscar um conjunto de informações que nos permitissem conhecer um momento da história de Leopoldina, resgatando a memória cultural da Imigração

---

[XCI] LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p. 82, 48-49.

[XCII] LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História.** Lisboa: Edições 70, 1986. p. 50

no município e da Colônia Agrícola da Constança.

Se os "literatos profissionais" mencionados por Ianni julgam "heresia misturar emigração com cultura", só temos a lamentar. Ao agradecermos a este autor por nos trazer letras de antigas canções que se tornaram hinos dos que partiam, queremos homenagear os imigrantes que viveram em Leopoldina com uma destas letras[XCIII]

> Mo me parto da qua per n'altro regno,
>
> passo passo mi vado allontanando;
>
> lascio gli amici miei, lascio gli spassi,
>
> lascio chi tanto bene me volia.
>
> La pietre che scarpiso 'npasso 'npasso
>
> pure hanno pietà del piano mio.

Sabe-se que a história é construída de visões e perspectivas diversas. Cada um de nós recorre a uma série de informações para concluir sobre um fato. Em geral as conclusões estão sempre abertas a revisões que surjam a partir de novas informações. Reunindo-se estes pressupostos, e imaginando uma classificação dos temas das entrevistas, as Lendas Familiares de maior incidência podem ser reflexo de uma ideologia sobre a imigração entre as famílias que se transferiram para o Brasil. Pensando especificamente nos italianos, em que acreditavam quando se dispuseram a deixar seu país?

Para além de diversas outras posições, há um tipo de Lenda que interessa neste momento: a "certeza" de que a temporada no Brasil seria curta e voltariam à Itália com dinheiro suficiente para se estabelecerem como proprietários e não mais como empregados em latifúndios.

Há quem afirme que os candidatos a emigrar eram facilmente convencidos

---

[XCIII] IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1972. p. 242: Agora parto daqui pra outro reino, / passo a passo vou me distanciando; / deixo meus amigos, deixo os divertimentos, / deixo quem tanto me queria bem. / As pedras que piso a cada passo / também têm piedade do meu pranto.

pela propaganda. Entretanto, alguns autores demonstram que a propaganda só surtiu efeito porque a cultura da emigração estava já presente no imaginário do italiano mais pobre. Tanto que, segundo um relatório de Geffcken[XCIV], de 1889, desde a Unificação o italiano acreditava que sair de seu país era a solução para si e para a pátria que o receberia de braços abertos quando tivesse acumulado capitais trabalhando em terra estrangeira.

Dois fatores principais contribuiram para a emigração italiana. O primeiro deles estava lá na Itália. Era a miséria que assolava algumas regiões rurais do norte do país, agravada pelas intempéries e pela chegada do capitalismo no meio rural, responsável pela concentração das terras nas mãos de grandes proprietários. A soma desses problemas acabou por obrigar a migração para outras regiões ou a emigração para a América, perpetuando uma prática comum na península desde tempos remotos.

O segundo fator estava do lado de cá do Atlântico: a necessidade de colonizar o Brasil e de substituir a mão de obra escrava. A soma dessas necessidades levou o governo brasileiro a incentivar e até financiar a vinda de colonos. E a propaganda, feita na Itália, de que aqui existia terra fértil e barata, foi a chave para o grande fluxo. Assim, "fazer a América" (fare l'america), como se dizia, virou o sonho daqueles italianos.

O espírito reinante na época bem se define na despedida deles da Itália: "Nós, italianos trabalhadores, alegres partimos para o Brasil, e vós que ficais, ó donos da Itália, trabalhai empunhando a enxada, se quereis comer !"

Robert Foerster[XCV] nos deu algumas informações sobre a vida dos italianos no Brasil, nos capítulos XV e XVI. Embora mencione algumas colônias brasileiras, não há dados específicos sobre Minas Gerais. De todo modo, é uma obra importante para conhecer a visão de estudiosos do início do século XX sobre o assunto.

[XCIV] GEFFCKEN, F. E. **Politica della Popolazione, Emigrazione, Colonie.** Turim: Economista, 1889.

[XCV] FOERSTER, Robert. **The Italian Emigration of our Times.** Cambridge: Harvard University Press, 1924

É de Foerster a informação a respeito da diminuição do número de proprietários na Basilicata, Calabria e Sicilia entre 1882 e 1901, época em que os pequenos vendiam seu patrimônio para buscar melhores condições no exterior. Esta informação está presente na memória familiar dos Lamarca, Lammoglia e Schettini que vieram para Leopoldina.

De igual modo, o desconhecimento da língua como causa de dificuldades variadas é perceptível em nossos estudos. Mas não podemos afirmar, como fez Foerster, que seria a causa do rebaixamento das condições sociais dos imigrantes italianos e de inúmeros acidentes de trabalho.

Diga-se, aliás, que o Documenti di Vita Italiana, publicado em Roma na década de 1950 pela Presidenza del Consiglio dei Ministri, relaciona os países que repatriaram imigrantes italianos por problemas de saúde, incluindo o Brasil. Para períodos mais remotos, temos informação de procedimento desta natureza anteriores a 1927, segundo Estatística do Comissariado, que inclui os números daqueles que foram rejeitados nos portos de desembarque. Em nossas buscas nos livros da Hospedaria Horta Barbosa, encontramos sim, repatriações, mas não por problemas de saúde. Os poucos casos ali registrados referem-se a "desordeiros", sem especificar que tipo de tumulto teriam causado.

5.7 COLONOS NÃO ITALIANOS

De modo geral, nós nos referimos mais ao imigrante de origem italiana por ser numericamente o elemento predominante na região estudada. Mas é de se destacar que tal “escolha” resulta, também, da dificuldade existente na identificação de imigrantes de outras origens. Caso, por exemplo, dos portugueses e espanhóis, mais especificamente dos originários das ilhas atlânticas.

Raramente conseguimos identificar os imigrantes procedentes das Ilhas Canárias e dos Açores, que passaram ao Brasil por força dos incentivos concedidos pela Presidência da Província de Minas a partir de 1881. O principal entrave, neste

caso, é a homonímia. Encontramos grande número de habitantes com o mesmo nome, vivendo no mesmo espaço e tempo. Não poucas vezes foram encontrados casais com nomes exatamente iguais aos de outros que, entretanto, já viviam em solo nacional em data anterior.

Além disto, diferentemente do sistema adotado para os demais estrangeiros, poucas vezes os padres indicaram a procedência dos nascidos nas ilhas atlânticas nos livros de registro de batismos e casamentos. Quando o fizeram, restringiram-se à nacionalidade: espanhóis, para os nascidos nas Ilhas Canárias e, portugueses, para os procedentes dos Açores. Por outro lado, quando buscamos estes imigrantes nos registros de estrangeiros, a pesquisa esbarrou na falta de dados suficientes nos processos. Para completar a série de dificuldades, em alguns manifestos de vapores em que viajaram esses imigrantes, foram listados apenas os nomes, sem outras informações que os identificassem.

Apesar disso, acreditamos que num estudo sobre a Imigração em Leopoldina seria injusto não fazermos uma homenagem aos colonos não italianos que participaram de uma fase importante de nossa história.

Nossos estudos iniciais foram pautados por informações de Norma de Góes Monteiro[XCVI] a respeito da maioria de imigrantes em Minas ter sido composta por italianos. Segundo a autora, na década de 1850, na Companhia Mucuri[XCVII], os chineses eram tidos como bons trabalhadores e pouco exigentes nos seus direitos, em oposição aos europeus que eram mais reivindicadores. Theophilo Otoni teria declarado: “Nunca considerei os Chins como colonos, sim como máquinas para substituir os braços escravos”. Esta posição pode ter se espalhado entre os fazendeiros mineiros mas sofreu forte oposição dos abolicionistas. No período da Grande Imigração o governo limitava a entrada dos asiáticos (japoneses e chineses).

[XCVI] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 63 e 110

[XCVII] Fundada por Theophilo Otoni, na década de 1850 e 1860, a Companhia de Comércio e Navegação do Rio Mucuri tinha por objetivo a promoção e o desenvolvimento do vale daquele rio, e não trabalhava com mão de obra escrava.

A mesma autora informa que a corrente espanhola não era muito bem aceita por se acreditar que os ibéricos eram agressivos e muito exigentes. Quanto aos árabes, a recusa baseava-se na concepção de que dificilmente se adaptavam à agricultura. E mesmo entre os italianos, havia restrições aos procedentes do mezzogiorno por terem fama de não serem agricultores.

Segundo Norma de Góes Monteiro, em 1894 chegaram a Minas 14 imigrantes alemães e em 1897 foi a vez de 173 imigrantes austríacos. Entretanto, a autora tomou por base os dados brutos dos registros em instituições mineiras e é possível que outros colonos procedentes destes países tenham vindo direto para as cidades mineiras, sem terem passado por algum registro em hospedaria do estado. Neste caso estariam os imigrantes austríacos e alemães que identificamos na Colônia Agrícola da Constança, e que não estão relacionados nas listas de entradas dos dois anos citados no referido estudo.

Na análise do contigente de imigrantes em Leopoldina, observamos que, para a maioria das pessoas, a primeira referência à Colônia Agrícola da Constança conduz, quase sempre, à ideia de que se tratava de um agrupamento constituído por imigrantes italianos. As pesquisas realizadas faziam suspeitar que esta conclusão não parecesse ser de todo correta, embora o número de colonos descendentes e oriundos principalmente da Itália fosse bastante significativo. Mas faltavam provas concretas que foram obtidas na análise dos relatórios dos administradores. De todo modo, não se tinha documentado o fato de que alguns lotes tinham sido vendidos para brasileiros. No decorrer das buscas, encontramos evidências que eliminaram as dúvidas. No Relatório da Colônia de 1911, localizamos o primeiro caso de lote vendido a nacionais, no caso, Auriel de Rezende Montes, que ocupou o lote nº 16 no dia 15.06.1910 e que se imaginava fosse imigrante português. Na verdade era um leopoldinense nascido em 02.11.1874 e batizado em Piacatuba, filho de José de Rezende Montes e Tereza Joaquina de Jesus. Estudando a ascendência de Auriel, descobrimos que seus avós paternos foram os primeiros proprietários da sesmaria que originou a Fazenda Constança.

Delivré, ao analisar as tradições orais de um antigo povo asiático, concluiu que a história transmitida oralmente de uma geração para outra era “o privilégio que é necessário recordar para não esquecer de si próprio”[XCVIII]. Assim pensamos e trabalhamos em relação à memória das primeiras famílias que ocuparam os lotes da Colônia Agrícola da Constança. Procuramos resgatá-las para não corrermos o risco de nos esquecermos de um momento importante na reelaboração de práticas sociais que ainda vigoram entre os atuais moradores de Leopoldina.

Está muito claro para nós, que o núcleo colonial organizado em 1910 representou um aperfeiçoamento de tentativas anteriores que buscaram melhorar a produção agrícola no município. Sabemos que a primeira organização deste tipo, citada em algumas fontes como Colônia Santo Antonio, teve lugar em terras muito próximas ou até mesmo no exato lugar onde a Constança foi criada e foi importante no processo. Dentro deste contexto, conhecer a história das pessoas que contribuíram para a construção da Leopoldina de hoje é quase um dever.

Buscando reagatar a presença dos milhares de trabalhadores estrangeiros chegados a Leopoldina em um período de tempo relativamente curto, comprovamos que provocaram grandes mudanças sociais na cidade. Mudanças estas que foram compartilhadas, agora o sabemos, por colonos nascidos em território nacional. Ainda que uma família seja hoje desconhecida por não ter deixado descendente, devemos lembrá-la. E o fazemos por entendermos ser mais ou menos comum que os primeiros estejam esquecidos, principalmente pela modificação dos sobrenomes.

Quanto à perda de sobrenome estrangeiro, permitimo-nos registrar que outros estudiosos acreditam que ela possa ter ocorrido por motivos para nós um tanto insólitos, como a fuga do serviço militar ou da legislação carcerária do país de origem. Discordamos dessa linha de pensamento porque, em nossos estudos, comparamos diversas fontes e percebemos que modificações ortográficas

---

[XCVIII] DELIVRÈ, Alain. Interprétation d’une traditione orale. In: CERTEUAU, Michel de. **A Escrita da História.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006. p. 16

conviveram num mesmo período, resultando em que um imigrante fosse apresentado simultaneamente com o sobrenome original e com uma deturpação.

Diante disto, para nós a forma corrente de um sobrenome nos dias atuais nasceu da dificuldade dos moradores locais pronunciarem nomes e sobrenomes originais. Quando estavam diante dos encarregados das várias escriturações (padre, tabelião, escrevente, fazendeiro, administrador da colônia), os imigrantes nem sempre se faziam entender. Observe-se, também, que raramente eram exigidos documentos probatórios para os atos da vida civil. Documentos estes que, diga-se a bem da verdade, nem sempre existiam.

Adicionalmente, é necessário observar que nem sempre a chegada dos novos trabalhadores foi bem vista pelos moradores, o que pode ter causado atitudes pouco edificantes, incluindo algum desleixo no registro de seus nomes. O nome próprio é um dos valores mais caros ao ser humano, sendo objeto de várias lendas e mitos por toda a história da civilização.

A este propósito, recordamos declaração de Francisco de Paula Ferreira de Rezende em uma obra geralmente consultada por todos que se interessam pela história de Leopoldina. Em Minha Recordações[xcix] o autor registrou:

> Em abril de 1889 fui a Juiz de Fora buscar alguns colonos italianos; creio que não fui infeliz na escolha. Foi isto uma simples experiência; e por ora ainda absolutamente não sei o que terei de fazer. Sejam, porém, quais forem as vantagens do serviço livre; um fato para mim está desde já verificado; e vem a ser — que, bem ou mal, o escravo trabalha muito mais do que o homem livre; uma vez que o seu trabalho seja feitorizado.

Aos olhos de hoje, esta declaração é surpreendente. Em qualquer biblioteca podem ser encontradas inúmeras obras que declaram justamente o contrário, ou seja, que o trabalho livre era muito mais produtivo. Aliás, não foi por acaso que o Senador Vergueiro iniciou a substituição da mão de obra escrava a

---

[xcix] REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações.** Belo Horizonte: Itatiaia, 1988. p. 420

partir de 1840. A experiência desenvolvida em Ibiacaba, estado de São Paulo, foi iniciada sem nenhum tipo de subvenção do erário e serviu de modelo para diversas iniciativas do gênero em outras partes do país. Inclusive aqui em Leopoldina, onde os fazendeiros criaram o Club da Lavoura bem antes da decisão oficial de libertar os escravos. Com os erros e acertos naturais a qualquer empreendimento pioneiro, Ibiacaba disseminou a cultura da melhoria de produtividade pela contratação do trabalhador livre.

Mas nós sabemos que é fundamental investigar os vestígios do passado com bastante cuidado, procurando interpretá-los dentro do contexto. Ferreira de Rezende não era propriamente um fazendeiro de ofício, tendo deixado claro em sua obra que passou por inúmeras dificuldades até conseguir que a terra desse algum retorno. Foi um dos poucos em Leopoldina que não se preparou para a abolição. Enquanto outras fazendas abrigaram colonos europeus desde o início da década de 1880, somente na colheita do café, em 1889, tomou a decisão de aderir ao novo sistema, indo buscar imigrantes que, conforme suas palavras, não eram bons trabalhadores como os escravos. Talvez porque, sendo livres, não aceitassem um feitor no encalço.

O interesse pela Colônia foi despertado por dois fatores complementares. Por um lado, os estudos sobre a segunda fase do povoamento de Leopoldina, que corresponde ao período do desenvolvimento econômico baseado nas lavouras de café, tinham trazido à luz informações documentadas sobre a extinção do sistema escravocrata que habitualmente não são divulgadas. Verificou-se que, no início da década de 1880, muitos fazendeiros começaram a substituir a mão de obra escrava pelo trabalho livre, preferencialmente através da importação de trabalhadores europeus. Portanto, não foi surpresa descobrir que Leopoldina estava ao lado de três outras cidades mineiras como destino dos primeiros 203 cidadãos europeus contratados por emissário da Presidência da Província, em 1881.

O segundo fator é considerado complementar porque, além de ter surgido da análise de documentos da terceira fase da história de Leopoldina (1888-1910),

recolocou nas trilhas econômicas o elemento imigrante. Descobriu-se que o contrato assinado pela Presidência da Província em 1881, para trazer 12.000 colonos das Ilhas Canárias e dos Açores para Minas Gerais, refletiu-se aqui de forma tímida. Considerando que muitas vezes a nacionalidade dos trabalhadores não foi percebida de imediato, dada a similaridade de nomes e sobrenomes com os nacionais, somente a partir do aumento do fluxo de imigrantes de outras nacionalidades é que se verificou o seu peso na atividade agrícola do município.

Segundo a Lei nº 3140, de 1883, seriam concedidos favores pecuniários aos fazendeiros que contratassem colonos estrangeiros. Para alguns estudiosos, esta Lei se inscreve entre as muitas tentativas de abolir a escravatura. Para outros, este normativo legal jamais foi colocado em prática de forma efetiva. Decidimos, então, no primeiro momento, buscar seus eventuais efeitos em Leopoldina e descobrimos que desde outubro de 1883, com a Lei nº 3117, a Presidência de Minas tinha iniciado a organização do serviço de imigração com a instalação de hospedarias e contratação de agentes na Europa. Mas o serviço oferecido nas Ilhas citadas mostrou-se pouco eficiente.

Pouco tempo depois este serviço foi reformulado e passou a ser oferecido ao candidato o custeio integral de passagens para si e a família, hospedagem gratuita por 8 dias nas hospedarias provinciais, garantia de contratação em colônias particulares, provinciais ou criadas na Província pelo governo brasileiro. E para atrair os fazendeiros, os mesmos instrumentos legais estabeleceram que o governo fizesse contratos com particulares ou associações que criassem núcleos coloniais, oferecendo subvenção de 40$000 por imigrante maior de 12 anos e de 20$000 pelo menor de 7 a 12 anos, o que trouxe alguma melhora no fluxo.

> A obra de uma sociedade que remodela, segundo suas necessidades, o solo em que vive é, todos intuem isso, um fato eminentemente histórico[C].

[C] BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p.53

A criação da Colônia Agrícola da Constança é, portanto, um fato histórico. Capturá-lo do passado onde se inscreve e analisá-lo, permite navegar por outros fatos marcados na história de Leopoldina. Entretanto, parece que até 1994 ninguém se dedicara a tentar compreendê-lo. E segundo Benjamin[CI], "o passado só se deixa fixar no momento em que é reconhecido".

Quando concluímos o levantamento sobre batismos e casamentos em Leopoldina até 1930, procuramos literatura que nos ajudasse a compreender o que representou a Grande Imigração para Leopoldina. O percentual de estrangeiros que viveu na cidade era significativo e julgávamos que o fenômeno teria sido estudado, uma vez que provavelmente teria tido um peso significativo em todos os aspectos da vida local. Para nós, era um passado que deveria estar fixado.

Na medida em que buscávamos literatura disponível, éramos surpreendidos pela reação das pessoas a quem procurávamos. Na Biblioteca Municipal as funcionárias olharam espantadas quando perguntamos sobre obras que tratassem do assunto. Informaram que conheciam muitos descendentes de italianos mas nunca tinham ouvido falar que algum livro tivesse sido escrito a respeito. Restou-nos pedir os antigos jornais. A ideia era descobrir alguma pista através do noticiário da época e sabíamos que o primeiro jornal de Leopoldina circulou na década de 1880. Infelizmente, porém, ninguém ali sabia que existiram outros jornais antes do periódico que sobreviveu até o final do século XX.

Com algumas informações pinçadas nos poucos exemplares antigos que encontramos na Biblioteca, decidimos procurar outros leopoldinenses conhecidos pelo interesse na história local. De decepção em decepção, concluímos que estávamos trilhando um caminho desconhecido. O jornal mencionava uma colônia agrícola mas deveria ter sido alguma coisa muito pequena e passou despercebida.

A última pessoa que procuramos naquela oportunidade foi o Mauro de

---

[CI] BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política.**7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 224

Almeida Pereira, mentor para outros estudos desenvolvidos já há duas décadas. Ele sabia do levantamento feito nos livros paroquiais mas não havíamos conversado sobre a grande quantidade de imigrantes que vivia em Leopoldina no final do século anterior. Informou que não sabia da existência de estudos a respeito e indicou o Luiz Raphael como pessoa que provavelmente ajudaria.

O Luiz Raphael ainda não era propriamente um amigo. Já nos encontráramos algumas vezes mas a conversa jamais tinha sido ampla. Acreditávamos que era uma pessoa reservada, de fala pouca. E não foi fácil encontrá-lo. Somente numa próxima temporada em Leopoldina, e depois de lido um bom número de obras generalistas sobre o tema, conseguimos chegar ao Raphael. Bela surpresa! Além da ótima recepção, mostrou-nos um pacote de documentos que marcaria a primeira fase do projeto de pesquisas.

A Colônia Agrícola da Constança surgiu em nosso horizonte de forma muito tímida, a partir do momento em que decidimos organizar um projeto de pesquisa sobre a Imigração em Leopoldina. Já que não foi encontrada literatura a respeito, a solução seria partir do zero. Ao longo destes 15 anos, conseguimos reunir um bom número de fontes. Pode-se dizer que atualmente muitos moradores de Leopoldina já sabem que a cidade abrigou um núcleo criado para acolher imigrantes. A intenção de convidar os moradores para comemorarem o Centenário da Colônia faz parte deste processo. Se realizarem o evento, o conhecimento atingirá um maior número de pessoas e, conforme ensinou Benjamin, este passado terá sido reconhecido e estará fixado na memória local.

5.8 A ORIGEM DA FAZENDA CONSTANÇA

Sabemos que as primeiras concessões de sesmarias a citarem o Feijão Cru foram requeridas em 1817[CII]. Nos dias 13 e 14 de outubro daquele ano, os

---

[CII] Arquivo Público Mineiro, Cartas de Sesmaria, códice SC 363, fls 190v e 192v

irmãos Fernando Afonso e Jerônimo Pinheiro Corrêa de Lacerda receberam duas sesmarias de meia légua, que eles nunca ocuparam. Ambas, segundo se sabe, foram loteadas e vendidas por seus sobrinhos Romão e Francisco Pinheiro Corrêa de Lacerda.

Quanto ao tamanho dessas sesmarias, o Professor Luiz Paulo Costa Fernandes nos ensina que meia légua de terras equivale a 1.089 hectares ou 10,89 km². Considerando que o atual território de Leopoldina tem 942 km² de extensão e que na metade do século XIX era significativamente maior, cremos ser lícito supor que o número de sesmarias concedidas na região foi bem maior do que o mencionado nas obras até aqui publicadas. Entretanto, como a identificação daquelas primeiras propriedades demandaria estudos bem mais aprofundados optamos por analisar a documentação possível sobre algumas partes de nosso território, a partir de indicações presentes no Registro de Terras realizado em conformidade com o que dispôs a Lei nº. 601 de 18 de setembro de 1850, conhecida como Lei de Terras, para chegarmos à área que nos interessava buscar a origem.

Desse modo descobrimos que em 1856 a Fazenda Constança era propriedade de José Augusto Monteiro de Barros[CIII]. Verificamos que um tio paterno de José Augusto, José Maria Monteiro de Barros, requereu uma sesmaria[CIV] na região em 1818, tendo a carta concessória sido assinada a 2 de maio daquele ano. Assim como ocorreu com Fernando Afonso e Jerônimo Corrêa Pinheiro de Lacerda, também este beneficiário não ocupou a propriedade e em 20 de outubro de 1834[CV] transferiu-a para seu irmão, Antonio José Monteiro de Barros, pai do citado José Augusto.

Por esta época, Antonio José adquiriu de Bernardo José Gonçalves Montes, a sesmaria que este recebera por dote de sua esposa, Maria Antonia de

[CIII] Registro de Terras de São Sebastião da Leopoldina, termo 70

[CIV] Arquivo Público Mineiro, Cartas de Sesmaria, códice SC 377, fls 105

[CV] Sentença assinada por João Braz de Almeida, Juiz de Sesmarias, conforme cópia pertencente à Coleção Kenneth Light, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, RJ. Tombo 2123/97

Jesus. O primeiro proprietário fora Antonio Francisco Teixeira Coelho que, junto com sua mãe de criação, Hipólita Jacinta Teixeira de Melo, requereu duas sesmarias no então denominado Sertão do Paraíba, no caminho para Cantagalo, concessões datadas de 27 e 28.03.1818[CVI]. Antonio Francisco era solteiro quando teve uma filha com Maria Umbelina de Santa Brígida, também beneficiada com sesmaria na mesma localidade[CVII].

Antonio Francisco sempre viveu em Prados (MG), na sua Fazenda da Ponta do Morro. Recebeu o título de Barão da Ponta do Morro e provavelmente nunca esteve nas terras aqui do Feijão Cru. Em 18.09.1822[CVIII] sua filha casou-se com Bernardo José em Prados, onde ambos nasceram, recebendo então o dote e transferindo-se para o Feijão Cru. Esclareça-se, por oportuno, que Maria Antonia foi a segunda esposa de Bernardo José[CIX] e que nada sabemos sobre os filhos do primeiro casamento dele que podem estar, também, entre os primeiros habitantes de Leopoldina.

Pelo testamento de Antonio Francisco[CX], a filha Maria Antonia recebeu as duas sesmarias e vendeu uma delas a Antonio José Monteiro de Barros. Bernardo José, por sua vez, realizou compras e trocas de terras com Feliciano Rodrigues Moreira e Manoel Gonçalves Valins, ampliando sua propriedade até a divisa com Manoel José Monteiro de Castro - Fazenda União[CXI]. Segundo análise do inventário de Bernardo José[CXII], além da sesmaria vendida a Antonio José provavelmente foram realizadas outras vendas, já que foi dividida apenas uma propriedade de cerca de 225 alqueires. Ainda no campo das hipóteses, é possível que a Fazenda da Onça

---

[CVI] Arquivo Público Mineiro, Cartas de Sesmaria, códice SC 377, fls 70 a 72v

[CVII] Arquivo Público Mineiro, Cartas de Sesmaria, códice SC 377, fls 68

[CVIII] Inventário de Antonio Francisco Teixeira Coelho, disponível no Museu Regional de São João del Rei, MG.

[CIX] Livros de Casamentos de Nossa Senhora da Conceição de Prados, 1804 e 1822

[CX] Testamento datado de 12.04.1850, em Prados, cópia gentilmente fornecida por Pedro Wilson Carrano de Albuquerque.

[CXI] Registro de Terras de São Sebastião da Leopoldina, termo 12

CXII Inventário arquivado no Fórum de Leopoldina, maço 6, 1862

tenha sido formada também em terras que pertenceram aos genitores da esposa de Bernardo José.

Não nos foi possível descobrir qual sesmaria foi vendida a Antonio José Monteiro de Barros. Descobrimos apenas que o comprador, em duas sesmarias com extensão aproximada de 450 alqueires mineiros, formou as fazendas Constança, Saudade e Paraíso.

Em 1859, José Augusto Monteiro de Barros vendeu a Fazenda Constança a José Teixeira Lopes Guimarães[CXIII]. Posteriormente a propriedade passou às mãos do então Barão de Mesquita que provavelmente a revendeu, uma vez que na partilha de seus bens em 1888, somente a Fazenda Paraíso foi transferida para seu filho, futuro Barão de Bonfim.

Segundo a edição número 40 do jornal O Mediador, de 16.08.1896, nesta época a Fazenda Constança era um condomínio com diversos proprietários, entre eles Gustavo Augusto de Almeida Gama, provavelmente um dos herdeiros da vizinha Fazenda Floresta.

Importante destacar que a Fazenda Constança, no final dos oitocentos, encontrava-se na mesma situação de duas outras propriedades vizinhas, cujos formadores faleceram antes de 1875. Trata-se das fazendas Feijão Cru e Onça. Da primeira, sabemos que foi dividida entre os herdeiros após o falecimento da matriarca Rita Esméria de Jesus a 20 de janeiro de 1865[CXIV], sendo mencionada como divisa de uma situação da Fazenda da Onça, em venda realizada em 1886. Por este documento[CXV] ficamos sabendo que uma das partes da Fazenda da Onça pertencia a Antonio Rodrigues Campos, que a vendeu a José Soares de Mesquita. Apesar do sobrenome, o comprador não seria da família de Jerônimo José de

---

[CXIII] Pública Forma emitida pelo Tabelião Pacheco, do Registro de Imóveis do Rio Janeiro, a pedido do comendador Jerônimo José de Mesquita, pertencente à Coleção Kenneth Light, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, RJ. Tombo 2198/97

[CXIV] Inventário arquivado no Cartório do 2º Ofício de Notas de Leopoldina, MG, Maço nº 40.

[CXV] Escritura de venda pertencente à Coleção Kenneth Light, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, RJ. Tombo 2203/97

Mesquita, sendo citado no Formal de Partilha como um seu empregado. A propósito, parece que esta situação da Fazenda da Onça foi vendida por José Soares de Mesquita antes do falecimento de seu patrão, o Conde de Mesquita. De todo modo, o histórico da Fazenda Paraíso demonstra que a Fazenda da Onça também já estava bastante dividida e os herdeiros das duas antigas propriedades, a Feijão Cru e a Onça, venderam suas partes na herança a partir de 1875.

É possível que a antiga colônia ocupada por imigrantes em Leopoldina, denominada Santo Antonio, tenha sido implantada em território desmembrado destas duas fazendas. Posteriormente, quando a Colônia Municipal Santo Antonio deu lugar à Colônia Agrícola da Constança, criada pelo governo do Estado em 1910, as partes voltaram a ser reunidas para ampliar o núcleo que foi loteado e vendido aos colonos.

6. CRIAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO

O surgimento de uma instituição produz reflexos na sociedade onde se insere, antes e depois de sua criação. Com Le Goff [I] aprendemos que "a profundidade histórica de uma mudança se prefigura antes e para além do acontecimento". Analisando as modificações ocorridas em Leopoldina, percebemos que não foi a criação da Colônia Agrícola da Constança que as produziu, mas que a sociedade encontrava-se num estágio tal que demandava mudanças estruturais, resultando no surgimento daquele núcleo. Portanto, tivemos oportunidade de verificar o que este pensador francês ensinou ao declarar que o acontecimento não cria a mudança, apenas a evidencia.

Acreditamos que o estudo destes organismos que passam a fazer parte de uma comunidade, além do conhecimento específico sobre a instituição, permite nos aproximarmos das práticas sociais em seu entorno. Segundo Beattie[II],

> as instituições sociais possuem implicações causais para outras instituições e as crenças e valores que as pessoas mantêm são determinantes importantes do seu comportamento institucionalizado.

Portanto, estudar a história da Colônia Agrícola da Constança implica buscar conhecimento sobre os intervenientes que moldaram a sociedade e foram por ela moldados naquele momento. Nesta pesquisa, o objeto de nossos estudos surge com o seguinte normativo legal:

> DECRETO N. 280 DE 12 DE ABRIL DE 1910 [III]
>
> Crea uma colonia agricola no districto da cidade de Leopoldina, com a denominação de Colonia Agricola da Constança.O Presidente do Estado de Minas Geraes, usando da attribuição que lhe confere o artigo 57 da Constituição Mineira e na conformidade do disposto no artigo I parágrafo I da Lei n. 438 de 24 de setembro de 1906, resolve crear uma colonia agricola no districto da cidade de Leopoldina, com

---

[I] LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História.** Lisboa: Edições 70, 1986. p.25-26

[II] BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social.** 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980. p.77

[III] Disponível no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte, coleção Secretaria de Agricultura.

> a denominação de "Colonia Agricola da Constança".
>
> Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 12 de abril de 1910.
>
> WENCESLAU BRAZ PEREIRA GOMES
>
> Estevão Leite de Magalhães Pinto

A organização de colônias agrícolas em Minas Gerais foi determinada pela necessidade de oferecer atrativos que fixassem os imigrantes em seu território. Exemplo desta preocupação manifestou o Presidente da Província, em 1895, ao declarar que as dificuldades de manter os trabalhadores

> poderiam ser dominadas si o immigrante fosse obrigado a tomar o destino que se lhe designasse; mas assim não succede, pois que a livre escolha de destino está consagrada em lei, como uma das mais salutares regalias da immigração.[IV]

Assim é que foram organizadas colônias em diversas cidades. No caso de Leopoldina, seu povoamento inicial foi constituído principalmente por imigrantes chegados antes da fundação que ocorreu, oficialmente, pelo Decreto Estadual nº 280, de 12.04.1910, embora tenha começado a existir um pouco antes desta data.

A localização certamente ocorreu em função da disponibilidade de terras a preço adequado. A visão panorâmica do local onde foi instalado o núcleo causava boa impressão nos moradores, conforme expresso em um texto sem autoria incluído no Almanaque de Leopoldina[V]:

> Até 1887 carissimos leitores, emquanto não raia o seculo XX em cuja aurora prometto-vos escrever não um artigo, mas um livro bastante para uma cidade de 200,000 almas, cuja serra offerece já perspectivas encantadoras, e na elevada casa do finado capitão José Teixeira Lopes um panorama superior ao do Corvado, dominando verdadeiro oceano de selva virgem.

Interessante analisar esta declaração, tendo em vista algumas informações

---

[IV] Relatório da Presidência da Província de Minas Gerais, 1895. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em 23 mar 1999.

[V] Almanaque de Leopoldina, sem dados tipográficos, provavelmente impresso em 1886. p.81

adicionais. Para tanto nos valemos de Jacques Le Goff[VI] que nos ensina serem os almanaques um tipo muito curioso de objeto cultural. Remontando aos que foram publicados no século XII, o autor informa que eram povoados de reis, grandes personagens e heróis. Já no século XIX transformaram-se em utilitários, publicando horários de diligências e outras informações de interesse público. O primeiro foi publicado na Alemanha em 1455 e nove anos depois surgiram os almanaques de corporações. Isto significa que eram de categorias profissionais, trazendo informações de interesse para o exercício da função. É de 1471 a mais antiga referência ao Almanaque Anual, que na segunda metade do século XIX deu lugar às primeiras agendas de bolso. No século XX, a fotografia valorizou os almanaques, que voltaram a ter grande procura.

Le Goff declara que o almanaque é direcionado aos analfabetos e aos que não cultivam o hábito da leitura, reunindo um pouco de conhecimento para todos: das fases da Lua aos dias santificados; de orientação para a agricultura a cuidados de higiene; de homenagem a personagens cultuados a fábulas e contos. Conclui o autor que os almanaques representam o encontro privilelgiado entre cultura erudita e cultura popular.

Como todo objeto cultural, merece nossa análise cuidadosa. Precisamos ter em mente que foram produzidos em outra época e refletem outras práticas sociais. No exemplo que estamos analisando, o autor despede-se do ano de 1886 prometendo um livro para o início do século seguinte, deixando entrever que considerava o artigo escrito para o almanaque como uma produção de menor importância. Na continuidade da frase ele informa que a cidade tem 200,000 almas, provavelmente por um erro tipográfico. Segundo a contagem populacional de 1872[VII], a Paróquia de Leopoldina atendia cerca de 8 mil almas e no Recenseamento de 1890 o número de habitantes do município atingia 35 mil pessoas. Sendo assim,

---

[VI] LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História.** Lisboa: Edições 70, 1986. p. 477-523

[VII] Recenseamento do Brasil em 1872. Segunda Parte: Província de Minas Gerais. Publicação do Serviço Nacional de Estatística e População Recenseada no Estado de Minas Geraes em 1890.

acreditamos que o autor tenha tido a intenção de informar que a cidade contava com 20 mil habitantes.

O ufanismo do autor fica evidente logo em seguida, ao comparar uma serra de Leopoldina ao morro do Corcovado, no Rio de Janeiro. Embora tenha sido a estátua do Cristo Redentor a ser escolhida em 2007 como uma das sete maravilhas do mundo atual, não era ao monumento que o autor se referia porque só passou a existir em 1931. Nosso cronista falou da paisagem vista do topo da serra e concordamos que é mesmo bela. Quando estamos nos aproximando de Leopoldina pela BR 116, um pouco antes do belvedere no início da descida da Serra da Vileta, sentimos uma forte e inexplicável sensação ao vislumbrar a paisagem. Provavelmente todo leopoldinense passa pela mesma emoção, especialmente se já não vive mais na cidade.

Esta visão deslumbrante tem seu melhor ponto de observação no limite da Colônia Agrícola da Constança. Entretanto, não conseguimos descobrir onde se localizou a sede da fazenda que deu nome ao núcleo. Conforme já informado, a propriedade foi transferida em 1858 para João Teixeira da Fonseca Guimarães, filho de José Teixeira Lopes Guimarães, falecido a 2 de fevereiro de 1884. Considerando que o autor refere-se explicitamente à “elevada casa do finado José Teixeira Lopes”, é bem provável que a sede estivesse localizada bem próximo do local onde, cerca de 40 anos depois, foi definido o leito da rodovia que conhecida como Rio-Bahia.

Aproveitamos a oportunidade para acrescentar uma informação concernente ao objeto de nossos estudos. Na época da publicação do almanaque, a família era referida apenas como Teixeira Lopes, sem a adição do Guimarães que se refere ao berço em Portugal. O genearca era imigrante como aqueles que o sucederam na ocupação daquele espaço. O Relatório de 1909[VIII], assinado por Guilherme Prates a 20 de março de 1910, informa que a Colônia

---

[VIII] Relatório da Diretoria de Agricultura,Terras e Colonização de Minas Gerais, 1909, disponível no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte

> Acha-se situada no districto da cidade de Leopoldina, a quatro kilometros da estação da estrada de ferro. Fundada em terras das fazendas annexadas e denominadas Constança, Sobradinho, Boa Sorte, Onça e o sitio Puris, que o Estado adquiriu, tem a área de 17.437.500,00 metros quadrados, dividida em 60 lotes, com cerca de 25 hectares cada um e um logradoiro publico com a extensão de 1.317.500,00 metros quadrados.

A medida dos lotes apresentava pequenas variações, em função das condições do terreno. Segundo o administrador,

> Está esta colonia sendo fundada no municipio de Leopoldina, no districto da sede, distando da mais proxima estação da estrada de ferro "Leopoldina Railway" cerca de 9 kiloms., distancia que varia para 10, 5 e 4 kil., conforme o ponto de partida.

O Relatório de 1911 apresenta mudanças ocorridas no primeiro ano de efetiva existência daquele núcleo agrícola. Em 1910 a Colônia ocupara uma área de 18.797.500 metros quadrados, dividida em 65 lotes e 2 logradouros públicos. Logo em seu primeiro ano, o Estado concluiu pela mudança da destinação dos espaços públicos e os incorporou à área agricultável, na forma de três novos lotes.

Ainda com o propósito de aumento do número de lotes, foi também adquirida uma “situação” da fazenda Palmeiras. Com redivisões e acréscimos, o núcleo agrícola passou a contar com 73 lotes. Ao final do exercício de 1912, apenas 64 estavam ocupados, sendo que apenas um por título definitivo. Segundo o Relatório da Colônia para o ano de 1919, o núcleo contava com 75 lotes ocupados por colonos, 1 vago e 1 destinado à administração do núcleo.

No que se refere à ocupação dos lotes, descobrimos que nove famílias de imigrantes tinham desistido do financiamento e abandonado a Colônia Agrícola da Constança nos dois primeiros anos de seu funcionamento. Outro colonos também desistiram, nos anos seguintes.

Numa confrontação das informações obtidas em várias fontes originais com os relatos das entrevistas realizadas com descendentes dos colonos, tomamos conhecimento de razões que levaram alguns imigrantes alemães e austríacos a deixarem nossa cidade.

Dentre estes motivos sobressaem a dificuldade de adaptação ao nosso clima e a falta de apoio religioso para os imigrantes de crença protestante. Mas além destes motivos, outros bem mais elementares podem ser apontados como causadores de muitos abandonos. Nossos colaboradores informaram que alguns desses colonos desistiram simplesmente porque tinham vindo para Leopoldina sem nada saberem sobre a cidade e, às vezes, pensando que estavam se dirigindo para Colônias do sul do Brasil. Há até um caso de imigrante que veio para o Brasil a convite de um parente que vivia na Colônia Leopoldina, no Espírito Santo e, sem o saber, veio parar na Constança.

Os Relatórios da administração da Colônia abordam as desistências mas não se referem aos motivos, limitando-se a informar o valor da dívida deixada pelo colono, como foi o caso de Leopoldo Abolis, que em 1918 foi inscrito como devedor do Estado.

É importante observar que os lotes variavam de tamanho. O menor deles, o de número 41, foi financiado a Augusto Mesquita e possuía uma área de 210 mil metros quadrados. O maior, de número 28, com 355 mil metros quadrados, tinha sido financiado a Leopoldo Abolis em 1911 mas possivelmente terá sido dividido, já que no mesmo ano o número deste lote aparece como tendo sido vendido a Antonio Montagna.

Sem a precisão de localização por instrumentos sofisticados, pode-se informar que as terras da Colônia seriam as que contornam por todos os lados o chamado “trevo de Juiz de Fora”. A partir dali, do entroncamento da rodovia Rio – Bahia com a BR-267, pelas duas margens desta última estrada e até as proximidades do distrito de Tebas. Os lotes da margem esquerda da BR-267 teriam seus fundos ou divisas no alto da serra da Vileta. Pela margem direita, no sentido Leopoldina - Juiz de Fora, o loteamento se aprofundava até próximo das propriedades denominadas Bonfim e Taquaril, localizados a oeste da sede do município, bem próximas da atual estrada para Cataguases. Deste ponto, e numa linha mais ou menos paralela à BR-267, seguia até encontrar novamente a BR-116

nas proximidades da Igreja de Santo Antonio, no bairro rural da Onça, no limite do atual perímetro urbano de Leopoldina. Dentro desse quadrilátero, quase todas as terras pertenceram à Colônia.

Hoje esta área é geralmente conhecida como bairro rural da Boa Sorte, na parte mais próxima à sede do município, local atualmente cortado por estrada municipal de boa conservação e com linha regular de ônibus municipal. Por bairro rural da Constança é hoje conhecida a região que vai do entroncamento das rodovias 116 e 267 – o trevo de Juiz de Fora, até às proximidades do distrito de Tebas.

Atualmente, nos dois bairros encontram-se lotes que foram subdivididos e, em alguns deles, formaram-se pequenas vilas de casas com ares de comunidade urbana, verdadeiros sub-bairros. Noutros, boas casas de veraneio demonstram a prosperidade de alguns descendentes ou adquirentes daqueles imigrantes do passado.

6.1 PELOS CAMINHOS DA COLÔNIA

Quando pensamos no mapa e na localização dos lotes da Colônia Agrícola da Constança, via de regra os consideramos em função das principais estradas hoje existentes: BR 116, BR 267 e a estrada municipal do bairro da Boa Sorte.

Esquecemos que a Colônia, criada no início de 1910, é bem anterior à Rio-Bahia, aberta pelo Presidente Getúlio Vargas no final da década de 30 e anterior, também, à estrada Leopoldina-Juiz de Fora, sobre a qual o engenheiro e escritor Mário de Freitas[IX] confessa ter estudado o traçado para vencer a serra de Argirita em viagem a cavalo, realizada por volta de 1926.

Esta confusão no tempo é que nos leva à frequente dificuldade de entender, por exemplo, porque a Colônia, que herdou o nome da fazenda

---

[IX] FREITAS, Mário de. **Leopoldina do Meu Tempo.** Belo Horizonte: Página, 1985.

Constança, teve sua sede instalada na fazenda Boa Sorte. O que pode ser explicado pelo fato de que se chegava com mais facilidade à Boa Sorte do que à Constança, antes da abertura da Rio-Bahia, estrada que sanou o problema de transposição do vale dos Puris que os tebanos mais antigos chamavam de "Buraco do Cubu" e o alagado da antiga "Água Espalhada", no local onde está hoje o "Restaurante Seta". Além do que, pela estrada da Boa Sorte se chegava, com as condições possíveis na época, às terras da Constança.

A visão do traçado da Colônia, a partir da realidade das novas rodovias, é também um dos complicadores para entender a localização de alguns lotes que ficaram em locais de difícil acesso hoje. Muitos deles, na verdade, quando foram demarcados eram servidos por estrada de trânsito normal ou até intenso.

Um outro fato que hoje parece estranho, mas que pode ser explicado com facilidade, é o número de excolonos da fazenda Paraíso que adquiriram lotes na Colônia Agrícola da Constança. Muitas propriedades foram vendidas por outros fazendeiros aos colonos porque eles viam nessa prática uma forma de o imigrante ver realizado o sonho de se tornar sitiante, ao mesmo tempo em que a fazenda garantia uma reserva de mão de obra nas suas proximidades.

Os lotes da Colônia não se encaixam exatamente nesse perfil de venda. Entretanto, conforme já foi mencionado, na aquisição de partes de fazendas para formar o território da Colônia, ficou determinado que ela abrigaria, também, colonos daquelas propriedades. E se considerarmos o caminho hoje inexistente, que descia da Paraíso nas imediações da "Água Espalhada", a distância entre a Colônia e a citada fazenda não era grande, ainda mais para os padrões daquela época.

Além dos lotes, pelos caminhos da Constança podemos encontrar também a igrejinha de Santo Antonio, na Onça, construída em 1915, localizada no percurso natural do imigrante, viesse ele da Boa Sorte ou da Constança em direção à cidade ou, simplesmente para orar ao seu Santo Protetor.

Em nosso trabalho sobre os logradouros públicos de Leopoldina [X], registramos que o bairro da Onça herdou o nome da antiga fazenda ali existente.

Esta fazenda pertencia, em 1856, a Manoel Lopes da Rocha e José Lopes da Rocha, irmãos que foram casados com filhas do formador da propriedade, o pioneiro Bernardino José Machado. Nessa época os seus vizinhos eram, pela ordem citada nos registros, Maria do Carmo Monteiro de Barros (fazenda Desengano), Joaquim Antônio de Almeida Gama (fazenda Floresta), Antônio José Monteiro de Barros (fazenda Paraíso), Manoel Rodrigues da Silva (fazenda Pury), José Augusto Monteiro de Barros (fazenda Constança), Manoel Joaquim Thebas, Carlos de Assis Pereira, João Ribeiro, Manoel Antônio de Almeida (fazenda Feijão Cru), Antônio José Pinto de Almeida e Felisberto da Silva Gonçalves.

Já em 1886, a Fazenda da Onça estava dividida entre vários proprietários. Um deles era Antonio Rodrigues Campos[XI], que no dia 25 de maio daquele ano vendeu 38 hectares e 72 ares a João Soares Mesquita, empregado de Jerônimo José de Mesquita, então proprietário da Fazenda Paraíso. A situação vendida por Campos tinha sido comprada de Manoel Antonio de Almeida, um dos povoadores de Leopoldina, e que formou a Fazenda do Feijão Cru. As divisas dos cerca de 8 alqueires vendidos a João Soares de Mesquita eram a estrada de Leopoldina para o Rio Pardo (hoje Argirita) e as propriedades de Pedro Machado Neto, Joviniano Augusto da Fonseca e Manoel Francisco Vieira. Pelo documento analisado, ficamos sabendo que a Fazenda da Onça, naquele momento, fazia divisa com as fazendas Caxoeira[XII], Pury e outros proprietários não identificados, já nos limites da área urbana de Leopoldina. Não foi possível descobrir o motivo pelo qual o proprietário da

---

[X] RODRIGUES, José Luiz Machado e CANTONI, Nilza. **Nossas Ruas, Nossa Gente.** Rio de Janeiro: particular, 2004. p. 158

XI Pública Forma de uma escritura emitida a pedido de Jerônimo José de Mesquita, incluída na Coleção Kenneth Light, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, RJ. Tombo 2203/97

[XII] Mantivemos a ortografia para distingui-la de outra propriedade de mesmo nome, localizada na estrada que liga Leopoldina a Cataguases. Esta fazenda Caxoeira fazia parte das duas sesmarias onde foram formadas a Paraíso, a Saudade e a Constança.

Fazenda Paraíso pediu uma Pública Forma da venda realizada por Campos. É possível que a “situação” tenha sido por ele adquirida de João Soares Mesquita, que apesar do sobrenome não era seu parente, mas um empregado da Paraíso.

Já sobre o Bairro da Onça, sabemos [XIII] que em 1882 o empresário Francisco Gonçalves da Rocha Andrade ficou responsável pelo preparo de raias para a corrida de cavalos que nele seria realizada. A notícia do jornal O Leopoldinense ressalta, inclusive, que seriam plantadas palmeiras nas margens dessas raias. É do mesmo periódico a informação de que “no arrabalde da Onça ocorreu o ensaio das corridas de cavalo que se efetuarão no próximo dia 25 de junho”, promovidas por José Jeronymo de Mesquita, Otávio Otoni e o Capitão Santa Maria.

O bairro compreende as terras que ficam nas margens da rodovia BR-116, a partir do posto fiscal da Polícia Rodoviária Federal até as terras da antiga fazenda Pury, logo após a entrada para o bairro da Boa Sorte. Do lado direito da BR 116, no sentido de quem sai de Leopoldina em direção ao distrito de Tebas, faz divisa com o bairro rural Boa Sorte, onde estava localizada a sede da Colônia Agrícola da Constança, objeto de nossos estudos sobre a imigração italiana para Leopoldina.

No pátio fronteiro à Igrejinha da Onça existiu uma escola singular rural municipal à qual a Lei Municipal nº 936, de 17.10.1973, deu o nome de “Carlos de Almeida” em homenagem a este ruralista que, em conjunto com os imigrantes que então habitavam a Colônia, foi um dos que trabalharam na construção da Igreja.

Mas importa lembrar, também, que o trânsito da produção da Colônia trazida para a cidade era realizado por antiga via que teve alguns de seus trechos aproveitados no traçado da BR 116, a Rio-Bahia, construída no final dos anos de 1930.

Neste percurso, numa remodelação da rodovia em meados do século XX, alguns trechos permaneceram com menor utilização. Dentre eles está a ligação

---

[XIII] Jornal O Leopoldinense, maio de 1882, disponível na Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, RJ.

entre a Igreja de Santo Antônio e o ponto em que a estrada da Boa Sorte encontra-se com a BR 116 e que hoje consideramos uma via importante. Não só por ser usada por pedestres, ciclistas e cavaleiros que, procedentes da Boa Sorte dirigem-se à Igreja de Santo Antonio do Onça, ao ponto final do ônibus urbano em posto próximo ou, buscam a rodovia no ponto fronteiro àquela Igreja, onde os riscos do trânsito são significativamente menores. Mas porque historicamente foi sempre o Caminho dos Imigrantes que habitaram a Colônia Agrícola da Constança.

Por tudo isto, em 2008 sugerimos à Câmara de Vereadores que transformasse em Lei uma justa homenagem aos imigrantes, num projeto preferencialmente assinado por todos os Vereadores, concedendo o nome de CAMINHO DOS IMIGRANTES a esta via ainda sem denominação e, solicitando ao Prefeito Municipal as providências necessárias à revitalização do local.

6.2 EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS

Segundo o primeiro Relatório[XIV] da administração, a 31 de dezembro de 1909 a Colônia contava com

> 17 casas definitivas para colonos, 11 provisórias, 3 engenhos para fubá, 1 dito de serra, 1 dito de beneficiar café, com motor, 2 predios das antigas fazendas "Constança" e "Onça", 1 roda de ferro movida a agua e 1 carroça velha.

Quando houve necessidade de construir casas, já que nem todas as terras adquiridas compreendiam imóveis próprios para moradia, foi utilizado o modelo (planta) da Colônia Vargem Grande, instalada nos subúrbios de Belo Horizonte em 1907 no mesmo local onde antes existia a colônia do Barreiro. Mas o administrador ressaltou, no relatório referente ao ano de 1909, que somente quatro casas antigas poderiam ser adaptadas, e que estavam localizadas nos lotes números 1, 5, 18 e 47.

[XIV] Relatório da Diretoria de Agricultura,Terras e Colonização de Minas Gerais, 1909, disponível no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte

Todas as despesas realizadas pelo estado na preparação dos lotes eram agregadas ao valor das terras a serem vendidas. Em dezembro de 1909, por exemplo, foi necessária a limpeza nas culturas de cinco lotes que ainda estavam desocupados. O valor gasto, de 459$325, foi devidamente discriminado para ser adicionado ao preço daqueles lotes. Das informações colhidas nos relatórios, organizamos o quadro a seguir.

VALORES ENVOLVIDOS EM ALGUNS LOTES DA COLÔNIA AGRÍCOLA DA CONSTANÇA

Lote número	11	13	28	41
Preço do Lote	1:715$000	1:650$000	2:185$000	1:470$000
Adiantamento em espécie	360$000	360$000	360$000	360$000
Despesas de preparo do lote	423$250	508$800	609$800	15$300
Ferramentas fornecidas	20$770	25$300	23$520	28$320
Médico e Farmácia	13$900	14$100	23$000	-o-
Valor da Casa	820$000	820$000	820$000	820$000
Total do débito	3:352$920	3:378$200	4:021$320	2:693$920
Amortizado em 1911	47$700	1$200	12$600	101$012

O valor inicial da aquisição de um lote poderia sofrer, também, a influência de dívidas contraídas pelo proprietário anterior. Segundo o Relatório do ano de 1911, dos que abandonaram os lotes naquele exercício foi apurada uma dívida de 2:821$398. Em alguns casos, observamos que o novo adquirente pode ter assumido o débito do primeiro colono, mas não podemos afirmar que o mesmo tenha ocorrido com todos os refinanciamentos.

Há que se mencionar, ainda, as dificuldades de relacionamento com o proprietário da fazenda "Messias". Envolvida quase completamente pelos terrenos da colônia, tal propriedade seria a localização ideal de uma nova estrada ligando a Boa Sorte e a Constança, diminuindo em 4 km a distância percorrida pela ligação então existente. Mas o proprietário negou-se a vender o trecho a preços razoáveis.

Ainda na conta de equipamentos do núcleo, Guilherme Prates declarou

que em 1909 foram construídos 8.368 metros de cerca de arame, a maior parte ao longo das estradas públicas, em três direções diferentes, de modo a proteger os campos cultivados. Acrescenta que a Câmara Municipal havia prometido contribuir para o custeio da construção de pontes nas estradas municipais existentes dentro do perímetro da Colônia mas que o auxílio não teria prazo determinado e, por ser urgente, mandou construir 4 pontes em tais estradas, além dos 13 pontilhões na área interna do núcleo.

No decorrer do ano de 1909, a Colônia recebeu 8 arados reversíveis da marca Chatanooga, 3 do tipo B1, 2 plantadeiras e 1 destorroador[XV] de dez discos. Dois anos depois, haviam sido adquiridos pelo Estado alguns outros equipamentos: 1 grade de dobrar; 1 semeadeira marca Planet e 1 Farquhar; 1 carpideira marca Planet; 2 máquinas para combater os formigueiros; 2 arados do tipo bico de pato e 2 carros de bois. Ao final do exercício de 1918, o Estado contabilizava 17 engenhos de cana, 5 moinhos, 2 olarias, 15 carros de bois e 6 carroças de sua propriedade, sendo listados como pertencentes aos colonos 37 arados.

O relatório encontrado no Arquivo Público Mineiro discrimina como equipamentos do Estado, no ano de 1919, 2 olarias, 4 engenhos de cana, 3 moinhos, 20 carros de bois e 4 carroças. A ausência dos itens listados anteriormente pode significar que tenham sido vendidos aos colonos ou eliminados por imprestáveis. No mesmo ano, os colonos possuíam 4 arados Chatanooga, 30 arados B1, 20 arados 00 e 4 arados A2 mas a informação sobre equipamentos vendidos é de apenas 1 arado Chatanooga e 1 carro de bois.

6.3 ADMINISTRADORES DA COLÔNIA

A Colônia Constança era dirigida por representante do governo,

[XV] Segundo os dicionaristas Aurélio e Houaiss, trata-se de equipamento para desagregar grumos ou torrões aglomerados por ação da umidade ou por longo período submetido a trânsito.

responsável pela preparação e venda dos lotes, recebimento das prestações e organização geral da colônia.

Para administrá-la, o Governo nomeou inicialmente Guilherme Prates que, segundo o Relatório da Colônia de 1911, permaneceu no cargo até o dia 15 de maio daquele ano. Segundo a edição de 27.05.1911 da Gazeta de Leopoldina, o primeiro diretor foi tranferido para a Colônia Santa Maria, em Sobral Pinto/Astolfo Dutra, de onde veio o Félix Schmidt, que administrou a Constança por um curto período, pois a 30.06.1911 veio a falecer.

Assumiu o cargo, a partir daí, Climério Godinho, que já exercia a função de ajudante desde julho de 1909 e que, como administrador da Colônia permaneceu até a emancipação e total quitação dos financiamentos dos lotes.

Sr. Climério residiu na sede da Colônia, que funcionava na antiga fazenda Boa Sorte, hoje de propriedade de descendentes do colono Bonini, onde funcionou uma escola que atendia parte das famílias dos colonos e que mais tarde recebeu o nome de Escola Municipal Climene Godinho, em homenagem à professora Climene Godinho, filha do Sr. Climério.

Um outro personagem que participou da formação da Colônia Agrícola da Constança foi Pedro Castello Branco, que de 10 de junho a meados de novembro de 1909 assumiu o posto de "*auxiliar de medição e divisão dos lotes*". Ainda em 1909 o italiano Ferdinando Sellani trabalhou na implantação do núcleo, sendo mencionado por Guilherme Prates como o diretor de obras que construiu casas entre setembro e dezembro de 1909. Mais tarde este italiano vendeu para o estado uma sorte de terras da Fazenda Palmeiras.

Registre-se também que Theophilo Reiff foi admitido no dia 01.07.1909 como encarregado do preparo de 6 lotes na parte da colônia denominada "Onça", sendo de fonte oral a informação de que era parente de Francisco Antonio Reiff, que se instalou na colônia a 15.07.1910.

Climério Duarte Godinho foi admitido em julho de 1909 como auxiliar do administrador Guilherme Prates, substituindo Ferdinando Sellani, que foi dispensado

em outubro do mesmo ano. Félix Schmidt administrou a colônia de maio a julho de 1911.

Completando a relação administrativa, João Ventura Gonçalves Neto também trabalhou como auxiliar na Colônia. Descendente dos pioneiros de Leopoldina, foi Juiz de Paz no município. Um de seus filhos casou-se com a filha do administrador Climério Godinho, a professora Climene.

7. A POPULAÇÃO DA COLÔNIA

Os Relatórios encaminhados pelos administradores da Colônia constituem uma fonte privilegiada. Através deles foi possível conhecer o movimento da Colônia, quer seja no que se refere à população, ao equipamento disponível ou à produção.

Nos primeiros meses de funcionamento, antes ainda da assinatura do Decreto que criou a Colônia, foram realizados diversos preparativos muito bem detalhados no Relatório da Diretoria do ano seguinte.

A maioria das atividades foi desenvolvida pelos primeiros colonos, pois que foram eles, os assentados no ano de 1909, os responsáveis pela construção das próprias casas onde vieram a residir. O primeiro Relatório informa que entre novembro e dezembro de 1909, com 15 lotes preparados, foram instaladas onze famílias de colonos, sendo 8 alemãs (38 pessoas), 1 austríaca (7 pessoas), 1 portuguesa (3 pessoas) e 1 brasileira (8 pessoas).

Através das informações obtidas neste relatório, e comparada com outras fontes, montamos o seguinte quadro demonstrativo.

COLONOS INSTALADOS EM 1909 NA COLÔNIA AGRÍCOLA DA CONSTANÇA

Lote	Colono	Origem	Entrada	Saída
1	Paula, João Baptista de Almeida	Brasil	01.07.1909	
52	Hensul, Mathias	Alemanha	28.11.1909	
46	Ketterer, Franz	Alemanha	28.11.1909	
50	Krauger, August	Alemanha	28.11.1909	20.06.1910
45	Schill, Auguto	Alemanha	28.11.1909	20.06.1911
49	Zessin, Wilhelm	Alemanha	28.11.1909	
41	Mesquita, Augusto	Portugal	04.12.1909	
48	Negedlo, Franz	Áustria	08.12.1909	15.08.1910
53	Thier, Karl	Alemanha	08.12.1909	20.06.1911
33	Zessin, Fritz (ou Friedrich)	Alemanha	10.12.1909	
54	Richter, Hermann	Alemanha	15.01.1910	

A chegada dos primeiros colonos, na edição da Gazeta de Leopoldina do dia 17.04.1910, apresenta algumas divergências de grafia de nomes e sobrenomes,

problema com que nos deparamos durante todo o percurso desta pesquisa. As múltiplas formas adotadas no Brasil representaram, no início dos estudos, um grande impedimento para compreender o universo que pretendíamos abordar. Na medida em que tivemos acesso a fontes originais, decidimos adotar o critério de registrar a forma encontrada nos documentos mais remotos e, quando obtivemos informações do país de origem, promovemos a devida correção. Considerando o elevado número de imigrantes sobre os quais buscamos informações, seria impossível mantermos os diferentes formatos porque precisávamos de um índice eficiente para reunir as famílias.

Além da dificuldade de comparar as grafias, observamos que a primeira notícia do jornal incluía outros nomes não mencionados no Relatório. Foi publicado que no mesmo mês da criação da Colônia tinham sido deferidos os pedidos de lotes dos colonos Frederich Zessin, Augusto Kraucher, Karl Thiers, Franz Havier, Augusto Schill, João Gerhim, Hermann Richter, Bruno Trache, Hermann Kunse e Erust Lang. Além disso, a Gazeta informou que o lote nº 41 foi cedido a Augusto Mesquita, que João Carminatti pretendia os de números 58 e 59 e que o lote 64 havia sido adquirido por Manoel Gomes Pardal. Somente na edição de 19.06.1910 o jornal noticiou que na Colônia também residiam o austríaco Franz Nijedlo e seus vizinhos Guilherme e Fritz Zessin.

Após as confrontações necessárias, concluímos que a posse oficial dos lotes provavelmente demorou alguns meses por conta do trâmite dos documentos necessários à efetivação do empréstimo.

Observamos que, enquanto as 11 famílias assentadas em 1909 somavam 38 pessoas, o total de moradores da colônia, em dezembro daquele ano, era de 56, sendo 31 do sexo masculino e 25 do feminino. Esta diferença pode ser explicada pelos agregados que trabalhavam como meeiros, cumprindo o que fora acordado na compra do terrero.

Dos 16 colonos assentados no primeiro ano, 7 (sete) a abandonaram, tendo sido inscritos como devedores do Estado. Outros dois abandonaram a Colônia

no ano seguinte.

Há outras informações sobre os habitantes da Colônia em seu primeiro ano de funcionamento. Quanto à idade, 35 eram maiores de 12 anos. Do total de moradores, 40 sabiam ler e escrever e apenas 16 não eram alfabetizados. Quanto à religião, 45 eram protestantes e os outros 11 declararam-se católicos. Considerando os agregados, o administrador informou que a colônia contava com 65 agricultores.

Muitas ilações podem ser feitas a partir do parágrafo anterior. Uma delas, sobre a religião dos colonos. Protestantes em sua maioria, não contavam com um pastor que lhes ministrasse o serviço religioso. Este fato poderá ter sido decisivo para a o abandono das terras por alguns deles. Em outras regiões do Brasil, a implantação de colônias levou em conta a religião dos imigrantes.

Um outro aspecto que pode ter influenciado foi mencionado pelo administrador, sem contudo observar as conseqüências de tal situação. Dizia ele que os colonos eram assíduos, demonstravam aptidão e boa vontade, mas

> devido ao clima desta zona, auxiliado pelas fortes soalheiras, os colonos allemães executam esses trabalhos muito lentamente, não correspondendo o esforço physico ao beneficio alcançado.

Conforme se observou, foram computados apenas 16 analfabetos entre os colonos. Não se pode afirmar que todos fossem menores de 12 anos. Mas a observação do administrador mostra que o Estado não estava muito preocupado com isto, conforme se observa na declaração:

> Ainda não foi installada a escola da colonia, não tendo eu recebido, até esta data, ordem alguma relativamente a construcção do predio onde deva funccionar este estabelecimento, nem ao local preferido.

Somente no Relatório do ano de 1918 o assunto volta a ser mencionado, informando-se que a Colônia contava com “duas cadeiras primarias mixtas”, ou seja, duas salas de aulas de primeiras letras, destinadas a crianças de ambos os sexos, tendo por professoras Maria Luiza de Barros e Judith Valverde, tendo recebido 102 matrículas naquele ano mas contando com a frequência de apenas 71 alunos.

Após a análise do Relatório do exercício de 1911, verificamos que a

população do primeiro ano de efetiva existência era composta de 386 individuos, sendo 183 do sexo masculino e 203 do feminino, distribuidos pelas seguintes nacionalidades: brasileira 53, italiana 164, portuguesa 58, alemã 49, espanhola 2, austríaca 6 e turca 4. Nem todos os habitantes eram proprietários de lotes, já que um número expressivo era composto de agregados às famílias dos colonos, imigrantes que não haviam se adaptado ao regime de trabalho imposto pelos fazendeiros da região e que, em alguns casos, estavam há quase vinte anos morando provisoriamente em diferentes regiões do município de Leopoldina e até mesmo em municípios vizinhos. Muitas vezes também, o proprietário do lote era apenas aquele que conseguira aprovação ao seu projeto de financiamento. Mas o trabalho era realizado por diversas famílias que seriam meeiras do colono registrado.

Em 1911 localizaram-se no núcleo 18 famílias, com o total de 93 indivíduos, sendo que uma abandonou o lote no mesmo ano. No entanto, é preciso observar que o relatório não se refere ao ano civil, mas ao ano decorrido desde o relatório anterior, baseado em mapas de janeiro de 1910.

Os dados censitários extraídos dos Relatórios Anuais da Presidência da Província de Minas Gerais, informam que a população da colônia foi a seguinte:

Ano	1909	1910	1911	1912	1913	1914	1915	1916	1917
Habitantes	56	255	386	426	664	596	836	1048	1065

Parece que o movimento de chegada de novos habitantes foi uma constante durante todo o período em que o núcleo esteve sob administração estadual. No ano de 1919, por exemplo, o Relatório do administrador informa que 30 pessoas retiraram-se do núcleo enquanto 71 para lá se transferiram.

Quase todos nós tivemos oportunidade, na infância, de ouvir as histórias que o vovô contava. Outros foram ouvintes das "conversas de adulto" que as crianças só podiam escutar, sem fazer qualquer interrupção sob pena de serem mandadas embora para o terreiro. Como participamos das duas situações, com grande prazer rememoramos a infância ao entrevistarmos os mais antigos descendentes dos imigrantes que viveram em Leopoldina.

Entretanto, a vivência como pesquisadores nos faz levantar, de cada caso ouvido, uma série de questionamentos que se transformam em novos problemas de pesquisa. Assim é que, reunindo informações de diversos colaboradores e buscando confirmação nas fontes possíveis, conseguimos compor um provável roteiro dos descendentes de imigrantes que deixaram Leopoldina na primeira metade do século XX, conforme se segue.

Nos primeiros anos novecentos, alguns imigrantes já tinham conseguido comprar um pedaço de alguma fazenda dividida. Muitos outros se inscreveram para o financiamento do estado, com vistas a adquirir um lote na Colônia Agrícola da Constança. Parece que as exigências ultrapassavam a capacidade de endividamento dos pretendentes e por este motivo alguns permaneceram como agregados em família amiga, aguardando que alguém desistisse para que eles assumissem o lote.

Ao mesmo tempo, os filhos dos colonos começavam a atingir a idade adulta e eram atraídos para os trabalhos de abertura de estradas, especialmente da ferrovia. Entre 1910 e 1915 estava sendo aberta a extensão que atingiria Manhuaçu. Foi a saída escolhida por muitos filhos de imigrantes, incluindo os que continuavam trabalhando na Fazenda Paraíso sem perspectiva de conseguir comprar alguma terra. Quando aqueles jovens chegavam na região então chamada "a mata", se surpreendiam com o preço da terra achando muito mais barato do que em Leopoldina. Ocorre que o alqueire vigente em Leopoldina era o de 4,84 hectares e na mata era o de 2,42 ha. Por desconhecerem estas minúcias, consideravam que a terra em Leopoldina era 4 ou 5 vezes mais cara quando, na verdade, o preço do hectare não chegava a ser o dobro de outras regiões.

Assim, na primeira oportunidade convenciam os pais a migrarem. Segundo uma entrevistada, nascida na Fazenda Paraíso na década de 1920, seus tios fizeram este percurso. Checando a trajetória de outras famílias, observamos que esta migração foi intensa entre 1910 e 1920.

Na década de 1910 aconteceu um outro atrativo para os colonos.

Emissários de fazendeiros do Vale do Paraíba paulista que passaram a diversificar seus investimentos buscavam, nas cidades do sul da zona da mata mineira, a mão de obra barata para os empreendimentos que tinham constituído. Em Leopoldina já não havia possibilidade de crescimento, o que fez muitos filhos de colonos aceitarem o desafio.

Uma das senhoras entrevistadas apresentou detalhes bem interessantes, dando conta de que as mulheres, pela primeira vez, conseguiam trabalho que não fosse vinculado ao do marido. Quando a família se instalava, as mulheres rapidamente conseguiam emprego em alguma fábrica ou em serviços domésticos. Este fluxo continuou, pelo menos, até a década de 1940.

Seja homem ou mulher, os entrevistados geralmente mencionam um mesmo motivo: alguns imigrantes não queriam que as filhas “pusessem a mão na enxada”. Almejavam uma vida melhor para elas.

Antes da Lei Áurea já havia um movimento em busca do trabalhador livre, consequência principalmente da libertação dos escravos maiores de 60 anos e da Lei do Ventre Livre. Os fazendeiros sentiam que o abolicionismo crescia e eles perdiam a mão de obra escrava, fundamental na colheita do café. Os imigrantes eram a solução. E o governo começou a incentivar a imigração.

Mas nem todos os imigrantes europeus se adaptavam ao regime de trabalho imposto pelos fazendeiros. Alguns conseguiam ser repatriados, outros iam e, tempos depois retornavam ao Brasil e outros, ainda, quando chegavam à Hospedaria que os acolhia no percurso de volta ao Porto, assinavam contrato com fazendeiro de outra região e desistiam da viagem de volta.

Entre as informações recorrentes nas entrevistas com descendentes de imigrantes, algumas poderiam ser reunidas numa categoria denominada Lendas Familiares. Sabe-se que a transmissão oral e permanente de lendas está na base da tradição capaz de formar uma ideologia. Por este caminho é que tentamos compreender algumas falas. Sem nos esquecermos de que, conforme ensina Le

Goff[I], “oralidade e escrita coexistem em geral nas sociedades, e esta coexistência é muito importante para a história”.

7.1 OS MENINOS E MENINAS DA COLÔNIA

Na década de 1950 eram muitos os meninos e meninas que vagavam pelos caminhos da antiga Colônia Agrícola da Constança. Meninos e meninas alegres como devem ser as pessoas naquela fase da vida. Meninos e meninas a somar anos e a acumular saudades. Meninos e meninas responsáveis por tarefas penosas para a idade: buscar vacas e bezerros nos pastos, tratar dos animais do terreiro, ajudar no retiro, auxiliar nos muitos roçados, ajudar na cozinha e levar os caldeirões com o almoço dos "camaradas". Mas que não esqueciam de ser felizes.

Muitos deles, nas horas de folga, partiam por aqueles caminhos com seus alçapões e gaiolas de talo de imbaúba para aprisionarem pássaros, muito antes da conscientização hoje vigente sobre a preservação das espécies. Por vezes, apenas um pretexto para trocar um olhar comprido com uma italianinha do sítio vizinho. Alguns podiam ser vistos percorrendo os córregos e a Àgua-Espalhada para uma pescaria com balaios de taquara tecidos lá no pé da Serra da Vileta pelas mãos hábeis de um Bolzoni. Outros, com as suas atiradeiras de gancho de galho do arbusto conhecido como "esperta" e elástico de câmara de ar de bicicleta, disputavam torneios para ver quem acertava mais vezes os alvos que se apresentassem pelos caminhos. Outros, ainda, mais destemidos ou bem aquinhoados, para levar um recado ou realizar uma entrega de mercadoria pedalavam a bicicleta da família pela "rodagem", que era como os adultos se referiam às atuais rodovias BR-116 e BR-267. Havia, também, os que freqüentavam os campinhos de terra, geralmente à tarde, onde rolavam bolas de meia ou de bexiga de porco. Os que desciam as ladeiras mais íngremes escorregando em

---

[I] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 53

cascas de árvores. Os que rolavam pedras do alto dos pastos para assistirem à descida daqueles blocos até seus paradeiros nas várzeas. E, ainda, os que participavam de todas as brincadeiras.

Mas o tempo seguiu seu curso e da roça fugiram as crianças, o fogão a lenha e a bica d'água na porta da cozinha, a foice, o machado e a enxada de quase todas as crianças que percorriam os caminhos da Colônia. Com elas, de roldão, também se foi o pirulito vermelho que ficava no vidro colocado sobre o balcão da venda do Timbiras e, pior do que tudo isto, a própria venda com os seus fregueses na porta. E de junto dela, o tamanco e toda a tamancaria do Geraldino Campana. Por semelhante rota partiu para longe o coleiro cujo ninho ficava na beira da estrada, pendurado numa raiz de arbusto ou no tufo de capim gordura; o tiziu que saltava na cabeça do mourão da beira da estrada; a andorinha que chocava na greta do barranco, perto da mina que servia à casa do Natinho Gottardo; e o bando de anus-pretos. Eles cederam lugar para as garças brancas que chegaram para catar as cigarrinhas do capim braquiara plantado na região. Por igual caminho partiu o godero, "pássaro safado" que, ali perto do campo de futebol da Boa Sorte, colocava seus ovos para chocar no ninho do tico-tico.

Na memória de cada um desses “antigos meninos e meninas” talvez ainda esteja registrada a recomendação de suas mães para, na ponte de tábuas que existia perto da Escola Climene Godinho, "tomar cuidado com os carros", porque era perigoso cruzar a ponte e encontrar o caminhão de leite do Geraldo Machado ou, o automóvel do inesquecível Dr. Joaquim Furtado Pinto. Coisas e preocupações daquele mundo que sumiu na poeira do trotar do cavalo e do pisotear do rebanho bovino tocado pela estrada de terra.

Um mundo que não existe porque hoje vagam por aqueles caminhos da Colônia apenas os pensamentos destes velhos e velhas que embargam a voz ao falarem da satisfação com que, no terreiro da sede da antiga fazenda Boa Sorte, com a permissão do pessoal da casa, colheram mangas maduras para garantirem o sustento na viagem de volta para casa. Destes senhores e senhoras que ainda se

recordam de que, cem metros depois daquela sede, em terras do lote nº. 22, na beira da estrada, existia um cajueiro que fornecia frutos deliciosos a quem se dispusesse a pendurar-se nos seus galhos. E, mais adiante, no caminho para o mato que divisava com o lote dos Sangirolami, dois ou três pés de ingá se encarregavam de fornecer frutos para adocicar a vida de toda a meninada.

Pensamentos que vagam, também, pelos caminhos do atual bairro da Constança, com as lembranças das terras dos Lupatini, de onde durante muito tempo partiu o caminhão que recolhia o leite dos retiros da "linha de Tebas e adjacências". Lembranças da fábrica de doces de manga do Nicanor Brügger e da propriedade do Alexandre Bedin, destaque lá no fundo do vale que sustenta o pico da serra da Vileta. Lembranças, também, do caminho que subia para a fazenda do Paraíso, ali no atual trevo de Juiz de Fora, nas terras da Dona Marieta Werneck, onde se colhia e comia a melhor goiaba de que se sentiu o sabor, desde os tempos em que aqueles meninos e meninas não sabiam que estavam percorrendo os caminhos da agora centenária Colônia Agrícola da Constança.

7.2 O SONHO DE SER PROPRIETÁRIO

Para os imigrantes, principalmente os italianos, ter terra era sinônimo de liberdade e, para isto, não poupavam esforços. Levavam uma vida difícil e modesta, trabalhavam muito, controlavam suas economias e até abriam mão de pequenas coisas em prol de juntar dinheiro para a realização do sonho maior que era o adquirir um pedaço de terra. E, via de regra, quando já haviam adquirido o primeiro lote, o sonho se expandia no sentido de conquistar outros, preferencialmente nas proximidades, para acolher os descendentes e demais agregados.

Certo é que, num espaço de tempo relativamente curto esses imigrantes se transformaram de simples colonos em lavradores independentes e passaram a formar uma nova classe de pequenos e médios proprietários.

Eles, que chegaram como simples força de trabalho para a lavoura que

perdera o braço escravo, se tornaram sitiantes e respeitáveis chefes de família. Não demorou muito para quem chegou como empregado da fazenda se tornar meeiro e depois proprietário.

E foi com muito trabalho e uma dedicação ímpar que muitas famílias de imigrantes italianos galgaram os degraus mais elevados da escala social da cidade. Inicialmente, a grande maioria dos imigrantes atuou como colono eficiente.

Colonos num sistema onde a relação de trabalho não poderia ser classificada como de simples parceria, nem como um colonato na forma conhecida. Porque em Leopoldina prevaleceu a forma mista de contratação onde fazendeiros e imigrantes cedo encontraram formas de estabelecerem contratos favoráveis às duas partes. Principalmente a partir do momento em que os subsídios concedidos pelo governo passaram a cobrir as despesas com a vinda do imigrante.

Depois, tornaram-se proprietários de pequenas glebas de terra, de algum lote na Colônia Agrícola da Constança ou, em outro lugar por onde foram surgindo as pequenas propriedades que passaram a fazer parte da própria dinâmica da economia do município. Muitas dessas propriedades eram retalhos de terras esgotadas vendidos pelos fazendeiros que viam nessa prática uma forma de o imigrante ver realizado o seu sonho de se tornar sitiante, ao mesmo tempo em que a fazenda garantia uma reserva de mão de obra nas suas proximidades. Geralmente terras exauridas, casas precárias de pau a pique ou meia água, capoeiras por desbravar e pouca ou nenhuma assistência governamental, conforme as descrições feitas pelos descendentes.

Destacamos, a propósito, informação de um descendente sobre compra de uma “situação” em antiga propriedade que não conseguimos identificar. Segundo nosso entrevistado, após a morte do patriarca os herdeiros decidiram “lotear” a fazenda e diversos compradores foram colonos italianos ainda com pouquíssimo domínio da língua portuguesa. Para eles, fazenda era o local onde se instalava a casa de moradia do proprietário, tendo nas proximidades os equipamentos comuns naquela época, como a tulha, o curral, o barracão, os terreiros para secagem do café

e as casas de colonos. Ou seja, não era a propriedade rural em si, mas a sede. Para aqueles colonos, seria o equivalente à *fattoria* italiana que, segundo Devoto e Oli[II], é o complexo administrativo de um núcleo agrícola, compreendendo a residência do *fattore*, vale dizer, administrador ou proprietário. Sendo assim, o imigrante que adquiriu o terreno onde se localizava a sede, passou a ser denominado pelos outros como fazendeiro.

De todo modo, aquelas pequenas propriedades se transformaram num modelo que prosperou pelo município, funcionando pela formidável capacidade de trabalho do imigrante e pela grande prole da maioria deles. E, principalmente, uma situação que era considerada pelos patriarcas como muito melhor do que a que deixaram na Itália.

Os estudos de Leone Carpi[III] sobre o assunto são fonte de consulta obrigatória. Neste livro é citada uma carta do cônsul italiano do Rio, em 1872, relatando que a tendência do emigrante italiano era ficar no Brasil por um período entre 3 e 6 anos, acumulando uma poupança que permitisse voltar à terra natal e lá adquirir seu próprio pedaço de terra. Dos casos que estudamos parece que, chegando aqui com a ideia de retornar no período indicado pelo cônsul mencionado por Carpi, outros fatores convenceram os imigrantes de que seria melhor adotar o Brasil como pátria de seus descendentes.

Ascetismo da Poupança é expressão utilizada em alguns estudos e parece ter sido importada dos Estados Unidos onde foi utilizada para condenar o comportamento dos imigrantes italianos que, ao retornarem para seu país, estavam em boas condições econômicas e extremamente debilitados fisicamente.

De fato, não são poucas as referências dos entrevistados à dureza imposta pelos imigrantes a si e à família, tendo em vista amealhar uma poupança que permitisse adquirir um pedaço de terra. Conforme já mencionamos, no início

---

[II] DEVOTO, Giacomo e OLI, Gian Carlo. **Il Dizionario della Lingua Italiana.** Firenze: Le Monnier, 2000.

[III] CARPI, Leone. **Delle Colonie e delle Emigrazioni.** Milano: s.n., 1874

poderiam pensar em voltar para a Italia e se estabelecerem em melhores condições, a partir da poupança feita aqui no Brasil. Entretanto, não temos dados que nos permitam abordar o decréscimo da condição física em função dos sacrifícios a que se submeteram. Sabemos, sim, de perda de visão ou de algum membro. Entretanto, desconhecemos a causa e por isto não podemos imputar o fato a determinada prática ou comportamento.

Em literatura são encontradas referências a óbitos causados pela mesma situação, ou seja, determinados pelo excesso de trabalho em condições adversas. No que toca a Leopoldina, temos um caso de óbito considerado como resultado de trabalho no brejo, cultivando arroz. Entretanto, analisando a trajetória do falecido, descobrimos que no final de todas as tardes ele se dirigia para a "venda", um estabelecimento comercial próximo do local de residência. Ali o imigrante passava muitas horas bebendo, indo para casa já com noite fechada. Quase sempre chegava com o vestuário bastante úmido pelo sereno. E, bêbado, não cuidava de trocar a vestimenta e aquecer-se adequadamente. Tampouco permitia que a mulher interferisse. Nos primeiros tempos, quando ela insistia em fazê-lo trocar de roupa e tomar um chá quente, o imigrante costumava agredi-la verbal e fisicamente.

Passados alguns anos, este imigrante começou a apresentar características de tuberculose mas não buscou tratar-se. Pelo contrário, mudou-se para o sítio do sogro onde foi plantar arroz. Ao fim de 10 anos de casado, foi a óbito. Na memória familiar, ficou a informação de que a causa foi o trabalho no brejo.

7.3 PROPRIEDADES PEQUENAS E PRODUTIVAS

Segundo a Inchiesta Agraria de Jacini[IV], na segunda metade do século XIX as pequenas propriedades eram mais comuns do que o latifúndio na Emilia-Romagna. Em algumas partes da região encontravam-se unidades de 10 a 30

[IV] JACINI, Stefano. **Inchiesta Agraria.** Roma: s.n., 1884.

hectares mas o tamanho mais frequente ficava em torno de 9 hectares. Num extrato sobre a Inchiesta Agraria de 1878, Giulio Gatti informa que a propaganda da emigração comparava a diminuta extensão das propriedades rurais na Italia com a possibilidade de adquirir grandes fazendas no Brasil.

Emilio Franzina[V] caracteriza como sendo mito a ideia sobre uma divisão de terras que teria ocorrido no Veneto, informando que nos arredores de Rovigo, Vicenza, Padova e Treviso as propriedades mediam entre 20 e 30 hectares. Em outro momento, o autor classifica também como sendo um mito a informação sobre contratos de meação (p. 165).

Tomando por base o tamanho dos lotes da Colônia Agrícola da Constança, com 25 hectares em média, verifica-se que a realidade encontrada estava longe de confirmar a propaganda que atraíra aqueles imigrantes. Sabemos que antes do estabelecimento daquele núcleo colonial os imigrantes raramente tiveram oportunidade de adquirir uma boa propriedade, que permitisse o rendimento necessário para o sustento de família numerosa. Foi o caso, por exemplo, de Giovanni Casadio. Com a esposa Luigia Martinelli e pelo menos dois filhos, em 1897 Giuseppe foi contratado para uma fazenda no então distrito de Leopoldina chamado Rio Pardo, hoje o município de Argirita. Em 1910, o filho Giovanni Casadio adquiriu o lote número 35 da Constança, no qual também viveram seus pais. Assim como tantos outros, os Casadio foram bastante operosos e conseguiram uma boa condição de vida.

Outros imigrantes da mesma região, como os Minelli de Bologna, radicaram-se no distrito de Ribeiro Junqueira. Já os Conti, de Marzabotto, tornaram-se proprietários na localidade de São Lourenço, também no município de Leopoldina. Ao que se sabe, estes e os demais imigrantes estão entre os numerosos colonos que transformaram pequenos lotes em exemplos de produtividade.

[V] FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. p. 142-144

A propriedade de um pedaço de terra era uma das condições a que se impuseram os imigrantes para atingirem a igualdade e, ao mesmo tempo, a liberdade sonhada com a vinda para a América. Óbvio está que para isto ainda precisavam, antes, reorganizar suas vidas na nova terra e resolver os problemas das dívidas eventualmente contraídas na viagem e, nos primeiros anos, junto ao armazém da fazenda.

Segundo levantamentos parciais que fizemos nos registros existentes, num período de 8 a 12 anos trabalhando nas fazendas, a maioria os imigrantes se tornou proprietário. O que se traduz num feito extraordinário se consideradas as condições em que chegaram da Itália.

Basta lembrar que os desafios eram muitos. Começavam no embarque no porto italiano e não terminavam com a chegada a um lugar desconhecido chamado Leopoldina. Eram problemas de toda ordem: falta de recursos financeiros, exploração de intermediários, viagens cansativas, muitos casos de doença e até de perda de familiares ou separação nas hospedarias onde o fazendeiro escolhia apenas as pessoas que lhe interessavam.

Superados ou absorvidos todos estes problemas, restava ainda, como muitos casos relatados pelos descendentes, o grande obstáculo oferecido na chegada, onde a língua e a cultura dessa nova pátria eram totalmente estranhas.

Os imigrantes venceram a tudo isto. Na medida do possível, procurando fixar-se junto a seus conterrâneos de modo a se sentirem mais confiantes e buscando a ajuda mútua para o amparo e para o aumento dos rendimentos. Ao evitar se dispersarem, em muitos casos surgiram parcerias entre famílias imigrantes que começaram no amanho da terra e se prolongaram em casamentos entre os filhos. E, acima de tudo, trabalhando muito.

As bases sobre as quais se assentou a nova sociedade fundada no trabalho livre incluíram modalidades diversas de relações sociais, embora não tenha havido um padrão único, seguido por todos os fazendeiros e colonos. Pelo menos duas modalidades dessas relações são encontradas nas fazendas leopoldinenses.

Na primeira delas estão os imigrantes que foram explorados nas fazendas, presas fáceis da marginalização e da miséria mas que, tomando atitudes muitas vezes impensadas, conseguiram se livrar do jugo dos fazendeiros que os contrataram na Hospedaria e encontraram o caminho para o sucesso. São quase escravos que conseguiram, com esforço próprio, livrarem-se das amarras dos seus algozes.

Mas existiu, também, pelo que se deduz de vários depoimentos colhidos de descendentes, um outro grupo de imigrantes que contou com melhor sorte. Um grupo para o qual a ascensão econômica e n'alguns casos também a social, contou com a ajuda dos fazendeiros contratantes. Neste caso ocorreu que os fazendeiros, grandes beneficiários do sistema de importação de mão de obra livre, sentiram a necessidade de estabelecerem vínculos trabalhistas mais favoráveis aos colonos, a fim de evitar perderem aqueles novos braços que passaram a sustentar as suas lavouras. Sentiram que a falta dos imigrantes poderia trazer de volta aqueles tempos terríveis da pós libertação dos escravos, quando a produção de muitas lavouras se perdeu no mato por falta de mão de obra para a colheita.

Fato é que, nas fazendas de Leopoldina, acreditamos terem ocorrido as duas situações de relacionamento entre o fazendeiro e os colonos. Os depoimentos colhidos nos encaminham para este entendimento.

Quanto ao relacionamento entre os imigrantes, algumas publicações antigas podem estar na origem da concepção de que havia segregação racial entre eles, o que teria impedido matrimônio de seus filhos com os nacionais. Entretanto, não foi o que apuramos no grupo estudado. No caso dos italianos, se analisarmos a noção de pertencimento a uma nação e as condições em que passaram a viver aqui, fica bastante claro que esta ideia não prosperou entre eles.

Sabemos que, quando os nossos imigrantes atravessaram o Atlântico, não se sentiam propriamente italianos, porque a unificação da Itália era recente e muitos nem concordavam com ela. Assim, é possível imaginar que eles se sentiam como pertencentes a um *paese*, moradores de uma determinada localidade. Mesmo porque, com diferentes santos de devoção e falando dialetos distintos dos outros

passageiros que embarcavam no mesmo porto, na medida em que se acomodavam no vapor experimentavam emoções tão fortes que, muitas vezes, eram forçados a uma aproximação difícil com os companheiros de viagem, vencendo com sacrifício as diferenças culturais que os separavam em terra firme. A solidariedade nascia durante o percurso e a partir daí solidificavam-se laços de amizade, especialmente entre os originários de regiões italianas mais próximas.

Ao se estabelecerem em território brasileiro, natural seria que buscassem a vizinhança de amigos, o que nem sempre era facilitado pelo fazendeiro contratante. De tal sorte que a família italiana passaria a conviver com pessoas de outras etnias que trabalhassem na mesma fazenda. Ressalte-se, a propósito, que o estabelecimento de relações sociais com brasileiros poderia não ser mais difícil do que a convivência com originários das diferentes regiões da Itália. E naturalmente, como ocorre em qualquer grupo social, os italianos preferiam que seus filhos contraíssem matrimônio com filhos de famílias conhecidas.

O casamento dos filhos era também uma forma de arregimentar mais força de trabalho para alcançar o sonho de comprar um pedaço de terra. Segundo declarou uma de nossas entrevistadas, seu pai proibiu o namoro com um determinado rapaz que “não tinha jeito para lidar com a plantação”. E mais adiante completou: “Antes de casar com beltrano, meu pai ficava na sala para vigiar nosso namoro e ia falando, ensinando como tinha que trabalhar na roça para produzir mais”. Nenhum entrevistado, porém, fez referência a impedimento por conta da etnia.

A revisão do trabalho A Imigração em Leopoldina vista através dos Assentos Paroquiais de Matrimônio, que constitui um dos capítulos deste estudo, permitiu refletir sobre algumas questões que ainda precisam ser abordadas. Rever nossos estudos é uma constante porque, conforme ensina Le Goff[VI], a objetividade é construída aos poucos, através de verificações e revisões que permitem acumular

---

[VI] GOFF, Jacques. **História e Memória.** 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003. p. 33

conhecimento sobre o tema. Assim é que, revendo o texto publicado pela primeira vez em 1999, verificamos que a média de idade dos noivos contrariava uma informação recorrente nas entrevistas realizadas com os descendentes, dando conta de que seus antepassados casavam-se por volta dos 15 anos de idade. Embora tal fato não tenha sido comprovado, levantamos a hipótese de tratar-se de uma ideologia transmitida pelos imigrantes a seus filhos.

Pesquisando sobre o assunto, observamos em *Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato Moderno* que Antonio Gramsci[VII] informa ser o casamento precoce uma característica do regime de propriedade fragmentada, no qual é exigido maior empenho do trabalhador e não permite o trabalho assalariado. Em outro trecho, o autor aborda a limitação da fecundidade, ou diminuição da natalidade, que seria possível no estado moderno, ou Príncipe moderno por ele imaginado, em contraposição do Príncipe de Maquiavel que seria o estado monárquico que preservava os privilégios das classes superiores em detrimento das massas.

Por não termos analisado o assunto pela ótica do casamento precoce e da taxa de natalidade, não podemos emitir opinião. Os casamentos entre imigrantes e descendentes de primeira geração foram analisados com o objetivo de verificar incidência de vestígios de segregação, não os tendo identificado. Concluímos que as relações eram pautadas pelo objetivo a ser alcançado, incluindo o aumento da renda familiar.

Segundo informou um descendente, seu antepassado era a imagem do imigrante obstinado, para quem a vida “era só trabalhar, trabalhar, trabalhar. Nada de diversão”. Entretanto, ao ser perguntado sobre a rotina diária, o mesmo personagem deixou entrever momentos de puro deleite, em que o patriarca contava histórias da vida na Itália, a família cantava e dançava, enquanto se preparava uma saborosa refeição para toda a família.

[VII] GRAMSCI, Antonio. **Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato Moderno**. Torino: Einaudi, 1973.

> Mandamos para o lado de lá dos mares a única mercadoria de que temos abundância: o homem.[VIII]

Esta declaração do político italiano Giustino Fortunato nos faz pensar na união de dois interesses: a Italia entendia ser necessário exportar uma parte de seus habitantes e o Brasil buscava soluções para acabar com a escravidão.

Visto por este prisma, a chegada do imigrante italiano em nossas fazendas afasta qualquer tentativa de romancear o assunto. Entretanto, parece que os colonos transmitiram a seus descendentes uma outra visão, talvez por desconhecerem o que se passava na esfera do poder. Por outro lado, há que se considerar os não colonos, ou seja, os que se estabeleceram desde o início na área urbana e que talvez tenham contribuído para o nascimento das memórias familiares que tratam de fugas do alistamento militar e embarques ilegais. De modo geral, estas versões se referem aos italianos no mezzogiorno.

Segundo Gramsci[IX], o processo de unificação da Italia, realizado para atender aos interesses do capital, resultou na transferência "de todo dinheiro líquido do Sul para o Norte". Este aspecto da chamada "Questione Meridionale" parece ter sido uma das alavancas para a emigração no período imediatamente posterior à década de 1860.

Gramsci declara ser injusta a acusação de falta de iniciativa da população meridional como causa do baixo desenvolvimento da região. Para ele, o capital procura instalar-se onde são mais rentáveis os investimentos e o poder central não ofereceu condições de desenvolvimento industrial no sul. Para outros estudiosos da Questão Meridional, o carreamento de capital para o norte não deixou outra alternativa além do abandono da pátria, ainda que inicialmente pensada individualmente como temporária.

A opinião de que os resultados da economia agrícola do sul da Italia foram

---

[VIII] FORTUNATO, Giustino. **Il Mezzogiorno e lo Stato Italiano**. Bari: Laterza, 1911. Série de discursos do período de 1880 a 1910.

[IX] GRAMSCI, Antonio. O Sul e a Guerra. In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

direcionados para o norte é compartilhada por alguns autores que estudaram o assunto. Entre eles, há os que defendem o argumento de que a ação estatal, privilegiando algumas classes e regiões, criou e sustentou as condições que aceleraram a emigração. E relatam que, ao se instalarem em países como Brasil, Argentina e Estados Unidos, aqueles italianos abriam novos mercados para produtos que ainda não faziam parte da cesta de consumo local, resultando em uma das bases de prosperidade da economia italiana.

Considerando com alguns destes autores que 25 de cada mil habitantes do Reino emigraram em 1913, pode-se imaginar a representatividade destas comunidades no exterior para o país que deixaram. E também compreender melhor um relato do jornalista Emilio Sereni [X] sobre resposta dada por contadini [XI] da Lombardia a um ministro que tentava convencê-los a não deixar o país. Eles teriam dito ao ministro:

> O que entendes por nação? É a massa dos infelizes? Sendo assim, somos uma nação. Plantamos e colhemos o trigo mas jamais provamos um pão branco. Cultivamos a videira e não bebemos vinho. Criamos animais e não podemos comer carne. É uma pátria a terra em que não se consegue viver do próprio trabalho?

Percebe-se, assim, que de norte a sul da Italia a emigração era vista como solução pelo trabalhador rural.

O estudo da trajetória dos que chegaram a Leopoldina antes do período denominado Grande Imigração é dificultado pela falta de registros mais detalhados nas fontes que foram preservadas. Na pequena amosta que pudemos reunir, observamos que os chegados antes de 1888 nasceram na Campania (Pagano), Basilicata (Brando) ou Calabria, eram imigrantes com recursos próprios e viajaram sem subvenção. Portanto, não vieram estimulados pelos projetos de colonização agrícola. Entre eles estão os casos de viagens temporárias à Itália depois de aqui

---

[X] SERENI, Emilio. **Il Capitalismo nelle Campagne.** Torino: Einaudi, 1971

[XI] DEVOTO, Giacomo e OLI, Gian Carlo. **Il Dizionario della Lingua Italiana.** Firenze: Le Monnier, 2000. Plural de contadino, aquele que trabalha na lavoura, sob contrato com o proprietário das terras.

estabelecidos.

Entre os imigrantes cuja primeira vinda ao Brasil ocorreu na última década do século XIX, indentificamos alguns casos de viagem de volta, ou seja, objetivando o retorno definitivo (Lupatini e Moroni). Mesmo que mais tarde uns poucos tenham voltado para o Brasil, classificamos como retorno definitivo as situações em que a família buscou embarque subvencionado e não deixou bens ou vínculos outros em Leopoldina. Até o momento, nesta classificação estão apenas italianos do norte.

Leoni Carpi[XII] apresenta dados semelhantes aos encontrados na obra de Franchetti e Sonnino[XIII], no que diz respeito à cultura de emigrar como um fenômeno que fazia parte da vida do italiano desde tempos remotos. Considerando que Carpi incluiu informações sobre as províncias do norte, enquanto Franchetti e Sonnino trataram da Sicilia, a similitude de informações respalda conclusões extraídas das entrevistas com descendentes de imigrantes italianos que viveram em Leopoldina. Trata-se de considerar que os nossos colonos viviam numa sociedade em que as fronteiras nacionais não impediam deslocamentos frequentes para trabalhar na colheita ou em obras públicas dos países vizinhos.

A emigração temporária era assimilada pelos trabalhadores como um fato natural, permitindo que eles formassem uma boa poupança que garantia o sustento de suas famílias, com as quais geralmente conviviam quase que somente durante o inverno. Segundo Emilio Franzina[XIV], este hábito deveria ser considerado como emigração estável, uma vez que os emigrantes trabalhavam durante décadas no exterior, voltando à pátria apenas por dois meses ao ano. Entre outros números, os autores citados mencionam os cerca de 10.000 indivíduos da província de Belluno e os 2.000 de Bergamo que passaram a temporada de 1872 longe de suas famílias.

A presença de italianos da Campania em Leopoldina, nos anos que

---

[XII] CARPI, Leone. **Delle Colonie e delle Emigrazioni.** Milano: s.n., 1874

[XIII] FRANCHETTI, Leopoldo e SONNINO, Sidneu. **La Sicilia nel 1876**. Firenze: Vallecchi, 1925

[XIV] FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. p. 38

antecederam a grande imigração, parece confirmar o que alguns estudiosos citam como "tendência" que afetou a província de Salerno na década de 1880. Em algumas localidades, a população chegou a diminuir no período entre 1884 e 1901, dado que o número de habitantes que se dirigiam para a América era superior ao de nascimentos. Segundo Constantino Ianni[XV], naquele período foram registradas 2.473 partidas de Castellabate, cuja população era de apenas 4.856 habitantes em 1881. Por outro lado, Salerno é uma das províncias das quais vieram imigrantes que declararam, no Registro de Estrangeiros de 1942, terem feito viagens à Itália. Isto pode significar que inicialmente passaram ao Brasil como temporários e só mais tarde decidiram estabelecer-se definitivamente.

Sendo assim, não nos surpreende que descendentes das famílias Anzolin, Casadio, Conti, Gottardo, Guersoni, Marchesini, Minelli, Rancan, Tazzari e Zamagna tenham mencionado as temporadas de seus antepassados em outros países. Em algumas delas, parece que o fato dos arregimentadores exigirem que trouxessem a família para o Brasil não foi percebido como contratação do "pacote completo", ou seja, que filhos e esposa aumentavam a força de trabalho disponível e seriam submetidos ao mesmo regime dos chefes de família. Por outro lado, a Itália negociou a vinda de seus habitantes no mesmo modelo praticado já de longa data, qual seja a de formação de colônias italianas no exterior.

Os agentes contratados pela província de Minas Gerais eram, em geral, vinculados a uma Companhia de Navegação. E eram a única fonte de orientação para o candidato a deixar o país. De modo geral, o agente recebia 10 liras por cada emigrante que fazia embarcar e trabalhava intensamente para aumentar o rendimento, divulgando a ideia nos pequenos lugarejos.

Além dos que convencia, havia ainda os que tivessem sido estimulados pelas cartas de parentes ou amigos que já estivessem morando no Brasil e que o procuravam para embarcar com despesas subvencionadas. O que não significa que

---

[XV] IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1972. p. 97

o candidato ficasse dispensado de inúmeros custos de preparação da viagem.

O estudo de Christiano Eduardo Ferreira[XVI] nos permitiu conhecer alguns aspectos do problema da emigração para o Brasil. Além disso, forneceu indicações bibliográficas preciosas que nos fizeram caminhar até o trabalho de Mariano Rocco, do qual extraímos a conclusão de que os agentes de imigração exploravam a ingenuidade, o estado de abatimento moral e a esperança do candidato, levando-o a pagar por serviços que deveriam ser gratuitos. E não são raros os textos que mencionam as péssimas condições oferecidas ao candidato e sua família, nas pensões onde era obrigado a hospedar-se para aguardar o embarque.

Além da divulgação feita pelos agentes de emigração e das cartas recebidas, durante a prestação do serviço militar poderia ser tomada a decisão de deixar o país. Naqueles 18 meses em que era obrigado a viver numa grande cidade, o jovem travava conhecimento com uma realidade até então insuspeita e, naturalmente, sonhava alternativas para melhorar de vida. Adicionalmente, para o bem e para o mal a temporada poderia transformar o soldado num propagandista de um mundo desconhecido entre os seus. Nada muito diferente do que ocorre atualmente. Com a diferença de estarmos tratando de um momento na vida do italiano mais pobre em que quase tudo lhe era inacessível.

No discurso do político nacionalista Enrico Corradini, do início do século XX, há uma passagem exortando os italianos a impedirem que os nacionais, herdeiros dos conquistadores romanos, viessem executar o trabalho servil, substituindo os escravos nas fazendas brasileiras. Não sabemos se o político teve algum sucesso. Por outro lado, sabemos que muitos italianos, já vivendo no Brasil, transformaram-se em um outro tipo de agente: seja por carta ou em viagens à Italia, arregimentavam outros emigrantes em troca de remuneração que lhes pagavam as Companhias de Navegação.

[XVI] FERREIRA, Christiano Eduardo. **O caso Longaretti : crime, cotidiano e imigração no interior paulista.**Campinas: Unicamp, 2005. Dissertação de Mestrado.

De Ernesto Comucci[XVII] extraímos o seguinte comentário:

> Criar a miséria pública é estimular a emigração, um recurso abominável que impede o desenvolvimento da força e da coragem para combater as causas dos problemas locais.

Segundo alguns autores, a classe dirigente estimulava a emigração por ser um instrumento que permitiria manter a ordem social abalada na década de 1880. A reforma tributária de Crispi não teria tido por objetivo eliminar a miséria, mas impulsionar a saída do "excesso de contingente" que traria prosperidade ao país, especialmente através das remessas em dinheiro que fariam. Esta posição, entretanto, é contestada por Emilia Franzina [XVIII] ao declarar que a pressão demográfica não explica o movimento de saída do país, uma vez que atingiu apenas algumas classe sociais e não todas. Segundo ele,

> a estrutura econômica da Itália, entre a unificação e a guerra, foi fortemente caracterizada pela predominância do setor agrário [e o fluxo emigratório era composto de] emigrantes saídos das classes rurais mais baixas, isto é, não somente de verdadeiros camponeses, mas também de meeiros e pequenos proprietários de terra.

Para Franzina, foi a miséria provocada por colheitas baixas, calamidades naturais e o início da mecanização da agricultura que empurraram os agricultores do Veneto para a emigração.

7.4 MUDANÇA DE DESTINO

Muitos dos imigrantes que viveram na Colônia chegaram ao Brasil mais de vinte anos antes daquele núcleo ser organizado. Entre eles destacam-se as famílias que viajaram pelo vapor Washington e desembarcaram no Rio de Janeiro em outubro de 1888.

[XVII] COMUCCI, Ernesto. **Della emigrazione e del pauperismo, della riforma agraria e tributaria**. Milano: Sansepolcro, 1885.

[XVIII] FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. p. 63 e 73

Estas famílias deixaram a Hospedaria Horta Barbosa, em Juiz de Fora, entre os dias 4 e 6 de novembro, com destino a Leopoldina. Entre o final de 1888 e 1909, algumas aparecem em fazendas do município e seus componentes são mencionados como trabalhadores da Colônia Santo Antônio, no final do século XIX. Pela memória dos descendentes soubemos que estes imigrantes estiveram, quase sempre, vinculados ao distrito de Tebas. De fato, alguns de seus filhos estão entre os alunos da Escola Distrital de Tebas[XIX].

Quando começaram os trabalhos de organização da Colônia Agrícola da Constança, aqueles trabalhadores foram arregimentados para este mister. Contam os descendentes que, a pedido dos imigrantes mais antigos, foram contratados outros mais novos e que a eles se vincularam na meação dos trabalhos na lavoura e, muitas vezes, pelo casamento entre seus filhos.

Identificamos, entre os imigrantes que adquiriram lotes da Colônia Agrícola Constança, alguns que passaram ao Brasil no final do século XIX, mas somente a partir de 1910 aparecem em documentos de Leopoldina. Ao pesquisarmos suas trajetórias nos anos anteriores, deparamo-nos com memórias familiares que nos levaram a um emaranhado de fatos difíceis de serem comprovados. Um destes casos nos chegou através de um correspondente, quando pesquisávamos os passageiros do vapor Colombo, na viagem em que aportou no Rio de Janeiro em abril de 1896. Nesta travessia o Colombo trouxe 904 italianos cuja viagem foi paga pela Província de Minas Gerais. Mas a embarcação trazia também 385 passageiros que tiveram suas despesas cobertas por São Paulo, além de 98 imigrantes espontâneos.

Importante destacar que a categoria “espontâneos” incluía viajantes que, não tendo sido arregimentados pelos agentes espalhados pela Itália em busca de quem quisesse vir para o Brasil, ainda assim dirigiam-se ao porto italiano por conta

---

[XIX] Livro de Matrículas da Escola Distrital de Tebas, 1896, Arquivo da Câmara Municipal de Leopoldina.

própria. Para os agentes, cada pessoa embarcada significava um valor a ser recebido pelo serviço prestado. Assim, muitas vezes o espontâneo representava um lucro mais fácil, pois o agente não precisara investir no preparo da família para a travessia. Sabe-se que muitos espontâneos se preparavam, por conta própria, planejando emigrar para os Estados Unidos. Ao chegarem ao porto, diversos motivos poderiam fazê-los embarcar num vapor com destino à América do Sul. Muitas vezes o viajante não se dava conta da mudança de destino, já que a maioria tinha um nível de informação bem baixo.

Conta-nos um descendente que seus avós, ao desembarcarem do Colombo em 1896, foram separados dos demais viajantes e ficaram aguardando, junto com outros “espontâneos”, a contagem dos passageiros que seguiriam de trem para Minas. Horas depois o encarregado dirigiu-se ao grupo informando que havia 10 lugares vazios no trem. Uma família apresentou-se mas eram apenas 6 adultos e o agente voltou a falar com o grupo. A família deste nosso correspondente era, provavelmente, uma das poucas que sabia a diferença entre Minas e São Paulo, já que se prepararam para imigrar por orientação de parentes que estavam em terras paulistas há cinco anos. Mas a pressão do agente pode ter sido mais atraente e dois membros da família resolveram seguir para Minas.

Apesar da resistência do patriarca, os dois rapazes, solteiros, entraram no trem com a promessa de reencontrar a família assim que pudessem. Da Hospedaria Horta Barbosa os dois seguiram para Rio Novo, onde passaram por diversas propriedades. Vinte anos depois os irmãos voltaram a Juiz de Fora, com a intenção de chegar a São Paulo. Um deles havia se casado, estando acompanhado da mulher e de três filhos.

Depois de inúmeras dificuldades em Juiz de Fora, o grupo percebeu que não seria possível comprar passagens para todos. Sabiam apenas o nome da cidade onde se instalara, quase trinta anos antes, o tio que os estimulara a vir para o Brasil. Mesmo assim, promoveu-se mais uma divisão na família, ficando a esposa, os dois filhos menores e o irmão. Até o final de 2005, nosso correspondente não

tinha conseguido localizar descendentes dos que ficaram em Juiz de Fora.

De modo geral nossos interlocutores entendem como natural a opção dos imigrantes que abandonaram lotes na Colônia Agrícola da Constança e buscaram outra região do país. Entretanto, não são poucos os que se surpreendem com a notícia de que alguns fizeram o percurso inverso, ou seja, trocaram colônia do sul do Brasil por Leopoldina. Localizamos famílias que imigraram com destino à Colônia Imperial Grão-Pará, em Santa Catarina, projeto que nasceu do dote concedido por D. Pedro II pelo casamento da Princesa Leopoldina com o Conde d'Eu.

Quem conta a história é Jucely Lottin[xx], que em seus estudos concluiu que o modelo daquela organização deixa entrever um planejamento cuidadoso e uma visão de futuro que faltou a outras colônias brasileiras. Localizada às margens de uma estrada de ferro que ligaria minas de carvão ao porto, a Grão Pará forneceria seus produtos agrícolas para consumo dos trabalhadores das minas, garantindo renda aos imigrantes que seriam recrutados em seus países sem quaisquer despesas de transporte.

Acompanhados durante toda a viagem, ao chegarem ao lote colonial escolhido esses imigrantes encontravam um rancho que lhes permitia começar a nova vida. Além disso, “havia um barracão para abrigo coletivo, parte dos lotes já desmatados, alguns possuíam culturas básicas plantadas” e ainda recebiam assistência médica, sementes para o plantio e algum dinheiro para as necessidades urgentes. E, assim como o sistema de financiamento dos lotes da Colônia Agrícola da Constança, os gastos antecipados e adiantamentos fornecidos seriam compensados com a produção.

Mas veio o 15 de novembro de 1889 e foi desfeita a Empresa Colonizadora dos Príncipes Imperiais, sendo substituída pela Empresa Colonizadora do Brasil que “suspendeu aquele certo paternalismo implantado no regime monárquico e substituiu

---

[xx] LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial do Grão Pará - 120 anos**. Grão-Pará, SC: s.n., 2002.

o comando sem manter boa parte de seus compromissos", arremata Lottin. E nós concluímos: seria muito penoso viver numa colônia em formação, longe de um centro urbano já estabelecido, sem contar com o que o autor chamou de paternalismo. Voltando nossos olhos para a Colônia Agrícola da Constança, reconhecemos aí uma de suas vantagens: a poucos quilômetros da estação ferroviária, a meio caminho entre o distrito de Tebas e a cidade de Leopoldina, a Constança oferecia condições satisfatórias para os imigrantes.

Um outro fato levantado por Jucely Lottin foi determinante para a saída de alguns imigrantes. Segundo Relatório daquela Colônia, no ano de 1888 os índios mataram um velho italiano de sobrenome Baschiroto e alguns meses depois foi a vez de um Meneghetti, também desarmado, ser assassinado. Com isto, diz o relatório, 40 famílias italianas fugiram do local.

Mas a Colônia Agrícola da Constança ainda não tinha sido formada. Os imigrantes abandonaram seus lotes em Santa Catarina e, em Leopoldina, tinham a opção de contrato com um fazendeiro ou se instalarem na Colônia Municipal Santo Antônio, cuja história ainda não está bem esclarecida para nós.

Mesmo não contando com informações detalhadas sobre o novo destino desses colonos, acreditamos que a decisão de vir para Leopoldina pode ter sido tomada a partir de referências obtidas com outros companheiros de jornada ou através de orientação obtida nos postos de acolhimento de imigrantes em Santos e no Rio de Janeiro, locais onde fizeram escala.

Seja qual for o pretexto ou o motivo da mudança, a verdade é que logo depois do fim do regime monárquico algumas famílias inteiras ou apenas descendentes delas, empreenderam uma longa viagem para Leopoldina. Nestes casos estariam familiares dos Albertoni, Bonini, Crema, Lorenzetto, Meneghetti, Montagna, Pavanello, Pedroni, Princivale, Rinaldi, Volpato e Zini.

Voltando ao percurso inverso, ou seja, a saída de Leopoldina para outra região brasileira, entre 1998 e 2002 trocamos mensagens com um pesquisador capixaba que estava preparando um livro sobre a cidade de Alegre (ES). Enquanto

buscava informações sobre uma das principais famílias daquela cidade, Carlos Magno Rodrigues Bravo tornou-se um de nossos principais interlocutores sobre a migração de italianos de Leopoldina para o Espírito Santo. Infelizmente nosso amigo faleceu em outubro de 2002, antes que pudéssemos realizar estudos mais completos. De todo modo, foi através de Carlos Magno que conseguimos entender alguns aspectos até então insuspeitos.

A família leopoldinense sobre quem ele buscava informações tinha como patriarca, em Alegre, o fazendeiro Romualdo José Monteiro Nogueira da Gama, nascido na fazenda Bom Destino, em Leopoldina, no dia 01 de outubro de 1871. Filho de Romualdo Batista Monteiro Nogueira da Gama e de Maria Custódia. Neto materno de Francisco Xavier Monteiro Nogueira da Gama, tradicional fazendeiro em Cachoeiro do Itapemirim (ES).

O que nos chamou a atenção foi constatar que, em 1895, alguns imigrantes saíram da Hospedaria Horta Barbosa com destino à estação Providência, contratados por Romualdo José e pouco tempo depois já estavam residindo no Espírito Santo. Pareceu-nos pouco provável que tenham sido contratados aqui e fossem trabalhar naquele estado.

Entretanto, estudos daquele autor levaram-no a concluir que, com a abolição da escravatura o pai de Romualdo José sofreu grande abalo econômico, o que obrigou seu filho a abandonar os estudos. Daí, entre 1889 e 1897, Romualdo José exerceu atividades de representação de fazendeiros leopoldinenses no Rio de Janeiro e em Juiz de Fora, foi responsável pela contratação de imigrantes e, residiu em Manaus durante três anos.

Em 1897 Romualdo José contraiu matrimônio em Mimoso do Sul onde passou a residir e, posteriormente, transferiu-se para a cidade de Alegre.

Foi exatamente no período entre o casamento de Romualdo José e seu estabelecimento em Alegre, em 1908, que ocorreram diversas migrações de italianos das fazendas leopoldinenses para o sul do Espírito Santo. Mas este movimento não cessou naquela data e não podemos afirmar que todas as

migrações tenham sido organizadas por um único personagem.

Pelo que pudemos apurar, no período em que a Colônia Agrícola da Constança estava sendo formada, os italianos tiveram o mercado de trabalho ampliado para além das atividades exclusivamente agrícolas. Entre elas, a construção civil e a marcenaria que absorveram jovens italianos cujos pais permaneciam trabalhando em contrato de parceria nas fazendas. Com isto tem início uma outra fase de desenvolvimento econômico, que coincide com o período em que a cafeicultura se tornou muito forte na região de Carangola.

Por volta de 1915 observa-se um aumento de migração de italianos, filhos daqueles pioneiros que vieram para Leopoldina no final do século anterior, inicialmente para a atrativa região de Carangola. No final dos anos de 1920 esta migração acelera-se na direção das atuais cidades de Conquista, Espera Feliz, Simonésia e Governador Valadares (MG). E ainda nesta mesma década de 1920, encontramos outros imigrantes que transferiram-se para Alegre, Muqui e Nova Venécia (ES).

Muitos deles deixando parentes na cidade, especialmente entre os que puderam adquirir lote na Colônia Agrícola da Constança ou em outras organizações coloniais de Leopoldina, como os Abolis, Arleo, Baldasi, Barberi, Bordignon, Bordin, Cappai, Carraro, Dorigo, Finotti, Fontanella, Marinato, Meneghelli, Meneghetti, Minelli, Netorella, Perigolo, Pivato, Principole, Righetto, Sampieri, Sartorini, Simionato, Zannon e Zotti.

7.5 REGIÕES DE ORIGEM DOS NOSSOS ITALIANOS

Leopoldina recebeu imigrantes procedentes de 14 regiões da Itália: Lombardia, Friuli-Venezia Giulia, Veneto, Piemonte, Emilia Romagna, Toscana, Umbria, Marche, Abruzzo, Campania, Basilicata, Calabria, Sicilia e Sardegna. Assim, é difícil afirmar, com segurança, de que localidade vieram mais imigrantes e de que região são as pessoas que mais contribuíram para a modificação de aspectos

sociais e econômicos da cidade. Sem dúvida este fato representa uma primeira dificuldade para se traçar um perfil do cidadão que imigrou para o nosso município e para dizer de que região é a influência predominante.

Acrescente-se a isto os problemas advindos dos deslocamentos, ainda na Itália, de famílias provenientes de uma região e que aqui chegaram após obterem o passaporte em outra. Foi o caso dos Anzolin, uma das famílias procedentes de Venezia, no Veneto. Giovanni Anzolin nasceu em 1878 e seu irmão Basílio em 1881, em Portogruaro, província de Venezia, região do Veneto. A família residiu em diferentes *comuni*[XXI] do Veneto antes de se transferir para Cinto Caomaggiore, onde Giovanni casou-se em 1899. Algum tempo depois os Anzolin estavam em Pravisdómini, Pordenone, Friuli-Venezia Giulia. Em 1910, quando o passaporte foi concedido, estes Anzolin residiam em Pordenone.

Situação semelhante a acontecida com algumas famílias de agricultores sardos. Os filhos de Leonardo Raimondo Fois, por exemplo, nascidos em Villanova Monteleone, Sassari, Sardegna, repetiram o hábito da família de ir ao continente para competir nas festas do *palio*[XXII] na Toscana. Estas festas eram competições esportivas nas quais os atletas eram remunerados para representarem as famílias promotoras, defendendo sua bandeira. No caso dos Fois, enquanto seus ancestrais voltavam para a ilha natal alguns meses depois da festa, eles ficaram pela Toscana como trabalhadores eventuais até serem arregimentados e receberem o passaporte para imigrarem.

Há que se considerar que no período de maior incidência da imigração de italianos para Leopoldina, acontecida entre 1888 e 1896, dentre os chegados em 1888 a maioria era do Veneto. A partir de 1894 começaram a chegar os lombardos. De 1888 são os Ceoldo e Gottardo de Vigonza, os Fazolato e Meneghetti de Campolongo Maggiore, os Marinato de Pianiga e os Righetto de Camponogara. De

---

[XXI] Plural de Comune, unidade básica administrativa.

[XXII] Bandeira.

1894 são os Sangalli e os Sardi, de Milano, na Lombardia. Já os Bolzoni, Campana, Carminatti, Cosine e Lupatini, também lombardos, chegaram em 1896. Cada qual com os seus princípios e comportamentos que foram transmitidos aos descendentes e agregados.

Uma outra dificuldade para fazer um estudo sobre o conjunto desses imigrantes reside na maior ou menor facilidade na reunião de dados sobre as suas famílias. Nem sempre é fácil conseguir pesquisar em algumas regiões da Itália. E para se ter uma idéia dessa dificuldade, citamos o exemplo da família Sellani, do Abruzzo, imigrada em 1898 e que teve um de seus membros entre os administradores da Colônia Agrícola da Constança. A busca de dados sobre ela só prosperou graças à ajuda de um descendente que viajou à Itália em busca dos registros familiares. Por outro lado, no caso de províncias do norte da Itália, encontramos uma certa facilidade até para fazermos pesquisas via *Internet.* Neste caso a nossa preocupação passa por não nos deixarmos levar pela conclusão inadequada de que a maioria dos imigrantes residentes em Leopoldina poderia ter vindo dessa região.

Embora não se possa generalizar, apresentamos algumas informações de um dos locais de nascimento de imigrantes que viveram em Leopoldina. Castrezzato fica na zona geográfica de Franciacorta, região montanhosa ao norte da estrada Milão-Veneza. Por toda a região se encontram pequenas cidades (*paesi*) tranqüilas e imersas no verde dos bosques. A principal atividade de seus habitantes é a vinicultura, destacando-se a produção dos espumantes.

Comparando-se com Leopoldina, com seus 46.969 habitantes, distribuídos por uma área de 947,07 km², segundo o censo de 1996, Castrezzato é minúscula. Possui 13,70 km² e ali viviam, na mesma época, 4.154 pessoas que são chamadas de "castrezzatesi". Castrezzato está subordinada à *comune*[XXIII] da Brescia, capital da

---

[XXIII] DEVOTO, Giacomo e OLI, Gian Carlo. **Il Dizionario della Lingua Italiana.** Firenze: Le Monnier, 2000. Comune é uma circunscrição administrativa que representa um território básico, tendo uma administração local com alguns poderes sobre a população. Plural: comuni.

província de mesmo nome. A Brescia, por sua vez, é uma das divisões da região da Lombardia, uma das maiores províncias italianas, com 206 *comuni*.

A região da Lombardia, em seus 23.872 km ², tem hoje uma população de 8.988.951 habitantes. Apesar da diferença de mais de um século, entre a época da imigração dos Lupatini e nossos dias, a densidade demográfica naquela região modificou muito pouco, diferentemente daqui. Enquanto lá a relação passou de aproximadamente 389 para os atuais 377 habitantes por km ², em Leopoldina saímos de 33 em 1880 para 49 habitantes por km² em 1996. Essa intensa ocupação territorial foi, inclusive, um dos motivos que mais estimularam os nossos italianos a cruzarem o oceano. Vivendo dificuldades de toda natureza, sofrendo com a falta de espaço agricultável, sonhando em legar aos descendentes uma vida menos atribulada que no então novíssimo país chamado Itália, os "nonos" criaram o sonho de "fare l'América", fazer a América. E assim, da Lombardia, vieram muitas das famílias que se fixaram em Leopoldina.

A Lombardia tem uma história riquíssima, pois que representa, desde tempos imemoriais, o encontro das culturas mediterrânea e continental. Seu nome provém do povo alemão Longobardo, que dominou aquelas paragens por mais de 300 anos. Sua localização estimulou, posteriormente, uma grande onda migratória dos Celtas, que fundaram Milão, após expulsarem os Etruscos. No período seguinte, os Celtas foram expulsos pelos Romanos e teve início uma era de desenvolvimento até então desconhecida na região. A via Emília, famosa estrada que permitia a melhor ligação entre os povos continentais e o Mediterrâneo, representa um marco do período de dominação romana. Período em que também se conheceu um grande incremento do comércio e da cultura, trazendo para a Lombardia as idéias que se transformaram em uma nova ordem arquitetônica. Na era moderna a Lombardia esteve sob domínio dos Franceses e dos Espanhóis, que a dominaram de 1535 a 1700. É deste período uma das piores referências de que se tem notícia: a queda do Ducado de Milão, com um crescimento astronômico do custo de vida e a peste, que reduziu sua população a um terço. No decorrer do século XVIII a região passou ao

domínio da Áustria e com isto voltou a conhecer um período de intenso desenvolvimento. Em 1797, após a campanha de Napoleão, a Lombardia passou a pertencer à República Cisalpina, com sede em Milão. O congresso de Viena, em 1815, instituiu o Reino Lombardo-Veneto, sob domínio austríaco e capitais em Milão e Venezia. Em 1849 tem início a primeira guerra pela independência. Somente dez anos depois, na Conferência de Zurique, a situação de paz foi implantada através da anexação da Lombardia ao Piemonte, sob domínio do Reino de Savoia. Em 1861, com a formação do Estado Italiano, a Lombardia se une às demais regiões da península e a partir daí, tem início uma nova era de progresso, especialmente industrial.

8. MODO DE VIDA

Analisar os poucos registros produzidos pela administração da Colônia Agrícola da Constança causou-nos dois tipos de sensação. De um lado, o prazer de encontrar informações registradas na época e que, por isto mesmo, representam a maneira como foi administrado aquele núcleo. Por outro lado, sentimos uma grande responsabilidade ao tentar capturar o conteúdo e transformá-lo num texto que pudesse ser lido pelos atuais moradores de Leopoldina. Segundo o primeiro Relatório[I] da Colônia, naquele primeiro período

> A area cultivada é de 65,5 hectares, a inculta de 1.678 hectares. [...] cultivam-se milho, arroz, feijão, hortaliças e alvores fructiferas, cuja producção não é conhecida, visto não terem sido effectuadas ainda as colheitas.

Ainda sobre a produção do primeiro ano de funcionamento, consta uma informação importante

> os aggregados por meiação, em virtude de contracto com os ex-proprietários das fazendas... Destes, foram, em 1909, arecadados 5 carros e 5 alqueires de milho, 4.617 kilos de café em côco e 1.559 ditos de arroz em palha.

Ressaltamos que alguns "aggregados por meiação" tornaram-se colonos, algum tempo depois, através da assinatura dos contratos de financiamento. A presença deles demonstra que o núcleo agrícola foi constituído a partir de negociação mais ampla com os antigos proprietários do território, contemplando o aproveitamento da mão de obra existente nas fazendas que ali existiram.

Uma análise de Guilherme Prates, ao final do relatório de 1909, apresenta uma visão geral do núcleo.

> As fazendas de “Constança” e “Boa Sorte” (e principalmente a primeira), são ricas em vastas e excellentes pastagens, que por incuria ou frouxidão de seus proprietarios, estiveram sempre

---

[I] Relatório da Diretoria de Agricultura,Terras e Colonização de Minas Gerais, 1909, disponível no Arquivo Público Mineiro, Belo Horizonte

> desaproveitadas e entregues ao arbitrario dominio de todos os creadores da visinhaça, para os quaes, parece que este antigo uso constituia um direito adquirido e irrevogavel, porquanto, estando expressamente prohibido o ingresso de animaes nos pastos da colonia, ainda não consegui pôr termo, de todo, a esta absurda exploração, comquanto já saibam os infractores as penas a que se arriscam.
>
> Por outro lado, é impossivel fechar com cerca de arame todo o perimetro da colonia visto ser obrigatoria a passagem livre nas estradas publicas que em numero de 4 cortam o territorio colonial, resultando desta inconveniencia a inefficacia da vigilancia e da aplicação das medidas repressivas impostas pelo regulamento, em taes casos.

Como solução o administrador pede permissão para ampliar a construção de cercas formando um corredor ao longo das estradas públicas. Segundo ele, os colonos ficariam com uma área cercada maior e mais protegida para suas culturas e seria mais fácil “reprimir a impertinente teimosia dos larapios de forragens” que, nos parece, era a a principal reclamação dos adquirentes dos lotes.

No encerramento do exercício de 1911, a atividade agrícola foi assim discriminada: culturas de café, arroz, feijão, mandioca, cana de açúcar, milho, amendoim e fumo, com a seguinte produção: 2.585 kilos de café, 60.880 kilos de arroz, 48.215 litros de feijão, 197.750 litros de milho, 225 de amendoim. Não foi mencionado o resultado da colheita da mandioca, da cana de açúcar e do fumo.

Quanto à atividade pastoril, em 1911 ficou registrado: 444 leitões, 80 bovinos, 59 cavalos, 79 cabritos, 2.703 galináceos e 51 patos.

Importante destacar que, desde o início da implantação, além da aquisição de máquinas e equipamentos pela administração do núcleo os colonos também agiram como aqueles 25 primeiros habitantes da Vargem Grande citados pelo Presidente da Província. No primeiro ano de funcionamento o administrador informou à Secretaria que os colonos já possuíam 3 éguas, 3 vacas com as respectivas crias, 1 cavalo, 30 porcos, 20 cabras, 176 galinhas, 4 patos e 4 perus. Além destes animais, a administração contava com 51 bois e 2 muares.

Ressaltamos que o número de animais seria maior ao início do ano, já que

para a implantação da Colônia Santa Maria, localizada no atual município de Astolfo Dutra, foram transferidos de Leopoldina 17 bois, além de 2 arados. No ano de 1911 o número de animais pertencentes ao Estado foi contabilizado como 20 bois, 1 besta e 1 cavalho velhos. Já em 1918 o Estado possuía apenas 1 muar e 1 cavalo enquanto os colonos eram proprietários de 280 cabeças de gado, 109 cavalos, 30 muares e 33 caprinos. No ano seguinte, entre os animais de colonos foram computados: 20 caprinos, 80 cavalos, 391 cabeças de gado e muitos suínos.

Os colonos entregavam 20% de suas colheitas como parte do pagamento de suas dívidas. No ano de 1911, o valor arrecadado em cereais foi de 5:221$836. Além disto, os colonos entregaram 1:998$750 em dinheiro. Ao final do exercício de 1911, o total dos débitos dos colonos montava a 61:210$767.

Em 1918 foram entregues pelos colonos um total de 77:147$837 e aos que ainda estavam com títulos provisórios restava liquidar 149:251$394. No ano seguinte as prestações pagas montaram a 43:088$517 e o montante devido pelos colonos com título provisório ficou em 105:938$223.

Comparar a soma dos valores de prestações pagas e devidas entre um ano e outro leva a questionamentos sobre diferenças encontradas. Na tentativa de esclarecê-las, não fomos bem sucedidos. Apenas levantamos uma suspeita a partir de um livro de registro de correspondências disponível no Arquivo Público Mineiro, em que consta ter sido encaminhado um ofício para o administrador de um núcleo, pedindo que fosse mais cuidadoso nos registros contábeis. É possível que alguma auditoria fosse realizada anualmente e, havendo divergências, os administradores dos núcleos fossem instados a providenciar correção e justificativa. Entretanto, nada encontramos a respeito.

8.1 ALIMENTAÇÃO DOS COLONOS

Quando se pensa em alimentação dos italianos, é comum lembrar de mesa farta, suculentos pratos de massas regados a molhos variados e canecos com os

melhores vinhos. A culinária italiana à disposição de todos! Mas os depoimentos colhidos de pessoas mais velhas, descendentes dos imigrantes que se fixaram na Colônia Agrícola da Constança e nos demais roçados de Leopoldina, apontam para um quadro um pouco diverso.

Antes de passarem ao Brasil, os colonos tinham hábitos alimentares concernentes à possibilidade de produção na região em que viviam. No que se refere ao Veneto, Emilio Franzina[II] relata que a agricultura era ali praticada no sistema de "cultura mista, centrada na tríade produtiva de vinho, trigo e milho". Segundo este autor, os proprietários das terras dividiam-nas em três campos, sendo um para milho e dois para trigo, entremeados por fileiras de videiras. Desta forma, tinham assegurada a polenta e a lenha para cozinhá-la.

Já para Renzo Grosseli[III], o pão e a polenta eram indispensáveis na alimentação dos colonos trentinos e lombardos que se estabeleceram no Espírito Santo. A batata, muito cultivada na região em que se estabeleceram, era utilizada pelos italianos para alimentar os porcos. Especialmente os trentinos, informa o autor, procuraram desenvolver cultura de cereais como milho e trigo, além de legumes e hortaliças.

Do que apuramos, pelo menos nas gerações mais antigas o vinho e o macarrão não freqüentavam as mesas diárias de nossos colonos. Mesas, aliás, na maioria das vezes montadas na própria cozinha e geralmente rodeadas de bancos de madeira. Tampouco havia macarrão nos caldeirões levados com o trabalhador para o local do trabalho. Vinhos e massas eram comuns apenas quando o almoço era servido na mesa da sala em dias de visitas, nos "jantarados" dos finais de semana e nas comemorações de algum acontecimento significativo. E são

---

[II] FRANZINA, Emilio. A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil. Campinas: Unicamp, 2006. p. 140

[III] GROSELLI, Renzo. **Colônias imperiais na terra do café : camponeses trentinos (vênetos e lombardos) nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900** . Vitória : Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008. p. 33-34

compreensíveis as razões para esta prática.

O clima quente de Leopoldina não se prestava ao plantio do trigo e da uva. Faltavam os mais elementares recursos para o seu cultivo e preparo nas terras montanhosas da nossa região. Por outro lado, adquirir os produtos deles derivados, nem sempre estava ao alcance daqueles colonos. Não só pelo preço mas, também, pela dificuldade em encontrar no armazém e até de se deslocar da roça para a cidade e fazer a compra. Assim, tornou-se muito mais fácil ao colono imigrante adaptar-se à realidade dos que por aqui viviam e aderir aos costumes vigentes.

É bem verdade que existiu, ainda, um outro fator importante e que também precisa ser considerado. Alguns depoimentos dão conta de que muitos imigrantes já haviam substituído a massa de suas mesas ainda na Itália, onde o trigo escasseava e atingia altas cotações. Com isto o talharim, os rissoles e pães, ainda na Itália já haviam perdido a concorrência para a polenta (salgada ou doce), os bolos, as broas, as cavacas (bolachas endurecidas), o cubu, o milho cozido ou assado e demais derivados desse grão de cultivo e manejo mais fácil e de mercado bem mais simples.

Decorre daí o hábito de substituir o pão e outros alimentos por fubá cozido em água e sal. Seja no caldeirão do almoço ou, depois de frio, cortado em pedaços para acompanhar o jantar, o café da manhã ou a merenda vespertina, o angu com melado de cana era também muito apreciado.

Substituindo-se o sal por açúcar mascavo (açúcar preto), obtinha-se um angu doce que era despejado em porções na chapa do fogão à lenha e consumido com diferentes acompanhamentos, dependendo do tempo em que permanecia assando. Ainda mole, num prato de ágata, com leite; mais consistente, transformava-se em bolachas muito apreciadas; e, mais endurecido, tomava a forma conhecida como “cavaca”, que substituía o pão.

Ao ser retirado da panela, o angu deixava uma grossa camada que se denominava raspa e que era consumida com leite nas refeições intermediárias. Fatiada e um pouco mais tostada, esta raspa era consumida ao estilo de petiscos.

Se salpicada com açúcar, era saboreada como biscoitos.

Mas não há como falar de alimentação de italianos sem um comentário sobre as massas. Um entrevistado informou que sua mãe “preparava a massa de talharim, esticava-a na mesa da cozinha e cortava as fitas com uma faca, cozinhando-as em água com sal e preparando o molho à parte. Quando a massa cozida era jogada no molho, o cheiro forte atraía a todos, principalmente as crianças”.

Outro informante lembrou que a massa era colocada a secar numa peneira forrada com um pano e mais tarde era enrolada como um rocambole e cortada em fatias para serem cozidas em água quente temperada com gordura de porco.

E já que abordamos a alimentação dos italianos, não podemos deixar de registrar que, segundo Paola Marongiu[IV], a pizza tem origem num termo alemão do século XVI que designava o pedaço de pão. Mais tarde, modificação na massa de pão tornando-a mais leve, e a preparação com cobertura de mozzarella, pomodoro e alici antes de ser levada ao forno, deu origem a esta que é a iguaria mais lembrada quando se fala de italianos. A autora informa que a pizza era alimento pouco apetitoso e só no século XIX, por ser apreciada pela Rainha Margherita, tornou-se mais consumida. Como curiosidade, informa que o termo tornou-se uma gíria, por volta de 1942, com o sentido de pessoa desagradável e também como sinônimo de película cinematográfica, neste caso por seu formato redondo como os antigos rolos de filmes.

Na Colônia e nas pequenas propriedades da região, as espigas de milho eram guardadas no paiol, um cômodo geralmente coberto com sapé ou telha canal, com paredes e assoalho de bambu, pau roliço ou ripa de madeira lavrada, com frestas que facilitavam a ventilação e evitava a proliferação de caruncho. De modo geral, era construído junto à casa do colono e, em alguns casos, debaixo dele ficava

---

[IV] MARONGIU, Paola. **Breve Storia della Lingua Italiana per Parole.** Firenze: Casa Editrice Felice Le Monnier, 2000. p. 128

o chiqueiro onde se engordava o porco.

Era no paiol que se retirava a palha da espiga e debulhava-se (retirar o caroço do sabugo) o milho. Os grãos eram soprados, selecionados em peneiras de taquara e ensacados para serem levados para moagem. Alguns colonos utilizavam o pilão para socar e transformar o milho em canjiquinha. O mais comum, porém, era a utilização de moinhos de pedra movidos a água, que existiam pela redondeza, onde o colono entregava o milho e recebia o fubá, descontado de um percentual do peso que era deixado como pagamento pelo beneficiamento.

A palha do milho também era aproveitada. Uma parte era deixada de molho n’água pura por algum tempo e depois, colocada para cozinhar com banha de boi e soda cáustica, em tacho apropriado, até formar uma pasta homogênea. Esta pasta, despejada em superfície lisa, depois de fria era cortada em barras, dando origem ao sabão utilizado na limpeza em geral.

Rasgada em tiras, a mesma palha servia como enchimento dos colchões para os catres (camas) da família e dos travesseiros, conhecidos pelos imigrantes por “gancilão”, talvez por uma forma dialetal de “guanciale”, ou seja, almofada. Limpa e trabalhada pelo canivete ou faca, servia como suporte para o fumo de rolo ou desfiado, na confecção dos cigarros. E se nenhuma dessas utilizações a consumia, era então jogada para o gado que dela se deliciava, principalmente na época da seca.

O sabugo, outro subproduto do milho, além de atender aos meninos na confecção de brinquedos como juntas-de-bois para os seus carrinhos, tinha como utilização geral facilitar o acender do fogão à lenha, por ser de combustão fácil e estar quase sempre guardado ao abrigo da umidade.

Ao lado do milho, outros produtos faziam parte dos “roçados” dos colonos. Um deles, o tomate, era ingrediente que não podia faltar no preparo final da massa. E para que pudesse ser utilizado o ano todo, o comum era guardá-lo desidratado. Colhido quando começava a amadurecer, era partido ao meio e colocado ao sol para secar. Posteriormente era guardado em potes. No momento de sua utilização

era imerso em água morna para re-hidratação.

Os entrevistados mencionaram, também, o café que estava sempre no canto do fogão ou levado para a roça em garrafas de vidro arrolhadas com sabugo de milho. Seu preparo era todo doméstico. Colhido e seco, o grão era levado ao pilão para a retirada da casca. Depois de peneirado para limpar as impurezas, era torrado em panelas de ferro. Posteriormente, os grãos torrados eram passados em peneiras de taquara que os transformava em pó. Chama a atenção nos depoimentos o fato de não ter sido mencionada a utilização de moinhos de café, geralmente encontrados em boa parte das casas da zona rural.

As principais refeições - almoço e jantar, eram compostas do tradicional arroz com feijão, uma ou outra verdura da horta, batata doce, mandioca, ovos e alguma carne de porco, boi ou caça, geralmente conservada em grandes latas ou panelas cheias de gordura (banha) de porco.

Algumas conservas à base de frutas faziam parte da dispensa da casa. Mas uma das faltas mais sentidas pelos imigrantes, segundo depoimentos, era a azeitona que por aqui não se plantava e que deveria fazer parte dos molhos das massas ou ser consumida pura.

8.2 ATIVIDADES LABORATIVAS

A Colônia tinha como padrão médio de tamanho dos seus lotes, uma gleba de aproximadamente cinco alqueires ou, 25 hectares de terra, que não passava de uma pequena propriedade rural se consideramos os padrões da época.

Poucas máquinas estavam ao alcance dos proprietários destas terras, não só pelo fato de ser a mecanização da lavoura quase que totalmente desconhecida na região como, principalmente, pela impossibilidade financeira de investir na aquisição de implementos agrícolas. Até a emancipação, o estado fornecia máquinas, equipamentos e sementes. Com a emancipação da Colônia Agrícola da Constança em 1921, os agricultores que não tinham investido em adquirir tiveram

maior dificuldade para manter o nível de produtividade.

Alguns colonos contavam com carro de bois, carroça, arado e grade rústica puxada por animais. Poucos colonos utilizavam plantadeiras de grãos e debulhadores de milho, acionados pela mão do homem. Os moinhos de fubá e monjolos, geralmente movidos a água, não passavam de dois ou três em toda a Colônia.

Assim, o mais comum nos lotes da Colônia Agrícola da Constança, no que se referia ao trato da terra para o cultivo e manutenção das lavouras e hortas, era a utilização de machados, foices, enxadas, “cacumbus” e enxadões, manuseados indistintamente por toda a mão de obra disponível na família (pai, mãe, filhos e demais agregados).

As entrevistas permitiram observar uma natural e perfeita divisão de tarefas, comum na maioria dos lotes. Eram reservados aos homens principalmente os trabalhos mais pesados e os mais distantes da casa, tais como: a derrubada de árvores para o aproveitamento da madeira, o destocar as áreas a serem cultivadas e o preparo dos brejos e alagados para o plantio do arroz. Isto, sem prejuízo de outros trabalhos menos árduos, que eram realizados em parceria com os demais familiares. Aos homens também estavam reservados os trabalhos de confecção de móveis e utensílios e até mesmo a construção de casas, suas e de vizinhos, além das demais acomodações que iam se tornando necessárias com o desenvolvimento da propriedade.

Neste aspecto vale ressaltar o surgimento, dentre os colonos da Constança, de excelentes profissionais marceneiros, carpinteiros, “carapinas”, serradores (hábeis no manejo do golpeão, ou “gurpião”), pedreiros e mestres de obras que emprestaram os seus conhecimentos e técnicas para muitos outros vizinhos e parentes. Um entrevistado informou que seu avô era um bom artesão em latoaria, fazendo tachas e demais utensílios de uso cotidiano.

Mas se cabia aos homens todas essas tarefas, às mulheres competiam os muitos afazeres da casa e do terreiro, além de cuidar dos filhos. As mulheres que

viveram na Colônia Agrícola da Constança bordavam pouco, costuravam o necessário para atender a toda a família e cozinhavam muito e, via de regra, bem. Além da cozinha e do cuidado com a casa, elas eram ainda responsáveis pela horta, jardim, galinheiro, chiqueiro, limpeza do terreiro (em geral com enormes vassouras de ramos ou de galhadas de bambu) e, em muitos casos, até pelo retiro. Isto sem falar nos muitos casos de mulheres que dividiam, em igualdade de condições com os seus maridos e filhos, todas as tarefas que surgiam na propriedade.

Os colonos adotaram, ainda nas fazendas em que trabalharam antes de adquirirem um lote na colônia, o sistema de mutirão. Assim é que são freqüentes as referências ao trabalho conjunto quando necessário consertar, por exemplo, a casa de morada.

Sobre o processo de industrialização agrícola, lembremos que o assunto é mencionado de forma contrastante em algumas fontes. De um lado o processo é visto como ampliação do mercado de trabalho, absorvendo a mão de obra ociosa dos jovens provenientes das lides agrícolas. Por outro lado, é considerado como estímulo à emigração por retrair o mercado, já que a mecanização diminui a necessidade do emprego de muitos braços antes necessários em algumas tarefas.

Buscando compreender como se deu a adaptação dos colonos aos implementos disponíveis na Constança, procuramos informações como estava o processo na Itália, no período de nosso interesse. Encontramos referência a uma revista quinzenal publicada em Milão na última década do século XIX que teria sido criada como órgão de informação no meio industrial, sob o título L'industriale. No único número que tivemos oportunidade de ver, há publicidade de máquinas e equipamentos aparentemente rudimentares, além de um comentário sobre uma nova técnica de aplicação de adubos. Seria interessante encontrar outras fontes a respeito, já que a adulteração de produtos agrícolas e adubos é citada, em Notizie Intorno alle Condizione della Agricoltura, publicada em 1886, como uma das preocupações no Ministero di Agricoltura, Indústria e Commercio naquele momento.

O diretor da mencionada revista era Carlo Gobbi e este nome chamou a

atenção. Isto porque em Leopoldina viveu Amalia Luigia Gobbi, nascida por volta de 1848 em Mantova. Era casada com Agostino Cosini com quem passou ao Brasil em 1888. Uma das filhas do casal - Maria Augusta, casou-se com José Matola de Miranda e foi mãe de Ranulfo Matola, personagem de destaque em Leopoldina, sendo homenageado em nome de rua no bairro São Luiz, nas proximidades da Colônia Agrícola da Constança. E Maria Augusta era cunhada de Carlo Cosini, que até 1942 vivia na Colônia Agrícola da Constança e é referido por alguns entrevistados como especialista na aplicação de adubos.

8.3 O LAZER

Assim como em muitas outras culturas, os italianos costumavam homenagear seus antepassados através do nome que escolhiam para os filhos. Em muitas famílias, o primeiro descendente do sexo masculino recebia o nome do avô paterno, o segundo homenageava o avô materno e os seguintes recebiam o nome de um tio ou amigo. De modo geral, os padrinhos de batismo eram parentes próximos, o que eventualmente acarreta generalizações inadequadas, como julgar que o nome da criança seria sempre homenagem ao padrinho ou madrinha.

Um de nossos informantes apresentou um relato interessante. Segundo ele, as crianças de sua família nascidas no oitavo mês do ano civil, homenageavam um antepassado que tivesse Augusto em seu próprio nome ou o acrescentavam ao primeiro nome de um avô. Descobrimos, por exemplo, que um neto de Felice Meneghetti, nascido no dia 7 de agosto, foi batizado como Felice Augusto. Outros casos sugerem o mesmo procedimento, seja entre os nascidos no Brasil e que receberam o nome de Agostinho, ou Agostino quando nascidos na Itália. Há também casos de meninas, batizadas como Agostinha ou com Agostina sendo um segundo nome de nascidas na Itália.

Considerando que há famílias italianas de sobrenome Agostini e variações como Agostinone ou Agostinucci, procuramos referências e descobrimos que a

origem remonta ao primeiro Imperador Romano: Gaius Iulius Caesar Octavianus Augustus. Sabe-se que o último nome deste imperador passou a significar, nas línguas latinas, aquilo que é venerável, respeitável ou sublime[V].

O mês de agosto tem um significado especial para os italianos. Cesar Augusto instituiu dias festivos no que hoje corresponde ao oitavo mês do ano, que por esta razão teria passado a denominar-se Agosto. O período de feriados, em italiano, recebe a denominação de *Ferragosto*, derivação da expressão latina *Feriae Augusti* que, numa tradução livre, significa feriados de Augusto. Ao longo do tempo nasceu o hábito de, além de serem suspensas todas as atividades laborativas naquele período, as pessoas se presenteavam umas às outras no dia 15 de agosto. As festas se estendiam num calendário cujas datas mais significativas são as seguintes[VI]:

> 13 – Dedicado à deusa Diana Aventina, quando servos e patrões se reuniam nos bosques, festejando a colheita com comidas e bebidas variadas. Em italiano é também conhecido como *Vertumnalia*, termo que indica o amadurecimento das frutas, além de ser o dia do deus Ercole Vittorioso, da deusa Flora e de Castor et Pollux, que participaram da vencedora batalha do Lago Regillo, em 496 a.C.
>
> 15 – Comemora-se o aniversário do Imperador Cesar Augusto e, para a Igreja Católica, é o dia da Assunção da Virgem Maria.
>
> 17 – *Portunalia*, homenagem ao deus Portunus, o deus dos portos, guardião do passado e do futuro.
>
> 19 e 20 – *Vinalia Rustica*, festa do vinho e da uva, que nesta época está próxima da maturação, sendo o dia 19 dedicada à deusa Venus.
>
> 21 – *Consualia*, dia dedicado ao deus Consus, da colheita.
>
> 23 – *Volcanalia*, data que homenageia o deus Vulcano, sendo o dia do fogo e por isto, os italianos acendem fogueiras nas praias.
>
> 25 – *Opiconsivia*, dia da deusa Opis, protetora da agricultura e promotora da abundância. Nesta data, em tempos remotos os agricultores colhiam e estocavam os grãos que garantiriam a

---

[V] Segundo os dicionaristas Aurélio e Houaiss, além de Devoto e Oli, para o italiano.

[VI] Informações recolhidas em diversas fontes, a partir do Tusculanarum Disputationum, organizado por Georgius Henricus Moser e publicado na Alemanha em 1842.

alimentação durante o ano.

27 – *Volturnalia*, referência o deus Volturno, pai da protetora dos desvalidos no Forum Romano.

Verificamos, portanto, que o mês de agosto tinha grande simbologia para os agricultores, que dedicavam os primeiros dias do mês à colheita e nos dias seguintes comemoravam o resultado obtido, numa espécie de despedida dos dias ensolarados que brevemente dariam lugar ao período outonal. Acreditamos que, com tantas datas vinculadas à atividade agrícola, e especialmente por ser o mês em que os trabalhadores descansavam por alguns dias, natural que festejassem as férias também no nome dos filhos, pensando diretamente em quem instituiu o descanso, o Imperador Augusto.

Mas quando passaram ao Brasil, os italianos tiveram que se adaptar a outro calendário. No século XIX, as festividades mencionadas já não eram mais pagãs, estando incorporadas ao calendário católico, com algumas adaptações. Aliás, o *Ferragosto* ainda é o período de férias dos italianos por excelência, embora não realizem mais as cerimônias antigas.

Tendo forte influência religiosa, natural que os colonos elegessem um templo como local de festas. Além da religiosidade propriamente dita, a Capela de Santo Antonio muito representou na vida dos imigrantes que se instalaram na Colônia Agrícola da Constança. Era em torno dela que se realizavam quase todas as festividades.

A regra na Colônia era o trabalho. O cantar do galo já encontrava a maioria dos habitantes no batente diário. Ali, em praticamente todos os lotes, colonos e agregados se dedicavam com afinco às tarefas em casa, no terreiro ou nas lavouras, sem se preocuparem com diversão. Nos poucos momentos dedicados ao lazer, as alternativas não eram muitas.

As mulheres se divertiam principalmente nas festas religiosas e nas visitas aos parentes, vizinhos e conterrâneos. Os colonos participavam ativamente das festas promovidas na igrejinha, construída em 1915 pelos colonos e demais

habitantes das terras da antiga fazenda da Onça. Principalmente a animada festa anual dedicada ao padroeiro Santo Antonio, que reunia um grande número de participantes oriundos das propriedades da redondeza e, em número bastante significativo, pessoas que vinham da sede do município. Com suas barraquinhas a servir os mais variados quitutes e os disputados leilões de prendas oferecidas pela comunidade e apregoadas pelo senhor Carlos (Carrito) Almeida, a "Festa da Onça", como ficou conhecida, atraía gente de todas as idades.

A confirmar a importância desta festa, famílias residentes na estrada da Lajinha programavam longamente o passeio. Numa delas, as moças preparavam-se com afinco, costurando novos vestidos ou reformando algum mais antigo, sempre com a intenção de apresentar-se condignamente. No dia da festa, vinham em carro de boi da fazenda até a cidade, carregando vestes e calçados em um grande embornal. Depois de tomar banho e vestir-se em casa de algum parente ou amigo, punham-se a caminhar, descalças, até o local da festa. Nas proximidades, lavavam os pés e calçavam seus sapatos que, na maioria das vezes, causavam-lhes supliciantes calosidades.

Divertidos, também, embora bastante raros, eram os bailes e reuniões em que se comemoravam os casamentos de pessoas ligadas à Colônia. Um descendente informou que a festa do casamento de sua tia foi promovida pelos padrinhos da noiva, arranjando-se um grande "salão de arrasta-pé" no terreiro da casa dos pais da noiva. Após a cerimônia religiosa, os convidados foram caminhando até a casa, muitos deles com os sapatos nas mãos. A noiva, toda animada, ia na frente da verdadeira procissão de parentes e amigos.

A outra atividade de lazer das mulheres era a visita aos parentes e conterrâneos, geralmente nos finais de semana. Já os homens, embora freqüentemente realizassem as mesmas visitas e muitas vezes desacompanhados, buscavam diversão também nas raias destinadas ao jogo de malha, nas várzeas onde se demarcavam campos para a prática do jogo de futebol, e nas mesas de carteados montadas na "venda" ou na casa de amigos. Alguns apreciavam as

caçadas ao tatu e à paca, geralmente realizadas nas noites de lua cheia, assim como a apreensão de passarinhos como o canário da terra, o coleiro, o pintassilgo, o melro e o curió, apreciados pela beleza da plumagem e pelo canto.

De um tempo posterior à emancipação oficial da Colônia, há notícias relativas ao time de futebol denominado Boa Sorte Futebol Clube, que chegou a disputar campeonatos amadores na cidade. Durante muitos anos, a partir do meado dos anos de 1900 e até o início do século XXI, o Boa Sorte Futebol Clube foi estruturado e mantido por João Bonin (Bonini), proprietário das terras onde ficava a sede da fazenda Boa Sorte, tendo a casa servido de sede administrativa do Clube. Seus herdeiros, muitos dos quais ex-jogadores do time, ainda preservam os troféus e objetos do Boa Sorte F.C.

8.4 A MORADIA DOS COLONOS

Franchetti[VII] e Sonnino mencionam muitos aspectos sobre as condições de vida dos imigrantes que se dispuseram a deixar a terra natal em busca de melhores condições de vida.

Os autores realizaram extensa pesquisa para escrever sobre as condições políticas e administrativas da Sicilia. Em muitos momentos, chama a atenção a opinião manifesta sobre o tipo de moradia que acreditamos poder resumir com o seguinte trecho:

> La questione delle abitazioni della classe povera e che vive del lavoro delle sue braccia, è una delle più gravi dell'epoca nostra, e che in Sicilia ha una urgenza speciale.

Aliás, todo o capítulo II é muito esclarecedor. Sob o título *Abitazioni Rurali*, os autores nos fazem refletir sobre os sonhos que possam ter nascido entre aqueles que, não podendo oferecer um mínimo de conforto aos seus familiares, optaram por

---

[VII] FRANCHETTI, Leopoldo e SONNINO, Sidney. **La Sicilia nel 1876**. Firenze: Vallecchi, 1925. p.312-313

um país chamado Brasil, tão distante e do qual provavelmente pouco sabiam.

Quando resumimos nossos estudos sobre a moradia na Colônia Agrícola da Constança, para publicar uma coluna a respeito, não poderíamos nos estender como gostaríamos. Entretanto, acreditamos que todos quantos se dedicam ao estudo da imigração italiana para o Brasil já tiveram oportunidade de considerar que nossas Colônias Agrícolas ofereciam mais conforto para aqueles italianos.

Em Leopoldina temos referência à família Marsola, da Sicilia, provavelmente radicada no distrito de Ribeiro Junqueira. Embora pouco saibamos sobre eles, queremos crer que tenham encontrado em nossa cidade uma "habitação conveniente" como queriam Franchetti e Sonnino.

> -Eu conheci a fazenda onde eles moravam antes. Era uma construção antiga. Tinha 9 dormitórios, uma cozinha grande com um fogão grande. Tinha um lugar adequado para lavar as panelas de ferro, era um tipo de tanque com água quente que vinha do grande fogão. Mas a casa que eles moravam não existe mais. Minha tia contava que a casa da Colônia também era muito pequena, com chão de barro. Criança não podia engatinhar porque ficava gripada. Chão frio e úmido.
>
> -Antes de ir prá Colônia eles moravam num casarão bem grande, uma fazenda velha. Mas lá não tinha uma casa prá cada família. Era todo mundo numa casa só. Então quando foi prá Colônia, minha avó gostou de ter uma cozinha só prá ela.
>
> -Eles pegavam a madame, com duas carruagens, botava as mulheres direitinho e pegavam o caminho. Eles passavam perto da nossa casa. E a gente ficava olhando, né? Aquela “mulherzada”, gente tudo bacana. A gente ficava olhando, né? Olha, passou a Baronesa! A Baronesa já vai prá fazenda. Naquele casarão, onde tinha lugar prá tudo. Na nossa casa.... tudo muito pequeno.... Lá na Colônia também.... Não tinha lugar nem prá guardar os trem de cozinha.

Estes três depoimentos de descendentes de imigrantes mostram como foi a vida dessa gente ao chegar a Leopoldina. A maioria dos habitantes da Colônia já estava na região quando foram demarcados e entregues os primeiros lotes. Segundo a Acta da reunião do Club da Lavoura, de 28.12.1887, ficou estabelecido que o fazendeiro ficava obrigado a fornecer (ao colono) uma casa, com 40 palmos

sobre 20, coberta de telhas, com 12 palmos de pé direito e 7 de ponto, com duas portas de 4 ½ palmos de largura sobre 10 ½ palmos de altura, e duas janellas de 2 palmos de largura sobre 4 ½ de altura. A mesma fonte informa que as casas deveria ser barreadas, ficando os revestimentos de cal adiados para ocasião futura.

Na maioria destas casas, as paredes eram construídas com a técnica conhecida como pau a pique, taipa ou estuque. É um tipo de construção em que são utilizados esteios e vigas de madeira tosca dispostas verticalmente. Nestas peças são cravados, em furos próprios, fasquias (lascas de madeira) ou bambus finos no sentido horizontal, formando retângulos como uma tela. Estes retângulos são então preenchidos com barro preparado para tal finalidade, também chamado de estuque.

Por ser uma construção barata e que utilizava material disponível nas proximidades da obra, foi muito difundida na região. Geralmente o piso era de terra batida e não havia divisão interna.

As casas que foram construídas na Colônia Agrícola da Constança eram um pouco melhores. Obedeciam a um modelo trazido da Colônia Vargem Grande, que ficava nas proximidades de Belo Horizonte e ofereciam um pouco mais de conforto. Possuíam paredes de tijolos com revestimento e caiação, inclusive nas divisórias internas. A cobertura era de telha tipo canal. O piso da sala e dos quartos era de tábua e o da cozinha, em geral, de terra batida ou tijolo. A água chegava ao terreiro através de regos e bicas de bambus ou então era colhida em fonte natural das proximidades. Os banheiros, em geral, eram separados da casa, o que gerou a vulgar denominação de “casinha”. A iluminação era à base de querosene, em lamparinas e lampiões. Embora a maioria esteja bastante alterada e algumas bem deterioradas, ainda existem uns poucos exemplares dessas casas em antigos lotes da Colônia.

O interior das antigas residências é outro aspecto que precisa ser melhor estudado. Algumas pessoas tendem a se referir aos museus como sendo um local onde se expõem peças de ouro e mobiliários rebuscados. Entretanto estes espaços, por definição, objetivam guardar e preservar o passado que não deveria ser

sepultado e que pode ser lembrado até num móvel rústico que por ventura ainda exista numa casa simples, cravada nas terras de qualquer dos lotes da Colônia.

É a ideia de resgate e preservação da história da Colônia Agrícola da Constança que nos faz trazer este tema à baila. Obviamente sem ver nisto demérito algum e sem considerar que qualquer dos imigrantes aceitaria o tratamento de "coitadinho" por esta colocação. Pelo contrário, nós o fazemos porque reconhecemos nessa gente o valor de quem criou e, criou muito. Plantou fábricas de tamancos, tijolos e telhas, a partir do material disponível, para gerar renda e não ficar deitado à espera de um "bolsa-qualquer- coisa" ou, uma esmola que vicia. E o fazemos porque reconhecemos que trouxeram o lado empreendedor que os fez vencer todas as dificuldades, incluindo a língua. No peito ou em meio à bagagem, trouxeram ainda uma insuperável disposição para lutar destemidamente contra tudo e contra todos, para construir um lugar para chamar de seu. Não importando se sobrava apenas um catre rústico para o repouso diário ou um pouco mais do que isto, que se misturava às roupas trazidas da distante Itália.

Para o italiano que escolheu a nossa Leopoldina para seu *habitat*, não podemos deixar de informar que na época da chegada dos primeiros o mobiliário era bastante escasso e rudimentar. Pouco mais que um baú e alguns sacos com pertences de uso pessoal, além de algumas poucas ferramentas trazidas da Itália. Na nova pátria, construíram o catre que se juntava ao baú para equipar o quarto de dormir. As roupas usuais eram penduradas na parede do quarto, enquanto as melhores eram guardadas no baú, pois não havia guarda roupas. Com o passar do tempo e a melhoria das condições econômicas, os quartos recebiam camas e, às vezes, mesinhas de cabeceira, toucadores e berços.

O "catre" era composto de um conjunto de tábuas serradas ou lavradas por eles mesmos, sobre um quadrado de réguas mais resistentes, com quatro pés e sem cabeceira. Mais tarde, quando encontravam material adequado, vez por outra embelezavam o catre com uma cabeceira contendo trabalhos de entalhes, para os quais contavam com a habilidade das mãos femininas, com conhecimento e técnica

muitas vezes herdada e repassada para gerações seguintes.

Quanto a este fato, lembramos depoimento de uma descendente que nos contou sobre um tio dela, irmão de sua mãe, que aprendeu com a *nona*[VIII] a entalhar madeira:

> Ele fazia gaiolas de passarinho lindíssimas. Tudo o que fazia era com um sistema de encaixe que dispensava pregos. Algumas peças levavam um 'amarrado' em cipó bem fino. Ele descascava o cipó e, assentado na cerca do curral e munido de um canivete e um pedaço de madeira, moldava diversos objetos: faquinhas, garfos, carrinhos e diversos outros brinquedos. Embora eu não me lembre da cama onde a bisnona dormia, dizem que a cabeceira tinha sido feita por ela e que tinha florões entalhados na madeira. Eu vi meu tio fazer algo do gênero.

Outro "móvel" era o cabide de parede, igual a muitos que ainda encontramos nas lojas de móveis. Aquele trançado de madeira, tipo sanfona, com pinos para pendurar roupas e chapéus. Importante também era o guarda-comida. Tão rústico quanto os demais móveis, apresentava como novidade, para os locais, o fato de ter pedaços de couro no lugar das dobradiças.

Geralmente as tábuas dos móveis eram serradas manualmente com os chamados golpeões ou, grandes serras, puxados por duas pessoas de forma cadenciada. Pela raridade dos pregos, as junções das peças de madeira eram pelo sistema de encaixes chamado de "malhete" e cavilhas de fixação. Nas camas, o estrado que hoje se constrói de ripas era feito de tábuas um pouco mais finas ou de lascas de algumas madeiras de fibras mais longas, porque era praticamente impossível serrar manualmente peças mais delicadas.

8.5 ESCOLARIZAÇÃO

No início dos estudos foi surpreendente encontrar indicadores de que o imigrante preocupava-se em não deixar seus filhos sem escolarização. Buscou-se,

---

[VIII] Equivale à forma de tratamento "vovó", em português.

então, conhecer o panorama da época quanto à educação formal.

Em Minas Gerais, até 1906 persistia o sistema vigente no Império[IX], em que o ensino era baseado nas chamadas salas de “aulas públicas” que ficavam a cargo de um único profissional cujo ofício era ensinar “as primeiras letras” a alunos dos diversos níveis. Salas que eram ditas públicas mas que, muitas vezes, cobravam mensalidade dos alunos. A partir de 1906[X] o governo mineiro tomou a decisão de reunir estas salas no que se convencionou chamar de "Grupo Escolar", onde os alunos passaram a ser alocados conforme seus níveis de conhecimento. Mas ao que parece, até meados de 1930 somente a área urbana de Leopoldina contava com grupos escolares. De todo modo, destaque-se a análise realizada em registros da Escola Distrital de Tebas[XI], foco de interesse para o que se refere à Colônia Agrícola da Constança.

Entre 1896 e 1900, a escola de Tebas contava com uma sala de “aulas públicas” para o sexo masculino, a cargo do professor João Alves de Souza. Nesse período, ali estiveram matriculadas algumas crianças das famílias Bertoldi, Malacchini e Meneghetti. Esta informação tornou-se importante para a análise de entrevistas, permitindo questionar a generalizada ideia de que os italianos não eram alfabetizados e não matricularam seus filhos em nossas escolas.

Outra fonte de análise foram os requerimentos de Registro de Estrangeiros[XII] de 1942 encontrados no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro e alguns que faziam parte do acervo do Espaço dos Anjos, em Leopoldina. Estes documentos permitiram reunir informações sobre 157 imigrantes que viveram na cidade. Verificou-se que apenas 44% declaram-se incapazes de ler e assinar o

---

[IX] ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil 1500-1889 História e Legislação.** São Paulo: Educ, 2000

[X] Relatório da Presidência da Província de Minas Gerais, 1908. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em 23 mar 1999

[XI] Livro de Matrículas da Escola Distrital de Tebas, 1896, Arquivo da Câmara Municipal de Leopoldina

[XII] Instituído pelo Decreto 3010 de 1938, determinava a obrigatoriedade de todo estrangeiro, residente em território nacional, comparecer a uma Delegacia de Polícia para prestar informações pessoais.

requerimento. Entretanto, entre estes estavam alguns que haviam perdido a visão, como é o caso de Maria Zanetti, esposa de Giovanni Lupatini e, Luigi Maimeri, casado com Carolina Rancan. Portanto, conclui-se que a maioria era alfabetizada.

Além disso, foram obtidos alguns informes sobre a freqüência escolar dos imigrantes antes da passagem ao Brasil. As crianças de oito famílias pesquisadas, todas maiores de 7 anos de idade, foram alunas de escolas paroquiais na Itália. Isto é, já chegaram alfabetizadas ao Brasil. Segundo um pesquisador italiano que colaborou com dados de famílias procedentes de Padova e Venezia, no final do século XIX as crianças italianas, mesmo as residentes em áreas rurais aprendiam a ler e a escrever na escola paroquial ou nas salas destinadas pelas associações de trabalhadores para a educação formal das crianças. Esta opinião encontra suporte nas palavras de Emilia Franzina[XIII] quando declara que, no fim do século XIX, em quase todas as famílias camponesas encontravam-se pessoas alfabetizadas.

Pelas cartas pessoais fornecidas por alguns descendentes, constata-se que os textos são perfeitamente legíveis e demonstram que os imigrantes, naturalmente misturando na mesma frase algumas palavras da língua portuguesa com as da italiana, eram pessoas realmente alfabetizadas.

Por outro lado, é bom ressaltar que o discurso do Presidente da Província de Minas Gerais, de 1898, informa que a Lei nº 150, de 20.06.1896, autorizava a "concessão de favores aos particulares" que quisessem fundar, em suas propriedade, núcleos coloniais. Colocava como condição o fornecimento ao colono de uma casa, terreno para cultivo de subsistência e instrução gratuita para os filhos.

Além disso, Rodolpho Miranda[XIV] declarou, em 1910, estar empenhado em prover todos os núcleos coloniais de

> escolas dotatas de material pedagogico moderno, funccionando em

---

[XIII] FRANZINA, Emilio. **A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil.** Campinas: Unicamp, 2006. p. 342

[XIV] Relatório do Ministro da Agricultura Rodolpho Nogueira da Rocha Miranda, 1909-1910 - Volume 1 Página 48

> predios que reunam condições de capacidade e de higiene e servidas por professores capazes, dedicados ao magisterio e podendo exercel-o com methodo e proficiencia.

Neste discurso, o então Presidente abordou a necessidade de ensinar a língua portuguesa para os filhos dos imigrantes, ombreando com a prática dos governos estrangeiros que procuravam perpetuar entre eles o idioma da pátria de seus pais. Em Minas Gerais, ficou determinado que não haveria frequência obrigatória nem seria exigido que os colonos matriculassem seus filhos. Entretanto, foi ressaltada necessidade de oferecer os meios possíveis para que as crianças aprendessem o português, independente de continuarem usando a língua de seus pais.

Dentro da Colônia Agrícola da Constança funcionavam, em 1918, duas salas de aulas de primeiras letras. Na fazenda Paraíso, a escola começou a funcionar antes de 1920 e, na época, alguns empregados vinham procurando emprego em outro lugar exatamente porque “os filhos precisavam estudar”.

8.6 RENDIMENTOS DOS IMIGRANTES

Eva Blay[XV], analisando uma publicação da Edusp no ano de 1998, de Abdelmalek Sayad, informa que são recentes as publicações sociológicas sobre a questão da imigração e mais adiante comenta que

> Sayad desmistifica o uso das biografias, das histórias de vida, método que ele considera importante mas que não se deve tomar de forma incauta. Mostra que histórias de vida e biografias constituem uma fonte — um artifício — para superar a indigência resultante da falta de arquivos, documentos, dados sociais que permitam comparações. Além disso, não basta ao analista simplesmente explicar o significado de uma ou outra palavra mas situar a biografia no conjunto das condições históricas e sociais das quais ela emerge.

Apesar de leigos, muito cedo sentimos a necessidade de buscar autores

---

[XV] BLAY, Eva Alterman. **Imigração ou os Paradoxos da Alteridade**. In: Revista de Antropologia. São Paulo: Edusp, 2000. nr. 43. p. 253-256

com uma boa análise contextual para que pudéssemos entender a trajetória dos imigrantes que viveram em Leopoldina. Conforme já mencionado, publicações de antropólogos como Eva Blay nos permitiram melhor analisar as histórias de vida que coletamos e compará-las com as evidências percebidas nas fontes documentais.

Impossibilitados de consultar pessoalmente muitas fontes originais, a alternativa que encontramos foi a leitura de especialistas. Entre eles, falta nos faz conhecer a obra de Claude Woog, um francês que teria informado, a respeito do salário dos trabalhadores agrícolas da Calábria, que o valor de 1900 era o mesmo de 1790. Seria esta a razão para a vinda dos Cosenza e Longo, que viveram em Leopoldina entre 1910 e 1942? Embora não referido nos relatórios da Colônia Agrícola da Constança, Luigi Cosenza residiu naquele núcleo, segundo consta de seu processo de registro de estrangeiro. Teria encontrado, no Brasil, um rendimento mais adequado para seu trabalho?

Antes de estabelecer-se por conta própria, o imigrante agricultor trabalhava nas fazendas do município. Basicamente, o fazendeiro contratava imigrantes para cuidarem dos cafezais e do contrato constava permissão para cultivar os cereais necessários à alimentação da família, no meio do cafezal. Os depoimentos colhidos mencionam, com certa freqüência, exemplos de colonos que iam mais além e faziam com que esta produção de mantimentos suprisse as necessidades própria e ainda sobrasse uma parte para ser vendida. E muitas vezes vendida para o próprio fazendeiro.

Um dos relatos informa que a produção de fubá de uma família colona foi vendida para a cozinha da fazenda, cuja dispensa não estava dando vazão à preparação da alimentação de diaristas e trabalhadores eventuais que estavam derrubando mata para a expansão dos cafezais.

Fato é que, à remuneração advinda da venda do café colhido, somava-se a renda auferida com a venda do excedente da colheita dos outros cereais produzidos entre os pés de café e a “diária” dos trabalhos extraordinários, o que dava certa folga e alimentava os sonhos. Isto porque a família imigrante tinha por objetivo, como

vimos em texto anterior, adquirir seu próprio pedaço de terra. Os ganhos extras eram importantes para viabilizar o sonho.

O pagamento pelo que cultivavam além dos cafezais era independente. Mas não era a única renda adicional. Contavam também com recebimentos por um sem número de tarefas outras que executavam para o fazendeiro, tais como a feitura de telhas e tijolos, serviços de carpintaria, tarefas como pedreiros, carreteiros, podadores e ferreiros e outros serviços, em geral contratados sob a forma de empreitada, conforme relatos de descendentes.

Somava-se a isto o fato de que o pagamento pelo trato do cafezal não sofria interferências no caso de condições naturais adversas, o que fazia desse ganho a fonte para abastecer as despesas ordinárias, permitindo que praticamente todas as receitas extras se direcionassem para os colchões e demais formas utilizadas para guardar o dinheiro que sobrava.

Claro que o rendimento anual do colono dependia do grau de intensificação do trabalho que podia impor à família, que deveria dispor de tempo para cuidar do cafezal e de todas as demais tarefas. Mas, com certeza, mesmo nas famílias menores não havia descanso. Todos se desdobravam para conseguir a sonhada vida melhor.

Uma curiosidade observada nas entrevistas é o fato de vários depoimentos ressaltarem a preocupação dos colonos com as despesas, ora com viagens, embora não fossem elas assim tão constantes, ora com as despesas pelo casamento de filhos e as consequentes taxas cobradas pelo pároco. Incluam-se, também, os problemas de saúde que não podiam ser solucionados no âmbito da fazenda. Ainda mais quando estes problemas os obrigavam ao afastamento do trabalho por um ou mais dias, fazendo-os perder o dia de trabalho e, muitas vezes, forçavam a busca de empréstimo com o fazendeiro, duas atitudes que o colono resistia tomar.

Por oportuno, lembramos que Norma de Góes Monteiro[XVI] analisou os Estatutos da Sociedade Portuguesa de Beneficência da Cidade de Leopoldina, e declarou:

> É interessante destacar que, nos centros mais adiantados, a arma utilizada pelo estrangeiro na defesa de seus interesses era a da sociedade beneficente. Em Minas, tivemos por exemplo, em Leopoldina, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, fundada a 2 de dezembro de 1898. Era constituída por número ilimitado de sócios, de ambos os sexos. Tinha por fim "socorrer seus sócios quando enfermos ou inválidos; concorrer para o transporte dos que provassem necessidade de se ausentarem por se encontrarem enfermos, para fora ou dentro do País; prestar auxílio, para o funeral dos que morriam e dar uma pensão às famílias destes". Por outro lado a Sociedade propunha-se a "defendê-los" de acusações injustas, arbitrárias, perante a Justiça do País.

É possível que a Sociedade mencionada pela autora tenha atendido imigrantes de outras nacionalidades e oferecesse algum tipo de auxílio para tratamento de saúde. Neste caso, estaria justificada a informação de um descendente a respeito de "pessoas que ajudavam os imigrantes numa casa ali na rua da Grama", bem como explicaria declaração de um entrevistado sobre os imigrantes serem "sócios do asilo de Leopoldina".

Mas mesmo com todas essas dificuldades, a grande maioria dos imigrantes amealhou poupança suficiente para a compra da propriedade que almejava, ainda que de início fosse apenas um pequeno lote de terras bastante exauridas pelas lavouras dos seus antigos donos.

Frequentemente encontramos referências ao dinheiro que os imigrantes remetiam para a Italia. Infelizmente não conseguimos reunir informações consistentes sobre tal prática entre os que viveram em Leopoldina. Temos conhecimento apenas de dois casos de colonos da Fazenda Paraíso, que fizeram

---

[XVI] MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994. p. 31

uma pequena remessa[XVII] alguns meses antes do destinatário vir para o Brasil. Provavelmente, a "tenacidade com que os emigrados permanecem ligados às tradições italianas", citada por Ianni[XVIII] em Relatório de um parlamentar em 1911, tenha sido praticada aqui através das festas religiosas.

Para períodos posteriores, encontramos publicações que mencionam os diversos motivos por trás das remessas que os nossos imigrantes faziam: desde o pagamento de um empréstimo obtido com a própria família, passando pela promessa que fizeram de continuar ajudando-os, até as doações para a paróquia na qual nasceram. É possível que a devoção dos emigrados tenha se transferido para o padroeiro local, como parece indicar a compra do terreno e a construção da Igreja de Santo Antonio de Pádua, atualmente mais conhecida como Igreja da Onça. Segundo Constantino Ianni[XIX], o interesse do Vaticano na emigração esteve ligado à poupança daqueles trabalhadores que poderia ser remetida para a Igreja.

No caso de Leopoldina, levantamos a hipótese de tal poupança ter sido direcionada, pelos padres do município, para a Igreja que passaram a frequentar. Só não podemos nos manifestar sobre uma informação do Comissariado da Emigração de 1908, dando conta de que "o padre italiano passa a vida no meio de uma riqueza invejável, promovida pelo caráter eminentemente religioso dos colonos". A este respeito, não encontramos indícios.

8.7 A IGREJINHA DA ONÇA

A escolha da “Capela da Onça” ou, Igreja de Santo Antonio de Pádua, como símbolo de nossos estudos sobre o Centenário da Colônia Agrícola da Constança deve-se ao fato de ser esta a imagem a que sempre se referem os

---

[XVII] Comprovantes do Banco Comercial do Porto incluídos na Coleção Kenneth Light, disponível no Arquivo Histórico do Museu Imperial, Petrópolis, RJ. Tombos 1920/97 e 1921/97

[XVIII] IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1972. p. 127

[XIX] IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz.** São Paulo: Civilização Brasileira, 1972. p.128-129

entrevistados, quando abordados sobre a vida dos mais antigos. Para a maioria deles, além da religiosidade propriamente dita, a Capela representava muito mais, porque era em torno dela que se realizavam quase todas as festividades de que participavam.

Dentre estas festividades quase todos se referem, com um misto de saudade e orgulho, às animadas festas anuais dedicadas ao padroeiro. Reuniam um grande número de participantes oriundos das propriedades da redondeza, além de pessoas que vinham da sede e de outras regiões do município. Para a construção da Capela da Onça, foi importante a participação e o trabalho de muitos habitantes da Colônia Agrícola da Constança e imediações. A escritura pública lavrada pelo 2º Ofício de Notas de Leopoldina, datada de 21.08.1912, é um bom exemplo a confirmar estas colocações.

Esse documento trata da venda realizada por Jesus Salvador Lomba e sua mulher Maria Magdalena Lomba, de uma quarta ou, cento e vinte e um ares de terreno, que fora adquirido do Tenente Francisco Pimenta de Oliveira e sua mulher, confrontando com as terras da Colônia, de Lino Gonçalves e sua mulher Maria das Dores Netto. Nessa escritura constam que os compradores foram Luciano Borella, Octavio de Ângelo, José Farinazzo, Fernando Zaminello, Augusto Meniguette, Fausto Lorenzetto e a esclarecedora informação de que pagaram quatrocentos mil réis pelo imóvel para nele ser edificada uma Capela consagrada a Santo Antonio de Pádua. Parece evidente que estas pessoas foram apenas os líderes de um grupo que se dispôs a investir na aquisição do terreno e na construção da igrejinha de Santo Antonio de Pádua.

8.8 OUTRA PAISAGEM

Corria o ano de 1895. Um jovem de cerca de 20 anos conversava no terreiro com o pai, proprietário da fazenda. Conversava, não, ouvia calado alguma coisa que parecia ser muito séria. Talvez o jovem tivesse feito alguma coisa errada.

A pequena distância, três pequenos grupos. O primeiro era composto por um casal e dois meninos de menos de 10 anos. Ao lado, um senhor de avançada idade, uma senhora um pouco mais nova e um casal bem mais jovem. Mais adiante, um homem carrancudo, a esposa com um bebê no colo e 3 crianças agarradas às pernas dos pais. Entre eles, algumas trouxas e um pequeno baú de madeira.

Os três grupos e o jovem filho do fazendeiro tinham acabado de chegar da estação. Foi uma caminhada difícil. Fazia muito calor e o chão ainda estava um pouco encharcado da chuva da véspera. A carroça trouxera apenas o rapaz e a mãe com o bebê. Os outros vieram andando, desviando das poças de lama. A fome apertava.

Depois de muito ouvir, o rapaz teve autorização do pai para retirar-se. Com alguma dificuldade os outros viajantes entenderam que deveriam se acomodar num galpão à direita. Não foi fácil transformar o local em moradia. Um fogão à lenha do lado de fora, uma bica d'água a alguma distância e nenhum apetrecho que sugerisse uma forma de cama, cadeira ou colchão.

Nos dias seguintes os viajantes tiveram que se entender, embora cada grupo tivesse um linguajar desconhecido para os outros. Fizeram o possível para tornar habitáveis duas choupanas que ficavam para além do curral. Uma delas era até maiorzinha e deu para acomodar dois dos grupos.

Meses depois, todos já conseguiam trocar algumas palavras entre si e até mesmo entender as ordens do fazendeiro. Só o bebê não tinha obrigações. Vivia pendurado num pano amarrado no ombro de sua mãe, que passava o dia inteiro cuidando da horta e do fogão. As crianças menores limpavam canteiros e faziam pequenas tarefas que a cozinheira da fazenda determinava. Os 3 meninos maiores acompanhavam os adultos na lavoura.

O velho não viu chegar o segundo verão. Partiu sem dizer um ai. A viúva só se queixou de que o rapaz que os trouxera nunca mais voltara a falar com eles. Nem na hora da morte o jovem viera vê-los. E parecia tão alegre naquele dia da chegada!

O tempo foi passando, outros viajantes chegaram pela estrada lamacenta, crianças nasceram, crianças morreram. Os homens aproveitavam o domingo para colher mel de abelha. Muito bom! Doce para alegrar a vida de quem nada tinha de seu.

16 de fevereiro de 1906. Há muito tempo um padre não visitava a fazenda. Mas naquele dia, tudo era festa! Uma filha do fazendeiro se casava e um daqueles meninos, agora com 21 anos, aproveitou para pedir que o casassem também, com a menina branquela que viajara no mesmo navio. Não foi fácil convencer o padre! Ele queria um papel que os noivos e seus pais nem desconfiavam o que fosse. Por sorte o fazendeiro agora estava mais velho e já não era tão bravo como naquele primeiro dia. O padre acabou aceitando a palavra do homem e os dois viajantes puderam se casar.

Dois anos depois, mais uma criança nascia. Será que ia vingar? No ano anterior o jovem casal enterrou o primeiro filho. Havia esperança desta vez? Com o choro do bebê chegou uma outra novidade. O filho do fazendeiro, aquele que os trouxera da estação, apareceu na porta. Estava diferente! Parecia mais gordo, com menos cabelo e a pele parecia esturricada de sol. Onde teria andado durante todo este tempo?

A mulher do fazendeiro estava pela beira da morte. Mandara buscar o filho. Nem os viajantes sabiam que ele tinha sumido no dia mesmo em que chegaram. Nunca ninguém falou nem o nome dele. Morreu, diria o pai.

Agora, vinte anos são passados. Meu pai se foi, minha mãe o seguiu. Meu irmão tomou seu rumo. Só eu fiquei na fazenda, com a branquela embarrigando todo ano. Outros viajantes chegaram. Muitos ficaram pouco tempo. O fazendeiro morreu. O filho sumido voltou mais uma vez. E desta vez não vai embora sozinho.

A roda do carro de boi chia bonito. Desta vez não vamos ter que andar da estação até a fazenda. Aqui é mais longe. A estação fica a 4 horas da fazenda. Fazenda nova. Pequena mas muito bonita. E tem até uma casa para eu viver com a minha branquela enrugada.

O filho do fazendeiro tinha razão. O pai mandou, ele saiu de lá. Veio aqui prá mata e se arrumou. E agora trouxe a gente para viver num lugar em que é mais fácil passar os dias e as noites, sem aquele calorão danado. Nunca mais eu volto. Nem prá fazenda velha, nem prá terra onde eu nasci.

9 ENCERRAMENTO DA PESQUISA

De acordo com o estabelecido no projeto, o segundo semestre do ano de 2009 seria dedicado à revisão e intensificação da divulgação do trabalho, com o objetivo de estimular os leopoldinenses a comemorarem o Centenário da Colônia Agrícola da Constança em abril de 2010. Era chegado o momento de encerrar as buscas. Sabíamos que muito ainda havia a pesquisar. Entretanto, nossa intenção sempre foi a de buscar fundamentos que estimulassem a comunidade a conhecer suas próprias raízes.

Apesar de tantas críticas feitas aos métodos positivistas de estudar a história, alguns de seus preceitos continuam mantendo sua utilidade. Se a tendência de classificar os dados segundo princípios estatísticos parece pouco adequada para estudos qualitativos, e se documentos não devem ser vistos senão como demonstração de uma visão particular da época de sua emissão, nem por isso devem ser descartados. Podemos selecionar, neste modelo de pesquisa, as técnicas que se tornem adequadas para os objetivos definidos e analisar as informações por outro prisma.

Partindo do pouco que foi preservado sobre a Colônia Agrícola da Constança, começamos nosso trabalho listando os primeiros colonos e seus respectivos lotes. Consideramos que este procedimento era necessário para orientar nossas buscas mas não seguimos uma pretensa ordem sequencial que a listagem poderia sugerir. Pelo contrário, optamos por analisar as fontes encontradas e criar categorias segundo o conteúdo. Desta forma, nossos primeiros textos abordavam temas como alimentação, trabalho, lazer, tipo de moradia, escolarização, casamentos e ideais dos colonos, sempre escolhidos a partir do que nos foi dado analisar, seja em entrevistas, notícias de jornal, relatórios oficiais, assentos paroquiais, imagens etc. Em seguida fizemos o registro dos grupos familiares e descendentes conhecidos.

Sempre nos preocupamos em abordar o maior número possível de

famílias, uma vez que escolhemos efetivar nossos estudos a partir da trajetória daquelas pessoas. Sabíamos, porém, que nem todas seriam incluídas pela simples razão de termos um universo bastante amplo e não ser possível encontrar informações sobre todos os antigos moradores.

9.1 LOTES DA CONSTANÇA EM ABERTO

Dos sessenta e seis lotes mencionados nos relatórios, desconhecemos até mesmo o nome dos proprietários de dois deles: números 43 e 65. É possível que tenham sido incorporados a outros.

De outros dez lotes sabemos apenas o nome do primeiro adquirente e a data de posse. São eles:

ote	Adquirente	Dat a de Posse
0	Augusto Santos	14.6 .1910
1	Pietro Balbini	28.1 2.1910
7	Francisco Antonio Reiff Júnior	15.7 .1910
6	Francisco Dias Ferreira	15.6 .1910
8	Angelo Secanelli	30.3 .1911
1	Augusto Mesquita	4.12 .1909
6	Franz Ketterer	28.1 1.1909

1	Ernest Lang	27.1 .1910
2	Mathias Hensul	28.1 1.1909
4	Hermann Richter	15.1 .1910

Quanto aos demais proprietários que não foram abordados mais detidamente, temos poucas informações. Sabemos que o lote de número **1** foi adquirido por João Batista de Almeida Paula, que dele tomou posse no dia 1 de julho de 1909. Provavelmente trata-se do marido de Messias de Rezende Guimarães, com quem teve as filhas Maria Aparecida e Corina, sendo que esta nasceu no dia 3 de julho de 1910 e foi batizada no dia 21 de outubro de 1911, mesma data de batismo de crianças nascidas na Colônia Agrícola da Constança. Maria Aparecida casou-se, no dia 22 de dezembro de 1919, com Sebastião Ferreira Neto, filho de Firmino Ferreira Neto e Maria Severina, neto paterno de Antonio Ferreira Neto e Maria Teodora, neto materno de Pedro Gonçalves Neto e Maximiana Ferreira de Almeida. O casal teve a filha Maria das Mercês, nascida no dia 12 de novembro de 1920.

Outros lotes ainda carecem de mais pesquisas. O lote número **15** foi ocupado por Modesto Pumpemayer no dia 11 de janeiro de 1911. Pode ser o personagem conhecido como José Pumpemayer, casado com Celeste, cuja filha Ida foi batizada no dia 9 de fevereiro de 1911.

O lote número **18** foi adquirido por Jerônimo José da Silva em 15 de julho de 1910. Por volta de 1914 nasceu em Leopoldina sua filha Maria, falecida no dia 12 de março de 1917.

Lote número **14**: Eugenio Travain assinou o contrato de compra no dia 11 de janeiro de 1911. Provavelmente trata-se do imigrante Eugenio Travaini, natural de Mantova, na Lombardia. Segundo um estudioso da imigração italiana em Minas Gerais, seria irmão de Giuseppe, que nos anos de 1950 vivia no sul do Espírito

Santo.

Os lotes **29**, **31** e **32** provavelmente foram anexados, formando uma só propriedade. No dia 27 de janeiro de 1910 Herman Krause e Bruno Troche assinaram o contrato de financiamento do 31 e 32 respectivamente. Em junho do mesmo ano os dois imigrantes abandonaram a Colônia e, segundo nos parece, a dívida foi assumida pelos irmãos Boller, que no dia 26 de fevereiro de 1911 tomaram posse de três lotes: Giovanni no lote 29; Luigi no lote 31 e Giuseppe no lote 31. Provavelmente os Boller procediam de região italiana que na época pertencia à Áustria. Entretanto, em Petrópolis viveram dois colonos alemães de mesmo sobrenome, chegados ao Brasil na década de 1840.

Giovanni e Maria Boller tiveram o filho Vitorino, nascido em Leopoldina no dia 25 de março de 1912. Giuseppe e Melonia Boller tiveram, pelo menos, duas filhas: Ema e Ida. A primeira faleceu em Leopoldina no dia 15 de março de 1911 e Ida nasceu na Colônia no dia 13 de junho do mesmo ano. De Luigi Boller nada encontramos.

O lote número **30** foi vendido no dia 5 de outubro de 1910 a Henrique Mihe, que o abandonou no mesmo ano, sendo então revendido a Giovanni Lupatini, citado no texto que publicamos em novembro de 2008.

Os lotes **33** e **49** tiveram os contratos de financiamento assinados a 10 de dezembro e 28 de novembro de 1909 respectivamente, sendo o primeiro vendido a Fritz Zessin e o segundo a Wilhelm Zessin. Em nossas buscas nada encontramos sobre estes prováveis imigrantes alemães.

Um lote que parece ter sido também incorporado a outro foi o de número **42**. Segundo os Relatórios da Colônia Agrícola da Constança, no dia 26 de fevereiro de 1911 foi assinado o contrato de financiamento por Paschoal Ferrari, imigrante italiano que já vivia na Fazenda Paraíso desde 1896, quando nasceu sua filha Celestina. Em virtude de ser sobrenome bastante comum na Itália, e da falta de outras referências, não nos foi possível identificar a família. Ressalte-se, porém, a informação obtida com uma descendente de outro imigrante que trabalhou na

Paraíso. Segundo ela, Paschoal teria voltado a trabalhar naquela fazenda na década de 1920 e seus filhos migraram para a baixada fluminense em 1940.

O lote **44** foi inicialmente financiado a Franz Schaden, que dele tomou posse no dia 27 de janeiro de 1910, abandonando-o em março do mesmo ano. No dia 19 de outubro de 1910 foi refinanciado a Rudolf Rottemberg, que em 1914 casou-se com Wilhelmina. Provavelmente o casal era conhecido por outro nome que não conseguimos apurar. É possível que a esposa de Rudolf tenha tido o nome aportuguesado para Guilhermina e seja uma senhora referida em algumas entrevistas como cozinheira nas festas da Igreja de Santo Antônio, a capela da Onça.

O lote **45** também foi vendido duas vezes. A primeira no dia 28 de novembro de 1909 para August Schill, que o abandonou em junho de 1911. Foi revendido em agosto do mesmo ano a Gustav Fischer, casado com Claire Burgart, com quem teve os filhos Luiza, Maria e Alfredo. Segundo uma de suas netas, o casal de colonos viveu inicialmente em Ubá, transferiu-se para Leopoldina e depois se radicou em Juiz de Fora.

Júlio Teixeira Figueiredo é o nome do colono que adquiriu o lote número **47** no dia 16 de junho de 1910. Não sabemos se era imigrante e temos apenas o nome de seu pai: Luiz Teixeira de Figueiredo. Júlio foi alistado como eleitor em Tebas, no ano de 1904.

Mais um lote que teve dois proprietários no início do funcionamento da Colônia Agrícola da Constança: número **48**. Em dezembro de 1909 foi financiado a Franz Negedlo que o deixou em agosto de 1910. No dia 19 de outubro de 1910 foi revendido a João Jorge Klaiber. Segundo descendente de outro imigrante que viveu em Piacatuba, João Jorge seria árabe e teria vivido naquele distrito, migrando posteriormente o Rio de Janeiro.

Os lotes **50** e **53** também estão entre os que permanecem sem maiores informações. O primeiro foi financiado no dia 28 de novembro de 1909 a August Krauger que o abandonou em junho do ano seguinte. O segundo teve contrato de

financiamento assinado no dia 8 de dezembro de 1909 por Karl Thier que o deixou em junho de 1911. Curiosamente, porém, o lote 53 foi refinanciado na mesma data do 50: 26 de fevereiro de 1911. Acreditamos que tenha havido um engano no preenchimento do relatório e a data de saída dos dois colonos tenha sido a mesma: junho de 1910. Os novos proprietários foram os irmãos Felice e Pietro Beatrici, cujos descendentes informaram que viviam em Leopoldina desde 1907 e se transferiram para o Rio Grande do Sul por volta de 1920.

AOS NOSSOS COLABORADORES

Nosso trabalho pretendeu mostrar o que foi a colônia, a sua influência na vida da cidade, a sua importância econômica e, acima de tudo, resgatar a bela e rica história dos imigrantes que adotaram Leopoldina para terra natal de seus filhos.

Pelo caminho, nos vários anos de pesquisas, obviamente tropeçamos em algumas pedras que foram esquecidas no dobrar da primeira esquina. Encontramos até mesmo umas poucas barreiras maiores, das quais nos desviamos sem grandes dificuldades. São os pequenos ossos do ofício.

De todo este tempo guardamos na memória, em compartimentos especiais, as muitas e inesquecíveis pesquisas entrecortadas e complementadas por entrevistas maravilhosas; os muitos livros consultados; os diversos centros de documentação que frequentamos e as milhares de páginas de conhecimentos específicos na rede mundial de computadores. Foi um constante recolher e analisar papéis e depoimentos que por vezes se transformaram em verdadeiras pérolas encontradas em fundo de baú.

Como num jogo de compensações, entre percalços e prazeres sobrou-nos a satisfação de ver a alegria de muitos descendentes ao descobrirem as raízes de suas famílias, os nomes dos seus antepassados e a comunidade italiana de onde vieram. Marcou-nos a indescritível visão de contentamento estampada no rosto daquelas pessoas que se descobriam inseridas numa história que precisava ser contada. Restou-nos a gratificante sensação de nos sentirmos parte deste sistema de troca de conhecimentos, onde funcionamos na maioria das vezes como meros intermediários entre os leitores e os nossos colaboradores.

Um sistema de trocas onde todos nós ganhamos. Cada um ao seu gosto, modo e proporção. Uma troca que, sem dúvida alguma, nos deixou em dívida para com os nossos colaboradores que durante todo este tempo nos forneceram dados, histórias, documentos e boa dose do incentivo que não nos deixou esmorecer.

Por tudo isto queremos registrar um agradecimento especial aos nossos

colaboradores. A estes amigos e amigas que sempre estiveram conosco buscando um pouco mais do passado. A estes bons e prestimosos colaboradores que nos forneceram contribuições fundamentais para o esclarecimento de dúvidas e para abertura de caminhos alternativos que nos permitiram desvendar pontos obscuros relativos à ocupação e funcionamento da Colônia Agrícola da Constança. A estes companheiros de pesquisa, descendentes e afins que nos fizeram, cada dia mais, conhecer os costumes e práticas daquele povo maravilhoso que habitou a Colônia. E, finalmente, a estes colaboradores que nos propiciaram a oportunidade de resgatar um pouco mais da cultura italiana que ainda permanece no seio de algumas famílias. A todos eles, cuja nominação fica difícil por serem em número bastante grande, o nosso muito obrigado, amigos e amigas!

José Luiz Machado Rodrigues

e

Nilza Cantoni

FONTES

Arquivo da Câmara Municipal de Leopoldina
- Alistamentos Eleitorais, Atas de Assembléias Legislativas, Atas de Conselhos Distritais, Livros de Matrículas de Escolas – 1857 a 1898
- Ata de fundação do Club da Lavoura, 1884.
- Livros de Sepultamento 1888 a 1924

Arquivo Histórico do Museu Imperial
- Coleção Kenneth Light.

Arquivo Nacional
- Listas de passageiros de 1874 a 1912.
- Processos de registro de estrangeiros.

Arquivos Paroquiais das igrejas pertencentes à Diocese de Leopoldina
- Assentos de batismo e casamento

Arquivo Público Mineiro
- Cartas de Sesmaria, códices SC 363 e SC 377
- Coleção de Leis Mineiras
- Coleção de Periódicos (O Leopoldinense, O Minas Geraes, Gazeta de Leopoldina, Gazeta de Leste)
- Relatórios da Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização de Minas Gerais

Biblioteca Municipal de Leopoldina
- Coleção de periódicos (Gazeta de Leopoldina, Revista Acaiaca)

Biblioteca Nacional
- Coleção de periódicos (O Leopoldinense, Jornal do Commercio)

Cartório de Registro Civil de Pessoas Naturais
- Registros de Nascimento, Casamento e öbito em Argirita, Cataguases, Conceição da Boa Vista, Itamarati de Minas, Laranjal, Leopoldina, Piacatuba, Providência, Recreio, Tebas

Cartório de Registro de Imóveis de Leopoldina

Centro de Documentação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- Recenseamento do Brasil em 1872. Segunda Parte: Província de Minas Gerais. Publicação do Serviço Nacional de Estatística.
- Recenseamento do Brasil em 1890. População recenseada no Estato de Minas Geraes. Publicação do Serviço Nacional de Estatística.

Base da Legislação Federal. Disponível em <https://legislacao.planalto.gov.br/legislacao.nsf/> Acesso em novembro de 2001

Relatórios da Presidência da Província / Governo do Estado de Minas Gerais 1837-1930. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/mina.htm> Acesso em 23 mar 1999.

BIBLIOGRAFIA

ACHA , Jaime de Salazar y. **Manual de Genealogía Española**. Madri: Hidalguia, 2006.

Almanaque de Leopoldina. Leopoldina: s.n., 1886.

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **Instrução Pública no Brasil 1500-1889 História e Legislação**. São Paulo: Educ, 2000

Annuario Historico-Chorographico de Minas Gerais - Chronologia Mineira. Belo Horizonte: s.n., 1909.

BEATTIE, John. **Introdução à Antropologia Social**. 3. ed. São Paulo: Nacional, 1980.

BENJAMIN, Walter. Escavando e Recordando. In: **Rua de Mão Única**. 5. ed. São Paulo: Brasiliense: 1995.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito da História. In: **Magia e Técnica, Arte e Política**.7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BERTONHA, João Fábio. **Os Italianos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

BLAY, Eva Alterman. Imigração ou os Paradoxos da Alteridade. In: Revista de Antropologia. São Paulo: Edusp, 2000. nr. 43.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1992.

CANTONI, Nilza. **A Imigração em Leopoldina vista através dos Assentos Paroquiais de Matrimônio**. 2. ed. 2009 Disponível em <http://www.cantoni.pro.br/colonia/LivrosMatrimonios.pdf>

CARDOSO, Ciro Flamarion. **Um historiador fala de teoria e metodologia: ensaios**. Bauru, São Paulo: Edusc, 2005

CARNEIRO, José Fernando Domingues. **Imigração e Colonização no Brasil**. Rio de Janeiro: Faculdade Nacional de Filosofia, 1950.

CARPI, Leone. **Delle Colonie e delle Emigrazioni**. Milano: s.n., 1874

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense: 2006.

CHAMBERLIN, David C. **The Conceptual Approach to Genealogy**. Madison-USA: Heritage Quest, 1998

COMUCCI, Ernesto. **Della emigrazione e del pauperismo, della riforma agraria e tributaria**. Milano: Sansepolcro, 1885

DEL PRIORE, Mary. **História do Amor no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

DELIVRÈ, Alain. Interprétation d'une traditione orale. In: CERTEUAU, Michel de. A Escrita da História. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

DEVOTO, Giacomo e OLI, Gian Carlo. **Il Dizionario della Lingua Italiana**. Firenze: Le Monnier, 2000.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FERREIRA, Christiano Eduardo. **O caso Longaretti : crime, cotidiano e imigração no interior paulista**.Campinas: Unicamp, 2005. Dissertação de Mestrado.

FOERSTER, Robert. **The Italian Emigration of our Times**. Cambridge: Harvard University Press, 1924

FORTUNATO, Giustino. **Il Mezzogiorno e lo Stato Italiano**. Bari: Laterza, 1911. Série de discursos do período de 1880 a 1910.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FRANCHETTI, Leopoldo e SONNINO, Sidneu. **La Sicilia nel 1876**. Firenze: Vallecchi, 1925.

FRANZINA, Emilio. **A Grande Emigração: o êxodo dos italianos do Veneto para o Brasil**. Campinas: Unicamp, 2006.

FREITAS, Mário de. **Leopoldina do Meu Tempo**. Belo Horizonte: Página, 1985.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1933.

GEFFCKEN, F. E. **Politica della Popolazione, Emigrazione, Colonie**. Turim: Economista, 1889.

GINSBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e História**. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2003.

GRAMSCI, Antonio. O Sul e a Guerra. In: Cadernos do Cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999

-----, **Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato Moderno**. Torino: Einaudi, 1973.

GROSSELI, Renzo. **Colônias Imperiais na Terra do Café: vênetos e lombardos nas florestas brasileiras, Espírito Santo, 1874-1900** . Vitória : Arquivo Público do Espírito Santo, 2008

HOLANDA, Sérgio Buarque de Holanda. Precácio de Memórias de um Colono no Brasil, de Tomaz Davatz, livro publicado em 1941.

IANNI, Constantino. **Homens Sem Paz**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1972

JACINI, Stefano. **Inchiesta Agraria**. Roma: s.n., 1884.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 16. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 4. ed. Campinas: Unicamp, 1996

LE GOFF, Jacques. **Reflexões sobre a História**. Lisboa: Edições 70, 1986.

LOTTIN, Jucely. **Colônia Imperial do Grão Pará - 120 anos**. Grão-Pará, SC: s.n., 2002.

MARONGIU, Paola. **Breve Storia della Lingua Italiana per Parole**. Firenze: Casa Editrice Felice Le Monnier, 2000.

MONTEIRO, Norma de Góes. **Imigração e Colonização em Minas 1889-1930**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1994.

MUNSLOW, Alun. **Desconstruindo a História**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares.Revista Projeto História. São Paulo: Departamento de História de Pontifícia Universidade Católica de São Paulo / PUC-SP, no.10, 1993.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. **Minhas Recordações**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

RIVERS, A Análise Etnológica da Cultura. In: OLIVEIRA, Roberro Cardoso de. A Antropologia de Rivers. Campinas: Editora da Unicamp, 1991.

RODRIGUES, José Luiz Machado e CANTONI, Nilza. **Nossas Ruas, Nossa Gente**. Rio de Janeiro: particular, 2004.

RODRIGUEZ, Helio Suêvo. **A formação das estradas de ferro no Rio de Janeiro: o resgate da sua memória**. Rio de Janeiro: Memória do Trem, 2004.

SERENI, Emilio. **Il Capitalismo nelle Campagne**. Torino: Einaudi, 1971.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **História da Família no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

-----,. **Sistema de Casamento no Brasil Colonial**. São Paulo: Edusp, 2008

TOLEDO, Francisco Sodero. **Outros Caminhos: Vale do Paraíba do regional ao internacional, do global ao local**. São Paulo: Salesiana, 2001

VEIGA, José Pedro Xavier da. **Efemérides Mineiras 1665-1897**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

WOLFROMM, Jean-Didier. Quarenta Anos de Vida Quotidiana. In: LE GOFF et all. A Nova História. Lisboa: Edições 70, 1984.